JONATHAN SANTOS CAINO

POTENCIAL ARQUEOLÓGICO DE CRUZ ALTA

Propostas para uma arqueologia da cidade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências (área do conhecimento: Memória Social e Patrimônio Cultural).

Orientador: Dr. Cláudio Baptista Carle

Pelotas, 2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C135p Caino, Jonathan Santos
Potencial arqueológico de Cruz Alta: propostas para uma arqueologia da cidade / Jonathan Santos Caino. – Pelotas, 2012.
184 f.; il.

Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2012. Orientador: Cláudio Baptista Carle.

1. Arqueologia urbana. 2. Paisagem. 3. Memória social. 4. Patrimônio cultural. 5. Cruz Alta. I.Título.

CDD: 930.1

Aline Herbstrith Batista – CRB 10/ 1737
Biblioteca Campus Porto - UFPel

Banca examinadora:

Dr. Cláudio Baptista Carle

Dra. Adriana Fraga da Silva

Dra. Tatiana Bolivar Lebedeff

Agradecimentos

Antes de tudo agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior – CAPES pela bolsa que permitiu o desenvolvimento desta pesquisa e por oportunizar a temporada de estudos na Universidade de Buenos Aires, tornando o mestrado uma experiência ainda mais rica, academica e pessoalmente. Com relação à temporada argentina, agradeço a acolhida calorosa dos professores Dr. Cláudio Guevara, Dra. Ana Maria Zubieta e Dra. Clara Rivolta.

Ao meu orientador – mas mais que isso, amigo – Dr. Cláudio Baptista Carle, que desde 2004 tem me aberto as portas da arqueologia, agradeço a compreensão com meu ecletismo desmedido e o suporte e confiança em permitir que expusesse minhas idéias à minha própria maneira, sem nunca impor sua visão das coisas ao meu trabalho; e sobretudo, agradeço o incentivo e a amizade constante, dentro e fora da sala de aula. Se há culpados por minha trajetória enquanto pesquisador e pelo meu crescimento pessoal e intelectual nestes oito anos de arqueologia, Cláudio é certamente o maior deles. Ao demais professores do programa, em especial ao Dr. Lúcio Meneses Ferreira, agradeço por cada texto e cada aula que contribuíram na (trans)formação de meu modo de ver e pensar o patrimônio e a arqueologia.

Aos colegas agradeço as conversas, os divertidos cafés dos intervalos e eventuais cervejas nos bares de Pelotas, onde diversas vezes compartilhamos as alegrias e misérias da vida de pós-graduando. À Mariciana Zorzi, Ilza Carla Lima, Estefânia Jaekel da Rosa e Fernando Silva de Almeida, sou grato pelo companheirismo e por terem suportado pacientemente o castigo de dividir um quarto comigo por três meses na incrível experiência que foi viver e estudar em Buenos Aires. Ao Fernando, companheiro de viagens nestes dois anos, agradeço também pela constante troca de idéias e pela preocupação compartilhada quanto ao patrimônio da cidade de Cruz Alta.

Por fim, agradeço à minha família, em especial à minha mãe, Rosa, que sempre acreditou nas minhas escolhas e apoiou incondicionalmente os caminhos e projetos que delineei para minha vida pessoal e profissional.

Resumo

CAINO, Jonathan Santos. **Potencial Arqueológico de Cruz Alta: Propostas para uma arqueologia da cidade**. 2012. 184f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

A cidade de Cruz Alta, no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, reconhece a si mesma como uma cidade histórica. Fundada em 1821 em um contexto de disputas de fronteiras entre Portugal e Espanha, a história oficial do município dá ênfase em alguns elementos de seu passado, como a ocupação inicial da área enquanto uma rota de comércio de gado, período no qual as populações indígenas são rechaçadas da região e da história local. Sua história é em geral a das elites brancas e rurais, e raramente a dos pobres, dos escravos, ou do cotidiano. Estas histórias são assumidas como o verdadeiro passado, herança de seus habitantes. O patrimônio cultural do município reproduz esta lógica, uma vez que atua basicamente em bens arquitetônicos que se referem em geral às mesmas elites. Narrativas históricas e discursos patrimoniais são os meios pelos quais uma cidade representa seu passado, e assim o passado da cidade aparece simplificado, sem conflitos e sem contemplar a diversidade de cenários e atores sociais que compõem a história da cidade. Uma arqueologia da cidade pode dar conta do enorme potencial arqueológico da área central da cidade, e trazer aos debates estes outros atores. O levantamento historiográfico e o uso de fotos e plantas históricas permitiram traçar o processo de ocupação da cidade, e assim identificar áreas de potencial arqueológico, destacando as possibilidades interpretativas de seu estudo. A área central da cidade foi dividida em três camadas arqueológicas identificadas pelo período ao qual se referem, e nestas três camadas, alguns lugares específicos foram identificados por suas potencialidades. Como resultado, é proposta uma carta arqueológica que permite localizar na cidade atual as áreas de interesse arqueológico.

Palavras-chave: Cruz Alta. Arqueologia urbana. Paisagem. Memória social. Patrimônio cultural.

Abstract

CAINO, Jonathan Santos. **Potencial Arqueológico de Cruz Alta: Propostas para uma arqueologia da cidade**. 2012. 184f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

The city of Cruz Alta, in the northwest of the Rio Grande do Sul state, recognizes itself as a historical city. Founded in 1821 in a context of borders dispute between Portugal and Spain, the official history emphasizes some elements of its past, like the initial occupation of the area as the route of cattle trade, in a period where the indigenous populations were repelled of the region and the local history. Its history is the history of the white, rural elites; rarely that of the poor, slaves, or the everyday life. These histories are assumed as the real past, heritage of the city inhabitants. The cultural heritage of the city reproduces this logic, once it actuates basically on architectural goods which make reference to the same elites. Historical narratives and heritage discourses are the ways in which a city represents its own past, and then the city's past looks simplified, without conflict and without contemplate the diversity of settings and social actors that compose its history. An archaeology of the city can handle with the enormous archaeological potential of downtown area, and bring this other actors to the debate. A historiographical survey and the use of photos and historical maps allowed to draw the process of occupation of the city, and with this data areas with archaeological potential are identified, highlighting the interpretive possibilities of its study. The central area of the city is divided in three archaeological layers, identified by the period of occupation and, into these three layers, some specific places are identified by its potentialities. As a result, is proposed an archaeological map that allows the location of areas of archeological interest in the actual city.

Key-words: Cruz Alta. Urban archaeology. Landscape. Social Memory. Cultural heritage.

Lista de figuras

Figura 1	Área da vila da Cruz Alta, sobre imagem de satélite da cidade de Cruz Alta.....	58
Figura 2	Primeiras ruas traçadas na vila da Cruz Alta.....	60
Figura 3	Primeiro agrupamento de casas em frente à praça da vila da Cruz Alta.....	62
Figura 4	Representação da vila da Cruz Alta em seus primeiros anos.....	63
Figura 5	Prédio onde funcionaram a Cadeia e Câmara Municipal, construído em 1826.....	70
Figura 6	Igreja Matriz construída em 1873.....	80
Figura 7	Planta da cidade de Cruz Alta, 1881.....	81
Figura 8	Rua do Commércio em fins do século XIX.....	84
Figura 9	Estação Ferroviária em sua configuração original, inaugurada em 1984.....	86
Figura 10	Planta da cidade de Cruz Alta, 1900.....	88
Figura 11	Arredores da Praça da Matriz nas primeiras décadas do século XX.....	95
Figura 12	A Rua do Commercio nas primeiras décadas do século XX.....	96
Figura 13	Praça General Firmino de Paula (Independência) e arredores nas primeiras décadas do século XX.....	99
Figura 14	Projeto de Extensão da Cidade, 1919.....	101
Figura 15	Imagens do centro no início dos novecentos.....	103
Figura 16	Áreas fora do centro.....	104
Figura 17	A cidade vista da periferia, início do século XX.....	105
Figura 18	Cartografia da cidade – 1881-1900.....	124
Figura 19	Detalhes da planta de 1900.....	125
Figura 20	Cartografia da lagoa do cemitério.....	126
Figura 21	Cartografia da cidade – 1900-1919.....	128
Figura 22	Carta arqueológica do centro da cidade de Cruz Alta.....	131

Figura 23 Exemplares de edificações históricas na Rua Pinheiro Machado..... 134

Figura 24 Cemitério Municipal..... 138

Sumário

Introdução **9**

1 Narrativas históricas e o patrimônio cultural na constituição de passados ... **15**

1.1 O passado nos livros: narrativas históricas de Cruz Alta **18**

1.2 O passado nas coisas: patrimônio **27**

1.2.1 Sobre o patrimônio cultural de Cruz Alta **35**

2 Breve história da paisagem urbana de Cruz Alta **42**

2.1 “Os primeiros povos civilisados que aqui penetrarão foram Paulistas os quaes consideramos os primeiros povoadores”: Antecedentes regionais **43**

2.2 “A bucólica Vila do Divino Espírito Santo da Cruz Alta”: fundação e demarcação **50**

2.3 “Uma vila muito pequena que terá ao todo umas cem casas pouco mais ou menos”: a vila da Cruz Alta em meados do século XIX **71**

2.4 “O viandante aí passando não encontra obras de arte.”: a Cruz Alta dos novecentos **88**

3 Propostas para uma arqueologia da cidade de Cruz Alta **108**

3.1 Quanto ao fazer arqueológico na cidade **108**

3.2 Uma estratigrafia do centro de Cruz Alta **113**

3.2.1 Primeiro estrato: 1825-1881 ..... **117**

3.2.2 Segundo estrato: 1881-1900 ..... **121**

3.2.3 Terceiro estrato: 1900-1919 ..... **127**

3.2.4 A carta arqueológica do centro da cidade de Cruz Alta **130**

3.3 Uma paisagem arqueológica para Cruz Alta **140**

Considerações finais **161**

Referências **170**

Apêndices **178**

Introdução

Estabelecido a partir de uma rota de tropeiros em 1821 e centro regional durante todo o século XIX, o município de Cruz Alta é inegavelmente um campo frutífero para o desenvolvimento de pesquisas históricas e arqueológicas. Do ponto de vista da história, seu potencial é amplamente reconhecido: a cidade é tida como das mais antigas da história gaúcha, e teve um importante papel na economia rio-grandense durante o século XIX e parte do XX, além de ser berço de nomes conhecidos da história e política gaúcha e brasileira, como Pinheiro Machado, Júlio de Castilhos, Erico Veríssimo, entre outros.

Como toda cidade que preza seu passado, Cruz Alta tem também o seu patrimônio: remanescentes arquitetônicos de diferentes momentos de sua história, selecionados e resguardados por políticas públicas para servirem enquanto suporte material da memória da cidade. Tais bens foram tornados patrimônio por seu valor histórico e arquitetônico, e têm por função preservar a história e expressar a identidade do cruz-altense.

Neste trabalho, procurei coadunar estes dois campos – a história e o patrimônio do município – tentando compreender que passado é este que nos foi contado. De acordo com o geógrafo David Lowenthal (1998, p. 66) são três as fontes de conhecimento do passado: memória, história e fragmentos. Para ele, os dois primeiros são processos de introspecção, com fronteiras tênues entre si, embora sejam diferenciados. Já os fragmentos não são processos, como a memória e a história, mas resíduos de processos. Entendo aqui os fragmentos de Lowenthal como cultura material, ou seja, toda a materialidade que nos cerca e com as quais nos relacionamos. A estes fragmentos associo o tema do patrimônio, pois embora o

conceito abarque mais que apenas elementos materiais, não há bens imateriais tombados a nível municipal, permitindo então tal analogia.

Ao revisar brevemente a historiografia local, uma série de lacunas torna-se evidente. A história oficial é a história das elites, de estancieiros, militares, políticos, e nunca a história das camadas mais baixas, dos índios, negros e trabalhadores pobres do campo e da cidade. Importam mais os grandes eventos históricos que o cotidiano; mais a economia e a política que a cultura e as relações sociais entre os diferentes grupos que viveram na cidade. O mesmo se aplica ao patrimônio local: os remanescentes de arquitetura notável hoje inventariados como “de interesse histórico-cultural” são em sua grande maioria produto das elites econômicas e sociais.

Como resultado, o passado apresentado aparece sem conflitos, sem contrastes, sem problemas. Em um mundo onde o local torna-se cada vez mais global, e as coletividades e identidades sociais são cada vez mais flexíveis, cabe ainda um passado desse tipo? É uma questão importante, uma vez que o patrimônio só adquire sentido socialmente, quando apropriado pelas comunidades presentes. Se em um primeiro momento o patrimônio se firmou com base na ideia de nação e de identidade nacional, hoje o campo adquiriu uma nova estrutura, onde a palavra de ordem é a diversidade (ABREU, 2007, p. 282-283), e na tentativa de trazer diversidade ao patrimônio cruz-altense, procurei levantar as potencialidades do município para a emergência de outro elemento passível de patrimonialização: o arqueológico.

Oliveira (2005, p. 34) levantou a questão: “Serão nossas cidades arqueológicas?” Bem, meu principal intuito nesta pesquisa é demonstrar que Cruz Alta é não apenas uma cidade histórica, mas também uma cidade arqueológica. A importância deste debate reside, creio, no fato de que os bens arqueológicos não têm a mesma visibilidade que os arquitetônicos e tampouco são contemplados com medidas de proteção e valorização. Uma vez que a cidade se caracteriza por uma intensa e constante ocupação do solo (Ibidem, p. 4), tal negligência resulta na destruição continuada do registro arqueológico em subsolo. Assim, uma inestimável fonte de estudos – seja para a arqueologia ou para a história – com um enorme potencial patrimonial vai se perdendo a cada nova edificação construída sem estudos arqueológicos prévios.

Entre 2004 e 2009 funcionou na Universidade de Cruz Alta o Núcleo de Arqueologia (NArq), instituição na qual iniciei-me enquanto pesquisador. Coordenado inicialmente pela Dra. Clarissa Rahmeier e depois pelo Dr. Cláudio Carle, o NArq envolveu-se desde o princípio em projetos arqueológicos desenvolvidos no município de Santo Ângelo, e por isso foram raras as intervenções arqueológicas em Cruz Alta, duas apenas na área urbana.

A primeira delas foi realizada em 2005 em um terreno na Avenida General Câmara 1037 que hoje abriga a sede regional do Sicredi e que já foi lugar do sobrado dos avós de Erico Veríssimo, depois tornado uma escola. Na ocasião iniciava a terraplanagem do terreno para a construção da sede da cooperativa, sem é claro, estudos arqueológicos. O então secretário municipal de cultura, Rossano Cavalari, ao passar pelo local e verificar a grande quantidade de fragmentos de louça e vidro em meio à terra retirada pelas máquinas, entrou em contato com a equipe do NArq. Esta, em caráter emergencial, sem projeto ou portaria neste primeiro momento, entrou na área para realizar uma coleta assistemática – grande quantidade de sedimento já havia sido removida e os artefatos arqueológicos estavam descontextualizados – e uma pequena sondagem em um extremo do terreno que ainda não havia sido terraplanado. A intervenção gerou um acervo razoável, principalmente de louça e vidro, mas não houve continuidade da pesquisa.

Uma segunda intervenção foi realizada em 2009, em frente ao palacete da Prefeitura Municipal, também pela equipe do NArq-UNICRUZ, com o objetivo de identificar o passeio original quando da inauguração do prédio em 1914. Neste caso o estudo arqueológico se deu pelas exigências do IPHAE (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado), órgão que tombou o imóvel em 2002 (PDDUA, 2007). E isso é tudo que se pode falar de arqueologia na cidade de Cruz Alta até o presente momento.

Meu objetivo é, portanto, levantar na área urbana o potencial arqueológico, entendido aqui como “a probabilidade de existência de vestígios culturais que nos remetam a ocupações pretéritas” (OLIVEIRA, 2005, p. 5), localizando espacialmente os recursos arqueológicos como um primeiro passo para se pensar a gestão destes. Mas uma vez que o foco de análise recai na cidade em si, não considero neste estudo os sítios arqueológicos pré-históricos. Ainda que reconheça sua importância, optei por concentrar-me no período histórico, e nesse sentido faço referência às populações indígenas em seus contatos e conflitos com os primeiros habitantes da

vila. No primeiro capítulo procurei compreender como as narrativas históricas e as “alegorias do patrimônio” (CHOAY, 2006) atuam na constituição daquilo que entendemos e assumimos enquanto nosso passado. Do ponto de vista historiográfico, resenho brevemente a literatura histórica consultada, destacando nas histórias de Cruz Alta alguns elementos e personagens tornados importantes, assim como as lacunas evidenciadas.

As narrativas oficiais, dos eventos e vultos históricos, estão na base da constituição da ideia de patrimônio, o que fez necessário discutir em maior detalhe o conceito e sua relação com a constituição de identidades. No âmbito municipal também as histórias oficiais são reproduzidas, reforçadas e legitimadas no discurso patrimonial. Assim, compreender como se constitui o patrimônio local, vinculando-o à história oficial, é importante para o argumento em favor do reconhecimento do potencial arqueológico do município e as possibilidades de se fazer arqueologia na cidade de Cruz Alta.

No segundo capítulo utilizei fontes historiográficas, mapas e fotografias para traçar um panorama da história de ocupação e expansão da cidade, e assim compreender em parte o processo de formação da parcela da paisagem que hoje comporta o centro da cidade. Não encontrei outras pesquisas cujo foco recaísse na história urbana, no processo de urbanização, ou qualquer outra perspectiva que abordasse em uma dimensão histórica a espacialidade da cidade de Cruz Alta. Foi necessário, portanto, garimpar as referências à procura de pequenos fragmentos; impressões e descrições de viajantes e habitantes, trechos que localizavam no espaço e no tempo determinados acontecimentos, argumentos que por um motivo ou outro discutiam a espacialidade e os usos sociais dos espaços, além de fotos e plantas baixas.

O recorte temporal se deu basicamente pela própria disponibilidade de bibliografia, na qual há um predomínio do estudo de contextos oitocentistas. Em trabalhos como os de Isaltina Vidal do Pilar Rosa (1981), Prudêncio Rocha (1980) e Rossano Cavalari (2004) o recorte temporal limita-se ao início do século XX, e embora haja pesquisas que abordem contextos específicos dos novecentos, estas apresentam pouco ou nada sobre a cidade e seu processo de urbanização. Assim,

optei por traçar uma história da paisagem[1] urbana a partir da formação da pequena vila do Divino Espírito Santo da Cruz Alta, em 1821 (tendo sido demarcada de fato em 1825), até a segunda década do século XX, onde parece claro ter havido um importante processo de modernização no município. Claro está que conhecer as transformações posteriores da paisagem urbana é fundamental para pensá-la arqueologicamente, mas levantar os dados referentes a este processo no decorrer do século XX exigiria uma extensa pesquisa documental que não caberia no tempo proposto para o desenvolvimento desta dissertação. Fica destacada a lacuna e a possibilidade de continuar as pesquisas nesta direção.

Por fim, com base no levantamento historiográfico produzido, o terceiro e último capítulo consiste em identificar áreas relevantes em termos arqueológicos e propor algumas possibilidades para uma arqueologia da cidade de Cruz Alta. Em um primeiro momento discuti as especificidades da arqueologia desenvolvida no meio urbano e alguns marcos teóricos que balizaram o desenvolvimento deste campo. No que se refere ao objeto de estudo, sobrepus descrições e mapas históricos à malha urbana atual, no sentido de localizar espacialmente as áreas de ocupação histórica, para sugerir então lugares da cidade onde existe a possibilidade de um registro arqueológico relacionado ao período estudado. Com esta sobreposição, produzi uma estratigrafia da cidade, que ao final funciona como uma carta arqueológica, localizando em um mapa as áreas identificadas como arqueologicamente relevantes. Estas áreas referem-se exclusivamente à ocupação histórica da área, e não contemplam sítios pré-históricos. Ao final do capítulo, discuto em maior profundidade as possibilidades do reconhecimento desta área enquanto uma paisagem arqueológica.

Como qualquer trabalho acadêmico, este não se supõe completo e esgotado, e claro está, implica considerar a possibilidade do desconhecimento de fontes e de dados, a confusão e o erro. Conforme o argumento que desenvolvo no próximo capítulo, o texto resultante desta pesquisa conforma também uma narrativa que não se pretende como a única possível, mas apenas uma baseada em minha experiência enquanto pesquisador, nas referências históricas e arqueológicas que

[1] O tema da paisagem será discutido em maior profundidade no item 3.3 desta dissertação. Por hora, cabe dizer que o conceito de paisagem, para Darvill (1999, p. 110), supõe uma estrutura ou teia de valores, categorias e entendimentos constituída socialmente e imposta por uma sociedade ao seu entorno, o próprio contexto de existência social. Diferente do espaço, absoluto e matemático, a paisagem implica a subjetividade, o simbólico e o relacional.

utilizei, e em minha própria condição de cruz-altense nativo que aprendeu a olhar a cidade em sua materialidade, com um olhar arqueológico. Consideradas tais limitações, espero que esta pesquisa possa contribuir ao menos enquanto um pequeno, porém importante começo para a valorização e preservação dos bens arqueológicos do município.

1 Narrativas históricas e o patrimônio cultural na constituição de passados

"Como tomamos conhecimento do passado?" pergunta David Lowenthal (1998, p. 64). O próprio responde: "lembramo-nos das coisas, lemos ou ouvimos histórias e crônicas, e vivemos entre relíquias de épocas anteriores" (idem). A partir do que lemos e ouvimos, daquilo que vivenciamos ao longo de nossas vidas, produzimos memórias e representações sobre o passado; representações estas que, pela própria dinâmica da vida, estão igualmente em constante movimento. Procuro compreender como as narrativas históricas, e principalmente as "alegorias do patrimônio" (CHOAY, 2006) colaboram na constituição do que concebemos como passado, e como esse passado ancora memórias e identidades, em um lugar específico: o município de Cruz Alta, RS. Estabelecida a partir de uma rota de tropeiros em 1821 (ROCHA, 1980; POZZEBON, 2001; CAVALARI, 2004) – elemento destacado na historiografia local – e palco de inúmeros outros "eventos históricos", a cidade possui grande potencial para pesquisas arquitetônicas, históricas e arqueológicas.

Desde os tempos indeterminados da pré-história ao dia de hoje, cada atividade humana deixa remanescentes; alguns efêmeros, outros duradouros: manchas sutis no solo, objetos, construções, fragmentos, documentos, cadernos, fotografias, roupas, livros; mesmo os mortos permanecem entre nós em ossos e túmulos, lembrando que muitos outros estiveram e viveram aqui antes. Mas estes remanescentes não permanecem no passado; são constantemente incorporados na vida presente, e por este motivo se transformam e eventualmente se perdem. Cada um em seu campo teórico e metodológico, com seus respectivos objetos de estudo,

cientistas humanos e sociais utilizam-se destes remanescentes para constituir passados. Cada sujeito, individual ou coletivo, utiliza-se destes fragmentos do passado que permanecem no presente para referenciar suas histórias e identidades, constituindo memórias.

Mas o processo pelo qual estes indícios do passado sobrevivem no presente nem sempre são naturais, espontâneos ou inconscientes. Há intencionalidade e racionalização nas mais variadas práticas e instituições, que selecionam elementos e produzem representações do passado, desenvolvendo histórias, memórias e identidades. É este processo que procuro entender, em primeiro lugar.

"O passado se foi" (LOWENTHAL, 1998, p. 67) e não pode ser resgatado ou recuperado, tampouco completamente verificado e provado. Nomear e pensar coisas sobre o passado parece demonstrar sua existência, mas na verdade tudo que temos são provas presentes de circunstâncias já passadas (idem). Historiadores ou arqueólogos não podem acessar o passado, mas estudam, no presente, documentos e artefatos produzidos em circunstâncias e práticas passadas que perduraram em arquivos e solos, em narrativas e ruínas, que são revisitados na contemporaneidade. Todo passado é, portanto, uma construção do e no presente.

A relação entre estas duas categorias temporais é tênue. Lowenthal (1998, p. 138-140) argumenta que a distinção entre a memória e a experiência presente é inata e imediatamente discernível. O presente é "minha atitude em face do futuro imediato, é minha ação iminente" (BERGSON, 1999, p. 115), mas a lembrança (do passado) é elemento fundamental de cada ação. Já a distinção entre o passado histórico e o presente é adquirida, mas muita vezes incerta, ou mesmo ausente, como o exemplo de Lowenthal (1998, p. 138-140) de sociedades que não guardam registros, cuja transmissão de conhecimentos do passado é eminentemente oral, onde o passado é percebido em função de narrativas do presente. Segundo ele, ainda no século XIX o passado era pouco discernível do presente, e a natureza humana parecia idêntica em todas as épocas. Apenas na virada para o século XX que "uma 'muralha da China entre o passado e o presente' foi definitivamente levantada" (Ibidem, p. 140).

Para citar Lynn Meskell (2002a, p. 571), “It can only be the arbitrary passing of culturally determined time that sanctifies the past as past.”[2] Ou seja, os elementos do passado que permanecem vivos em nossas palavras e gestos, regras, práticas e artefatos, somente aparecem para nós como “passado” porque são reconhecidos dessa forma (LOWENTHAL, 1998, p. 64). Habituados que estamos a pensar a passagem do tempo em termos de narrativas, sequências cronológicas e datas, naturalizamos tais sistemas como atributo inerente ao passado e à passagem do tempo, quando na verdade a ordenação de acontecimentos e a criação de sequências narrativas é uma prática humana e racional, que procura dar coerência a documentos, artefatos e memórias quase sempre descontínuos e cheios de lacunas (ibidem, p. 119).

> [...] apesar de meu presente contrair em si mesmo o tempo escoado e o tempo por vir, ele só os possui em intenção, e, se por exemplo a consciência que tenho agora de meu passado me parece recobrir exatamente aquilo que ele foi, este passado que pretendo reaprender ele mesmo não é o passado em pessoa, é meu passado tal como o vejo agora e talvez eu o tenha alterado. Igualmente, no futuro talvez não reconhecerei o presente que vivo. (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 107)

A única temporalidade que podemos efetivamente vivenciar através de nosso corpo e de nossos sentidos é o presente. É por este motivo que Merleau-Ponty (1999, p. 550-551) considerava confusa a analogia que associa o tempo a um rio, que escoaria do passado em direção ao presente e ao futuro, uma vez que tal noção pressupõe um observador que tivesse a capacidade de acompanhar a passagem do tempo e perceber seu movimento de um ponto a outro, do passado para o presente, do presente para o futuro. Porém para o filósofo, se o tempo fosse um rio, o observador estaria em um barco, descendo com a corrente em direção ao seu porvir; e esse porvir nada mais seria que as novas paisagens que revelam-se a cada segundo no horizonte e, nesta perspectiva, a passagem do tempo não é mais a corrente do rio, mas a sucessão de paisagens que se desenrolam para o observador em movimento. E é sempre na paisagem presente, e a partir de quem sou nesse presente, que percebo ressonâncias do passado e possibilidades para o futuro.

---

[2] Tradução livre do autor: “Apenas a passagem arbitrária de tempo culturalmente determinado pode santificar o passado como passado.”

Toda ideia sobre o passado é efetivamente isso, uma representação, porque o passado nunca pode ser real e concreto. Segundo Lowenthal (1998, p. 66) são três as fontes de conhecimento do passado: memória, história e fragmentos. Para ele, os dois primeiros são processos de introspecção, com fronteiras tênues entre si, embora sejam diferenciados. Já os fragmentos não são processos, como a memória e a história, mas resíduos de processos. Estes fragmentos "atestam o passado biologicamente, por envelhecimento e desgaste e historicamente, por formas e estruturas anacrônicas" (idem).

As três categorias atuam juntas na construção de representações sobre o passado, seja individual ou coletivamente. A partir de memórias, histórias e fragmentos, se constituem as narrativas que dão substância ao passado e que estabelecem continuidades entre passado e presente. Para Jonathan Friedman (1992, p. 853) "the past is always practiced in the present, not because the past imposes itself, but because subjects in the present fashion the past in the practice of their social identity."[3] Meu interesse maior consiste na compreensão da situação do que Lowenthal (1998) chama de "fragmentos" e "relíquias" neste contexto. Desse modo, meu foco recai principalmente na materialidade (MILLER, 2005) da paisagem cruz-altense e como os bens materiais aos quais é atribuído o valor de patrimônio são utilizados na produção de histórias, memórias e identidades. Todavia as alegorias do patrimônio não podem ser dissociadas das narrativas históricas. É por elas que começo minha análise.

1.1 O passado nos livros: narrativas históricas de Cruz Alta

Peter Burke (2002, p. 175-176) afirma que "Historiadores, a exemplo de sociólogos e antropólogos, acostumaram-se com o pressuposto de que lidavam com fatos e de que seus textos refletiam a realidade histórica." Todavia, como o próprio Burke (2002, p. 176) reforça, é preciso considerar que, assim como romancistas e poetas, historiadores e etnógrafos circulam também no campo da ficção, uma vez que "são produtores de 'artefatos literários' de acordo com regras de gênero e estilo

[3] T. A.: "o passado é sempre praticado no presente, não porque o passado impõe a si mesmo, mas porque sujeitos no presente moldam o passado na prática de sua identidade social."

(quer estejam conscientes dessas regras, quer não)". As narrativas históricas, mesmo que baseadas em documentos e evidências do passado, são acima de tudo uma construção discursiva.

Uma vez que toda organização social procura garantir sua continuidade, "declarações coletivas sobre o passado ajudam a conservar os acordos existentes, e a difusão de todos os tipos de história, sejam eles fato ou fábula, alimenta o sentimento de pertencer a instituições coerentes, estáveis e duradouras" (LOWENTHAL, 1998, p. 109). O passado histórico alimenta a noção de profundidade temporal, e permite que pessoas e grupos se posicionem em cronologias e eventos que remetem a momentos anteriores a sua existência.

Ricoeur (1980) afirma que há uma relação recíproca entre narrativa e temporalidade, e compreende "temporality to be that structure of existence that reaches language in narrativity and narrativity to be the language structure that has temporality as its ultimate referent"[4] (RICOEUR, 1980, p. 169). Se o passado se foi, só podemos retomá-lo no presente lembrando-o e contando-o. A narrativa dá substância à passagem do tempo. Por sua vez, sem a noção de tempo não haveria sequências e cronologias, bases de toda narrativa. Esta relação recíproca é comumente ignorada principalmente porque a epistemologia da história admite como dado que toda narrativa tem seu lugar em um quadro temporal acrítico, que seria essa representação ordinária do tempo como uma sucessão linear de instantes (ibidem, p. 169-170). A profundidade temporal de elementos percebidos no presente se legitima pelas narrativas históricas.

Embora estas narrativas estejam firmadas em documentos ou fragmentos que são efetivamente resíduos e indícios do passado, há que se reconhecer que a ficção, a suposição e a interpretação são também parcelas importantes da história. No entanto são estas narrativas históricas que nos posicionam no mundo, que garantem que nossa própria história individual não está à deriva, mas se alinha com os movimentos históricos que moveram e transformaram o mundo naquilo que ele é hoje; estas narrativas estabelecem os caminhos que nossos antepassados percorreram até o momento em que nos encontramos, dando coerência para aquilo que somos ou pensamos ser. "Assim como a memória corrobora a identidade

[4] T. A.: "temporalidade sendo essa estrutura da existência que atinge a linguagem na narrativa e narrativa sendo a estrutura de linguagem que tem a temporalidade como seu referente definitivo".

pessoal, a história perpetua a autoconsciência coletiva" (LOWENTHAL, 1998, p. 109).

História e memória, embora muitas vezes diferenciadas, estão intimamente ligadas. Ambas têm papel fundamental na produção de identidades sociais. A auto definição, ou seja, a atribuição de uma identidade a si mesmo, não ocorre no vácuo, mas em um mundo já definido e estabelecido. Construir o passado é um projeto que seleciona e organiza eventos em relação à continuidade de um sujeito individual ou coletivo contemporâneo, criando representações que apresentem o caminho percorrido do passado até a condição presente, moldando histórias de vida no próprio ato de auto definição (FRIEDMAN, 1992, p. 837). Ainda segundo Friedman (idem)

> Making history is a way of producing identity insofar as it produces a relation between that which supposedly occurred in the past and the present state of affairs. The construction of a history is the construction of a meaningful universe of events and narratives for an individual or collectively defined subject. And since the motivation of this process of construction emanates from a subject inhabiting a specific social world, we may say that history is an imprinting of the present onto the past. In this sense, all history including modern historiography is mythology.[5]

A narrativa histórica não é um discurso sobre o passado tal como ele foi, mas sobre como cada historiador, no momento em que desenvolve sua pesquisa, pensa e narra o passado. Mas esse pensar e narrar o passado está imbricado em sua condição presente, seu contexto social, cultural, político, e nos paradigmas da história. Lucas (1997, p. 9) argumenta que dizer que o passado está perdido ou esquecido implica que o que quer que tenha sido esquecido tem um lugar, pertence a algum lugar. O historiador do século XIX não produziu a mesma história que produz o historiador do século XXI, porque o mundo em que viveu era outro, e suscitava perguntas distintas.

Neste processo de construção de narrativas vai se delineando o nosso passado histórico, e assim o foi com o passado de Cruz Alta. Foi a partir das narrativas históricas que a origem da cidade se associou à "heroica saga dos

[5] T. A.: "Fazer história é um meio de produzir identidade uma vez que isso produz uma relação entre o que supostamente ocorreu no passado e o estado presente das coisas. A construção de uma história é a construção de um universo significativo de eventos e narrativas para um sujeito definido individual ou coletivamente. E desde que a motivação desse processo de construção emana de um sujeito habitando um mundo social específico, podemos dizer que história é uma impressão do presente sobre o passado. Neste sentido, toda história incluindo a historiografia moderna é mitologia."

tropeiros" (CAVALARI, 2004, p. 55). Foi nos livros de história, e não no passado em si, que aprendemos que Cruz Alta é uma "terra de bravos, berço de grandes homens que a honraram e engrandeceram" (ROSA, 1980, p. 76). Estas afirmações não são constatações resgatas do passado; são leituras históricas produzidas pelos pesquisadores e adotadas no presente, utilizadas para dizer o que é Cruz Alta e, por conseguinte, quem são os cruz-altenses.

Pensemos em discursos como o produzido por Isaltina Vidal do Pilar Rosa (1981), pesquisadora que em seu livro abre o capítulo onde começa a abordar a história do município com o seguinte trecho:

> CRUZ de madeira, tosca. CRUZ abençoada e simbólica, que foi erguida pelos jesuítas e que assinalaria o local onde se ergueu a cidade do DIVINO ESPÍRITO SANTO da CRUZ ALTA.
> CRUZ ALTA e altaneira, que deu origem ao nome.
> CRUZ ereta para servir de guia aos valentes de outrora que, em abundante e serena graça do Senhor, na caminhada para o desconhecido, ajoelharam muita vez diante dela.
> CRUZ ALTA, símbolo sagrado, ao pé da qual se ajoelhou VIDAL JOSÉ DE OLIVEIRA quando agradecia à Virgem do Pilar, a graça que recebera.
> CRUZ ALTA, terra querida, terra de bravos, berço de grandes homens que a honraram e engrandeceram.
> CRUZ ALTA, mui leal cidade do DIVINO ESPÍRITO SANTO. (ROSA, 1981, p. 76)

Há grande quantidade de pesquisas históricas produzidas no meio acadêmico que abordam diferentes aspectos da história da cidade, muitas das quais serão apresentados ao longo do texto. No entanto, são as narrativas de pesquisadores e historiadores locais que têm maior difusão e penetração social. Isaltina Rosa não é a única, porém neste trecho apresenta em poucas frases alguns dos elementos mais destacados na historiografia do município: a origem associada às missões jesuíticas e ao tropeirismo, a preocupação com a fundação e o fundador da vila que viria a se tornar a cidade, e a exaltação de seus bravos - e quase sempre ilustres – cidadãos. Estes elementos são igualmente destacados em outras narrativas históricas da cidade, como as produzidas por Prudêncio Rocha (1980) e Rossano Cavalari (2004).

Nas "*Histórias que fazem a história da cidade do Divino Espírito Santo da Cruz Alta*" de Isaltina, há até um mito de origem e seu herói. Uma das preocupações da pesquisadora foi provar que o tropeiro Vidal José de Oliveira, seu bisavô, foi efetivamente o fundador do povoado, e não João José de Barros, também tropeiro,

conforme havia afirmado anos antes Rocha (1980), e recentemente Cavalari (2004). Este grande pioneiro, ao parar para descansar aos pés da cruz em uma de suas tropeadas, teria encontrado Nossa Senhora do Pilar em sonho e prometido fixar-se e constituir família e descendência no local (ROSA, 1981, p. 95), como um verdadeiro patriarca.

Outra lenda local bastante difundida fala que foi a água do Arroio Panelinha que fez os tropeiros voltarem e se estabelecerem, e desde então a água do Panelinha sempre traz de volta aqueles que foram embora da cidade (SITE OFICIAL DE CRUZ ALTA, 2011). De qualquer modo a origem tropeira é sempre reforçada, afinal é ela que deu nome à cidade. A cruz, erguida como marco dos limites do território jesuítico e espanhol em um período em que a região era fronteira entre os territórios das coroas ibéricas deu origem ao "pouso da cruz alta", parada inicialmente temporária onde as tropas eram invernadas antes de seguir rumo a São Paulo (CAVALARI, 2004). Este pouso deu nome à cidade que veio a nascer.

Estas histórias alinham-se em uma perspectiva eminentemente tradicional: estabelecem cronologias e datas, concentram-se nos grandes eventos e personagens ilustres. Embora considere os contextos históricos de forma razoavelmente mais profunda, a pesquisa de Prudêncio Rocha (1980) não deixa de privilegiar as camadas econômica e socialmente superiores. A história de Cruz Alta, aqui, é eminentemente política e econômica. Militares e fazendeiros, políticos e pessoas ilustres têm nome e biografia, enquanto populações pobres, escravos, trabalhadores livres, são apenas dados, números. Embora apresente certas divergências e uma forma um pouco menos romântica de tratar a história do município, Prudêncio Rocha diverge pouco da perspectiva de Isaltina.

A produção de Rossano Cavalari é mais recente. Em suas pesquisas procurou compreender o papel de Cruz Alta na Revolução Federalista de 1893 (2001), a formação e desenvolvimento do município em "*A Gênese da Cruz Alta*" (2004), e em seu último livro retornou ao tema da Revolução Federalista, realizando uma biografia do General Firmino de Paula (2007), personagem importante naquele contexto[6]. Deter-me-ei aqui em falar brevemente do segundo livro, onde Cavalari

[6] Importante porque tornado importante. Pessoa ilustre e de preponderância social durante parte de sua vida, as memórias e narrativas de sua biografia e de seus feitos colaboram não na reconstituição da vida real de Firmino de Paula. Criam, isso sim, o personagem Firmino de Paula.

procura desenvolver, em suas próprias palavras, “o processo evolutivo da cidade” (2004, p. 16).

Este é, sem dúvida, o livro com maior profundidade histórica entre os autores mencionados até aqui. Cavalari é mais cuidadoso ao traçar o contexto histórico riograndense anterior à formação do primeiro povoado, mas sua história não é menos tradicional. Ele retoma a discussão quanto ao real fundador do município e foca sua pesquisa em posicionar a cidade e seus ilustres nos grandes eventos da história gaúcha no século XIX. Utilizando-se de documentos oficiais, produz uma história oficial, e quando dispõe de outras fontes, as trata como curiosidade histórica. Um capítulo do livro é dedicado exclusivamente às “Curiosidades, assuntos variados e pitorescos e um dicionário com as primitivas famílias estabelecidas na localidade, desde sua fundação até metade do século 19” (CAVALARI, 2004, p. 189).

É interessante analisar estas narrativas e como elementos do passado são reificados enquanto outros são deixados de lado. Para estes pesquisadores, um dos principais entraves dos heroicos tropeiros teria sido a “agressividade dos índios” (ROCHA, 1980, p. 16). É notável o tratamento que Cavalari dá a esses índios em sua pesquisa. Em um momento, ao falar sobre o Rio Grande do Sul durante os séculos XVII e XVIII, ele apresenta uma breve descrição de três categorias, procurando abordar as populações indígenas que ocuparam o atual território gaúcho no período pré-colonial – Gês[7], Guaranis e Pampeanos (CAVALARI, 2004, p. 18-21) – apoiando-se provavelmente em literatura etnográfica e arqueológica. Mais adiante, no entanto, quando relata a “Saga Heróica dos Tropeiros” (Idem, p. 55), os índios deixam de ser Gês, Guaranis ou Pampeanos. A partir daqui seu texto refere-se à “incômoda presença dos bugres” (Idem, p. 56).

Se nos anos 80 Prudêncio Rocha (1980, p. 5) já chamava Cruz Alta de “A Glória dos tropeiros”, mais recentemente Cavalari assumiu a mesma perspectiva, onde contrapõe o trabalho “difícil, penoso e heroico” (2004, p. 56) dos tropeiros à “incômoda presença dos bugres”, aqueles “selvagens hostis” (Idem). O fato é que embora haja uma grande lacuna no que se refere à história da presença indígena na região – e a falta de estudos arqueológicos contribui para este vazio – os tropeiros e estancieiros, primeiros povoadores porque “primeiros povos civilisados”, nas

[7] Referência ao tronco linguístico também escrito “Jê”. Por tratar-se de uma citação indireta de Cavalari, optei por manter o termo “Gês”, como escreve o autor.

palavras de Evaristo Affonso de Castro (1887, p. 58), envolveram-se em diversos conflitos com os grupos que ocupavam as matas do planalto médio gaúcho.

Armados e sob comando militar, como disse Nascimento (2007, p. 39-40), os heroicos tropeiros detinham uma óbvia vantagem bélica sobre as populações indígenas, e ainda que os conflitos tenham gerado mortos dos dois lados, os tropeiros legitimaram-se “na bala” enquanto verdadeiros detentores do território. Ao longo da história da cidade os indígenas foram duplamente invisibilizados: fisicamente, pelo extermínio e pela exclusão nas reservas; e historicamente, pois que foram os tropeiros, estancieiros, políticos, enfim, os “homens brancos” os que perpetuaram-se, foram eles quem escreveram os documentos armazenados nos arquivos, foram os seus “descendentes” os que produziram e reproduziram a história local, são os seus nomes nas placas das ruas, e seus bustos nas praças.

A história das populações pré-históricas da região é quase ignorada, e quando mencionados os grupos indígenas são reduzidas a meros “bugres” sem importância, um problema a ser suprimido. Após a “solução do problema” pelos bravos tropeiros, os índios somem da história. A presença indígena – notadamente a kaingang – é frequente na cidade atualmente, mas há uma grande lacuna. Qual a participação indígena na história do município ao longo do século XIX e XX? Pouco se sabe.

Emblematicamente, o único índio que tem algum espaço na cultura local nunca existiu: Pedro Missioneiro, guarani das missões jesuíticas criado pelo escritor Erico Verissimo, em sua obra *O tempo e o vento* (2000), signo dos sobreviventes da Guerra Guaranítica que foram incorporados às estâncias por seu conhecimento das atividades com o gado e absorvido através da mestiçagem (NEIS, 1975) a esta entidade chamada “gaúcho”. Os tropeiros são lembrados como heróis e os índios, de fato expulsos de terras que ocuparam por gerações, são relegados à posição de “bugres selvagens”. Cruz Alta é uma cidade de origem tropeira, não indígena. E assim o é porque foi a história dos tropeiros que escolheu assumir.

A história dos negros é razoavelmente mais conhecida. Cavalari (2004) identificou a partir dos inventários post-mortem de alguns dos primeiros moradores a presença de escravos desde o início da formação da vila, listou seus nomes e a maneira como morreram, e tocou superficialmente a questão; assim também o havia feito Rocha (1980). A historiadora Ione Meirelles (2002) preocupou-se em encontrar o lugar do negro na historiografia local. Leu Prudêncio Rocha e concluiu: “Os negros

escravos são citados como mercadoria e mão-de-obra, nunca como sujeitos" (MEIRELLES, 2002, p. 42). Sobre a escritora Isaltina Vidal do Pilar Rosa, disse: "Retrata o escravo apenas como serviçal, não lhe dá destaque nem se detém na sua individualidade." (Ibidem, p. 46).

Em anos recentes duas dissertações de mestrado discutiram as relações entre senhores e escravos. Leandro Daronco (2006) analisou processos-crime e traçou um painel de desesperadas e violentas tentativas de fuga de uma vida de escravidão, destacando as igualmente violentas punições – da chibata à forca – as quais foram submetidos os cativos criminosos. Já Thiago Araújo (2008) apresentou um cenário em que o controle dos cativos, muito além da presença do capataz e da chibata, se dava em diferentes níveis, na suspeição corrente às pessoas de cor, na população pequena que permitia que todos se conhecessem, e qualquer um estranhasse um negro desconhecido e de comportamento suspeito; formas de controle que estavam além da violência física. Neste contexto, o historiador destacou também casos em que os cativos foram, por diferentes ações táticas de resistência, adquirindo autonomia e poder de barganha, ao ponto de negociar os termos de sua alforria.

Em suas pesquisas é possível conhecer um pouco mais sobre as relações cotidianas de senhores e escravos na vila da Cruz Alta. Ainda assim, Daronco (2006, p. 81) destacou que "a história de Cruz Alta carece ainda de esclarecimentos, especialmente em relação ao sistema escravista referente aos cenários urbano e rural do município." De qualquer forma o panorama traçado pelos dois pesquisadores apresenta a vida e as lutas entre cativos e senhores de um modo que não se encontra na histórias locais de Rocha (1980), Rosa (1981) e Cavalari (2004).

Paulo Zarth (2002), José Nascimento (2007) e Cristiano Christilino (2010), por sua vez, levantaram a história dos "lavradores nacionais" (ZARTH, 2002) na extração da erva-mate, a questão dos pequenos posseiros e os conflitos e litígios no campo após a Lei de Terras de 1850. A relevância de seus trabalhos está em demonstrar que não havia apenas estâncias ocupando as coxilhas do planalto médio gaúcho, e que a paisagem rural da vila da Cruz Alta era composta por uma sociedade mais diversa do que a retratada até então. São pesquisas extremamente relevantes, mas que permanecem restritas aos meios acadêmicos, nunca incorporadas aos discursos oficiais.

Há ainda muitos excluídos na história de Cruz Alta – tomo de empréstimo o termo de Michelle Perrot (1988) – principalmente no que se refere à história urbana. Sabe-se muito pouco sobre os "pobres da cidade" (PESAVENTO, 1998), uma vez que a história perpetuada é a dos vultos históricos. A vida social e cotidiana da cidade é pouco conhecida, pois que só os grandes eventos[8] pareceram dignos de nota. Mulheres são pouco mais que um anexo do homem, e aparecem na história de Cruz Alta apenas nas genealogias ou quando, por um motivo ou outro, tornaram-se personagens notáveis da história local.

O fundamental desta discussão é reconhecer que o lugar de enunciação que ocupa o historiador[9], não apenas o acadêmico, mas também o pesquisador que goza de prestígio e reconhecimento social na comunidade em que atua, atribui àquilo que ele escreve um valor de verdade, de autenticidade, e assim a "história verdadeira" se constitui socialmente. O passado de Cruz Alta tal como pode ser acessado hoje nos livros foi, claro está, construído a partir de fontes, documentais, iconográficas, enfim, que são autenticas, no sentido em que são de fato remanescentes de atividades e contextos passados. A partir destas fontes é possível conhecer um pouco do passado, mas na medida em que são compiladas, lidas e interpretadas em diferentes momentos, selecionadas com base em critérios próprios a cada pesquisador, como resultado se tem uma história que não relata os fatos tal como aconteceram, mas histórias produzidas de acordo com os objetivos, as fontes e os critérios de seleção, análise e interpretação dos dados.

Analisando por esta perspectiva, a pretensão de atingir "a" verdade histórica desvanece, mesmo porque, como argumentou Lowenthal (1998, p. 144), as narrativas históricas podem e têm servido para outros propósitos além da "verdade", estando muitas vezes em campos opostos ao dela. A exaltação de personalidades históricas, a promoção do fervor patriótico, o apoio a causas religiosas ou revolucionárias e a relação já mencionada destas narrativas com a construção de identidades são alguns exemplos onde as narrativas históricas são utilizadas com objetivos que em última instância pouco tem a ver com um passado verdadeiro, mas sim com interesses presentes. Não por acaso, acadêmicos como Jonathan Friedman (1992) e Christopher Tilley (2006) associam os discursos sobre o passado com

[8] Por "evento" entendo aquilo que Paul Veyne (1998, p. 19) descreve como um fato ou acontecimento que "destaca-se sobre um fundo de uniformidade".

[9] Bem como os demais profissionais que produzem também narrativas sobre o passado, como arqueólogos, antropólogos, sociólogos, etc.

“políticas de identidade” que são, por sua vez, elemento fundamental das políticas patrimoniais.

Neste ponto, gostaria de retomar o argumento de Jonathan Friedman (1992, p. 837) de que

> [...] cultural realities are always produced in specific sociohistorical contexts and that it is necessary to account for the processes that generate those contexts in order to account for the nature of both the practice of identity and the production of historical schemes.[10]

Tal afirmação apenas reforça o que venho discutindo. Antes de tudo, as narrativas históricas são produzidas por sujeitos posicionados socialmente. Os livros mais difundidos localmente foram produzidos por intelectuais residentes no município, que produziram histórias baseadas em suas próprias visões de mundo e em seus critérios para definir o que era importante ou não ser pesquisado; uma história constituída a partir de narrativas que são, em última instância, uma construção textual pensada e criteriosa. E neste processo determinados eventos, lugares e personagens foram tornados importantes. Reproduzidos, estes discursos são naturalizados e assumidos enquanto verdadeiros. Quando se institui uma política patrimonial no município, estas narrativas vão fornecer a base histórica para se pensar o que deve ou não ser patrimônio. Claro, o termo é escorregadio e a questão é certamente mais complexa. Tentarei desenvolvê-la.

1.2 O passado nas coisas: patrimônio

Quando se fala de patrimônio, o que vem à mente em primeiro lugar é a permanência de elementos do passado, um imperativo de evitar o desaparecimento de algo significativo no campo das identidades (FERREIRA, 2006, p. 79). Neste sentido, uma coisa é clara: a emergência e as ressignificações do conceito de patrimônio estiveram sempre relacionados com momentos de crise, de ruptura, de perda. Na iminência do novo, o velho precisa ser resguardado para não ser

[10] T. A.: “[...] realidades culturais são sempre produzidas em contextos sócio históricos específicos e que é necessário ter em mente os processos que geram estes contextos para levar em conta a natureza tanto da prática da identidade quanto da produção de esquemas históricos.”

esquecido, e nesta perspectiva, o patrimônio é uma “categoria de pensamento” fundamental para “a vida social e mental de qualquer coletividade humana” e não se restringe unicamente às sociedades ocidentais modernas (GONÇALVES, 2003, p. 26). Porém a institucionalização da necessidade de preservar o antigo e seus significados histórico, artístico ou identitário do desaparecimento, tal como a conhecemos hoje, é uma invenção recente. Para melhor compreender a questão, uso o argumento de Llorenç Prats (1998, p. 63-64).

> El patrimonio cultural es una invención y una construcción social. […] Asocio los procesos de invención con la capacidad de generar discursos sobre la realidad con visos de adquirir cartas de naturaleza, y, por tanto, con el poder (no sólo con el poder político si como tal se entiende exclusivamente el que deriva del estado), y asocio la idea de construcción social con los procesos de legitimación, es decir, de asimilación social de estos discursos más o menos inalterados. Podríamos decir, pues, que ninguna invención adquiere autoridad hasta que no se legitima como construcción social y que ninguna construcción social se produce espontáneamente sin un discurso previo inventado (ya sea en sus elementos, en su composición y/o en sus significados) por el poder, por lo menos, repito, por lo que al patrimonio cultural se refiere.

Prats destaca então a invenção dos discursos, dos critérios e das normas que definem o patrimônio, e os processos nos quais tais discursos são assimilados socialmente e tornados naturais. Assim como as narrativas históricas, o patrimônio é um projeto de passado constituído no presente. Hartog (2006, p. 263) discute a questão tratando o patrimônio como um regime de historicidade, ou seja, uma forma de se relacionar com o passado e a partir dele constituir uma consciência de si. Sendo uma construção social, o patrimônio só pode ser entendido se considerarmos as práticas sociais que o produzem e que lhe dão sentido (ARANTES, 2006, p. 426). Por esse motivo um dos pontos nevrálgicos de toda discussão contemporânea sobre o patrimônio é a questão do poder. “Sin poder, podríamos decir en términos generales, no existe el patrimonio” (PRATS, 1998, p. 69).

Tornatore (2009/2010, p. 19) afirma que o patrimônio celebra não o passado, mas sua presença, a forma pela qual as coisas do passado se apresentam hoje para nós. Diante do implacável movimento do tempo, alguns elementos do passado se perdem, outros permanecem. A patrimonialização destes elementos remanescentes garante que estes sejam preservados, e esta parcela do passado continue sendo lembrada e comemorada. Definir que bens são passíveis de patrimonialização e que bens não o são é uma decisão política, social e histórica. Mas, basicamente, a ideia

de selecionar algo denota uma vontade, um valor deliberadamente atribuído a um bem, que o diferencia de seus pares para que possa ser resguardado de qualquer que seja o destino dos demais. E se há uma seleção, é importante considerar quem pode ou não selecionar, e em que resulta essa seleção.

A construção, legitimação e apropriação do patrimônio é uma questão de poder de caráter preponderantemente político (ROTMAN e CASTELLS, 2007, p. 75). Ele é, antes de tudo, "uma realidade instituída pelo Estado" (ARANTES, 2006, p. 426) desde a origem do conceito, quando sua função primordial era a legitimação e estabelecimento de histórias e identidades nacionais. Lúcio Ferreira (2009, p. 79) resume a relação entre o patrimônio e os nacionalismos afirmando que "*nenhum governo governa sem patrimônio*".

A noção de patrimônio, tal como a conhecemos hoje, sofreu um longo processo de construção que remete à constituição dos Estados nacionais e da modernidade ocidental. No entanto, como afirma Gonçalves (2003, p. 26) é preciso reconhecer que a categoria já estava presente no mundo clássico, na idade média, e mesmo em sociedades tribais. Foi, porém, a modernidade ocidental que impôs os contornos semânticos que a palavra "patrimônio" assume hoje. Mas a noção de que monumentos e objetos de um passado já perdido devem ser congelados no tempo, preservados para a posteridade, é relativamente recente. Até a idade média os monumentos da antiguidade eram – independente de quem os utilizasse ou qual o valor atribuído a eles – reutilizados e incorporados nas práticas cristãs (CHOAY, 2006, p. 39-40). Não havia a percepção de um "outro" tempo já perdido cuja preservação fosse necessária. Este distanciamento que permitiu um outro olhar ao passado só veio a tomar forma a partir do século XV (Ibidem, p. 44), momento em que surgem também os primeiros Estados-Nação.

Por sua vez, o pensamento Iluminista contribuiu também em uma nova percepção do passado. Se o pensamento medieval acreditava que o mundo caminhava para o seu fim e a renascença via na antiguidade uma cultura "superior", a partir da segunda metade do século XVII grande parte dos europeus mostrava-se confiante com relação ao futuro (TRIGGER, 2004, p. 55). No século XVIII a Ilustração desenvolve uma visão evolutiva da história, combinando uma compreensão naturalística dos processos sociais com uma forte crença no progresso (Ibidem, p. 56). É neste processo que se insere a ascensão da burguesia ao poder, marcada definitivamente na Europa pela Revolução Francesa.

É logo após a revolução que a ideia moderna de patrimônio adquire substância. Um dos primeiros atos do novo regime foi colocar todos os bens do clero, dos emigrados e depois os da Coroa “à disposição da nação”. Inicialmente o valor atribuído a estes bens foi econômico, e para gerenciá-los os responsáveis adotaram a metáfora do espólio. Como um patrimônio de toda a nação, passa a ser necessário preservar e manter estes bens para evitar um prejuízo que era, até então, eminentemente financeiro (CHOAY, 2006, p. 98). Por outro lado, a própria violência da revolução teve contribuição na constituição desta ideia.

> Na França, o significado da noção de Patrimônio se estende pela primeira vez para as obras de arte e para os edifícios e monumentos públicos no período imediatamente posterior à Revolução Francesa, quando a população, tomada pelo sentimento revolucionário, destruía os vestígios do Antigo Regime. A população, ensandecida, chegava a propor a destruição de bibliotecas públicas. Foi neste momento que alguns intelectuais começaram a chamar a atenção para a perda significativa que se processava. A noção de Patrimônio afirma-se em oposição à noção de Vandalismo. Desencadeia-se uma mobilização salvacionista de obras consideradas imprescindíveis para a nação. A idéia de Patrimônio Nacional delineia-se. Visando conter o fanatismo provocado pelos ânimos revolucionários, são promulgados alguns decretos em defesa do Patrimônio público. No ano de 1794, surge a figura do crime contra o patrimônio, quando alguns intelectuais chamaram a atenção para o fato de que a destruição dos monumentos artísticos era também um crime contra o povo. Este é o ponto de partida para uma política do patrimônio na França, cujos objetivos consistiriam em inventariar, ou seja, em identificar, reconhecer e inscrever, no contexto da propriedade nacional, as obras consideradas imprescindíveis para a nação. (ABREU, 2007, p. 267)

A preservação de edificações, artefatos e obras de arte do antigo regime passa aos poucos a ter a função de manter viva a memória do triunfo burguês. Considerados patrimônio da nação e do povo, estes bens deveriam ser protegidos não apenas do prejuízo financeiro, mas também do esquecimento. O patrimônio da nação passa a servir também para que as gerações seguintes pudessem conhecer quem e como fora o regime retirado do poder. Para garantir esta proteção, foram desenvolvidos os primeiros sistemas de gerenciamento de bens patrimonializados. Choay (2006, p. 110) defende que os textos pós-revolução francesa antecipam, em grande medida, as doutrinas e procedimentos elaborados posteriormente, nos séculos XIX e XX, para a proteção e preservação dos monumentos históricos.

O movimento iniciado na França expandiu-se por toda a sociedade moderna ocidental e a noção de patrimônio passa então a estar indissociavelmente ligada à formação dos Estados nacionais. “As nações passam a construir e a inventar seus

patrimônios: bibliotecas, museus, monumentos, obras de arte e todo um acervo capaz de expressá-las e de objetificá-las" (ABREU, 2007, p. 267-268). Utilizado como um recurso de legitimação dos Estados nacionais, o patrimônio adquire a função de "suporte e recriação simbólica das identidades", principalmente na "conformação e na reprodução da identidade nacional" (ROTMAN e CASTELLS, 2007, p. 59).

Contudo, o que Choay (2006, p. 127) denomina a "consagração do monumento histórico" viria a acontecer um pouco mais tarde, em decorrência do processo de industrialização na Europa ocidental.

> A revolução industrial, como ruptura em relação aos modelos tradicionais de produção, abria um fosso intransponível entre dois períodos da criação humana. Quaisquer que tenham sido as datas, que variam de acordo com cada país, o corte da industrialização continuou sendo, durante toda essa fase, uma linha intransponível entre um antes, em que se encontra o monumento histórico isolado, e um depois, com o qual começa a modernidade. Em outras palavras, ela marca a fronteira que limita, a jusante, o campo temporal do conceito de monumento histórico – este pode, ao contrário, estender-se indefinidamente a montante, à medida que avançam os conhecimentos históricos e arqueológico. (CHOAY, 2006, p. 127)

Mais do que os períodos e eventos anteriores, segundo a autora, a revolução industrial gera uma mudança no tempo histórico, uma ruptura traumática que divide a sociedade ocidental, cujo "nunca mais será como antes" resultante leva ao romantismo na Grã-Bretanha e França. Foi a consciência de uma nova era que produziu outra mediação, e estabeleceu definitivamente o distanciamento necessário entre presente e passado. Perdeu-se, aqui, a continuidade e homogeneidade do devir (CHOAY, 2006, p. 135-136). Se após o Renascimento as antiguidades eram obras que podiam ser igualadas ou superadas, servindo como referências para o presente, "a partir da década de 1820, o monumento histórico inscreve-se sob o signo do insubstituível; os danos que ele sofre são irreparáveis, sua perda irremediável" (Ibidem, p. 136).

Com relação às áreas urbanas, foi também a industrialização que gerou transformações na cidade e a pôs em pauta enquanto objeto de conhecimento histórico. Ao tornarem-se obstáculo das novas modalidades de organização do espaço urbano produzidas pela era industrial, os conjuntos urbanos antigos adquiriram sua identidade conceitual (Ibidem, p. 179). Acompanhando os discursos

e inovações da burguesia e da era industrial, a noção de patrimônio expandiu-se também nas ex-colônias.

A noção e os imperativos do patrimônio começaram a ser discutidos pelas elites políticas e intelectuais brasileiras no início do século XX (ABREU, 2007, p. 268). Quando a discussão chega ao país, a função do patrimônio já está delineada teoricamente. Para a constituição dos patrimônios históricos e artísticos nacionais,

> o valor que permeia o conjunto de bens independentemente de seu valor histórico, artístico, etnográfico etc., é o valor nacional, ou seja, aquele fundado em um sentimento de pertencimento a uma comunidade, no caso a nação. (FONSECA, 1997, p. 31)

Abreu (2007, p. 272) deixa clara a lógica subjacente na ideia de patrimônio nacional com a frase “Somos um país porque temos uma história, e esta história está documentada em monumentos, prédios, objetos, coisas.” Instrumento de construção de identidades nacionais, o patrimônio adquiriu funções simbólicas na consolidação dos Estados modernos. Em primeiro lugar, a noção de um bem cuja propriedade é pública, de todos os cidadãos, reforça a cidadania. Além disso, o patrimônio objetifica e torna real essa entidade ideal que é a nação, demarcando-a no espaço e no tempo com bens tangíveis, concretos.

Por fim, os bens patrimonializados funcionam como provas materiais das versões oficiais da história nacional (FONSECA, 1997, p. 59). O patrimônio nacional dá coerência e legitima as narrativas históricas que o Estado quer perpetuar. Longe de um passado nacional real, o que as políticas patrimoniais fizeram foi selecionar bens que ilustrassem a história oficial, postulando no passado os pressupostos necessários à legitimação e naturalização da história que se queria contar no presente.

Foram os intelectuais vinculados ao movimento modernista nas artes quem deflagraram a institucionalização do patrimônio no Brasil. Para Fonseca (1997, p. 96) o interesse modernista pela “brasilidade” surge a partir da percepção de que não havia uma tradição artística verdadeiramente nacional que pudesse ser rompida pela arte moderna, uma vez que a arte brasileira formou-se em meio ao sistema colonial europeu. Assim, os modernistas voltaram-se para a identidade nacional, para produzir uma arte efetivamente brasileira. Mário de Andrade, um dos homens de frente da semana de arte moderna de 1922, produziu o primeiro anteprojeto para

uma lei específica de proteção ao patrimônio. Considerado avançado para o seu tempo, o anteprojeto reuniu no mesmo conceito – arte – tanto manifestações eruditas quanto populares, acreditando que o valor preponderante para a preservação dos bens era seu significado histórico e seu potencial educativo e democrático (FONSECA, 1997, p. 108-109).

Sob o projeto nacionalista do Estado Novo e com Gustavo Capanema no Ministério da Educação, o SPHAN definitivamente se institucionalizou em 1937 (ABREU, 2007, p. 270). Apesar do anteprojeto proposto por Mario de Andrade, o texto final que veio a tornar-se o Decreto-lei nº 25 de 1937 foi de autoria de Rodrigo Mello Franco de Andrade que, numa perspectiva mais pragmática, procurou garantir ao recém-criado SPHAN os meios legais para sua atuação em um campo que era o maior entrave para a institucionalização do patrimônio: a questão da propriedade. A solução encontrada então foi o sistema de tombamento, que conjugou o direito individual à propriedade e o interesse público de preservação de bens culturais (FONSECA, 1997, p. 114-115).

Na chamada “fase heroica” do SPHAN, sob o comando de Rodrigo de Mello Franco de Andrade, foi dada prioridade aos remanescentes da arte e da arquitetura colonial, principalmente a religiosa, ameaçadas pela modernização das cidades brasileiras. Os critérios de seleção eram geridos não por estudos e pesquisas ou pela opinião pública, mas pela autoridade do SPHAN e dos intelectuais associados à instituição (FONSECA, 1997, p. 117-120).

O passado representado resultante deste processo acabou por produzir um retrato da nação com base em bens que eram efetivamente um patrimônio das elites políticas, sociais, econômicas e religiosas, onde havia pouco ou nenhum espaço para manifestações culturais populares e de grupos subalternos. Quando iniciam as políticas públicas do patrimônio no Brasil, a partir da década de 1930, a atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, ao tombar principalmente igrejas, fortes, palácios, produziu “um retrato em pedra e cal” (FONSECA, 1997, p. 125) do passado nacional. Este paradigma da política patrimonial nacional só cambiaria no país a partir da década de 1970.

Porém desde o período pós segunda guerra um novo paradigma antropológico do conceito de cultura extravasava o meio acadêmico, trazendo noções de diversidade, valorização da diferença e relativização, como solução para questões como racismo, etnocentrismo e a hierarquização dos povos em uma

história linear (ABREU, 2007, p. 272). Este novo paradigma gerou uma série de críticas ao trabalho do então IPHAN – Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A ênfase nos monumentos coloniais tornava problemática a identificação da sociedade civil com o patrimônio nos anos 70.

Fazia-se necessário não apenas modernizar a gestão e administração dos bens patrimoniais, mas atualizar a própria ideia de patrimônio, até então limitada a determinados períodos históricos e de cunho elitista não apenas nos bens selecionados mas também no trato destes bens (FONSECA, 1997, p. 162). É partir de então que as ciências sociais passam a ter papel importante no campo do patrimônio, até então dominado principalmente por arquitetos. Desde então o campo do patrimônio se expande ao ponto de, segundo Hartog (2006), vivermos um momento do "tudo patrimônio". A absorção do conceito antropológico de cultura levou ao reconhecimento do patrimônio vivo, das manifestações culturais, artísticas, religiosas, da necessidade de articulação do patrimônio com as comunidades, e culminou com a emergência do patrimônio imaterial como objeto de estudo científico e de significância social e política. Neste campo a legislação brasileira antecipou-se à própria UNESCO, e a partir do Decreto nº 3551 de 2000 foi instituído no país o "Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial" (PELEGRINI, 2008, p. 152).

Em uma acepção contemporânea do conceito, Candau (2009/2010, p. 51) afirmou que a substância do discurso patrimonial é a metamemória, a reivindicação de um grupo pela preservação de uma memória que se crê compartilhada. Neste sentido ele afirma o papel do patrimônio como uma forma de metamemória, uma memória representada, na medida em que conforma o que o autor chama de "ilusão holista", ou seja, a sensação de pertencer a um grupo com uma identidade homogênea. Os bens patrimoniais funcionam então como "sociotransmissores"[11] (CANDAU, 2009/2010, p. 52), pois cumprem o papel de reproduzir e retransmitir à sociedade as memórias que a política patrimonial, por meio da patrimonialização de bens culturais, garante que sejam lembradas. E de fato é somente por meio de uma "ilusão holista" que podemos falar de uma identidade nacional em um país de dimensões continentais e culturas diversas como o Brasil.

[11] Em analogia aos neurotransmissores, responsáveis pela transmissão dos impulsos elétricos no cérebro.

Uma diferenciação precisa estar clara. Indivíduos em um grupo familiar ou social compartilham modos de ser no mundo adquiridos socialmente, um *habitus*[12] (BOURDIEU, 2007), assumido de forma muitas vezes irrefletida. Estas formas compartilhadas de ser e de viver no mundo, a experiência de pertencer a um grupo familiar, de trabalho, enfim, produzem memórias coletivas ou metamemórias que podem ser – mas nem sempre o são – intencionalmente constituídas. O patrimônio, por sua vez, é sempre uma memória deliberadamente criada, pensada, institucionalizada.

1.2.1 Sobre o patrimônio cultural de Cruz Alta

Em Cruz Alta, a lei que define o que é "patrimônio cultural" e estabelece as políticas públicas neste âmbito é a Lei Municipal nº 0040 de 2007, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental,[13] cuja função é, segundo seu Art. 1º "ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da área urbana e rural da propriedade urbana, para assim garantir a qualidade de vida de seus habitantes [...] assegurados por meios que não degradem o meio ambiente e o patrimônio histórico cultural" (PDDUA, 2007, p. 1). Não é proposta deste trabalho analisar a lei mas, uma vez que quero destacar o caráter arqueológico da cidade, cabe revisar como a arqueologia está contemplada no texto.

O artigo 7º da lei diz

> O desenvolvimento urbano equilibrado precede da promoção da valorização do patrimônio ambiental do município, compreendida pela preservação e destaque das permanências no meio urbano e rural de manifestações histórico-culturais, de paisagens naturais e construídas pelo homem. (Idem)

[12] Segundo Wacquant (2007, p. 6) o habitus é uma noção mediadora que fala sobre como "a sociedade é depositada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis, ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados, que então as guiam em suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações do seu meio social existente."

[13] Cabe destacar que de acordo com o art. 20 da Constituição Federal, a proteção do patrimônio cultural é competência concorrente da União, estados e municípios (CALI, 2005, p. 16). Importante lembrar também que no caso do patrimônio arqueológico, protegido pela Constituição Federal, compete aos municípios atuar em caráter suplementar, ou seja, aperfeiçoando os instrumentos legais federais e estaduais de modo a contemplar as especificidades do município (Ibidem, p. 28).

A seguir, no §2, está estabelecido o que é o patrimônio cultural do município e repete *ipsis litteris*, o art. 216 da Constituição Federal, reproduzindo então a lista de elementos onde constam os "conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, **arqueológico**, paleontológico, ecológico e científico" (PDDUA, 2007, p. 6). No restante do texto, a lei refere-se não mais a patrimônio cultural, mas patrimônio natural e paisagístico e patrimônio histórico cultural, que de qualquer modo são tratados em conjunto. No art. 8º, entre as diretrizes para as políticas de valorização ambiental lê-se, no parágrafo III, "articulação das ações de preservação do patrimônio natural e paisagístico com as de preservação do patrimônio histórico-cultural;" e no parágrafo V, que determina a necessidade de articulação dos órgãos públicos, cita o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE) e a comissão de patrimônio histórico cultural de Cruz Alta como os órgãos responsáveis pelas deliberações quanto ao patrimônio municipal (PDDUA, 2007, p. 7-8).

Não há bens tombados em nível federal no município. Duas edificações foram tombadas em 2002 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE): o prédio da Prefeitura Municipal[14] e a casa que hoje abriga o Museu Erico Verissimo.[15] Ambos os pareceres ressaltam a importância para o município de criar lei específica para a proteção do casario em seu conjunto, reconhecendo a necessidade de considerar não os bens isoladamente, mas a paisagem urbana. No âmbito municipal, o órgão responsável é a Comissão de Patrimônio Histórico Cultural, vinculada à Secretaria de Planejamento, que levantou e registrou uma série de bens imóveis sob a categoria de "imóveis de interesse histórico cultural".

Esta lista consta no Anexo 8B do Plano Diretor, e levanta quarenta e sete imóveis em diferentes pontos da cidade, entre aqueles cuja data de construção foi identificada, o mais antigo data de 1826[16] e o mais recente é anterior a 1940.[17] Cabe ressaltar todavia que a comissão de patrimônio tem caráter consultivo, sendo acionada e reunida quando necessário, conforme prevê a lei. E seguindo a tradição das primeiras décadas de políticas patrimoniais brasileiras, a comissão é composta

[14] Parecer técnico IPHAE nº 68, Anexo 9A do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (2007).
[15] Parecer técnico IPHAE nº 66, Anexo 9B do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (2007).
[16] Denominado na tabela como "ANTIGA DELEGACIA", abriga hoje o Centro Público de Economia Solidária, na Rua Cel. Pillar 442 (ver Apêndice A).
[17] Denominado na tabela como "CASA MARIA ZENKNER", na Rua Mariz e Barros 193 (ver Apêndice A).

basicamente por arquitetos, de modo que patrimônio cultural, em Cruz Alta, ainda é sinônimo de casario histórico.

Claro está que existe uma série de entraves ao estabelecimento de políticas patrimoniais mais amplas. Segundo notícia veiculada na mídia impressa local,[18] a legislação específica para o tombamento dos imóveis de interesse histórico cultural tem sido "construída com o devido cuidado", uma vez que o maior entrave é exatamente a necessidade de considerar o entorno imediato de um bem tombado, o que implica um número maior de lotes e proprietários envolvidos no processo. O problema reside, portanto, em encontrar os meios de articular o direito difuso do patrimônio com o direito individual da propriedade privada, questão enfrentada desde a elaboração do Decreto-Lei nº 25 de 1937 (FONSECA, 1997, p. 114-115), primeira lei de patrimônio no Brasil.

A legislação é recente e aos poucos as políticas patrimoniais têm tomado forma: o inventário de imóveis de interesse histórico cultural é obviamente uma ação importante desenvolvida pela Secretaria de Planejamento Urbano e Ambiental, mas todo o argumento até aqui apresentado resume-se a demonstrar que o conceito de "patrimônio cultural", ao menos nos dias de hoje, implica em uma gama maior de elementos e manifestações culturais, e em uma relação mais próxima com as pessoas e as comunidades no presente.

Afinal, em uma análise crítica, o que se vê na prática é a velha lógica dos princípios da institucionalização do patrimônio, um passado em pedra e cal (FONSECA, 1997), onde só é foco de preservação e valorização a arquitetura histórica, as platibandas e aberturas ornadas, os palacetes e casas assobradadas. Contudo em nenhum momento o potencial arqueológico do município, tanto na área urbana como na rural, foi de fato considerado. No que se refere ao registro arqueológico em subsolo, não há na lei municipal qualquer instrumento que exija estudos prévios e garanta a proteção dos bens arqueológicos potencialmente presentes nos subsolos da cidade.[19]

Volto à afirmativa de Tornatore (2009/2010, p. 19) de que o patrimônio celebra a presença do passado, para questionar qual passado resulta presente desta seleção. Os remanescentes de arquitetura notável hoje inventariados como

[18] DIÁRIO SERRANO. A história contada através da arquitetura. **Diário Serrano**. Geral, p. 4. Cruz Alta, 5 dez. 2010.

[19] Excetuando casos como os dos prédios da Prefeitura Municipal e do Museu Erico Veríssimo que, tombados pelo IPHAE, estão sujeitos às suas diretrizes.

“de interesse histórico-cultural” são em sua grande maioria produto das elites econômicas e sociais. Claro está que independente de qualquer política patrimonial, quanto mais simples uma edificação, mais provável será sua reforma ou substituição em uma ocupação subsequente. Edificações mais sólidas, imponentes e de apelo estético tendem, em geral, a sobreviver por mais tempo nas paisagens urbanas, e sendo estas o único foco de valorização patrimonial, é o passado das elites que se perpetua.

É neste sentido que busquei destacar a aproximação do passado produzido pelas narrativas históricas e o passado produzido pelas políticas patrimoniais. Se no primeiro se perpetuaram os nomes dos estancieiros, políticos e militares locais numa história de eventos e vultos históricos, as segundas reproduzem a mesma lógica na medida em que valorizam apenas edificações em geral construídas por muitos dos tradicionais nomes da história local, nomes que também batizam ruas, praças e escolas da cidade. Esta é uma importante questão emerge a partir de um olhar crítico às políticas patrimoniais locais: Que passado a cidade de Cruz Alta está celebrando?

Os historiadores mais conhecidos e difundidos localmente produziram uma história bastante tradicional, focada nos grandes eventos e nas figuras ilustres e de proeminência econômica, social e política. O patrimônio, por sua vez, produz alegorias (CHOAY, 2006) que refletem esta mesma lógica. Uma vez que o critério estético e arquitetônico parece ser dos mais relevantes na seleção, privilegia também quase sempre as camadas mais altas da sociedade, que exatamente pela imponência e beleza da arquitetura, expressaram materialmente sua condição elevada. Na tabela de imóveis de interesse histórico-cultural muitos dos imóveis são identificados pelo sobrenome de seus primeiros proprietários, não raro figuras conhecidas na historiografia local.

Mas não apenas residências foram levantadas e registradas. Prédios construídos para as mais diferentes finalidades constam na tabela do município: prédios públicos como a prefeitura e a primeira delegacia, além de quartéis, casas comerciais, bancos, escolas, igrejas, entre outros, que de um modo ou outro estão associados em sua maioria à instâncias privilegiadas da sociedade e da história de

Cruz Alta. Exemplares de arquitetura vernácula, que remetam a outros segmentos sociais, são hoje artefato raro.[20]

Apesar dos avanços teóricos no campo do patrimônio, a proeminência de narrativas históricas tradicionais e a preponderâncias de profissionais da arquitetura nas deliberações do patrimônio resultaram igualmente em uma fotografia em pedra e cal do passado da cidade. E se tomo por correta a afirmação de Maria Letícia Ferreira (2006, p. 79) de que "Quando se fala de patrimônio, para além da origem jurídica do termo, o sentido evocado é o da permanência do passado, a necessidade de resguardar algo significativo no campo das identidades, do desaparecimento", cabe questionar que passados e que identidades expressam as políticas patrimoniais cruz-altenses no campo do patrimônio histórico cultural material.

De modo algum pretendo afirmar a irrelevância dos bens selecionados até o momento no município, pelo contrário; além de reafirmar seu valor para a arquitetura e para a história, amplamente reconhecido, agrego a estes imóveis também um valor arqueológico, ainda ignorado. Muitos outros imóveis que poderiam ser considerados relevantes em termos patrimoniais perderam-se no movimento constante da paisagem e em certa medida o poder público trabalha para, literalmente, preservar o pouco que sobrou da Cruz Alta do século XIX e início do XX. Mas o que quero enfatizar é que ao focarem-se nos bens arquitetônicos as políticas patrimoniais do município deixaram de lado uma gama infindável de outros elementos materiais presentes ainda na paisagem urbana, que poderiam colaborar na constituição de outros discursos sobre o passado e trazer a tona outros atores e grupos sociais para a história do município.

O importante aqui é compreender que as representações do passado que os bens patrimoniais produzem não apresentam um passado real, "o passado tangível não tem vida própria. As relíquias são mudas; elas requerem interpretação para exprimir sua função de relíquia" (LOWENTHAL, 1998, p. 157). Do ponto de vista arqueológico, são os paradigmas da ciência e os objetos e objetivos de cada pesquisador que estabelecem quais destas "relíquias" são ou não passíveis de estudo, quais conformam sítios arqueológicos e quais não. Da mesma forma, são critérios de valor os que definem que bens são passíveis ou não de preservação,

[20] Como por exemplo o prédio residencial situado na Av. Presidente Vargas 1143, imóvel número 36 da Tabela de Prédios de Interesse Histórico Cultural (PDDUA, 2007), de construção rústica e data de construção desconhecida (ver Apêndice A).

que elementos do passado devem ser valorizados. Dessa forma se define que passado se quer lembrado.

No que se refere às metamemórias instituídas pelo patrimônio, as relações de poder se fazem presentes em diferentes instituições. O patrimônio é uma construção política, mas também científica (PRATS, 1998). Isso já ficou claro. Historiadores, arqueólogos, antropólogos têm sua posição acadêmica legitimada e reconhecida socialmente, e à sua produção intelectual é atribuído um valor de autenticidade. No que se refere ao contexto local, pesquisadores da cidade adquirem sua legitimidade do reconhecimento e penetração na comunidade, de modo que seus discursos sobre o passado são assumidos como verdadeiros. Como consequência, as alegorias do patrimônio (CHOAY, 2006) no município incorporaram seus discursos.

Cruz Alta, cidade histórica, “a glória dos tropeiros” (ROCHA, 1980, p. 5), “terra de bravos, berço de grandes homens que a honraram e engrandeceram” (ROSA, 1981, p. 76), ainda não se reconheceu enquanto uma cidade arqueológica: no que compete às políticas municipais, não há estudos arqueológicos em intervenções nos edifícios históricos, obras de infra-estrutura nas ruas ou remodelação de praças e áreas públicas; assim, não há pesquisas arqueológicas e desse modo, não há divulgação, valorização ou ações de educação patrimonial voltadas para os bens arqueológicos. Enquanto isso, a cidade cresce e se transforma, e o novo vai dando lugar – destruindo – uma série de remanescentes materiais do passado da cidade. Foi esta constatação que deflagrou a dissertação que aqui desenvolvo.

Dentro desta categoria ampla que é o patrimônio cultural, meu foco de análise recai nos elementos materiais, mais especificamente àquilo que se convencionou chamar patrimônio arqueológico. De acordo com María Endere (2000, p. 40)

> Elaborar una definición legal de patrimonio arqueológico que contemple las tendencias actuales de la arqueología, no es tarea sencilla. En 1990, ICOMOS definió al patrimonio arqueológico – archaeological heritage – como “aquella parte de la herencia material respecto de la cual los métodos arqueológicos proveen información primaria” (Charter for the Protection and Management of the Archaeological Heritage, Art. 1º, ICOMOS). Si bien esta definición se fundó en la necesidad de diferenciar la herencia arqueológica de la arquitectónica (Elia, 1993: 101), al poner el acento en los métodos, se contempló no sólo los empleados actualmente, sino los que se pudieran emplear para el estudio del registro arqueológico en el futuro.

> En consideración de las observaciones efectuadas precedentemente y, en especial, a lo dispuesto en la Carta del ICOMOS de 1990, se define en este trabajo al “patrimonio arqueológico” como aquel que está constituido por todos los restos materiales de culturas del pasado que puedan ser estudiados mediante metodología arqueológica, así como la información que se obtenga de dichas investigaciones.

Para os fins desta pesquisa a definição é deveras importante. Em primeiro lugar a autora destaca a complexidade de estabelecer um conceito que dê conta da multiplicidade de paradigmas teóricos e metodológicos da arqueologia e, ao demarcar o patrimônio arqueológico como a parte de nossa herança material que corresponde às fontes de estudo arqueológicas, abre um amplo espectro, na medida em que, a princípio, qualquer elemento material pode ser estudado arqueologicamente. Mas ao contrário da autora, me parece que o conceito, longe de diferenciar o patrimônio arqueológico do arquitetônico, faz com que o primeiro englobe o segundo, na medida em que a própria arquitetura pode ser objeto de estudo da arqueologia.

Uma ressalva: é sabido que o termo patrimônio em sua acepção contemporânea implica uma relação de identificação que parta das comunidades, da população, e não apenas das políticas públicas; mesmo porque é preciso que as pessoas reconheçam determinado bem enquanto elemento de seu passado, de sua herança, e só a partir disso é que algo pode ser efetivamente patrimônio de alguém. Contudo não há qualquer coletividade reivindicando a preservação de bens arqueológicos cruz-altenses, mesmo porque a maior parte da população sequer sabe de sua existência. De qualquer forma, claro está, algo não é de fato patrimônio – no sentido estrito da palavra – porque o arqueólogo assim o disse, e é nesse sentido que faço esta ressalva. Mas para fins práticos o conceito de Endere é extremamente preciso em marcar a que me refiro: “los restos materiales de culturas del pasado que puedan ser estudiados mediante metodología arqueológica, así como la información que se obtenga de dichas investigaciones” (Idem).

2 Breve história da paisagem urbana de Cruz Alta

Para Michael Aston (2002, p. 13) são cinco as principais fontes de informação a ser pesquisadas para se fazer uma história da paisagem: arqueologia, fotos aéreas, mapas, história local, além de estudos relacionados. A primeira delas, é importante relembrar, é praticamente inexistente para este contexto. Foram apenas duas intervenções arqueológicas realizadas em anos recentes, ambas descontinuadas e nunca publicadas; a cultura material proveniente destas atualmente está armazenada nas dependências da Universidade de Cruz Alta, inacessíveis à pesquisa ou simples contemplação. Com as demais fontes, procurei traçar um panorama histórico da paisagem urbana de Cruz Alta em um período de aproximadamente um século, para o qual pude levantar maior quantidade de dados.

Neste capítulo prepondera uma perspectiva histórica. Busquei portanto dados que me permitissem entender, mesmo que superficialmente, um período razoavelmente longo de transformações na paisagem cruz-altense. Na busca por fontes, encontrei alguns cronistas – aqueles que estiveram lá, e deixaram publicadas suas memórias – como Evaristo Affonso de Castro (1887), Hemetério Velloso da Silveira (1979) e Erico Verissimo (1990). Encontrei também a produção local, nas pesquisas realizadas por Prudêncio Rocha (1980), Isaltina Vidal do Pilar Rosa (1980) e Rossano Cavalari (2001, 2004, 2007), todos pesquisadores reconhecidos localmente. Por fim, em publicações acadêmicas, dissertações e teses oportunamente citadas no decorrer do texto, encontrei os demais elementos para tentar compor uma história da formação e desenvolvimento da ocupação urbana de Cruz Alta.

Não encontrei pesquisas cujo foco recaísse de fato na história urbana, no processo de urbanização, ou qualquer outra perspectiva que abordasse em uma dimensão histórica a espacialidade da malha urbana de Cruz Alta. Foi necessário garimpar as referências à procura de pequenos fragmentos; impressões e descrições de viajantes e habitantes, trechos que localizavam no espaço e no tempo determinados acontecimentos, argumentos que por um motivo ou outro discutiam a espacialidade e os usos sociais dos espaços, fotos e plantas baixas. A partir dos dados levantados para o contexto local, e da historiografia gaúcha e brasileira de um modo geral, desenvolvi minha narrativa.

2.1 "Os primeiros povos civilisados que aqui penetrarão foram Paulistas os quaes consideramos os primeiros povoadores"[21]: Antecedentes regionais

A historiadora Ivanir Ticco (2004, p. 129) afirma que Cruz Alta se insere nos documentos e mapas da história do Rio Grande do Sul por volta de 1687, em pleno decorrer do que se convencionou chamar a segunda fase das missões jesuíticas no território hoje gaúcho. Entre o mato castelhano e o mato português, no caminho que ligava a região missioneira com as vacarias del Mar e dos Pinhais, teriam sido construídas a cruz e a Capela do Menino Jesus, marcos que tornaram-se ponto de referência de tropeiros e viajantes, vindo a ser conhecido como Pouso da Cruz Alta. Em meio às querelas territoriais entre Portugal e Espanha, o planalto médio, até pouco tempo antes habitado apenas por grupos indígenas, tornou-se passagem e paradeiro, ponto de encontro e conflito, de um número cada vez maior de pessoas.

A cruz erguida pelos jesuítas era até então um símbolo do território jesuítico – e da posse espanhola –, contudo o Tratado de Santo Ildefonso em 1777 além de ter garantido a posse espanhola das missões jesuíticas, estabeleceu segundo Cavalari (2004, p. 50) uma "faixa neutra ao longo das fronteiras secas", "Campos Neutrais" (idem) entre os territórios lusos e hispânicos. Cavalari (Ibidem, p. 51-52) enfatiza essa questão e lhe atribui extrema importância para explicar o início da ocupação.

[21] CASTRO, 1887, p. 58.

> **Essa faixa de campos ditos neutrais, era delimitada por uma divisória de duas linhas paralelas "ora se aproximando, ora se distanciando"**, *passando exatamente por cima da cruz alta erguida pelos jesuítas e também sobre onde hoje está a atual cidade de Cruz Alta*. O Tratado de Santo Ildefonso é portanto, um marco importantíssimo para a história da localidade, pois a partir do estabelecimento desse "corredor", começou uma intensa movimentação de pessoas das mais variadas ocupações pela sua extensão. Este fato preocupava as autoridades, no sentido de colocarem-se tropas de defesa nestas linhas, já que para lá acorriam habitantes das duas fronteiras, tornando-se refúgio de soldados desertores, contrabandistas e vadios, até de outras regiões do Brasil, já que os critérios do Tratado nunca foram de fato respeitados.
> Em razão disto, houve inclusive um excessivo movimento migratório de paulistas, que a cada ano aumentava nesta região de Cruz Alta. Entre estes, muitos malfeitores transitando "*sem passaporte, ou para melhor dizer que se não atrevem, ou não resolvem a pedi-lo, não tanto por causa do justo receio de que se lhes negue, como pelo grande interesse que tem em viver ocultos, desviando-se quanto podem das Guardas, Registros, Estradas e Passos principais dos rios e arroios, afim de não serem descobertos e castigados como merecem*."

Assim que o estabelecimento desta faixa neutra teria, segundo o pesquisador, facilitado a penetração das primeiras populações luso-brasileiras nesta região. Em 1801, como resultado de um conflito entre as coroas ibéricas, tropas portuguesas foram mobilizadas para avançar missões adentro, e ao final do conflito, assinado o Tratado de Badajós, o território da atual cruz alta – que havia sido posse espanhola e depois terra de ninguém – passa a fazer parte definitivamente do território português (Ibidem, p. 54). A partir de então "aquela imensurável reserva de proteína animal passava a outras mãos, enquanto o espaço até aí ocupado pelas estâncias coletivas era repartido para dar lugar às sesmarias" (CESAR, 2005, p. 27). As coxilhas já haviam sido povoadas de gado com a formação das estâncias das reduções, gado que desde o princípio atraiu gente para a região.

Ao se legitimar a posse das missões orientais o obvio passo seguinte da coroa portuguesa seria garantir a ligação desta área com o restante da colônia e povoar a região. Aí se define o papel fundamental dos caminhos das tropas para a ocupação e formação de diversas cidades no sul – entre elas Cruz Alta. A expansão para o oeste na região das gerais tornava as distâncias cada vez maiores, e a tração animal, cada vez mais necessária. Esse teria sido o principal fator de atração dos tropeiros paulistas à região das missões, e por isso a pecuária no sul "veio a constituir-se num setor econômico de apoio de outro setor principal, que atuou como mercado consumidor: a mineração" (POZZEBON, 2002, p. 49-50).

Cavalari (2004, p. 30) identifica um caminho aberto pelos índios para escoar a produção de erva-mate das missões, mais tarde denominado Estrada das Carretas, como uma das trilhas fundamentais para a ligação do território sulino com as capitanias do sudeste – caminho este aproveitado e ampliado por diferentes expedições ao longo dos séculos XVIII e XIX.

Ainda no século XVII as bandeiras paulistas chegaram aos campos de Curitiba; em 1730 já estava estabelecido o caminho entre Curitiba e a região de Laguna; e no início do século XIX o alferes da cavalaria de Curitiba, Atanagildo Pinto Martins, chegava ao destacamento de São Borja pelo caminho que veio a ser conhecido como Estrada das Missões (Ibidem, p. 55-57). A abertura destes caminhos, além de permitir a ligação da região com o restante da colônia, gerou a formação dos primeiro núcleos populacionais, surgidos em alguns pontos de descanso e invernada das tropas e dos tropeiros. Historiadores e pesquisadores concordam que é neste contexto que um ponto específico recebe – desde 1787, segundo Cavalari (2004, p. 52) – o topônimo de pouso da Cruz Alta, ao tornar-se local preferencial de tropeiros vindos pelas trilhas abertas pelos índios missioneiros e pelo caminho de São Martinho.

> A região que veio a formar o município de Palmeira também começou a ser ocupada pelo norte, por iniciativa do novo governo de São Paulo, que enviou exploradores para estabelecer um caminho mais curto com as Missões e também núcleos populacionais, visto que o trajeto anterior partia das Missões, passando por Cruz Alta, Passo Fundo, Vacaria, Lages até chegar em Sorocaba. Nesse sentido, o governador de São Paulo, Dom Francisco Mascarenhas, mandou, em fins do ano de 1816, "chamar à sua presença o Capitão de milícias Antônio da Rocha Loires, nomeou-o comandante de uma força de sessenta exploradores, indo como subalterno o alferes Athanagildo Pinto Martins", o qual estabeleceu-se mais tarde em Cruz Alta, deixando uma vasta descendência. Eram "homens armados, sob comando militar que, ao longo de caminhos estratégicos, a partir do Planalto paulistano, buscavam estabelecer núcleos populacionais, com base numa pequena fortaleza, geralmente localizada em pontos que pudessem dominar, pela visão, extensos horizontes". Nessa viagem, parte do grupo de Athanagildo não voltou a São Paulo, descobrindo-se mais tarde que havia sido atacado pelos índios, pois "decorridos vinte e oito anos, quando o distrito de Nonoai começou a ser regularmente povoado, quando penetraram os filhos do velho Capitão Rocha Loires, encontraram bugres, que foram testemunhas (talvez compartes) dessa matança, que contaram-na com todos os pormenores, assegurando que os corpos ficaram insepultos".
>
> Como conseqüência, "a abertura dessa estrada deu condições para que muitos tropeiros conduzissem suas tropas para Sorocaba, seguindo esse caminho". Além disso, enquanto conduziam o gado, pernoitavam em pontos estratégicos que, progressivamente, tornaram-se novos povoados e pontos de comércio, ocupados por tropeiros que viam aí a possibilidade de bons negócios. Muitos deles tornaram-se grandes proprietários, ao apossarem-se

> de terras públicas, consideradas desocupadas, mas de fato habitada pelos indígenas Kaingáng, como foi o caso dos Rocha Loires. O tropeiro, “muito embora preso a esse mundo, ... foi um dos tipos humanos para o qual mais se abriram as possibilidades de integração a um outro lado da sociedade. Especialmente o comércio de burros constituiu um importante canal de ascensão sócio-econômica”, os quais se apossaram de terras consideradas, em geral, devolutas e se tornaram grandes proprietários e criadores de gado. (NASCIMENTO, 2007, p. 39-40)

A abertura destes caminhos e o estabelecimento dos primeiros núcleos populacionais não se deram de forma pacífica, como se fora a simples ocupação de um território despovoado. Havia na região da Cruz Alta um povoamento, que Prudêncio Rocha (1980, p. 15) chamou “esparso e rarefeito”, de “índios ‘coroados’ de um espesso bosque existente”. Coroados que, segundo o pesquisador “iniciaram a campanha de hostilização à medida que se aprofundava a penetração do homem branco por essas paragens” (Idem). É notável que Prudêncio Rocha não tenha levado em conta a hostilidade deste homem branco ao entrar em áreas que talvez fossem ocupadas há gerações por essas populações indígenas.

De acordo com o historiador Thiago Araújo (2008, p. 29-30) o início dos oitocentos foi marcado por dois fluxos migratórios para a região. Em 1809 quatro municípios foram criados na Capitania de São Pedro: Porto Alegre, Rio Grande, Santo Antônio da Patrulha e Rio Pardo. Destes quatro núcleos – mas principalmente do último – vieram as primeiras levas de migrantes para ocupar o território conquistado recentemente. Enquanto grande parte dos rio-grandenses migrantes foi para a campanha, em direção à fronteira platina, a região aonde viria a se formar a vila da Cruz Alta foi ocupada principalmente por migrantes da capitania de São Paulo. Estes fluxos migratórios, de acordo com o historiador, tinham não apenas objetivos comerciais, mas faziam parte da geopolítica luso-brasileira que se propunha a garantir a posse do território contra as esperadas investidas dos espanhóis. Em um primeiro momento se deu a ocupação dos campos nativos e formação das primeiras estâncias pastoris (NASCIMENTO, 2007, p. 11-12), e ainda nos primeiros anos do século XIX a solução encontrada e posta em prática foi a concessão de sesmarias, diretamente pela Coroa ou através dos comandantes militares da fronteira.

Ainda que este seja um estudo do processo histórico de urbanização, a relação intrínseca da formação da cidade de Cruz Alta com os estancieiros e a criação de gado torna impossível eludir o tema das sesmarias, uma vez que são os

primeiros sesmeiros que se reúnem e organizam o estabelecimento da vila. Um ponto, talvez o mais importante no que se refere às sesmarias, é o fato de que se tratava de terras consideradas devolutas, de modo que não eram vendidas, mas concedidas; o que de modo algum tornava mais fácil obtê-las. Segundo Cesar (2005, p. 82)

> Quem não tivesse prestígio pessoal para se fazer merecedor de uma doação, ou quem não dispusesse de padrinho influente, jamais chegava a titular de sesmaria. Desde o requerimento inicial até à formalidade última do papel passado (a confirmação régia), o candidato andava por Ceca e Meca e Oliviais de Santarém, em busca da munificiência dos manuéis-da-hora, aqui e na metrópole. O Rei era a origem e a última instância de tais benesses. De sorte que o arbítrio das autoridades coloniais, tendo o Atlântico a separá-las da fiscalização régia, não se tolhia, nem era estorvado por maiores escrúpulos.

Não foram joões-ninguém os primeiros sesmeiros. Mais do que a ocupação do território – mesmo porque as sesmarias eram de fato escassamente povoadas por pessoas, ao passo que densamente povoadas por gado – a concessão de sesmarias se destinava em geral “a povoadores notórios, ou a antigos homens-de-armas, ou ainda a valentes cabos-de-guerra” (CESAR, 2005, p. 85) que poderiam, se necessário, arregimentarem homens e coordenar a defesa contra possíveis invasões castelhanas. Além disso, “toda a enorme e colorida comparsaria do poder real, longe ou perto dos beneficiados, punha o máximo de empenho em aquinhoar parentes, protegidos e afeiçoados” (CESAR, 2005, p. 83). Garantia-se assim a posse e a defesa, pondo pessoas de confiança da coroa portuguesa no controle da região. Segundo Pozzebon (2002, p. 25), “nas duas primeiras décadas do século XIX avultaram as concessões de terras. Só no ano de 1814 foram concedidas 336 sesmarias”. Considerando-se que cada légua de sesmaria tinha em torno de 13.000 hectares, torna-se clara a enorme porção de terra ocupada pelos primeiros estancieiros.

Agregue-se a isso o fato de que, solicitando a concessão em seu nome, nos nomes de seus irmãos ou de seus filhos, muitos estancieiros reuniram porções gigantescas de terra. Paulo Zarth (2002, p. 61) cita, por exemplo, Salvador Martins França, estancieiro que declarou ao Registro de Terras da Paróquia do Divino Espírito Santo a posse de sete sesmarias de campo, ou o Tenente-Coronel Joaquim Thomas da Silva Prado, que declarou em 1855 a extensão de 39.200 hectares de terra obtidos por concessão do comandante da fronteira no ano de 1828 (Ibidem, p.

62). Para a década de 50 do século XIX o historiador identifica que na vila da Cruz Alta “229 estabelecimentos detinham 93% da área; apenas 36 propriedades com mais de 10.000 hectares somavam 788.646 hectares, equivalente a 55% da área total registrada” (Ibidem, p. 64).

Daí se infere um ponto extremamente importante neste contexto, possível de inferir a partir dos dados afirmados, e que Rahmeier (2008, p. 8) levou em conta: “a relação entre a terra e o *status* por ela conferido”, ou seja, o papel da posse da sesmaria como legitimação de poder e prestígio social e político em um contexto onde, mesmo após a formação da vila, os lugares de poder residiam no campo. Uma vez que estes grandes estancieiros serão os primeiros chefes políticos quando da formação da vila da Cruz Alta, a discussão do caráter simbólico da posse de terras parece oportunizar uma maior compreensão da dinâmica social que dará forma também à paisagem urbana ao longo dos oitocentos.

> No século XIX, os proprietários de terra gaúchos, essencialmente criadores de gado ou donos de charqueadas, exerciam forte influência no cenário político local, regional e nacional e, de certa forma, representavam o poder central na sua comunidade – mesmo que em diversos períodos da história tenha sido verificada uma disputa entre essas esferas. A influência de tal grupo social estava relacionada à sua condição econômica, a qual se prendia fundamentalmente à economia do gado. (RAHMEIER, 2008, p. 11)

Mesmo que por outra via, Cesar (2005, p. 159) chega à mesma conclusão ao afirmar que “a estância assentou o poder de mando, garantiu a fartura, levou à representação política e forneceu à nobreza imperial os seus barões”. Rahmeier (2008) buscou entender a terra como cultura material, e como esta não era simplesmente algo que os estancieiros possuíam, mas que era também um atributo fundamental na definição de quem eram e do que poderiam fazer socialmente, uma vez que “a partir do significado dado à terra eram constituídos os papéis e as relações sociais” (RAHMEIER, 2008, p. 11). A terra adquiria, portanto, um caráter biográfico, pois atributos pessoais e prestígio social estão atrelados a ela (Idem).

A concessão era um reconhecimento do Estado (POZZEBON, 2002, p. 65), e a terra cedida e o valor agregado à pessoa do sesmeiro neste processo o punham em uma posição privilegiada socialmente. Rahmeier (2008, p. 9) pensou a terra como um objeto inalienável – fundamentando-se em Julian Thomas – porque “Em razão da significação que lhe é atribuída, o objeto, ao ser consumido (por exemplo, através de trocas, oferendas, homenagens) faz circular pessoas”. Essa carga

simbólica que garante o caráter inalienável da sesmaria, segundo a autora, é o fato de que este objeto dado – concedido, se uso o termo mais adequado ao contexto – confere àquele que o recebe um grau de distinção perante os demais, uma vez que não foi simplesmente trocado ou comprado, e não dispunha, naquele momento, de um valor monetário (Idem). A terra dava ao sesmeiro voz e posição para circular e atuar socialmente de uma forma inalcançável aos demais. Um lugar de poder que por sua massividade material gerou uma infinidade de conflitos.

> Não se desconhece, contudo, que a sesmaria, por sua grandeza material, tenha sido sempre um estímulo ao surgimento indiscriminado de tensões sociais. O peão, o agregado, o escravo – o servidor do sesmeiro, qualquer que fosse sua posição na hierarquia do trabalho, muito humanamente invejava o feliz possuidor de tanta terra. Se foi, portanto, um veículo de civilização, a estância também gerou inúmeros conflitos, abertos ou não: deu nascimento a clãs familiares imperiosos e absorventes, dividiu os homens, politizou-os, enobreceu-os ou degradou-os, como é próprio da mecânica social. (CESAR, 2005, p. 143-144)

Mas não havia apenas estancieiros e seus servidores ocupando o planalto médio gaúcho nesse momento. Nascimento (2007, p. 8-9) diz que em um primeiro momento as áreas de matas não interessavam aos criadores de gado, mas a grande quantidade de ervais levou a ocupação por pequenos posseiros, que o historiador identifica como trabalhadores nacionais ou caboclos, que se ocupavam da extração da erva-mate. Os interesses e usos diversos da paisagem, de seus recursos e possibilidades, produziram tensões. Em sua pesquisa Nascimento – bem como Zarth (2002) – identificou uma série de conflitos entre estancieiros e trabalhadores nacionais, uma vez que conforme as terras devolutas se tornavam mais escassas, os grandes proprietários avançaram sobre áreas antes desinteressantes. Sem a propriedade destas áreas e as condições necessárias para requerê-las, muitos lavradores pobres acabariam expropriados, principalmente a partir da Lei de Terras de 1850.

Há uma miríade de atores e grupos sociais envolvidos na formação desta povoação que veio a tornar-se a cidade de Cruz Alta. Os movimentos de migração e ocupação sobrepujaram as populações indígenas e estabeleceram aqui uma sociedade colonial de estancieiros/militares, seus peões e escravos, pequenos lavradores e extratores de erva-mate. Foram estes que, ao passo lento de construção de sua própria vida material, deram forma, substância e significado ao pequeno arranchamento, à vila, e ao município.

2.2 “A bucólica Vila do Divino Espírito Santo da Cruz Alta”[22]: fundação e demarcação

Cavalari (2004, p. 68-70) levantou dados dos sesmeiros que iniciaram a ocupação da região e confirmou o dado de Hemetério Velloso da Silveira de que Antônio Moreira da Silva teria sido o pioneiro a radicar-se na região do que hoje é o município de Cruz Alta; o primeiro de muitos que viriam a estabelecer suas estâncias ao longo das primeiras décadas dos oitocentos. É o que afirma Nascimento (2007, p. 11-12):

> Em Cruz Alta, esse processo também iniciou-se pela ocupação dos campos nativos, formando estâncias pastoris, os quais foram apossados e, posteriormente, receberam a concessão das autoridades militares locais, sendo que Antonio Moreira da Silva foi o primeiro a receber tal beneficio, antes de 1810. João José de Barros conseguiu a concessão em 1810 e as primeiras 30 solicitações ainda eram compostas por Antonio Fernandes Paes, Antonio Germano Teixeira, Antonio Moreira Paes, Antonio Machado Soares, Antonio de Souza Fagundes, Bernardino José Lopes, Domingos Alves dos Santos, Felisberto José Fagundes, Firmino da Silva Moreira, Fortunato Carneiro Lobo, Francisco Antonio Carpes, Gabriel Rodrigues de Carvalho, Joaquim de Almeida Pires, Joaquim José de Jesus, Joaquim Júlio da Costa Prado, Joaquim Thomaz da Silva Prado, José Alexandre da Silva, José de Moura e Silva, José Gonçalves de Almeida Laguna, José Joaquim de Carvalho, José Thomaz da Silva, Manoel Bento de Almeida, Manoel Gomes de Moraes, Manoel Gonçalves da Terra, Manoel José da Encarnação, Manoel Teixeira Buenavida, Tristão Ferreira de Barros e Vidal José de Pillar. Apresentou, assim, um baixo contingente populacional que foi ocupando e expandindo a fronteira, atraído pelos campos nativos e áreas devolutas, passiveis de apropriação. (NASCIMENTO, 2007, p. 11-12)

Todos estes se estabeleceram como sesmeiros, constituindo estâncias de criação de gado, mas tiveram suas esferas de influência e prestígio social estendidas à vila em formação, uma vez que muitos detinham também propriedades na vila. Vale mencionar, contudo, que nesta lista Nascimento apresenta apenas os nomes daqueles que receberam concessões. Além destes um sem-número de posseiros, extratores e lavradores pobres ocuparam áreas sem legitimação de sua propriedade ou posse, além de peões e trabalhadores livres das estâncias e, claro, a população cativa. Tais personagens tiveram espaço em pesquisas como as de

[22] ROCHA, 1980, p. 60.

Araújo (2008), Daronco (2006), Nascimento (2007) e Zarth (2002), mas em geral permanecem como uma massa inominada nas “histórias de Cruz Alta” produzidas localmente.

Não há na bibliografia detalhes claros acerca de como iniciou a ocupação da área em um primeiro momento. Sabe-se que no dia 10 de junho de 1821 – uma “reunião histórica” segundo Rocha (1980, p. 18) – um grupo de moradores se reuniu e produziu uma petição “assinada por todos os que sabiam ler e escrever”, despachada em 4 de julho do mesmo ano (POZZEBON, 2002, p. 84), endereçada ao Comandante de Armas da Fronteira em São Borja. No texto do documento, transcrito por Cavalari (2004, p. 79), lê-se:

> *Ilmo. Sr. Coronel Comandante*
>
> *Dizem os abitantes do Destrito da Crus Alta desta mesma Província q. para bem aumento de noças Almas; nos falta administração dos Sacramentos e como o referido nos he mister hua Capela, e idificação dela acusta dos mesmos abitantes portanto*
> *Pidimos a V.Sª em atenção ao referido q. o faça subir ao Governo da Capitania com o justo informe de V.Sª*
> *E.R.Mce*
>
> A relação geral dos requerentes que fazem parte do documento são as seguintes:
>
> *Antonio Pinto da Silva, Comandante do Distrito – O capitão João José de Barros – Cândido Xavier de Barros – José Joaquim Batista – Manuel José Gomes – Manoel Francisco Chaves – Antônio Moreira – Joaquim Gomes de Oliveira – Francisco Anhaia de Siqueira – Salvador Ferraz – João da Costa – João de (Chaves ?) – Mariano Soares – José Lopes – Félix Álvares de Siqueira – Apolinário Gomes Ventura – José Fernandes – Manuel de Albuquerque – Miguel Rodrigues – José Joaquim de Toledo – Joaquim José de Toledo – João de Góes – Gabriel Carvalho Pinto – João José dos Santos Lima – José Francisco Pinto – Salvador de Oliveira Lemes – Salvador Bonete – Francisco Pinheiro da Silva – Marcos Antunes e Manuel Álvares.* (CAVALARI, 2004, p. 79)

O fato de estes moradores se disporem a custear a capela demonstra que o requerimento veio de parte de uma camada privilegiada economicamente, que poderia destinar parte de seus recursos para algo mais que a simples subsistência. Evidentemente não são nomes de caboclos extratores de erva-mate que constam no requerimento, tampouco nomes de pequenos posseiros ou escravos, mesmo porque nesta época era muito estreita a relação entre a condição econômica e a alfabetização.

No momento em que é expedida a carta, João José de Barros tinha uma vida já estabelecida – sua concessão data de 1812 (CAVALARI, 2004, p. 70) – e provavelmente dispunha de prestígio social na comunidade, porém certamente não era o único. E exceto pelo fato de ser o primeiro nome após o do Comandante do Distrito, não se pode inferir com total segurança que tenha tomado a liderança da comunidade na questão da capela. Ainda assim Rocha (1980) afirmou-o como fundador do município, tendo sido corroborado em anos recentes por Cavalari (2004). Mas a despeito da identidade do fundador, o documento é sobremaneira importante porque é sem dúvida aquele que desencadeia o processo de transformação de um aglomerado de ranchos em uma vila, depois uma cidade.

Pozzebon (2002, p. 104) argumentou em sua pesquisa que as cidades que se originaram a partir da atividade tropeira não tiveram na religião o ponto de partida de formação da malha urbana, pois seria a rota e a estrada o marco inicial destas povoações. Para este argumento a autora se baseia no fato de que as igrejas eram construídas apenas após a aglomeração das casas, já como resultado de uma urbanização incipiente. Contudo, para o caso de Cruz Alta, ainda que os habitantes já ocupassem a área anteriormente, a necessidade da capela marca o início de um processo de planejamento urbano, e não o resultado de uma urbanização incipiente. Isso se torna evidente ao ler-se a resposta enviada pelo Comandante de Armas da Fronteira à população da vila. Tendo encaminhado a solicitação dos moradores da vila às instâncias superiores, Antônio da Silva Paulet encaminhou em resposta ao Comandante do Distrito da Cruz Alta o seguinte documento, citado em Cavalari (2004, p. 82-83)

> *Ilmo. e Exmo. Sr. Comandante do Distrito*
>
> *Tendo sido atendido o requerimento firmado pelo povo do Distrito deste Comando, dirigido aos senhores do Governo, para a Concessão do Terreno de lei, necessário à edificação d'uma povoação no lugar denominado Cruz Alta, ordeno a V.Mcê, que, conforme o espírito das ordens que acabo de receber, datado de 4 do passado* (agosto e não julho, como se supunha)*, sobre este mesmo objeto, faça com brevidade medir meia légua de terreno no lugar em que pretende formar a povoação, contendo desde o ponto em que desejam ter a Capela, um quarto de légua na direção de cada rua, isto é, em rumos direitos de Sul a Norte e de Leste a Oeste, pondo marcas ou balizas que permaneçam seguros nos extremos das linhas assim medidas para que todo o tempo se possam passar os rumos e travessões que devem ficar no quadro necessário da povoação. E, dentro do mencionado quadro, destinará V.Mcê. um terreno de um quarto de légua, pouco mais ou menos, no lugar próprio e adequado para logradouro dos animais de todos os habitantes do lugar, os quais deverão ter suas habitações em ruas bem*

> *alinhadas e distorcidas. Cada rua terá 60 palmos craveiros de largura e cada morador 50 palmos contados na frente da rua e 200 ditos de fundos, devendo no decurso de 6 meses, requerer título legítimo do mencionado chão aos senhores do Governo da Capitania, que não poderá vender a outrem. São proibidas expressamente a feitura de Chácaras, dentro da meia légua em quadro destinadas à povoação, assim como ninguém poderá ocupar mais terrenos que aquele que lhe é destinado, salvo o caso de o comprar de outrem que já possuir o título legítimo.*
> *À frente da Capela se deixará uma praça quadrada, que não deverá ter menos de uma quadra de quatrocentos palmos em quadro.*
> *São Borja, 18 de agosto de 1821*
> *(a) Antônio José da Silva Paulet*
> *Sr. Antônio Pinto da Silva*
> (CAVALARI, 2004, p. 82-83)

"Necessário à edificação d'uma povoação", diz o documento; não apenas de uma igreja. É certamente o embrião de um plano urbano: está aí a igreja com a praça à frente, marcando o centro físico e social; aí está a malha de ruas perpendiculares e a divisão em lotes de igual tamanho, onde os vizinhos estão imediatamente ao lado. É o primeiro documento a determinar de fato a regulamentação dos espaços da futura vila, estabelecendo o tamanho da área destinada à capela e à praça, o tamanho dos lotes, a largura e orientação das ruas. Hemetério Velloso da Silveira (1979, p. 275) havia afirmado que fora Vidal do Pilar quem levara a cabo a demarcação da vila, contudo tanto Rocha (1980) quanto Cavalari (2004) utilizaram-se de fontes documentais para demonstrar que Vidal do Pilar sequer vivia na vila quando foi expedida a autorização. Contudo não foi Antônio Pinto da Silva, a quem o documento estava endereçado, quem efetuou a demarcação das áreas em 1821 (ROCHA, 1980, p. 20).

Segundo Cavalari (2004, p. 83) a demarcação da vila não ocorreu neste momento por dois motivos. Primeiro, o ponto escolhido para estabelecimento do povoado estava em terras de Gabriel Pinto Carvalho, o Bulcão, que apesar de ter assinado a petição, não concordou com os limites determinados pelo comandante de armas da fronteira. Além disso, Cavalari (idem) cita as constantes investidas dos índios coroados que ocupavam as matas próximas como um segundo fator que, por fim, fez com que os moradores da vila da Cruz Alta optassem por mudar de localização, escolhendo um ponto quinze quilômetros ao sul, onde tempo antes havia uma cruz erguida a mando dos jesuítas (CAVALARI, 2004; ROCHA, 1980; ROSA, 1981; SILVEIRA, 1979). A cruz que deu nome ao pouso, depois vila da Cruz Alta.

Ao que consta nas histórias de Cruz Alta (CAVALARI, 2004; ROCHA, 1980), o ponto escolhido para estabelecimento da vila dispunha de áreas de matas densas e campos que cobriam o relevo ondulado das coxilhas, além de boas águas para homens e animais. Entretanto os luso-brasileiros não foram os primeiros a chegar nestas terras, e as tais matas estavam povoadas de índios coroados; os conflitos foram inevitáveis e, talvez sem condições materiais de subjugar os coroados, esses primeiros moradores transferiram-se para uma área a dois quilômetros da estrada que ia a Tupanciretã e San Martinho em campos que depois seriam concedidos a Antônio Moreira da Silva (SILVEIRA, 1979, p. 273).

Segundo Rocha (1980, p. 16), “Acossados pela agressividade dos índios os moradores, esparsos nas terras do futuro município da Cruz Alta, agruparam-se ao redor da capela, onde, segundo a tradição, existia uma cruz de madeira.” O ataque constante dos grupos coroados que ocupavam as matas fez com que fosse necessário agrupar-se, e a segurança física do conglomerado exigia também a segurança espiritual dos sacramentos. Uma vez que a construção de uma capela era fundamental para o estabelecimento no primeiro ponto, a escolha de um segundo local onde já havia uma construída parece responder à mesma demanda.

> Como era essa cruz alta? Uma cruz igualmente grande de pau, muito bem feita...alta aos olhos dos viajantes que por ali passavam...já estava em pé certamente desde a segunda fase jesuítica e contemporânea à implantação das primeiras reduções na região, muito embora em 1742 tivessem ocorrido inúmeras disputas entre os Povos de São João e São Miguel pela posse dos ervais da Estância da Conceição, questão solucionada a favor dos primeiros, com a demarcação de várias cruzes na região. Contrariando o que escreveu o eminente historiador Hemetério Velloso da Silveira, acreditamos que a construção da capelinha e a ereção da grande cruz que originou o nome da cidade, tenham acontecido entre os anos de 1680 e 1698, e não após a Guerra Guaranítica (1750-1761) como afirma o escritor. Foi a forma simbólica de marcar a posse da área das Missões Orientais para a Coroa Espanhola. A cruz alta, plantada provavelmente com seus braços no sentido norte-sul, indicava que, a partir daquele ponto, na direção oeste, o viajante entraria em território castelhano, justificando pelo menos em parte, a presença da Companhia de Jesus em terras do futuro Rio Grande do Sul.
>
> Ao lado desta grande cruz, uma tosca capela, feita nos moldes das casas descritas anteriormente, de barro com taquaras rachadas e cobertas de capim santa fé, abrigava a imagem esculpida em madeira do Menino Jesus e que igualmente de forma simbólica, indicava o nascimento, a geração de um grande projeto para salvar as almas dos pobres infiéis dessa terra. Certo estava o respeitável cidadão cruz-altense *Luderitz Ramos (1889-1978)*, quando disse que *o mundo começa e termina em Cruz Alta*, pois de certa forma originou-se a cidade, de uma capela indicando a natividade do Menino Jesus, para logo ao lado, uma alta cruz indicar a Sua morte pelos homens... o começo e o fim. (CAVALARI, 2004, p. 39-40)

Nesta tentativa de descrição Cavalari não esclarece porque “acredita” que a construção da capela seja anterior à data apresentada por Hemetério Velloso da Silveira, tampouco apresenta fontes para a descrição razoavelmente detalhada que dá da cruz e da capela, mas é lugar comum a conclusão de que as duas estavam lá muito antes dos primeiros habitantes da Cruz Alta. Hemetério da Silveira recolheu informações orais de alguns dos primeiros moradores e recebeu descrições de Antônio Moreira da Silva, que teria lhe mencionado uma “grande cruz de madeira, carcomida pela intempérie e defronte das ruínas da capela do Menino Jesus” (SILVEIRA, 1979, p. 273). Este foi o ponto de referência para o qual convergiram os moradores dispersos pela região, a fim de formar uma povoação concentrada onde a proteção seria facilitada.

Cavalari (2004, p. 83-84) utilizou o relato de Cônego Massa, baseado em dados fornecidos pelo primeiro cura de Cruz Alta, Padre Antônio Pompeu Paes de Campos, para relatar as dificuldades dos moradores neste novo sítio durante 1822 e 1823. Se por um lado este segundo sítio estava mais seguro contra os ataques dos “selvagens hostis” (Ibidem, p. 56), outros problemas se apresentavam aos habitantes. Segundo o padre Paes de Campos, havia deficiência de madeiras para uso doméstico e para a construção das casas, e ainda que já houvessem trazido madeiras para a construção da nova capela e providenciado a fundação de novos arranchamentos, por fim os moradores optaram por voltar ao ponto inicialmente escolhido, o que teria acontecido, de acordo com o pesquisador, em “28 de janeiro de 1824 [...] possivelmente” (Ibidem, p. 84), quando o vigário geral da província concedeu uma licença eclesiástica para que se construísse “uma Capela no lugar que lhe for mais cômodo e central e aprazimento de todos” (Idem). Sentindo-se mais fortes para rechaçar os índios – “expulsar daquelas adjacências, o ameríndio insidioso e hostil”, escreveu Rocha (1980, p. 17) – os primeiros habitantes voltaram a ocupar a área que hoje abriga o município de Cruz Alta.

Uma vez que as matas dispunham dos recursos necessários, os moradores voltaram fortalecidos em número e dispostos a enfrentar os índios que ocupavam as matas, estabelecendo-se definitivamente nas terras inicialmente escolhidas. Cavalari (2004) não explicita como se resolveu a questão de Bulcão, que inicialmente não concordou com a área que deveria ceder para o estabelecimento da vila. Tampouco consta na bibliografia como exatamente se deu o translado de retorno ao ponto originalmente escolhido.

Assim, sob uma “coxilha grande que atravessa o município em toda a sua extenção, em direção de leste ao oeste”, que “forma os dous grandes vales do Jacuhy e Uruguay” (CASTRO, 1887, p. 68), começou a tomar movimento o processo de construção de uma paisagem urbanizada. A demarcação de fato aconteceu em princípios de 1825 (CAVALARI, 2004, p. 83), quando era administrador do distrito da Cruz Alta o capitão Joaquim Thomaz da Silva Prado – e não Vidal do Pilar, como afirmara Silveira (1979, p. 275) –, que enfim executou a demarcação da área da Capela e de todos os terrenos considerados de servidão pública (ROCHA, 1980, p. 20).

O ponto escolhido como centro de onde partiu a demarcação localiza-se na atual Praça Erico Veríssimo, a Praça da Matriz, no topo de uma colina de ampla visibilidade da paisagem circundante, cercada por abundantes cursos d’água[23], um dos quais – o arroio Panelinha, à oeste da vila – tornou-se personagem de uma conhecida lenda local que diz que os tropeiros, bebendo da água do Panelinha, voltavam ao pouso para fazer suas vidas, da mesma forma que aquele que bebe da água de Cruz Alta sempre retorna à cidade.

De acordo com Rossano Cavalari (2004, p. 85), o capitão Joaquim Tomás da Silva Prado partiu do centro, ou seja, a capela, e a partir daí demarcou um retângulo, e não um quadrado, como havia determinado o documento de 18 de agosto de 1821. Por este motivo foi chamado a depor em juízo no ano de 1848, para explicar os limites da vila, a pedido do então presidente da câmara municipal. O pesquisador (2004, p. 85-86) transcreveu parte do depoimento:

> Eis o depoimento de Silva Prado sobre a medição e demarcação da povoação da Cruz Alta, neste Auto de Justificação de 1848:
>
> *“...que sendo ela testemunha em mil oitocentos e vinte e cinco, Comandante Militar deste Distrito da Cruz (Alta), tempo em que se deu começo à Povoação desta Vila (então Capela) teve ordem do Comandante Geral da Fronteira, o Coronel João José Palmeiro para medir e demarcar os terrenos pertencentes à Capela e conciliar as partes, digo, as desavenças ocorridas entre Gabriel Rodrigues Bulcão, e os novos habitantes da Capela, e neste mesmo ano ela testemunha convocou os moradores Fidélis Militão de Moura, José de Moura e Silva, José Tomás da Silva, Manoel Antônio do Amaral, Antônio Moreira Almeida, e os falecidos Capitão João José de Barros e o Alferes Antônio José de Barros, e juntamente com eles foi à porta da Igreja Matriz, onde estabeleceram um pião, e dali partiram com a medição aos rumos de Norte, Leste e Sul. Aos rumos de Leste e Sul, foi medido um quarto de légua, fincando-se marcos lavrados de madeira de lei nas extremidades onde chegara a medição do quarto; que no marco de Sul*

[23] Conforme representa a planta de 1881 publicada em Cavalari (2004, p. 144).

> *posto ao pé da Estrada de Carretas ficou partindo o Rocio da Vila com terrenos de Manoel Antônio do Amaral; que o marco de Leste foi posto ao pé da Estrada de Carretas nas imediações do lugar onde hoje se acha a Chácara do finado Tenente-coronel Vidal José do Pilar; que ao rumo de Norte foi medida meia légua, e onde ela deu fincou-se um marco a Estrada do Rincão de Nossa Senhora, fazendo divisa com os terrenos de Gabriel Rodrigues Bulcão, e Jacinto Telheiro; que para o lado de Oeste, não fizeram medição alguma, ficando porém reservado o rincão chamado Ronda de Nossa Senhora para Rocio, e logradouro público; que em verdade nessa ocasião vários moradores de mão comum fecharam o boqueirão da ronda, estabelecendo ali como Zelador Antônio Moreira de Almeida, para receber em benefício das obras da Igreja as gratificações que quisessem dar aos tropeiros que na ronda pousassem com seus animais, ficando porém franco ao público, o uso, e desfrute da dita ronda, servindo a extremidade dela por padrão do Rocio para aquele lado; que todos os terrenos compreendidos nas confrontações dos três marcos já referidos, e do marco de meia légua no fundo da ronda e de mais dois marcos estabelecidos um entre os marcos de Sul e Leste e outro entre os marcos de Leste e Norte, foram declarados e reconhecidos como Rócio desta Povoação sem que nem um dos Heréus confinantes oferecesse dúvidas à sua demarcação; que concluída esta, ela testemunha de tudo dera conta ao Comandante Geral da Fronteira do Departamento de Missões"*
> (CAVALARI, 2004, p. 85-86)

Ao que consta na bibliografia, a capela era extremamente simples. Castro (1887, p. 59) disse, e Rocha (1980, p. 25) reproduziu, que a capela em princípio não estava fechada por paredes e tinha apenas uma cobertura de palha. A construção teria sido completa depois, quando o reverendo Cônego Massa cedeu os escravos que trazia consigo para completar o trabalho. Considerando que os moradores voltaram a este ponto em janeiro de 1824, como afirmou Cavalari (2004, p. 84) e que desde 1821 reclamavam a necessidade de uma capela, parece óbvio que tenha sido uma das primeiras edificações a ser construída.

Ora, a Igreja Católica foi durante toda a historia colonial brasileira uma instituição importante, na educação e na cultura, no registro civil e de terras, e no controle e na coesão social de um modo geral; seu poder esteve por muito tempo mesclado ao do Estado moderno, no português e no brasileiro. No que concerne à cartografia da vila, Weimer (2005, p. 70-72) lembra que o binômio praça-igreja como centro das povoações remete à tendência portuguesa de construir os templos em largos ou praças da sé, e à sua interação com os grupos indígenas. O binômio praça-igreja foi também norma nas reduções religiosas. Na vila da Cruz Alta, uma comunidade tradicional formada por nobres estancieiros, a igreja tinha obviamente papel central. Dela, a capela, se traçou o restante da malha urbana. Segundo Cavalari (2001, p. 23) o ponto exato onde foi erguida está na metade oeste da Praça Erico Veríssimo, o que contraria portanto a ordem de 1821, que determinava um

quadro em frente à praça. A partir deste marco em frente à capela, os limites da vila foram demarcados. De acordo com Cavalari (2004, p. 86):

> Ficou desse modo medida e demarcada a povoação da Cruz Alta. Da porta da Igreja, que já estava coberta de palha, mas provavelmente ainda não tinha paredes, partiu a medição para os lados Norte, Sul e Leste. Esses marcos foram fincados nas extremidades onde modernamente localizam-se:
> **Ao Norte** – nas proximidades da Subestação da CEEE, no prolongamento da Avenida Sete de Setembro.
> **Ao Sul** – próximo à Estação da Estrada de Ferro, hoje Centro de Convergência Cultural.
> **Ao Leste** – no cruzamento da Rua Coronel Pilar com a Avenida Padre Pacheco, na área atrás do monumento de N.Sra. de Fátima onde está localizado o Quartel Militar do 29º GAC.
> **Ao Oeste** – não fizeram medição, sendo a atual Avenida Venâncio Aires a linha demarcatória que limitava a Vila por esse lado, por isso acreditamos que a primeira igrejinha havia sido erguida no centro da praça. Toda essa zona da Venâncio Aires em direção ao Bairro São José até a Perimetral, foi dividida em duas:
> ***Ronda de Nossa Senhora***, pertencente ao patrimônio da Igreja e localizada, salvo algum equívoco, na região desde o riacho por detrás do atual Clube Arranca até o Arroio Panelinha no chamado “Passo Feio”.
> ***Residência e usofruto dos Padres***; seguia do mesmo Arroio Panelinha em direção ao Quartel onde hoje é a Escola de Sargentos.

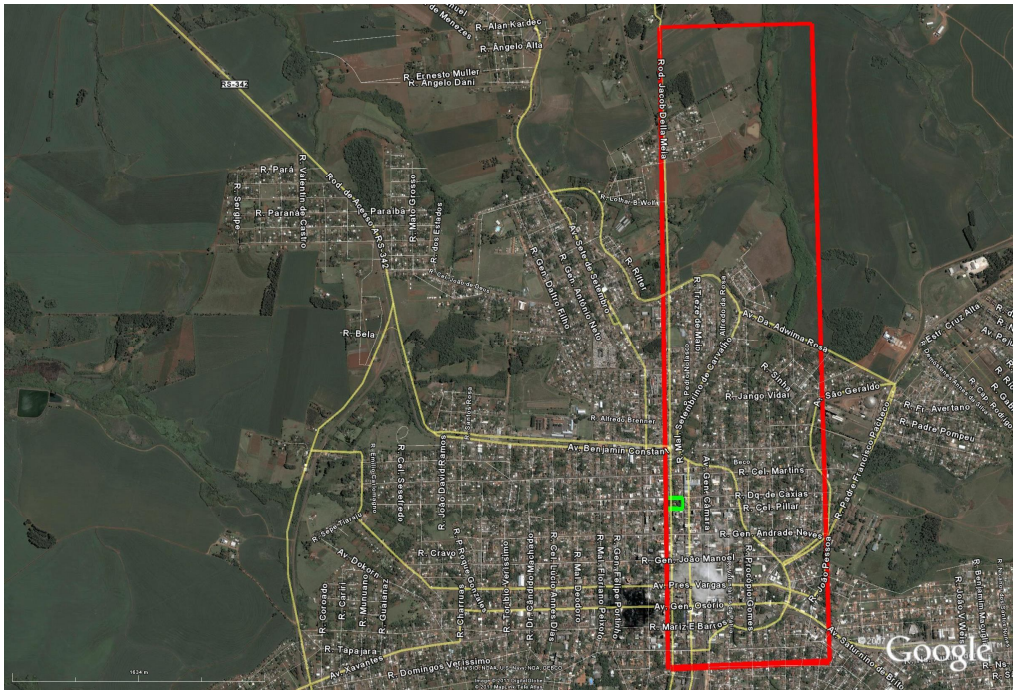

Figura 1 – Área da vila da Cruz Alta, sobre imagem de satélite da cidade de Cruz Alta.

Imagem de satélite do município de Cruz Alta. Em vermelho, retângulo correspondente à demarcação da área da vila em 1825, conforme os limites sugeridos por Cavalari (2004, p. 86). O pequeno retângulo verde na porção sul, extremidade oeste, marca a atual praça Erico Verissimo.

Fonte: GOOGLE EARTH.

A figura 1 demonstra, com base nos limites estabelecidos em Cavalari (2004, p. 86), qual seria a área então demarcada, vista sobre a atual malha urbana. O retângulo alongado teria então mais de 4 km em seu sentido norte-sul e pouco mais de 1 km em sentido leste-oeste, lembrando que os pontos de referência dados por Cavalari são apenas aproximações. Fazendo uma rápida aproximação entre os bairros da cidade conforme determina o mapa de zoneamento da macrozona urbana do Plano Diretor do município (PDDUA, 2004, Anexo 2A) e os limites propostos por Cavalari (2004, p. 86), a área então demarcada para a vila da Cruz Alta engloba quase metade do centro; partindo da praça, para o norte a área corta os bairros Ludke – área que já foi conhecida como Barro Preto –, Rocha, Emílio Droppa, até chegar ao mais distante bairro Educacional; para sul, alcança as proximidades da antiga estação ferroviária, em inícios do bairro Brenner. Esta linha de norte a sul tem como limite oeste a Avenida Venâncio Aires. Por fim, para o leste, os limites da vila passam pelos bairros São Genaro, São Miguel, Central e por fim passam por uma pequena parte do bairro Braz Caino. A Ronda de Nossa Senhora e a área de residência e usufruto dos padres ocupava desde o limite oeste do retângulo até a Av. Perimetral, rodovia que contorna o extremo oeste da cidade.

Contudo o povoamento neste momento era pouco denso, uma vez que as sesmarias implicavam poucos proprietários com grandes extensões de terras. O núcleo urbano, por sua vez, concentrou-se na metade sul do retângulo, talvez como forma de solução da querela de Bulcão, que tinha terras no limite norte do retângulo. Segundo Cavalari (2004, p. 95) o povoamento espalhou-se pelas cercanias do quadro demarcado para praça central. Na via principal – à época Rua da Olaria, hoje Rua Pinheiro Machado – em frente à praça, estava o centro da vila. É aí, na atual esquina entre a Pinheiro Machado e a Duque de Caxias, que Vidal do Pilar usou de seus escravos para construir o sobrado, “misto de alvenaria e madeira” (Idem) que recebeu destaque não só no trabalho de Cavalari, senão também nos de Rosa (1981) e Rocha (1980).

Ainda segundo Cavalari (2004, p. 95), seguindo em direção sul pela Rua da Olaria a ocupação era mais espaçada, indo até as cercanias da atual Avenida Presidente Vargas. Aos fundos da capela uma trilha que rumava a sul passou a ser conhecida como Rua da Igreja – hoje Avenida Venâncio Aires – enquanto se abriam as ruas em sentido oeste-leste, atuais Coronel Pilar, Andrade Neves e João Manoel, adjacências onde, disse o pesquisador, edificações mais sólidas e imponentes foram

construídas. “De resto, as construções amesquinhavam-se em número e qualidade, tornando-se raras e cada vez mais humildes” (Idem).

Hemetério Velloso da Silveira (1979, p. 275), quando disse que Vidal havia traçado a planta da povoação, descreveu o traçado com três ruas em sentido norte-sul e quatro ruas em sentido oeste-leste. A comparar com Cavalari (2004), seriam as atuais, Pinheiro Machado, General Câmara e Voluntários da Pátria – além da trilha que viria a formar a rua da igreja, hoje avenida Venâncio Aires - no sentido norte-sul; em sentido oeste-leste seriam a rua Duque de Caxias, no limite norte da praça, e as ruas Coronel Pilar, Andrade Neves e João Manoel. Silveira (1979, p. 275-276) ainda menciona as propriedades de Vidal do Pilar, como o já citado sobrado, a olaria – por isso Rua da Olaria – e outras propriedades ao longo da atual Pinheiro Machado. E embora existam divergências entre os autores, os pontos em comum fornecem certa segurança ao afirmar estas como as primeiras ruas traçadas para a vila da Cruz Alta, e ainda que possa ter havido variações em seu traçado, plantas posteriores demonstram terem sido pouco significativas.

Utilizando como base a planta de 1881 represento abaixo (Fig. 2) um possível traçado das primeiras ruas, lembrando que se trata de uma aproximação.

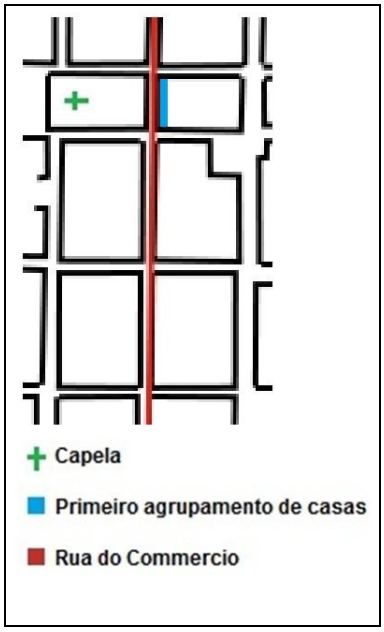

Figura 2 – Primeiras ruas traçadas na vila da Cruz Alta.

Produzido com base na planta de 1881.

Fonte: Arquivo Histórico e Museu Municipal de Cruz Alta.

Ainda que seja um fragmento de uma planta produzida quase sessenta anos depois, a partir desta imagem é possível ter uma noção espacial destas primeiras ruas demarcadas. A bibliografia não faz nenhuma referência à mudança no traçado das ruas, e a constância das formas nas plantas e na malha urbana atual garante alguma credibilidade à inferência deste traçado com base na planta do final do século XIX.

Rocha (1980, p. 60) imaginou a "bucólica Vila do Divino Espírito Santo da Cruz Alta" como "um quadro pinturesco, com algumas casas alinhadas e muitos casebres, em meio à vastidão das campinas pontilhadas de caponetes, das capoeiras que rendavam, caprichosamente, as margens do arroio Panelinha." Sobre o relevo ondulado das coxilhas e entre as matas que circundavam a área, a vila foi pouco a pouco sendo povoada, com seus habitantes pontilhando a paisagem de edificações "imponentes" e "humildes" (CAVALARI, 2004, p. 95).

> Obedecendo ao traçado oficial da demarcação inicial, o povoamento começou a espalhar-se lenta e gradativamente pelas cercanias do quadro destinado à praça central, dentro da qual localizava-se a pequena igreja. Por detrás desta, limitando o território da Ronda pertencente aos padres, uma longa trilha em declive rumo ao sul começava a ser transitada dando origem a uma rua que ficou conhecida como *Rua da Igreja*, hoje Avenida Venâncio Aires.
> Em frente ao terreno da Praça, já eram latentes os sinais de um casario que aos poucos brotava, confrontando a via principal, que nesta época era denominada popularmente de *Rua da Olaria*, depois cognominada *Rua das Carretas*, *Rua do Commércio* e atual *Pinheiro Machado*. Na esquina desta rua com a moderna Duque de Caxias, o influente cidadão Vidal José do Pilar aproveitando a mão-de-obra de dezenas de escravos que trouxe consigo, quando veio de sua Estância às margens do Rio Jaguari, começara a construção de um sobrado, misto de alvenaria e madeira, para residência da família, na parte mais central da Vila.
> As edificações restantes, não tão frequentes, espalhavam-se ao longo desta rua sempre na direção sul até as proximidades da atual Avenida Presidente Vargas. Outras, sólidas e com ares de "imponência" erguiam-se pelas adjacências em ruas recém abertas e que aos pouquinhos davam sinais de existir, como as atuais *Coronel Pilar, João Manoel e Andrade Neves*. (CAVALARI, 2004, p. 95)

No ano de 1834 a Lei Provincial de 28 de maio elevou o povoado oficialmente à categoria de vila (CAVALARI, 2004, p. 94), e em 4 de agosto do mesmo ano foi instalada a Câmara Municipal da Vila do Divino Espírito Santo da Cruz Alta (ROCHA, 1980, p. 26). Foi o primeiro município em uma vasta região do Planalto (ZARTH, 2002, p. 40). Não há na bibliografia planos ou desenhos da vila da Cruz Alta de então; apenas duas representações realizadas em anos recentes. A

primeira, um desenho publicado em Rocha (Fig. 3) do que seria o trecho da Rua da Olaria imediatamente em frente à praça, mostrando algumas casas na esquina das atuais Pinheiro Machado e Duque de Caxias, à direita uma casa de palha – a primeira Câmara Municipal – e ao seu lado parte de um edifício de dois pavimentos, o sobrado de Vidal do Pilar. A segunda é uma tela feita por Rossano Cavalari que se propõe a representar a paisagem de toda a vila, com base em suas pesquisas (Fig. 4). Na tela, assim como na descrição recém-citada, Cavalari pôs o sobrado de Vidal na esquina.

Figura 3 – Primeiro agrupamento de casas em frente à praça da vila da Cruz Alta.

Representada em branco está a Câmara Municipal e, à sua direita, no extremo da figura, parte do sobrado de Vidal do Pilar.

Fonte: ROCHA, 1980, p. 64.

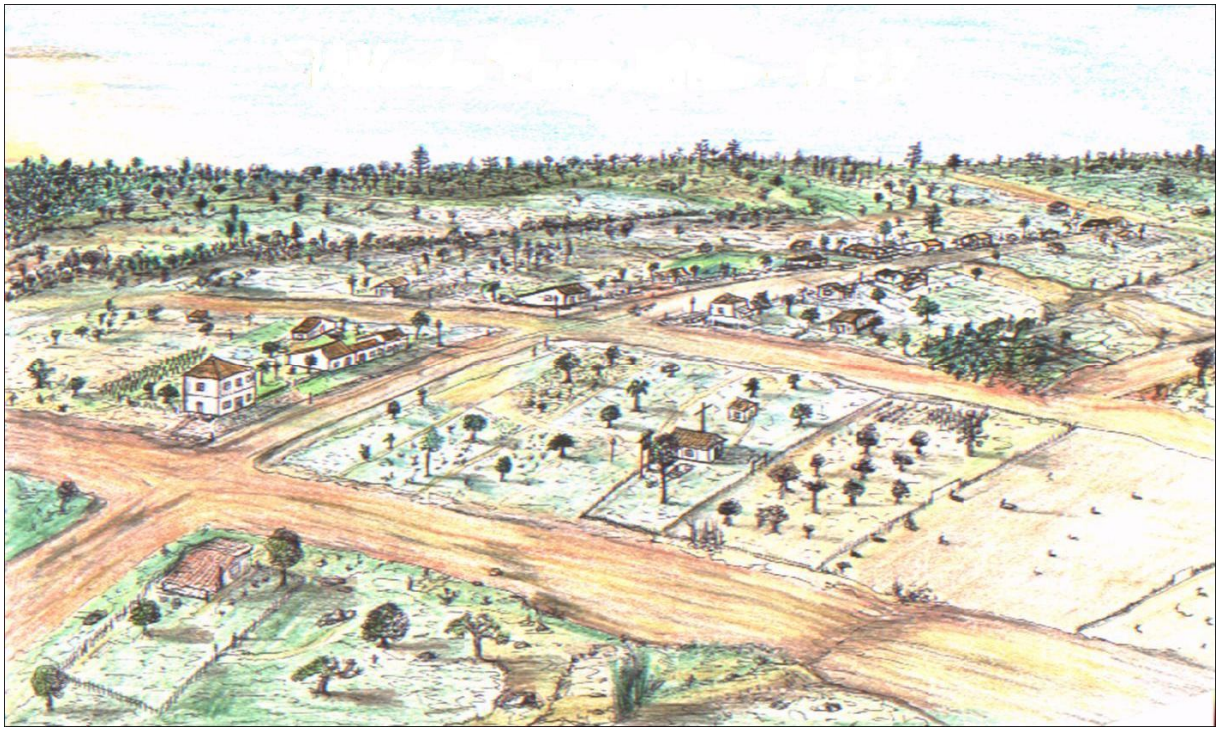

Figura 4 – Representação da vila da Cruz Alta em seus primeiros anos.

Produzida por Rossano Cavalari. Ao centro da imagem está a praça e a capela com o cemitério ao fundo e, à sua frente o casario do qual participa também o sobrado de Vidal do Pilar, aqui posicionado na esquina das atuais ruas Pinheiro Machado e Duque de Caxias. Ao longo da primeira, então Rua das Carretas, verifica-se uma ocupação esparsa.

Fonte: ROEBER, 2011.

São deste período dois personagens importantes para a história da vila: Vidal José do Pilar e seu sobrado. Isaltina Vidal do Pilar Rosa (1981) afirmou que o tropeiro-estancieiro fora o fundador da vila, contando uma história em que Vidal – seu bisavô – ao parar no conhecido pouso da Cruz Alta, haveria encontrado a Nossa Senhora do Pilar em sonho e prometido fixar-se naquela terra; uma história impossível de levar a sério. Hemetério Velloso da Silveira (1979) afirmou que ele teria demarcado a vila. Ambos foram refutados por Rocha (1980) e Cavalari (2004). De acordo com a biografia traçada por Nascimento (2007, p. 17-18),

> Vidal José do Pillar era paulista de São José dos Pinhais, mas com ascendência portuguesa próxima, nascido no dia 26 de agosto de 1780 e falecido em 4 de outubro de 1846, em Cruz Alta. Era filho de Luiz José de Oliveira e Anna Maria da Trindade Barros, e neto de Henrique Ferreira de Barros, migrante do Porto, Portugal. Casou-se, em 1810, com Gertrudes Magna de Almeida e o casal teve doze filhos, sendo eles, o Coronel Vidal Baptista de Oliveira Pillar, Maria de Oliveira Pillar Melo casada com o Coronel Antonio de Melo e Albuquerque, Joana Baptista de Almeida, à época solteira e com 24 anos, Manoel Sátiro do Pillar, Emilia Vidalina casada com Fernando Martins França, Vicente Ferreira de Almeida Pillar,

> Olivério José do Pillar, João Baptista Vidal de Almeida Pillar, Policarpo José do Pillar, Crispim José do Pillar, Gertrudes de Almeida Pillar, Laurentina Joaquina do Pillar, falecida, ficando os bens para os filhos Saturmina, Izabel e Antonio.

Antes de mudar-se para a vila, Vidal vivia em sua estância às margens do Rio Jaguari, e Cavalari (2004, p. 90) deduziu que sua vinda para Cruz Alta estava associada com a invasão de Frutuoso Rivera à fronteira gaúcha em 1828. Fugindo com sua família do conflito, Vidal estabeleceu-se em terras que já possuía nas proximidades da vila. Considerando os dados de Cavalari, Vidal do Pilar sequer vivia na vila, seja no momento de solicitação de autorização para a construção da capela, seja durante a demarcação do povoado.

Fato concreto é que ele mudou-se para a região da vila da Cruz Alta adquirindo “14 léguas de campos e matos, à margem direita do Jacuí”, das quais recebeu concessão em 1823 (NASCIMENTO, 2007, p. 17). Para se ter uma noção da extensão de suas propriedades, em 1845 vendeu sete sesmarias de campo a Salvador Martins França, de um total de mais de 20 sesmarias (Idem). De acordo com Hemetério da Silveira (1979, p. 275-276) Vidal do Pilar teria trazido uma centena ou mais de escravos – o que parece uma cifra exageradamente alta –, com os quais fundou as primeiras olarias – por isso o nome Rua da Olaria –, construiu seu famoso sobrado e outras casas ao longo da mesma rua.

Günter Weimer (2005), em seu estudo de arquitetura popular brasileira, afirmou que os nobres portugueses preferiam morar em sobrados, de modo a diferenciar-se socialmente; o arquiteto ainda destacou que no Rio Grande do Sul “as famílias dominantes insistiam na construção de sobrados que deixassem patente a sua privilegiada posição social” (WEIMER, 2005, p. 206). Quando chegou à vila, Vidal era já um homem rico, e um imponente sobrado no pequeno arranchamento certamente cumpriu um papel importante no prestígio social e político adquirido pelo estancieiro.

Além do indiscutível poder econômico, Vidal mantinha relações com personagens conhecidos da política sulina; era compadre de Bento Manoel Ribeiro – figura polêmica da revolução farroupilha – e do Conselheiro Antônio Manoel Correia da Câmara, filho do primeiro Visconde de Pelotas (CAVALARI, 2004, p. 97). Sem dúvida um “influente cidadão”, como disse Cavalari (2004, p. 95), por fim eleito o

primeiro presidente da Câmara Municipal, portanto primeiro administrador da vila da Cruz Alta (NASCIMENTO, 2007, p. 17).

Cavalari (2004, p. 93) cita uma afirmação de Hemetério Velloso da Silveira de que antes de haver autoridades civis nomeadas na vila, Vidal apaziguava as questões com “seu parecer conciliador e discreto”, e afirma que a influência de Vidal fez com que, na mesma eleição, fosse eleita uma série de parentes seus: seu primo Cândido Xavier de Barros, Fidélis Militão de Moura, José Tomás da Silva, marido de uma prima, e seus genros Antônio Rodrigues Pereira, conhecido como Apiaí, e Antônio de Melo e Albuquerque, cuja alcunha era Melo Manso (CAVALARI, 2004, p. 97).

Assim, a partir de 1834 a área da atual Praça Érico Veríssimo, a Praça da Matriz, contava com a capela ao centro e imediatamente a sua frente as instâncias de governo, não apenas a Câmara Municipal mas o sobrado de Vidal, que parece ter adquirido liderança local mesmo antes de sua eleição. Contudo Cruz Alta neste momento ainda estaria em processo de constituir-se como uma cidade de fato, conforme argumenta o historiador Thiago Araújo (2008, p. 38-39):

> Na sede da vila da Cruz Alta, o distrito central com o mesmo nome, encontrava-se a Câmara Municipal, os cartórios, a praça e a igreja da Matriz, a cadeia e a delegacia de polícia, sendo que em seu entorno gravitava um incipiente comércio com lojas dedicadas à venda de produtos de primeira necessidade, boticas, etc. Mas, mesmo assim, o entorno das povoações era conformado por sítios, chácaras e pequenas propriedades. Por isso, acredito que não se pode falar de uma vida urbana, ou em cidade, em relação às povoações dos distritos da vila da Cruz Alta oitocentista, sem restrições ao uso dos termos. Quem mantinha e tornava possível a existência desses incipientes núcleos urbanos, os quais tinham um perímetro reduzido, eram as atividades produtivas realizadas no campo, ou seja, toda circulação comercial dependia da dinâmica das relações acionadas pela produção agropecuária e não o contrário. Naquele tempo a produção nos campos e florestas ditava os ritmos e as formas de circulação monetária ou de trocas, viabilizando, assim, a existência de outros setores que serviam a esse mesmo universo agrário. Por outro lado, dificilmente um senhor com posses que tivesse negócios ou propriedades nas povoações dos distritos não teria também grande parte de sua fortuna investida em propriedades rurais, na criação de gado e na produção de gêneros alimentícios para consumo próprio e/ou para vender no comércio local.

Aqui o historiador reitera o que afirmaram Cesar (2005) e Rahmeier (2008), que mesmo após a fundação e crescimento da vila os lugares de poder ainda estavam no campo e no prestígio social do estancieiro. Araújo (2008, p. 40) levantou 219 inventários de moradores da vila, datados do período entre 1834 e 1879,

constando neste período 177 casos de proprietários de bens de raiz – terras, casas e benfeitorias – sendo 151 proprietários de bens rurais (destes, 113 possuíam escravos); 16 proprietários de bens urbanos (11 tinham escravos); e 10 proprietários de bens urbano-rurais (dos quais 9 possuíam escravos), ainda destacando que todos os que possuíam bens urbano-rurais tinham mais de uma propriedade rural. Concluindo a análise dos dados, o historiador afirma que “Somando os proprietários de bens rurais com os que possuíam bens urbano-rurais, a paisagem delineada na vila da Cruz Alta apresentar-se-á majoritariamente agrária” (Idem), e sugere que, uma vez que os proprietários de bens urbano-rurais eram em geral grandes estancieiros e políticos locais, estes tinham propriedades na vila para exercerem seus cargos políticos.

Guilhermino Cesar (2005, p. 93) destaca que o período entre 1822 e 1835 atraiu muita gente às terras gaúchas, que esta gente enriqueceu e adquiriu status político. A sesmaria formou uma classe dirigente composta por estancieiros-soldados (RÜDIGER apud CESAR, 2005, p. 146). Contudo há que considerar-se que a comunidade da vila do Espírito Santo da Cruz Alta não era composta unicamente por estancieiros. Nascimento (2007, p. 3-4) destacou a presença e a história dos “lavradores nacionais” ou caboclos, homens livres que ocuparam as áreas de florestas, vivendo da agricultura de subsistência e da coleta de erva-mate nos ervais públicos. O historiador os define como trabalhadores pobres que se organizavam coletivamente para a coleta nos ervais, e nos períodos de entressafra dedicavam-se à agricultura de subsistência em pequenas áreas onde eram, em geral, posseiros sem qualquer legitimação de propriedade.

Zarth (2002, p. 221) comenta que após 1820 houve uma grande corrida aos ervais que, desinteressantes aos criadores, foram ocupados por pequenos posseiros. A maioria destes, de acordo com Nascimento (2007, p. 8-9), eram homens pobres que ocuparam áreas nos matos baldios ou compraram pequenas frações de campos. Seu trabalho foi sobremaneira importante para a economia da vila, uma vez que desde os primeiros orçamentos a contribuição da produção de erva-mate correspondia a 50% da arrecadação total de impostos (ROCHA, 1980, p. 54). A partir de meados do século XIX, contudo, os grandes proprietários incorporam os ervais, forçando a população de caboclos a irem para outro lugar como consequência da chamada Lei de Terras. Ainda que tivessem seu meio de vida no campo, é viável supor que estes lavradores e extratores de erva-mate circulassem

constantemente pela vila, para trocar e adquirir produtos, para as atividades religiosas, para as obrigações civis, etc.

Araújo, em sua pesquisa, levantou processos criminais datados entre 1845 e 1850 (2008, p. 31), onde pôde arrolar algumas profissões de testemunhas e fazer um breve painel dos serviços oferecidos na vila.

> [...] além de estancieiros e extrativistas-agricultores (como será denominada a partir de agora a população que vivia da extração de erva-mate e da pequena lavoura nas áreas florestais), a sociedade local era conformada por uma gama diversa de trabalhadores. Da mesma amostra de 112 testemunhas, em 103 casos foi possível saber a sua profissão ou a maneira pela qual se sustentavam. Tem-se que vinte viviam de seus negócios, dezenove de seu trabalho, quatro de seus serviços, seis de seu salário e três de suas agências; três eram capatazes, três carreteiros, três domadores, quatro jornaleiros, três peões, um tropeiro, seis criadores, um fazendeiro, um criador e lavrador, dezesseis lavradores, dois alfaiates, um ferreiro, dois ourives, um sapateiro e quatro eram soldados militares de baixa patente. Ou seja, a sociedade em formação era muito mais diversificada e complexa no que respeita as ocupações dos trabalhadores do que se costuma enfatizar. (ARAÚJO, 2008, p. 32-33)

Mas não esqueçamos também da mão-de-obra escrava. Daronco (2006, p. 82) afirmou que já nos primeiros anos da década de 1830 havia registros de cativos em documentos paroquiais, judiciais e inventários, conjecturando que a presença de trabalhadores escravizados remonta aos primeiros anos da fundação da vila. Os inventários levantados por Araújo (2008, p. 40) corroboram esta afirmação. No inventário de João José de Barros – suposto fundador –, por exemplo, constam oito escravos, entre pardos, crioulos e “de Nação”, quatro homens e quatro mulheres, com idades entre 3 e 70 anos (MEIRELLES, 2002, p. 19). Vidal do Pilar também veio com seus escravos, com os quais fez olarias e construiu seu sobrado e demais propriedades na vila.

Para Daronco (2007) a presença de trabalhadores cativos foi marcante no campo, nas atafonas, ervais, estâncias e fazendas, onde cumpriam funções como “artesãos, campeiros, domadores, lavradores, lenhadores, campeiros” (DARONCO, 2006, p. 81) e também na zona urbana, onde os cativos atuaram como “alfaiates, carregadores, domésticas, marceneiros, carpinteiros, amas-de-leite, trabalhadores de ganho etc.” (Idem). Mas ainda que faça referência à escravidão urbana, o historiador destaca a falta de estudos no que se refere ao contexto do cotidiano escravo na vila da Cruz Alta. Aqui certamente a arqueologia tem algo a colaborar.

Outra lacuna evidente na historiografia local é a presença indígena pós-formação da vila, uma vez que os “bugres selvagens” praticamente desaparecem da história quando a vila finalmente se estabelece. Prudêncio Rocha (1980, p. 60) faz referência a um ataque indígena que teria ocorrido nas proximidades da vila em 1848, mencionado na Revista do Centenário da Fundação de Cruz Alta. Contudo, o pesquisador afirma não ter verificado em sua pesquisa nenhuma referência a ataques na vila, mas apenas “sortidas traiçoeiras” (Idem) em pontos mais distantes, como na Freguesia de Passo Fundo, conforme consta em um ofício da Câmara de Cruz Alta datado de 1845. Na ocasião o documento sugere o uso da força contra estes “monstros indômitos” (Idem), porém em outro ofício, um ano mais tarde, a Câmara discorre sobre a eficácia do processo de catequização, “desaparecendo, daí para diante, qualquer sortida da bugreria, que se deixava impregnar dos sentimentos de religiosidade” (Idem).

Parece ter havido um crescimento lento da população da vila até a metade do século XIX. Sem que haja grande expansão da malha urbana, a população foi adensando-se sempre no entorno do núcleo central onde estavam o poder religioso – a capela ao centro da praça – e o poder administrativo – a Câmara Municipal, e ao longo da então Rua das Carretas, por onde entravam e saíam mercadorias, alimentando o comércio. Ainda assim a dinâmica social parece ter sido bastante complexa: se a economia se dava ainda no campo, a vila já funcionava como um centro distribuidor de pessoas e mercadorias. Estancieiros, lavradores, trabalhadores livres e escravizados, habitantes da sede da vila e dos distritos[24], agiam e interagiam na vila. Esta convivência, contudo, parece não ter sido tão pacífica como sugere a história escrita por Rocha (1980) e Cavalari (2004).

Daronco (2006) e Araújo (2008), ao focar suas pesquisas nas relações entre senhores e escravos na vila, demonstraram uma série de tensões e conflitos. Araújo (2008) evidenciou os processos pelos quais os escravos conseguiram abrir um espaço de negociação, argumentando que, mais que o uso excessivo da violência ou a brandura muitas vezes defendida, as relações entre senhores e escravos envolveram confrontos e negociações. Daronco (2006), por sua vez, ao levantar os atos de resistência de escravos em processos criminais, demonstrou como a

[24] Lembrando que quando o povoado é elevado a Vila, em 1834, se estabelecem 6 distritos: 1º Vila da Cruz Alta e arredores; 2º São Martinho; 3º Botucaraí; 4º Passo Fundo; 5º Erval da Palmeira; e 6º São Miguel (CAVALARI, 2004, p. 100-101).

violência, em alguns casos bastante extrema, permeou o cotidiano das relações escravistas. Já os trabalhos de Nascimento (2007) e Cristilino (2010) demonstram as tensões geradas pelo processo de apropriação das terras, principalmente os conflitos produzidos após a lei de terras de 1850, que certamente refletiram em câmbios também no âmbito urbano.

E certamente as populações indígenas continuavam um problema, uma ameaça constante. Nascimento (2007, p. 42-43) cita um relatório da presidência da Província de 1852 que apresenta os procedimentos adotados para resolver o "problema" dos indígenas, fazendo referência a sua presença nas proximidades da vila da Cruz Alta. Estes procedimentos consistiam em "atrair os índios com algumas roupas, e ferramentas distribuídas nas aldeias de Nonohay e Guarita, e a conservá-los ali..." e "Abater os índios, persegui-los, e matá-los, quando eles têm feito alguma agressão" (Ibidem, p. 43). O relatório sugere que

> [...] estes dois sistemas combinados possam dar melhores resultados... Se algumas partidas de homens armados percorrerem por alguns meses as matas, abrindo trilhos, e desalojando os índios, sem todavia fazer-lhes, senão o mal necessário para a defesa, e conduzirem para as aldeias forem... muito bem tratados, e se lhes distribuírem roupas ferramentas e alimentos, dando-se-lhes além disto a conveniente educação por meio de padres... é provável Srs. que, afugentados das vizinhanças dos nossos povoados, urgidos pela falta da caça, da pesca e da fruta, de que se alimentavam, e, ainda mais, receosos de encontrar nossas partidas; e, por outro lado atraídos pelos bens de que gozam seus irmãos nas aldeias, e de que eles também poderão gozar; nestas circunstâncias digo, é provável que os índios se decidam ou a deixarem a vida errante, e a virem habitar nossas aldeias, ou a internarem-se nas matas para além do Uruguai, e Paraná, deixando-nos livres das suas incursões. (NASCIMENTO, 2007, p. 43)

Embora invisibilizados na história local, os índios sempre estiveram "por aí". Ainda estão. Em que medida interagiram com a população da vila é uma questão que futuras pesquisas talvez possam responder. Mas claro está que neste momento na vila encontravam-se brancos, negros, pardos, índios; estancieiros e comerciantes, peões e escravos; lavradores, ferreiros, sapateiros; um sem-número de indivíduos e grupos, com distintos interesses em conflito constante. Além dos estancieiros que mantinham suas casas na zona urbanizada, é possível pensar em uma massa de pessoas pobres vivendo na vila e arredores; pessoas até agora pouco contempladas na historiografia.

Desde 1826 a vila contava já com um edifício destinado à cadeia, mas em 1845 a Câmara de Cruz Alta escreveu ao Presidente da Província reclamando a

necessidade de construir um novo prédio (ROCHA, 1980, p. 58-59; CAVALARI, 2004, p. 127), uma vez que “o existente na época consistia num rancho mal construído, coberto de palha e seguro unicamente pela vigilância do guarda do batalhão” (CAVALARI, 2004, p. 127) (Fig. 5). A nova construção foi erguida no ano de 1856, sob o mesmo sítio onde estava o prédio antigo, na esquina das atuais ruas Coronel Pilar e General Câmara. Neste mesmo documento de 1845 a Câmara também ressaltou a necessidade de uma nova matriz para substituir a capela, “não só por sua mesquinha construção, como pelo estado de deterioração em que se acha” (CAVALARI, 2004, p. 127). A nova matriz, contudo, ainda demoraria algumas décadas a ser erguida.

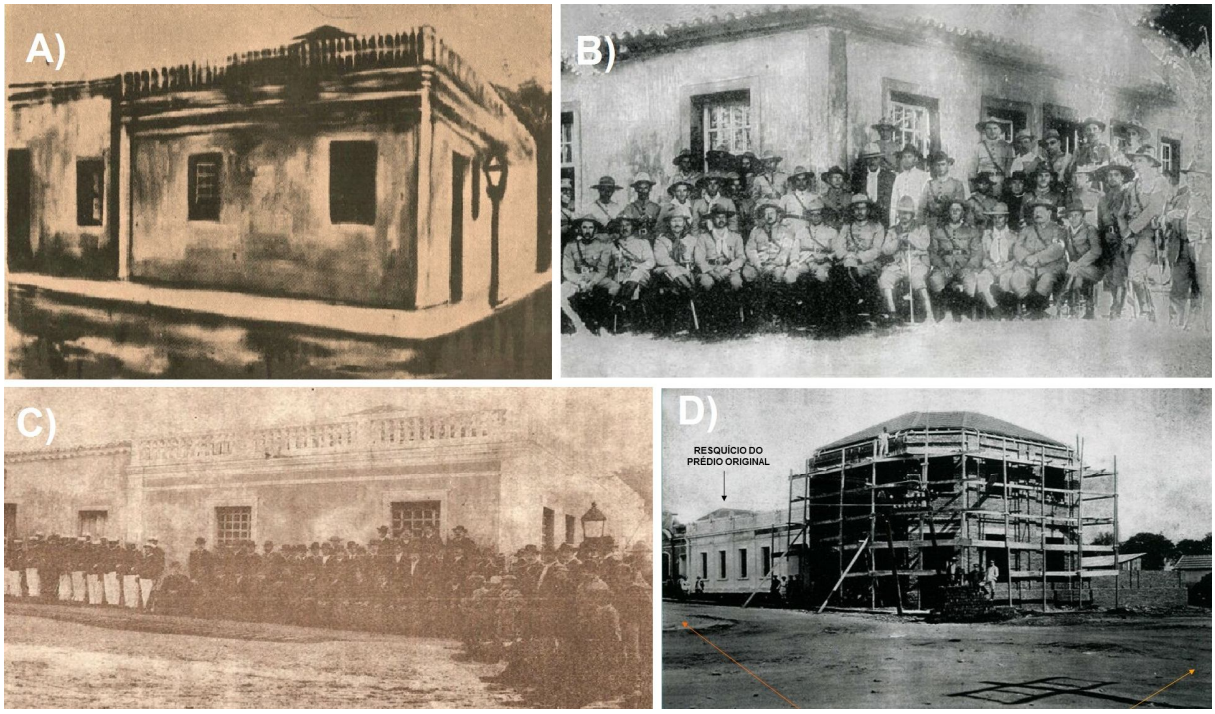

Figura 5 – Prédio onde funcionaram a Cadeia e Câmara Municipal, construído em 1826.

A) Figura representando o prédio da Cadeia da vila antes da reforma de 1856; B) fotografia de 1893 mostrando a configuração imposta na reforma; C) fotografia de 1914, onde se nota a adição da platibanda em uma porção do prédio; D) Reforma e ampliação na década de 1920.
No Apêndice A, foto 21, o prédio em sua configuração atual.

Fonte: A) ROCHA, 1980, p. 63. B, C e D) ROEBER, 2011.

2.3 “Uma vila muito pequena que terá ao todo umas cem casas pouco mais ou menos”[25]: a vila da Cruz Alta em meados do século XIX

Ao aproximar-se da metade do século XIX, a vila da Cruz Alta contava com uma população livre de 1.704 pessoas, de um total de 7.492 pessoas (cifra de 1846) em todo o município (NASCIMENTO, 2007, p. 15). Nesse período uma importante mudança na dinâmica social do campo pode ter tido relevância no que se refere ao crescimento da cidade. Falo da lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, chamada Lei de Terras (CESAR, 2005, p. 171). Segundo o historiador Guilhermino Cesar (Idem), esta lei teria dado início ao processo que ele chamou “esclerose do latifúndio clássico”. E se, como afirmou Araújo (2008), a paisagem da vila da Cruz Alta estava em seu começo vinculada ao mundo rural, o processo de transformação do latifúndio e os litígios no campo entre proprietários e posseiros certamente foi um fator importante para que se fizesse definitivamente uma urbe. Uma urbe ainda ligada ao campo por uma série de laços, mas com uma vida social – e também material – que começa a se distinguir.

> Com a Lei de 1850, a terra devoluta poderia ser vendida pelo governo provincial, mas não mais simplesmente ocupada, o que na prática nem sempre foi assim, [...]. Essa lei fez parte das reformas influenciadas pelas idéias liberais, que chegaram até a América Latina por “uma primeira geração de latino-americanos pós-independência. Grande parte havia estudado na Europa e estavam familiarizados com as idéias liberais então imperantes”. A Lei de Terras, que foi aprovada no contexto da proibição internacional do comércio de negros, num crescente movimento de liberação dos escravos (espontânea ou forçada pelas fugas, onde as matas poderiam ser um local apropriado para residir) e da vinda de imigrantes livres para o Brasil, proibiu a aquisição de terras, a não ser pela compra, impedindo a posse por parte dessa população, pois, na argumentação de José de Souza Martins, “num regime de terras livres o trabalho tinha que ser cativo, num regime de trabalho livre a terra tinha que ser cativa”. (NASCIMENTO, 2007, p. 50-51)

José Nascimento (2007, p. 51) argumenta que quando a Lei de Terras começou a ser discutida, o que se queria era impedir que os imigrantes que então chegavam ao Brasil ocupassem terras da Coroa imediatamente; afinal, estes deveriam trabalhar para aqueles que já eram proprietários, ao menos por certo

[25] Dr. Luiz de Oliveira Bello, Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, ano de 1940, 3º trimestre, pág. 21, citado em Rosa (1981, p. 109).

tempo. A lei, portanto, contemplava os interesses e as pressões dos liberais. Assim, aqueles que já tinham se apropriado de grandes quantidades de terras antes de 1850 puderam legitimar suas posses, tornando-se então grandes proprietários. Os trabalhadores pobres, por sua vez, quando não dispunham das condições financeiras para legitimar suas posses ou comprá-las, foram coagidos a deixar suas terras.

O historiador ainda destaca que faltava clareza sobre a definição do que eram terras devolutas, o que permitiu que os grandes proprietários ocupassem áreas que, longe de serem desocupadas, estavam sendo utilizadas por agricultores e extratores de erva-mate. O poder econômico de tais estancieiros permitiu que estes se apropriassem destas áreas e posteriormente as legitimassem como suas, ao passo que os trabalhadores pobres se viram expropriados e sem lugar no campo (Ibidem, p. 64). Na verdade, ainda que em tese eles pudessem reivindicar a propriedade de suas posses, o processo de obtenção do título das terras implicava recursos financeiros e um longo processo jurídico: realização do registro paroquial de terras, comprovação de ocupação por posse ou título de concessão, medição das áreas e, em alguns casos, resolução de embargos promovidos pelos confrontantes, uma vez que os limites entre as terras eram constantemente questionados (Ibidem, p. 54-55).

Segundo Teófilo Torronteguy, como uma das consequências da guerra dos farrapos

> Os grandes proprietários se firmaram no poder. O latifúndio aumentou. Esta concentração e terras nas mãos de poucos proprietários despovoou o campo de homens. Os trabalhadores livres sem terras foram para outras regiões. Os peões-soldados desmobilizados dos regimentos ficaram “sem história”; diluíram-se pelas estâncias, cidades e charqueadas. A guerra aumentou mais a distância sócio-econômica entre o mundo dos não-proprietários e o mundo dos proprietários. (TORRONTEGUY, 1994, p. 70)

Teófilo Torronteguy (1994) utilizou a metáfora do alambrado como definição de uma nova fronteira social neste período. A adoção do alambrado, a cerca de arame, representou o fim dos campos abertos. Cercando suas propriedades, os estancieiros criaram barreiras às camperiadas livres; a correria pelo gado xucro e as cavalhadas terminaram. “O alambrado na História dos sulinos delimitou dois mundos: um, dos grandes proprietários, e outro, daqueles que ficaram do lado de fora dos campos cercados, os não-proprietários” (TORRONTEGUY, 1994, p. 56).

Segundo Guilhermino Cesar (2005, p. 137), ainda que a adoção do aramado tenha sido tardia na província, ela trouxe consigo a conformação de um conceito novo de propriedade, em especial nos campos do oeste e da fronteira com o Uruguai. “Com ele se acentua o exclusivismo dos latifundiários, preparando caminho à melhoria dos rebanhos, à seleção das raças, à comercialização regular das tropas, e bem assim à sedentarização e à diminuição da peonagem, antes entregue à lei da aventura” (Idem). Aqui é notável novamente a aproximação com a argumentação levantada por Rahmeier (2008) de que a partir da Lei de Terras se verifica uma mudança de lógica. Se a concessão de sesmarias, intrinsecamente ligada à pessoa que recebia, adquiria o caráter de bem inalienável, a Lei de Terras, na medida em que determinava que as terras não pudessem mais ser concedidas, mas compradas e vendidas, implicou uma mudança de caráter deste bem, que agora passa a ser um bem alienável, cambiável, mas ainda ligado à definição de status e papéis sociais.

> A ordem social estabelecida alterava-se, e o superior não era mais o dono da terra, como gerações passadas haviam garantido, mas o detentor de bens que possuíssem liquidez. A simples posse foi, dessa forma, tornando-se uma condição atribuidora somente de *status*, o qual não era mais vinculado ao poder de determinar os papéis sociais, como até então vinha ocorrendo. A hierarquia social passou a ser ditada pela posse de bens alienáveis. (RAHMEIER, 2008, p. 13-14)

Verifica-se, portanto um processo de capitalização das terras. A posse de grandes extensões de terras permanece um fator de status e prestígio social, mas passa a ser o poder econômico que determina os lugares e papéis de cada membro na sociedade. Não é preciso ser de uma estirpe distinta de pessoa para possuir a terra; basta apenas ter os recursos necessários para comprá-la. Segundo a autora, “em sociedades em que os bens com liquidez são essenciais para a manutenção de poder, as coisas alienáveis acabam por ser mais requeridas que as inalienáveis” (Ibidem, p. 14). Por fim, o trabalho assalariado marginalizou e proletarizou o antigo peão, antes acostumado às camperiadas e a vida livre no campo, sem barreiras; agora encerrado nos corredores cercados pelo aramado. “Abandonando o campo, muitos desses servidores do boi vieram tentar melhor sorte nas vilas e povoados” (CESAR, 2005, p. 138).

E se este período se caracteriza pelo intenso movimento do campo em direção às vilas, o incremento da população fez necessário que se ordenasse a ocupação e o crescimento das malhas urbanas. De acordo com Prudêncio Rocha é

em 1853 que se instauram as primeiras “Posturas Municipais” na vila da Cruz Alta, que definem novamente os limites da vila, mas mais que isso, regulamentam a largura das ruas, a altura e o alinhamento das soleiras das casas, estabelecem a obrigatoriedade dos passeios, entre outras disposições para a “decente urbanização da Vila” (ROCHA, 1980, p. 66-67). A partir de então qualquer nova edificação necessitaria licença da Câmara para ser erguida.

Hemetério Veloso da Silveira (1979, p. 277) afirmou que quando chegou à vila, em 1855, ela “contava 58 casas e 26 ranchos de capim. A sua população não excedia então de 550 indivíduos”. Cavalari destaca que o período pós revolução farroupilha teria sido de desenvolvimento lento para a vila, e cita um comentário realizado por Dr. Luiz Alves de Oliveira Bello, candidato à assembléia legislativa que viajou para a região em 1856, onde ele afirma que a vila “apresentava um aspecto regular, com umas cem casas, quase todas em uma só rua e um único sobrado” (CAVALARI, 2004, p. 127-128). Isaltina do Pilar Rosa (1981, p. 109) também o cita:

> [...] *Dr. Luiz Alves de Oliveira Bello*, [...] em 1856, em seu “*Diário de uma Excursão Eleitoral*”, traz um histórico da viagem que fez, percorrendo Cruz Alta, em campanha política, assim:
> “Antes de almoçar saí para passear pela povoação. É uma vila muito pequena que terá ao todo umas cem casas pouco mais ou menos, quasi tôdas em uma só rua.
> Num dos extremos d’esta rua há uma pequena praça, onde está a igreja e onde foram construídas as primeiras casas da povoação.
> Há um único sobrado, pertencente a família do finado Vidal, o *fundador da povoação*.” (Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, ano de 1940, 3º trimestre, pág. 21).

São impressões demasiado vagas, certamente; todavia permitem inferir uma paisagem ainda rústica, rural. Mesmo após três décadas de fundação da vila, o sobrado de Vidal do Pilar ainda era um marco na paisagem local, e a maioria das casas continuava na rua principal, atual Pinheiro Machado. Cavalari (2004, p. 131) cita um testemunho de Hemetério Velloso da Silveira onde este fala que durante o período em que residiu na vila, na década de 50 dos oitocentos, raro era o dia em que não chegavam ou saíam cavalos e carretas com tropas de gado – principalmente os muares – ou com carregamentos de erva-mate vindos de Palmeira, Nonoai e Soledade. Nesse momento a vila já era um centro regional, atraindo o comércio e gerando novos serviços, mas ao que tudo indica, sua paisagem em meados dos oitocentos ainda era a de uma pequena povoação.

Segundo Cavalari (2004) a primeira idéia de denominar oficialmente as ruas da vila partiu de Domingos José Gonçalves, na época coletor das rendas provincianas, em 1845. Contudo, foi apenas no ano de 1859 que as principais ruas foram nomeadas. A partir de então, a primeira e principal rua da cidade, conhecida como Rua da Olaria e depois Rua das Carretas, passou a chamar-se Rua do Commércio; é a atual Rua Pinheiro Machado. A hoje Avenida Voluntários da Pátria foi denominada Rua da Fonte, em virtude de uma pequena fonte localizada nas proximidades do atual Fórum. A Avenida Venâncio Aires foi chamada então Rua da Igreja, pois passava aos fundos da capela que funcionava como Igreja Matriz. A atual Barão do Rio Branco recebeu o nome de Rua Itaparica, enquanto a hoje Rua Coronel Martins foi chamada Rua do Herval, tendo recebido posteriormente a denominação popular de Rua dos Briques, por ser a via onde estacionavam as carretas que traziam diversos produtos das coloniais e distritos próximos.

Em homenagem à independência brasileira a atual Duque de Caxias recebeu o nome de Rua Sete de Setembro. A rua que hoje chamamos Coronel Pilar – óbvia homenagem a Vidal do Pilar, que tinha propriedades também nesta rua – foi neste momento chamada Rua Direita. A atual Andrade Neves foi denominada Rua Dois de Dezembro, em homenagem ao nascimento de Dom Pedro II. A Rua João Manoel foi à época denominada Rua do Arvoredo. A Avenida Presidente Vargas recebeu o nome de Rua da Ladeira, pela ladeira íngreme que apresenta no trecho entre as atuais Pinheiro Machado e General Câmara; anos mais tarde seu nome foi mudado para Rua Maurity. A moderna Avenida General Osório recebeu o nome de Rua do Itaqui, por ser a via de saída das carretas em direção àquela vila. E por fim, a atual Mariz e Barros recebeu o nome de Rua do Uruguai, por ter seu eixo sobre o divisor de águas da bacia do rio Uruguai (CAVALARI, 2004, p. 203-204).

Anos mais tarde, em 1861, a Câmara Municipal decidiu batizar outras ruas que permaneciam sem nome. Nesta segunda etapa de nomeação das ruas foram denominadas a Rua da Constituição, atual Procópio Gomes; a Rua da Aurora, atual Rua Coronel Mello – a mais oriental da vila, na região onde começou a formar-se o Barro Preto, atual Bairro São Miguel –; a Rua da Floresta, atual Rua Domingos Veríssimo – que recebeu esse nome por partir de um grande mato que ia das proximidades de onde viria a ser construída a estação ferroviária até a região do atual Clube Arranca; a Rua da Alegria, atual Avenida Benjamin Constant, no extremo norte da vila; a Rua Formosa, atual Rua Gen. Felipe Portinho; a Rua Vereador

Veríssimo Anes, atual Rua Marechal Floriano; a Rua Dona Isabel, atual Marechal Deodoro; a Rua Barão de São Jacob, que correspondia à parte da atual Rua Borges de Medeiros, em frente ao Hospital de Guarnição Militar; e por fim, duas travessas: a Travessa Paulista, ainda conhecida por esse nome – paralela à Av. Barão do Rio Branco, entre as ruas Coronel Pilar e Andrade Neves; e a Travessa 13 de Maio, atual Travessa Tenente Paulo Prunes, que passa atrás da Catedral, entre as ruas Coronel Pilar e Duque de Caxias. Segundo Cavalari teria sido neste momento em que se realizou a primeira planta da Vila, que não foi localizada em suas pesquisas (CAVALARI, 2004, p. 204-206).

A década de 1860 é marcada na história brasileira pela Guerra do Paraguai (1864-1870), conflito cuja participação de habitantes da vila da Cruz Alta foi notável. Segundo Cavalari (2004, p. 136-137) o corpo de Voluntários da Pátria recrutou até o fim da guerra 118 mil soldados, dos quais 35 mil eram da província do Rio Grande do Sul. Entre estes estava o Corpo de Voluntários da Pátria nº 19, formado majoritariamente por cruz-altenses. A 4ª Divisão de Cavalaria, arregimentada pelo Brigadeiro José Gomes Portinho incorporou um total de 3.430 soldados na região de Cruz Alta e marchou para a campanha em outubro de 1866. Aqui se verifica a continuidade do poder e prestígio social atribuído ao estancieiro militar, que arregimenta soldados conforme a necessidade do Império de defender suas fronteiras e seus interesses. Por este mesmo movimento de arregimentação de soldados, as tarefas da agricultura e da pecuária, bem como as desenvolvidas no meio urbano, se viram sem muitos dos trabalhadores que delas se ocupavam

Na segunda metade da década de 60 dos oitocentos o famoso sobrado de Vidal do Pilar foi tema de discussão na Câmara Municipal por seu estado de ruína, conforme documentação levantada por Prudêncio Rocha (1980). O pesquisador levantou o processo que consistiu na formação de uma comissão para verificar o estado das ruínas do sobrado e aprovar a sua demolição em fins de 1865, uma vez que a edificação já contava com cerca de três décadas e certamente não se adequava às disposições então vigentes pelas Posturas Municipais. A demolição deveria ser feita às custas da proprietária, Dona Gertrudes Magna de Almeida, esposa do ilustre Vidal, contudo os valores cobrados pela Câmara foram questionados pela família, gerando um litígio que só foi solucionado em 1867, ano em que provavelmente o sobrado tenha sido demolido, embora o pesquisador não apresente de fato a data de demolição (ROCHA, 1980, p. 66).

Parece claro que este período foi de uma série de transformações na paisagem da vila. Daronco (2006, p. 94) argumenta que o processo de desenvolvimento urbano ocorreu sobretudo na segunda metade do século 19, quando o crescimento populacional levou ao surgimento de casas comerciais, a arquitetura citadina "foi dando toques de organização e refinamento à vila; as Posturas Municipais passaram a definir a largura das ruas, a forma de construir as moradias, o calçamento das ruas centrais" (Idem). A demolição do sobrado é sintomática de um incipiente processo de modernização da cidade.

Rossano Cavalari (2004, p. 140-141) afirmou que Cruz Alta emergiu da Guerra do Paraguai "como um importante centro social e econômico de apreciável envergadura regional [...] onde vendia-se de tudo, desde o simples aguardente, até camarões; roupas comuns e as sofisticadas peças da moda parisiense". As principais casas comerciais estavam – e não podia ser diferente – na Rua do Commercio. No ano de 1870 novamente cambiam os nomes de algumas ruas da cidade, a fim de celebrar a vitória no conflito sul-americano. Neste momento recebem seus nomes as atuais ruas Voluntários da Pátria, Coronel Martins, Andrade Neves, João Manoel, Gen. Osório, Mariz e Barros e General Câmara (CAVALARI, 2004, p. 206).

O desenvolvimento do comércio local neste período certamente foi resultado de um processo iniciado décadas antes, com a abertura dos portos e a crescente inserção das idéias liberais e produtos industriais em território brasileiro. Para usar os termos de Torronteguy (1994, p. 135) "O crescimento da urbanização, com seus costumes particulares de vida, e o uso da mão-de-obra livre estão relacionados com a implantação capitalista."

Vale lembrar também como a chegada de novas idéias trouxe mudanças nas décadas de 60 e 70. Thiago Araújo (2008), quando estudou as relações entre senhores e escravos na vila, destacou dois acontecimentos importantes no que se refere ao processo de libertação de escravos: a Guerra do Paraguai e a Lei do Ventre Livre. A primeira parece ao historiador como um dos principais fatores para explicar a diminuição da população escrava da vila entre 1858 e 1872, uma vez que muitos escravos combateram na guerra, e obviamente a maior parte não retornou. Foi também após o retorno dos combatentes que foi criada a Sociedade Libertadora Cruz Altense, que se propunha comprar a liberdade de crianças escravas –

mediante donativos da nobre comunidade local – para torná-las livres na simbólica data de 7 de setembro – dia da independência – de 1870.

O historiador levanta questões quanto às razões do aumento das alforrias incondicionais justamente no período em que a reprodução da mão-de-obra escrava tornava-se cada vez mais difícil, onde o preço dos cativos aumentava consideravelmente, quando 86% dos criadores da vila eram proprietários de escravos e dependiam especialmente destes trabalhadores para continuar sua produção (ARAÚJO, 2008, p. 249-250). Por fim, ele se pergunta:

> Não seria também uma tentativa dos senhores manterem o processo de manumissão sob seu controle, já que depois da intervenção do Estado nas relações de escravidão, em 1871, era solapado um dos mais importantes símbolos do domínio senhorial que era a prerrogativa de conceder ou não a alforria? (Ibidem, p. 250)

Em sua pesquisa, Araújo (2008) identificou um processo de negociação onde em muitos casos os cativos tinham papel ativo na negociação de sua própria liberdade, “havendo uma política de domínio senhorial que combinava um sistema punitivo e laços compulsórios com certos ‘incentivos positivos’ aos trabalhadores escravos” (ARAÚJO, 2008, p. 19), incentivos que estes sabiam muitas vezes explorar e administrar, para adquirir a desejada alforria. Com a Lei do Ventre Livre, a proibição do tráfico, a própria Guerra do Paraguai, obter escravos tornou-se cada vez mais difícil. Assim, para o historiador, a mobilização de uma parte da elite local no sentido de libertar os escravos seria resultado da tomada de consciência de que a libertação, cedo ou tarde, seria inevitável. Diante disso, melhor libertá-los por sua “generosidade e espírito superior” que pela obrigação legal.

Contudo há que se considerar que o fim da escravidão na maior parte das situações não trazia qualquer retorno positivo ao ex-cativo, que na maioria das vezes adquiria uma liberdade apenas de direito, não de fato.

> A abolição não significou o fim do martírio, apenas a penosa e difícil transição do trabalho escravo, para o mesmo trabalho, estabelecido de direito como livre, mas de fato ainda servil. O ex-escravo permanece nos mesmos tipos de trabalho, condições e de relações – *solução* para sobrevivência.
> Recém saídos da situação de escravos, sem bens materiais, sem preparo intelectual, sem meios para emancipação financeira, sem políticas de integração que garantissem lugar no novo contexto político e ainda mais, com o compromisso de uma *dívida moral* para com seus senhores e com os

> demais *abolicionistas* – em outras palavras: abolição foi sinônimo de continuísmo dissimulado. (MEIRELLES, 2002, p. 59)

Segundo Araújo (2008, p. 259-260), considerando os dados da década de 1870, ¼ da população escrava estava na sede da vila e ¾ nas propriedades rurais. Para que se tenha uma noção dos números, o historiador (Ibidem, p. 191) apresenta um dado de 1872 onde consta para a população da freguesia de Cruz Alta o número de 4499 brancos, 319 pretos livres, 1788 pardos livres, 685 pretos escravos, 383 pardos escravos e 754 caboclos. É interessante notar que neste ano a população de pretos e pardos livres ou libertos corresponde a ¼ do total da vila da Cruz Alta, cifra que o historiador atribui principalmente aos processos de manumissão e à vinda de migrantes pobres para a região, destacando contudo que outros fatores não considerados em sua pesquisa podem ter tido relevância.

Parece óbvio pensar que o incremento da população de trabalhadores pobres livres ou libertos, seja pelos processos de libertação, pelos litígios entre proprietários e posseiros no campo, e pela própria emergência de Cruz Alta como um centro regional refletiu em uma expansão considerável da malha urbana, adensamento da população e expansão do território ocupado. Neste período, então, começam a formarem-se as primeiras periferias. De acordo com Rossano Cavalari (2004, p. 172) “os primeiros núcleos onde se estabeleceram os escravos libertos foram na baixada da *Capoeira*, atual Bairro São José e nos valos do *Barro Preto*, atual Bairro São Miguel.”

No exercício de 1873-1874 a Câmara Municipal mandou efetuar o nivelamento e calçamento da Rua do Commércio (CAVALARI, 2004, p. 147), e neste mesmo período a velha capela que marcou o início do povoado é substituída por uma nova e suntuosa igreja matriz (Fig. 6).

> A Igreja Matriz, construída em 1873, substituiu a antiga igrejinha, que fora testemunha da fundação da cidade e de cuja porta partiu a medição do rócio demarcatório dos limites da futura povoação, quatro anos depois da autorização expedida pelo Comandante da Fronteira das Missões, *coronel Antônio José da Silva Paulette*, datada de 18 de agosto de 1821.
> [...]
> O novo templo, uma construção sólida e mais bem trabalhada esteticamente, foi erguido uns 30 metros para trás, sobre o primeiro cemitério e fazendo frente agora à Rua da Igreja, já que a anterior estava localizada sobre a metade oeste da praça, interceptando pelos fundos a referida rua. (CAVALARI, 2001, p. 22-23)

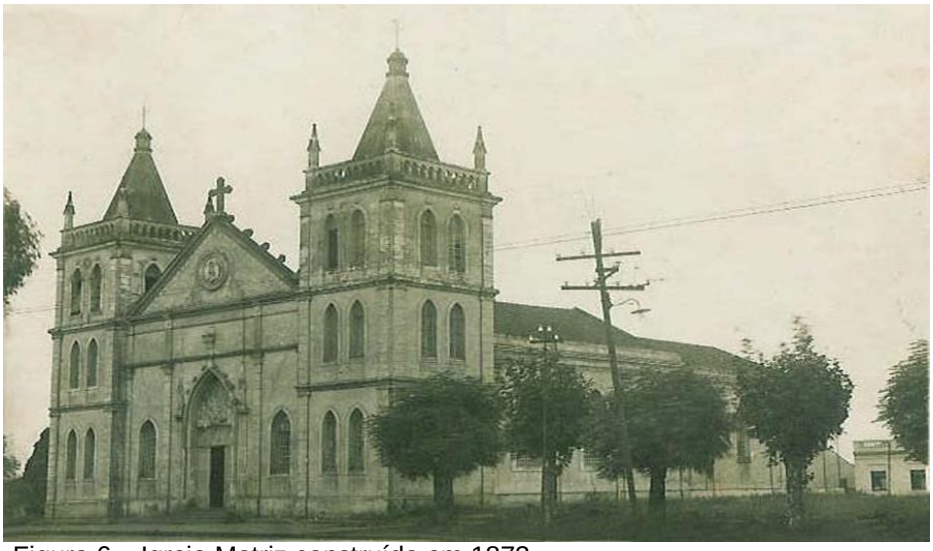

Figura 6 – Igreja Matriz construída em 1873.

A foto, sem data, mostra a edificação já no século XX

Fonte: ROEBER, 2011.

Em relação à primeira capela, descrita em todas as fontes como bastante simples, a nova igreja impressiona por sua monumentalidade, evidente na fotos ainda que o prédio já não exista. A partir de então a vila da Cruz Alta contava com uma nova igreja matriz; não mais uma simples capela, mas uma grande catedral com duas torres, aberturas em arcos ogivais, um frontão imponente e um pórtico que lembrava aqueles encontrados na arquitetura gótica. Para Miller (2005, p. 16) a monumentalidade está ligada às tentativas humanas de controlar diferentes graus de materialidade, uma vez que estes monumentos, por sua massividade e gravidade, fazem com que certas coisas pareçam mais materiais que outras. Representar-se materialmente enquanto uma grande edificação é também posicionar-se enquanto elemento importante na paisagem e na vida social da comunidade.

E se Cruz Alta tornava-se aos poucos um centro regional importante, fazia-se necessária uma catedral à altura. Edifício mais alto, erguido em um dos pontos mais elevados das redondezas, a nova matriz marcou a paisagem da vila, dando a massividade e o destaque que merecia a Igreja naquela comunidade. E ainda que a bibliografia consultada não faça referência, a instalação da nova matriz obviamente implicou um processo de remodelação da praça, para remover os restos da antiga capela e dar nova configuração ao espaço.

Entendo a nova catedral como mais um sintoma de um processo ainda lento de desenvolvimento urbano. Em abril de 1879 a lei provincial nº 1175 finalmente

elevou Cruz Alta à categoria de Cidade (CAVALARI, 2004, p. 145); um mês depois a cidade passa a contar com serviço de telégrafo (Ibidem, p. 143), incrementando e acelerando a comunicação com o restante da província, do país e do mundo. Anos mais tarde, em 1881, é produzida uma planta da cidade sobre a qual não encontrei outros dados, reproduzida também em Cavalari (2004, p. 144).

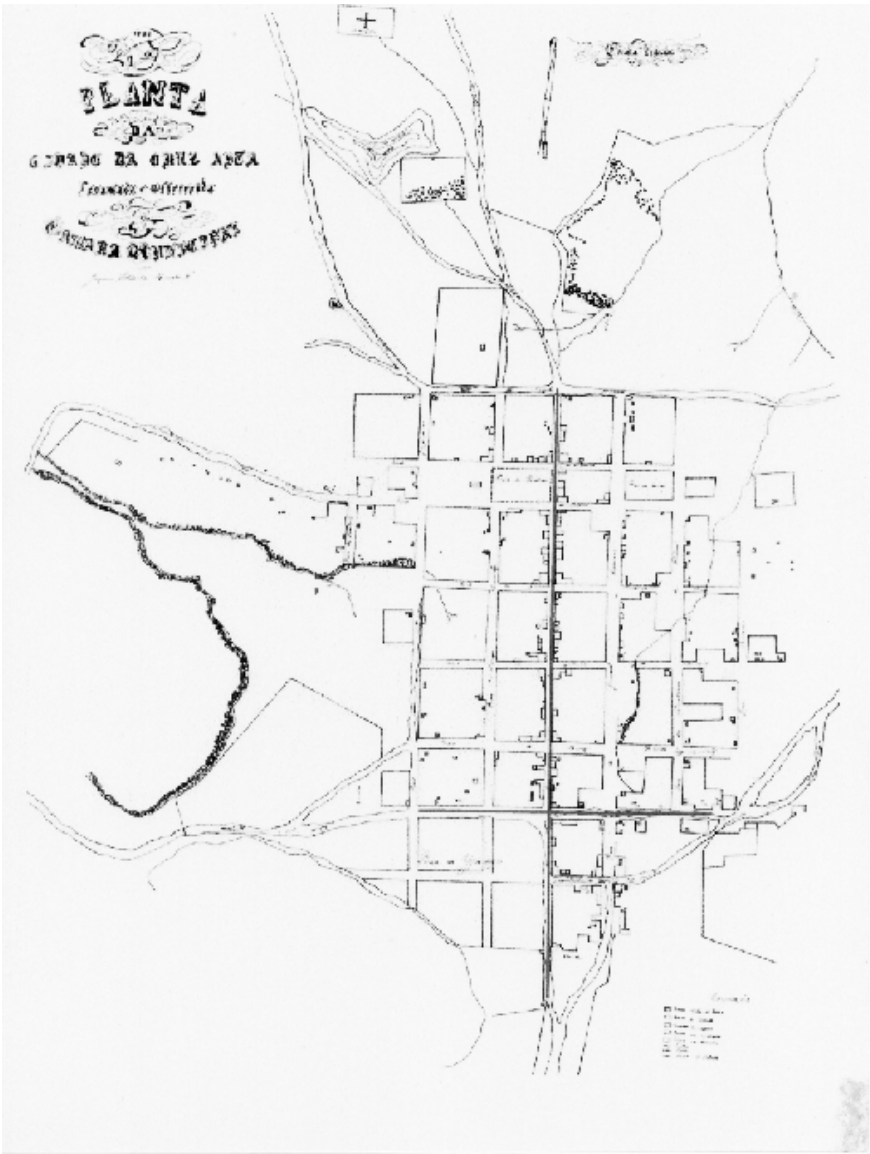

Figura 7 - Planta da cidade de Cruz Alta, 1881.

Fonte: Museu e Arquivo Histórico Municipal de Cruz Alta.

A partir da planta verifica-se que a malha urbana de Cruz Alta neste período ocupava boa parte do que hoje é o centro da cidade, sendo que o traçado atual das ruas é notadamente semelhante. Estão evidenciados na planta dois eixos perpendiculares, correspondentes às atuais ruas Pinheiro Machado (norte-sul) e

General Osório (oeste-leste); na primeira, então Rua do Commércio, está a grande maioria das edificações da cidade, em praticamente toda a sua extensão. A planta deixa clara também a expansão da malha urbana em direção sul e o início da urbanização da área onde hoje está a Praça General Firmino de Paula, que ainda no ano de 1889, segundo Cavalari (2001, p. 23), era apenas um “campo aberto formado por quase dois quarteirões”.

É notável que haja uma enorme discrepância entre a quantidade de edificações representada na Rua do Commércio e nas demais ruas: vários quarteirões com poucas ou nenhuma edificação. Há alguns prédios concentrados na Rua Sete de Setembro – hoje Duque de Caxias –, imediatamente em frente à praça da matriz, o então prédio da Câmara Municipal e cadeia, que ainda hoje permanece em pé na esquina da Rua Coronel Pilar com a Avenida General Câmara, e algumas outras edificações dispersas em quarteirões quase vazios. Isso corrobora as descrições de anos anteriores, e leva a concluir que ainda neste período a maior parte das casas da cidade estava mesmo na Rua do Commércio.

A planta corresponde a uma parcela do centro atual, formando um polígono cuja área ia desde a Rua General Felipe Portinho ou Avenida Barão do Rio Branco no limite oeste, até a Voluntários da Pátria ou Procópio Gomes a leste; Rua Coronel Martins no limite norte e a Domingos Veríssimo no sul. Os atuais bairros São José e São Miguel, indicados por Cavalari (2004) como sendo sítio da Capoeira e da baixada do Barro Preto, respectivamente, não aparecem na planta, ainda que sua ocupação tenha iniciado antes da data. Como hipótese, parece certo pensar que sendo ocupações associadas a trabalhadores livres, pardos e pretos, em áreas periféricas, inicialmente estivessem ainda neste momento mais próximas do rural que do urbano, em áreas ainda não urbanizadas.

Seis anos após a produção desta planta, Evaristo Affonso de Castro (1887, p. 72-73) assim descreveu a cidade:

> A cidade da Cruz Alta, conta 240 fogos com uma população de 2500 almas. Tem 24 casas commerciaes, 2 pharmacias, 3 sapatarias, 2 alfaiaterias, 3 ferrarias, 3 ourivesarias, 2 relojoarias, 2 marcenarias, 2 sellarias, 1 retratista, 1 funilaria, 3 carpintarias, 4 hoteis, 2 padarias, 2 cortumes, 3 açougues, e uma fábrica de cerveja, cujo produto principia a ter grande extração, não só para o consumo, como para exportação e uma fabrica de sabão.
> [...]
> Tem trez praças, a do *Coronel Mello, Ypyranga* e *Independencia*, esta ultima com um pequeno jardim, feito por iniciativa particular, em cujo centro se eleva um pequeno, porem elegante *Kiosque*.

> Tem deseseis ruas, sete principaes, em direcção de norte a sul e nove transversaes, em direção de leste a Oeste.

Com a planta de 1881 temos uma noção espacial e territorial da cidade neste período, e a descrição realizada por Evaristo Affonso de Castro alguns anos mais tarde permite que pensemos um pouco acerca da vida social e econômica da cidade, que neste período apresenta já uma variedade considerável de casas comerciais e serviços. A interessante cifra de quatro hotéis, número razoável para o tamanho da cidade, leva a pensar na grande quantidade de pessoas transitando por Cruz Alta neste período. Pensando na quantidade de distritos estabelecidos na região – hoje cidades como Passo Fundo, Soledade, Ibirubá, Panambi, Tupanciretã, Júlio de Castilhos, Ijuí, Santo Ângelo – e sua relação com a cidade de Cruz Alta, centro regional, este desenvolvimento se justifica.

Claro está que neste período a Rua do Commércio (Fig. 8) era não apenas a rua onde estava a maioria das casas, mas também o eixo econômico e social, o lugar onde as coisas aconteciam, onde todos se encontravam, ainda que não possamos esquecer o papel da praça e da igreja matriz em reunir e congregar. Sandra Pesavento (1996) situa na segunda metade do século 19 o que ela chama "redescoberta da rua" (Ibidem, p. 8), como resultado da internalização no contexto local do capitalismo urbano-industrial em franca emergência na Europa e Estados Unidos. O progresso econômico e material da cidade incrementa o comércio, o incremento do comércio aumenta o movimento de pessoas, e cada vez mais personagens passam a desfilar, socializar, e mesmo habitar, no espaço público da rua.

> Neste contexto é que a rua surge no cenário urbano com uma identidade própria, que será lentamente construída a partir da segunda metade do século 19.
> Não mais elemento de separação entre as casas, a rua se define agora como espaço público, por oposição ao espaço privado.
> Refúgio da individualidade, o lar abriga a propriedade burguesa ou esconde a miséria proletária, mas ele permanece como o reduto da família, do círculo mais próximo, de pessoas que se conhecem e dependem mutuamente. Em contraste, a rua do mundo que se transforma sob o impacto do capitalismo se povoa de atores sociais específicos, alguns novos e outros nem tanto, mas que por ela transitam, numa *mélange* caótica: o povo, a multidão, a burguesia, o proletariado. A rica senhora que desfila o seu traje de passeio passa rente ao biscateiro que vende qualquer coisa; beatas na busca da missa ombreiam com operários no caminho do trabalho; gordos e bem-sucedidos comerciantes cruzam com apressados caixeiros de lojas. Pois até mesmo os negros fujões da senzala não foram progressivamente abandonando o abrigo do quilombo para buscarem o

refúgio na cidade, perdendo-se no anonimato da “multidão”? (PESAVENTO, 1996, p. 9)

Figura 8 – Rua do Commércio em fins do século XIX.

A primeira foto apresenta trecho da Rua do Commércio em 1885; a segunda retrata um desfile em celebração à chegada dos primeiros operários para a construção da ferrovia, na década seguinte.

Fonte: ROEBER, 2011.

Outro elemento importante na descrição de Castro é a presença das primeiras fábricas na cidade – uma fábrica de cerveja e uma fábrica de sabão – cuja localização infelizmente não está descrita. Sandra Pesavento destaca que o crescimento das manufaturas esteve intimamente associado ao crescimento das cidades, uma vez que "é no bojo da transformação capitalista da sociedade brasileira que se deu a emergência paralela do crescimento urbano" (PESAVENTO, 1990, p. 32). Para a historiadora foi a cidade que permitiu a realização da economia de mercado, e segundo ela "a emergência da urbanização associada ao capitalismo representou muito mais do que inovações na organização da produção, inaugurando novas formas de comportamento e novos valores" (Idem).

Quando em 1894 estoura a Revolução Federalista, Cruz Alta é palco de combates, uma vez que tinha entre seus habitantes importantes homens da política republicana, como o conhecido general Firmino de Paula, que dá nome a uma das principais praças da cidade, e cuja biografia foi traçada por Rossano Cavalari (2007). Ao relatar um ataque ao "ninho dos pica-paus", Cavalari (2001) traz detalhes do combate: as tropas maragatas teriam entrado na cidade pela estrada que chegava até a Rua do General Osório, passando por "uma pequena praça ainda em obras, com 7 casas ao redor pelas ruas que a contornavam. Era a Praça 15 de novembro, posteriormente chamada Praça da Bandeira ou do Ginásio" (CAVALARI, 2001, p. 119).

Vindo então os maragatos pela região da Capoeira e seguindo para o centro pela Rua Itaparica (Avenida Barão do Rio Branco) até a Rua Pillar, os combates teriam se concentrado nas proximidades da Praça da Matriz, um dos pontos mais altos da cidade – José Gabriel da Silva Lima e suas tropas teriam se entrincheirado na face leste da praça – e ao longo da Rua do Commércio (Ibidem, p. 118-119). Ainda segundo Cavalari (2001, p. 121) o trecho da Rua do Commércio entre as ruas Andrade Neves e Pillar teria sido onde se concentraram os franco-atiradores, "pois ali ficavam os sobrados mais altos da cidade".

Não cabe dos meus objetivos discutir os conflitos e a revolução em si, mas com base na narrativa desenvolvida pelo pesquisador é possível extrair alguns dados importantes. Em primeiro lugar é relevante notar as obras na praça onde hoje está o Ginásio Municipal, e o início da expansão da malha urbana nesta área, ainda não urbanizada em 1881. Por outro lado detalhes como os sobrados mais altos da

cidade na Rua do Commércio apenas reforçam esta como rua principal, onde as famílias mais abastadas instalaram suas residências.

O ano de 1894 foi também o ano de inauguração da estação ferroviária (Fig. 9), no então extremo sul da Rua do Commércio, respondendo a uma demanda que movimentou setores da população desde a década de 70 dos oitocentos, quando a elite local reclamava do isolamento territorial e das dificuldades em escoar a produção agrícola (MOURA, 2007, p. 51-52). O historiador indica que para a construção do primeiro trecho, entre Cruz Alta e Santa Maria, e da edificação correspondente à estação, uma grande quantidade de trabalhadores dirigiu-se das colônias para a cidade (Ibidem, p. 54). Por fim,

> a estação ferroviária de Cruz Alta entrou em operação no dia 20 de outubro de 1894 com centenas de pessoas, populares, autoridades civis e eclesiásticas, recebendo, com fogos de artifício e euforia, a chegada da locomotiva vinda da estação ferroviária de Santa Maria; estavam a abordo Artur Buffort, diretor da Companhia; Henrique Pinheiro, fiscal e representante do governo central e estadual, e o engenheiro Gustavo Vouthier. (MOURA, 2007, p. 54)

Figura 9 – Estação Ferroviária em sua configuração original, inaugurada em 1984.

A figura compõe uma coleção de cartões produzidos no início do século XX.

Fonte: ROEBER, 2011.

A estação ferroviária ligou definitivamente o município ao restante do mundo. Fabrício Moura (2007, p. 52-53) lembra também que para as elites políticas da época a estrada de ferro compunha “um símbolo de modernidade, integração e progresso, e o ingresso na era da velocidade”. Fato é que na medida em que se conectava a malha ferroviária que então se compunha em todo o Brasil, Cruz Alta tornou-se um importante entroncamento ferroviário, caminho obrigatório para o norte do país, e “parada para as famílias de imigrantes remanescentes das colônias velhas, de colonos oriundos de seus países de origem, e de trabalhadores em busca de melhores condições de vida na cidade” (Ibidem, p. 55).

Às portas da República, o desenvolvimento urbano, a expansão do capitalismo e da lógica burguesa – conforme a trata Pesavento (1990, 1996, 1998) – criam novas relações e práticas sociais, novas idéias, novas estéticas, e também novas coisas; roupas, louças, garrafas, sapatos, ferramentas, arquiteturas, enfim. Sandra Pesavento (1990, p. 10) cita o argumento de Florestan Fernandes de que a República foi não apenas um “assalto” ao Estado por parte da burguesia, mas mais uma das facetas de um processo de efetivação do capitalismo no país, gerando transformações econômico-sociais – “novas relações de produção, novas técnicas e formas de organização do trabalho, novas classes sociais” (Idem) – e também consolidando as estruturas político-administrativas e as ideologias do poder burguês.

De acordo com Nascimento (2007, p. 102) os republicanos assumiram o poder no Rio Grande do Sul com um projeto político cuja finalidade era a de modernizar o estado. “Em vista do progresso com paz social como fim último, os republicanos promoveram uma reorganização política e administrativa do estado, para o qual não interessavam as desordens” (Idem). Em Cruz Alta a maior parte dos republicanos era antigos membros do Partido Conservador, cuja chefia passou de Vidal do Pilar a Antonio de Melo Albuquerque, depois a João Batista Vidal de Almeida Pilar e por fim a José Gabriel da Silva Lima, eleito presidente da Câmara Municipal em 1887 (Ibidem., p. 104). Ao identificar tais nomes, verifica-se que ainda que uma nova ordem política e administrativa tenha sido instituída, o poder na cidade de Cruz Alta não trocou de mãos; os sobrenomes já tradicionais da política local permaneciam em seus lugares de poder.

2.4 “O viandante aí passando não encontra obras de arte.”[26]: a Cruz Alta dos novecentos

Em 1900 a população urbana era, de acordo com Rocha (1980, p. 129), de 4809 habitantes, ocupando agora uma área razoavelmente maior do que hoje compreende o centro da cidade. A planta produzida em 1900 (Fig. 10) novamente destaca um eixo norte-sul na Rua do Commércio, atual Pinheiro Machado, e outro em sentido oeste-leste na rua, hoje Avenida General Osório.

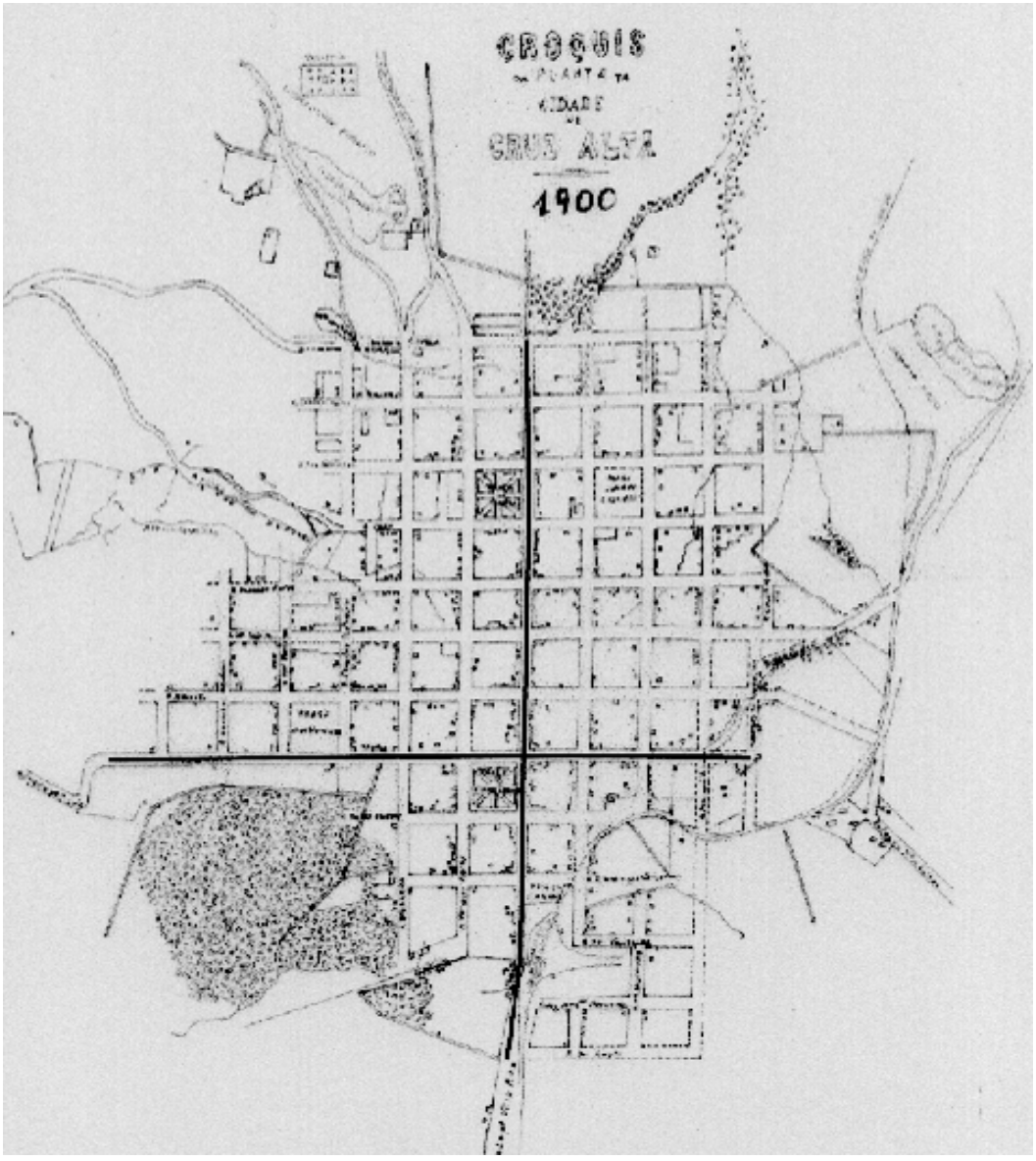

Figura 10 – Planta da cidade de Cruz Alta, 1900.

[26] SILVEIRA, 1979, p. 267.

Fonte: Museu e Arquivo Histórico Municipal de Cruz Alta.

O comércio já em desenvolvimento foi ainda mais aquecido, uma vez que o transporte ferroviário facilitou grandemente não apenas o escoamento da produção agrícola local, mas também a entrada de novos produtos e novas pessoas. A ligação ferroviária trouxe trabalhadores para a sua construção e, quando pronta, trouxe ainda mais gente, de todo tipo, “italianos, alemães, árabes e libaneses” – como destacou Moura (2007, p. 55) – que passaram então a disputar e dividir os lugares da cidade com as tradicionais famílias agro-pastoris, ex-escravos, comerciantes e trabalhadores urbanos.

Considerando a planta de 1881, a expansão do tecido urbano no intervalo de dezenove anos é notável. Contudo, uma segunda vez verifica-se uma malha composta de várias quadras quase vazias, e alguns pontos onde a densidade da ocupação é maior. No centro a Rua do Commércio ainda densamente ocupada, principalmente a partir das proximidades da atual Rua Coronel Martins até seu extremo sul, na estação ferroviária, bem como as ruas Duque de Caxias e Coronel Pilar em seu trecho em frente à Praça da Matriz; a leste a planta indica algumas concentrações de casas no começo das ruas Voluntários da Pátria e Procópio Gomes[27]; por fim, a oeste é evidente o adensamento da ocupação na atual Avenida Venâncio Aires e principalmente na atual Avenida Barão do Rio Branco em diante, aonde aparece já urbanizada e densamente ocupada a área próxima à Praça do Ginásio Municipal e a região do Bairro São José[28].

Nos primeiros anos do século XX, Hemetério Velloso da Silveira assim descreveu a cidade:

> Paisagem bela é incontestavelmente a de Cruz Alta e seus arredores.
> Sobre a campina ondulada e coberta de relva sempre verdejante, ergue-se a bipartida colina, onde foi assentada a cidade.
> Num declive, ao Norte, brotam duas copiosas vertentes de excelente água potável. Seguindo para os rumos Nordeste e Noroeste, formam os arroios Nossa Senhora e Conceição, tributários caudalosos do Ijuí Grande. Em outro declive, ao Sul, é outra cristalina vertente do arroio da Cruz, tributário do Igaí, que se lança no Jacuí, na distância de 46 quilômetros.

[27] Entre estas duas ruas, no extremo nordeste da malha, dá-se o declive que serviu de limite à baixada do Barro Preto.

[28] Como ressalva a essa tentativa de leitura da planta, destaco que a digitalização está em baixa qualidade e não tem legendas. Todas as plantas utilizadas aqui me foram disponibilizadas pelo Museu Municipal, que não tem em seu acervo as plantas originais, mas apenas as digitalizações.

> Amenizam os limites urbanos da povoação três lagoas de águas límpidas, renovadas por freqüentes chuvas torrenciais. Foram chamadas de Monteiro, do Vidal e do Jacob, hoje são crismadas com os nomes de Bento Gonçalves, Tamandaré e Canabarro, de três varões distintíssimos, já desaparecidos, mas sem a menor ligação com este meio social.
> Entre os dois primeiros arroios e a cordilheira que na distância de 36 quilômetros borda o Jacuí, fica o Rincão de Nossa Senhora, de que já tratamos no capítulo XII.
> No limite Leste, pouco distanciado da lagoa, outrora do Vidal, existe um capão de matos que, sendo propriedade particular, ainda é conservado.
> Ao Oeste, existiu outro com a extensão aproximada de dois quilômetros quadrados, por onde corria a copiosa vertente da Panelinha. Esse extinguiu-se.
> [...]
> O viandante aí passando não encontra obras de arte. Os edifícios, inclusive a própria estação da estrada de ferro, aliás tão moderna, as casas particulares, não se recomendam pela arquitetura. Alguns espécimens, ainda não substituídos, das construções primitivas, mostram as paredes exteriores das casas, feitas com tijolo e barro assentado em barrotes (que aí chamam baldrames) ou entremeadas de esteios de madeira de cerne, presos aos frechais, que sustentam os tetos.
> A maior parte dessas construções arcaicas tem sido, pouco a pouco, substituídas por paredes de alvenaria sobre alicerces de pedra. Mas como a cal é caríssima, as paredes são de tijolo e barro, rebocadas com argamassa de cal. (SILVEIRA, 1979, p. 266-267)

A tomar por certa a descrição de Hemetério da Silveira, o início do século XX viu a cidade ainda sem grande diversidade de arquiteturas. Ele conta no perímetro urbano "802 casas térreas, 3 sobrados, o edifício da intendência com a cadeia ao lado, e quartel de polícia[29], a igreja matriz, o teatro Carlos Gomes[30], a loja maçônica Harmonia Cruz-altense, dois chafarizes e um cemitério extramuros" (1979, p. 269), além de mencionar – embora não localize espacialmente – a presença de uma série de associações e clubes, como o Centro Republicano, o Clube Comercial, o Clube Caixeiral, o Clube Beneficente de Senhoras, a União Operária, a Sociedade Italiana, a Sociedade Dramática, e a Euterpe Cruz-altense (Ibidem, p. 281). Na forma como listou as edificações Hemetério destacou as mais notáveis, por sua função, sua arquitetura, seu significado, demarcando assim alguns lugares – quase todos lugares das elites – que, por seus critérios, eram mais importantes e dignos de nota; as demais construções eram apenas casas térreas e sobrados.

Esta profusão de sociedades, grupos, associações, demonstra a emergência de novas práticas de sociabilidade, novos meios de socialização com os "pares", o surgimento de uma *intelligentsia* cruz-altense que acompanha o desenvolvimento

[29] Ainda no mesmo ponto desde 1826, na esquina das ruas Coronel Pilar e General Câmara.

[30] Localizado na rua Mariz e Barros, em frente à praça Firmino de Paula, onde hoje está a Igreja Nossa Senhora de Fátima.

dos ideais republicanos e do capitalismo de mercado na cidade. À medida que a cidade cresce e a rua é tomada por gente de todo tipo, o desenvolvimento destas entidades demonstra a formação de comunidades urbanas, algumas de cunho político e social, congregando trabalhadores, imigrantes e, principalmente – nos clubes citados por Silveira – a elite local.

Nesse momento, o autor conta vinte e seis ruas e sete praças, a "da Matriz, Júlio de Castilhos, Barão de São Jacob, Intendência, Quinze de Novembro, Silva Jardim e Itararé, regulando estas 150 metros em cada face, com exceção da primeira, um pouco menor, mas caprichosamente ajardinada" (SILVEIRA, 1979, p. 269). A planta deixa evidentes duas praças, a da Matriz e a da Independência, mas identifica também a Praça 15 de Novembro, que hoje abriga o Ginásio Municipal. E ao que sugere a planta, as duas praças centrais eram as únicas naquele momento com algum tipo de projeto paisagístico.

No que se refere às atividades econômicas, Hemetério da Silveira (1979, p. 282) continua:

> Quanto a indústrias e profissões, conta a cidade: uma casa bancária criteriosamente dirigida por seu fundador o Major Olivério Veríssimo da Fonseca, uma charqueada (nos subúrbios), 28 casas de negócios em fazendas, gêneros secos e molhados, 3 hotéis, 2 padarias, 4 açougues, 6 advogados provisionados e 2 bacharéis, 3 farmácias, 2 tipografias, 3 seleiros e lombilheiros, 2 relojoeiros, 2 ourivesarias, 4 alfaiatarias, 2 sapatarias e 2 marcenarias bem aperfeiçoadas.

A historiadora Ivanir Ticco (2004, p. 133) afirma que a primeira década do século XX foi de estagnação, devido, segundo ela, ao "descaso da administração e a falta de iniciativa particular". Os novecentos traziam consigo a exigência de modernizar a cidade, que abrigava uma população cada vez maior e mais diversa. Para a historiadora tal situação teria se modificado quando Firmino de Paula Filho assumiu a Intendência Municipal, em 1909. Ainda segundo a autora, durante sua administração o intendente "revelou-se um homem de visão em relação aos problemas e desenvolvimento municipal" (Idem). Prudêncio Rocha (1980, p. 129) já havia afirmado que Firmino de Paula Filho "manteve e consolidou a monolítica máquina castilhista" na política local, trabalhando de acordo com os preceitos de ordem e progresso defendidos pelos republicanos. Os narradores da história local concordam em afirmar que é a partir de sua administração que a cidade começa a tornar-se de fato uma cidade moderna.

Um dos principais problemas decorrentes da expansão das cidades de um modo geral era a questão do saneamento e da higiene pública. Sandra Pesavento (1998) destacou para o final do século XIX a crescente preocupação com a higienização das cidades, que implicavam obviamente em um projeto não apenas de higiene no sentido estrito da palavra, mas também um projeto de higienização moral, de civilização da cidade. Nos primeiros anos dos novecentos, a questão da higiene pública tomou espaço na imprensa local. Exemplo disso é a nota publicada no jornal *Echo da Serra* de 29 de maio de 1904.

> No intuito de bem cumprirmos o estatuído em nosso programma, e de tornarmos mesmo o *Echo da Serra*, o orgam por excellencia, de todo devotado aos interesses da região serrana, e especialmente aos da nossa população – vimos hoje abordar um assumpto, que reputamos de alta importancia e que sem duvida merecerá dos poderes competentes a attenção e mesmo o acolhimento, que de muito já vem elle reclamando.
> Queremos nos referir á remoção do lixo, serviço este, que não tendo sido até agora posto em pratica entre nós, torna-se comtudo urgente a sua organisação por muitos motivos.
> Elle constitue, como sabemos, um completo asseio para a nossa cidade, envolvendo-a assim em o rol das que progridem, das que se adiantam, das que enfim avançam para o progresso e nas quaes esse ramo de administração está sendo tão cuidado, quanto escrupulosamente dirigido.
> E nem pode, mesmo, ser por menos, quando é certo que d'elle, isto é, d'esse serviço, cuja pratica ora agitamos, vem dependendo o bem estar de uma população inteira, a garantia finalmente da saúde publica!
> Não devemos nos prevalecer da bondade excepcional do nosso clima, que, com effeito, ainda hoje o podemos considerar de primeira ordem, e até mesmo privilegiado pela sua incontestável pureza, - amanhã, para o futuro, tel-o-hemos viciado e de todo prejudicial, uma vez que continuem os quintaes da nossa cidade, como até aqui, transformados em verdadeiros focos de miasmas, e cujas consequências todos poderão prever, todos mais ou menos conhecem, - serão funestas, funestíssimas!
> A nossa população augmenta dia a dia, e esse constante accumulo de immundicies no seu próprio seio, trará forçosamente mais tarde resultados de todo desagradáveis.
> Si há casas que dispõem de grandes quintaes, e n'esse caso tão grandes já não seriam os prejuízos pelos depósitos infectos a que aludimos, a sua maioria, porém, conta com pequenos pateos e por conseguinte quase que impossível a seus moradores, conservarem-n'os de todo asseiados, como seriam seus desejos.
> Não devemos, por mais tempo, permanecer indifferentes a certas medidas de utilidade publica, que, como esta, e que não demandando de grandes despezas, uma vez fiscalisada e atendida como deve ser, torna-se ainda uma necessidade mais que urgente, visto achar-se n'ella empenhada a saúde da nossa população.
> E quanto esse motivo não bastasse, quando mesmo tão de perto não viesse affectar os interesses do povo a falta d'esse serviço que hoje lembramos á Intendencia, ainda assim elle urge, porque é preciso que a nossa cidade se accorde, que desperte dessa lethargia em que se tem conservado, que se agite enfim, apresentando alguns melhoramentos locaes, a exemplo de tantas outras, que, não dispondo dos recursos que contamos, apezar disso avançam desassombradamente, proporcionando a seus habitantes todas comodidades, cercando-os ainda do mais completo conforto possível.

E isto é o que a nossa população já reclama.[31]

O serviço de remoção do lixo e de matérias fecais só veio a ser instituído na administração de Firmino de Paula Filho, em 1º de agosto de 1910[32]. De acordo com o texto que regulamenta o asseio público, publicado no jornal *Cruz Alta*, "Órgam do Partido Republicano", o serviço de remoção de matérias fecais foi instituído em um primeiro momento nas ruas Venâncio Aires, General Câmara e do Commercio, bem como nas ruas Domingos Verissimo, Mariz e Barros, General Osório, Maurity (Presidente Vargas), General João Manoel, General Andrade Neves, Coronel Pilar, 7 de Setembro e Coronel Martins, além das praças Independência, da Igreja, Dr. Julio de Castilhos, Barão de São Jacob e 15 de Novembro, funcionando duas vezes por semana.

A remoção do lixo, por sua vez, foi estabelecida neste momento apenas "nas ruas do Commercio e suas travessas e praças da Independência e Igreja".[33] O serviço de remoção de materiais fecais, mais urgente no que se refere à saúde pública, se estendeu a uma parte maior da cidade pela necessidade de evitar a proliferação do mau cheiro e doenças. A remoção do lixo, menos urgente, foi inicialmente limitada à zona central e mais nobre da cidade, privilegiando uma parte menor da população. Em 1911 o serviço de remoção de matérias fecais foi estendido às ruas Voluntários da Pátria, Itaparica, Maurity, Gen. Andrade Neves e João Manoel, e à Praça Barão de São Jacob.[34]

No relatório do ano de 1911 ao Conselho Municipal, o intendente falou sobre suas ações de "aformoseamento da cidade":

> Tem sido preocupação devotada desta administração impulsionar o aformoseamento da cidade, executando reparos, por assim dizer, em todas as ruas, que se acham em optimas condições, bem como zelando pela arborisação das praças e limpesa destas.
> Felizmente os esforços da administração tem sido comprehendidos por dignos habitantes desta cidade, proprietários, que vão também secundando essa acção, aformoseando seus prédios e edificando outros, construindo muros e calçadas, já notando-se mais bello aspecto que até bem pouco.

---

[31] **Remoção do lixo**. *Echo da Serra*, 29 de maio de 1904.
[32] **Regulamento do Asseio Publico**. Jornal *Cruz Alta*, 4 de Agosto de 1910.
[33] Idem.
[34] **Relatório apresentado ao Conselho Municipal da Cruz Alta em sua reunião ordinária de 1º de Novembro de 1911**. Arquivo Histórico e Museu Municipal de Cruz Alta.

> A respeito deixo aqui, em nome dos altos interesses da Cruz Alta, e seu progresso, applausos a esse dignos habitantes e sincero appello a outros que podem imital-os, contribuindo assim, patrioticamente, para que a nossa terra entre de vez na róta de um progresso real e bello, tanto mais que a compensação advinda dos alugueis, aliás pesados, e, mais ainda, dada a falta de prédios, indemnisará em pouco tempo o emprego de capitaes.[35]

Um elemento deveras importante neste processo de "aformoseamento da cidade", carregado também de um importante sentido ideológico, foi certamente o Palacete Municipal. Neste relatório constam dados acerca do projeto de construção da nova sede da Intendência, cuja necessidade havia sido destacada pelo intendente Firmino de Paula Filho no ano anterior. Tendo a Intendência adquirido um terreno de 180 palmos em frente à Praça da Independência – "ponto principal da cidade", diz o relatório –, foi delegada ao engenheiro 1º tenente Manoel Viterbo de Carvalho e Silva a tarefa de produzir a planta para o novo edifício, que em um primeiro momento abrigaria também a cadeia civil e o quartel.

Em virtude, porém, da mudança de domicílio do engenheiro, e "consultando interesses de ordem financeira" (p. 16), o então intendente sugeriu uma mudança de projeto, a fim de manter a cadeia civil e o quartel onde estavam e construindo o palacete com a função única de abrigar a Intendência Municipal. Foi então delegada ao engenheiro Rodolpho Ahrons a tarefa de produzir um novo projeto, aquele que por fim veio a ser construído.

Mas além do palacete municipal e das ações no sentido de aformosear a cidade, a administração de Firmino de Paula Filho parece ter sido extremamente relevante no processo de modernização da infraestrutura urbana. No mesmo relatório de 1911 consta o processo de licitação e contratação dos serviços de iluminação elétrica, ao qual foi vencedora a empresa Bromberg & Comp. de Porto Alegre, representada em Cruz Alta por Salathiel Soares de Barros & Comp. De acordo com o contrato do serviço, publicado no mesmo relatório, a primeira instalação da iluminação pública constou de 174 lâmpadas em um perímetro que compreendeu toda a área urbana de então.[36] Também neste período foram

---

[35] **Relatório apresentado ao Conselho Municipal da Cruz Alta em sua reunião ordinária de 1º de Novembro de 1911**, p. 15. Arquivo Histórico e Museu Municipal de Cruz Alta.

[36] **Relatório apresentado ao Conselho Municipal da Cruz Alta em sua reunião ordinária de 1º de Novembro de 1911**, p. 19-22. Arquivo Histórico e Museu Municipal de Cruz Alta.

“pavimentadas numerosas quadras nas ruas centrais da cidade” (ROCHA, 1980, p. 131).

Parece claro que o início do século XX foi marcado por profundas modificações na paisagem urbana de Cruz Alta; modificações estas que coroaram e exacerbaram o processo de modernização que desde fins do XIX vinha estabelecendo com cada vez mais veemência a separação entre o campo e a cidade. Agora foco de planejamento, de aformoseamento, parece ter sido nesse período que as ruas do município tornaram-se definitivamente um espetáculo (PESAVENTO, 1996). A historiadora lembra que a queda da escravidão e do império, a instituição da república e a influência européia na cultura e na expansão da indústria e do capitalismo geraram transformações que marcaram profundamente a paisagem das cidades. Com novos conceitos de ruas e praças, novas tipologias e morfologias arquitetônicas, novas idéias e tecnologias, a cidade transformou-se (Ibidem, p. 11) (Figs. 11, 12, 13).

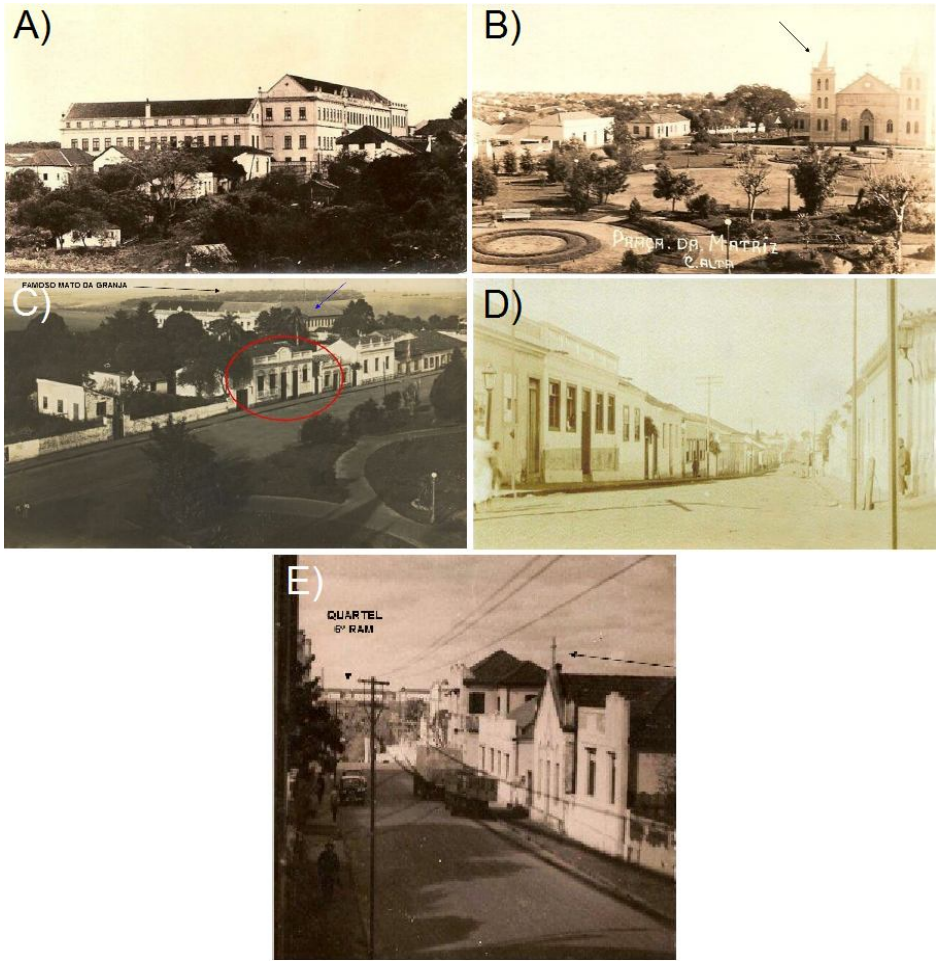

Figura 11 – Arredores da Praça da Matriz nas primeiras décadas do século XX.

A) Início da Pinheiro Machado. Em destaque, no topo, a escola Santíssima Trindade, de 1929. Foto da década de 30; B) Praça da Matriz, 1931; C) Rua Duque de Caxias, no trecho em frente à Praça da Matriz. Em destaque, prédio residencial ainda existente; D) Rua Pinheiro Machado (do Commércio) vista em sentido sul a partir da Coronel Pilar, esquina da praça, 1922; E) Rua Coronel Pilar, vista a partir da praça em sentido leste. Foto sem data.

Fonte: ROEBER, 2011.

Figura 12 – A Rua do Commércio nas primeiras décadas do século XX.

A) Trecho em frente à Praça da Matriz, foto sem data; B) Cartão postal representando vista da Rua do Commércio em sentido sul, desde a Praça da Matriz, vê-se o cruzamento desta rua com a do Coronel Pilar, 1910; C) Trecho entre as ruas Andrade Neves e João Manoel, foto sem data. Estão indicados na foto o Biógrapho Ideal, à direita, e o Clube Comercial, à esquerda; D) Colégio Elementar Venâncio

Aires, na esquina da Rua do Commércio com a João Manoel, foto sem data; E) Trecho na atual primeira quadra do calçadão, entre a Rua João Manoel e a Avenida Presidente Vargas foto sem data. Os dois prédios ainda existem, com significativas modificações, o da esquerda abriga uma loja de eletrodomésticos, o da direita, a 9ª CRE; F) Cartão postal representando trecho da primeira quadra do calçadão, 1918. Em destaque, o Palace Hotel; G) Vista para o sul, desde o cruzamento com a Presidente Vargas, 1928. O prédio da esquina ainda existe, tendo sido dividido para uso comercial; H) Trecho da segunda quadra do calçadão, entre as avenidas Presidente Vargas e General Osório, foto sem data; I) Vista em sentido norte, desde o cruzamento com a Avenida General Osório, foto posterior a 1920. O prédio da direita, Banco do Commércio, ainda existe e tem uso comercial; H) Trecho em frente à Praça da Independência, atual Firmino de Paula.

Fonte: ROEBER, 2011.

Ao correr das primeiras décadas dos novecentos a paisagem urbana foi sendo ornamentada por uma diversidade de arquiteturas; as fachadas passaram a contar com uma infinidade de elementos decorativos nas aberturas, nas platibandas; uma mescla de estilos que se convencionou chamar “arquitetura eclética”, denominação que evidencia de cara a diversidade indefinível de tipologias a que se refere. Annateresa Fabris (1993, p. 131-132) afirma que as razões do ecletismo podem ser encontradas na reação à revolução industrial, ao crescente individualismo que acompanhou a ascensão burguesa, à nostalgia propagada pelo Romantismo então em voga. Para a autora

> O que a atitude poliestilística do ecletismo denota não é apenas um fato artístico, mas uma nova organização social e cultural, que põe fim a toda e qualquer idéia de unidade para apontar para o múltiplo, o diversificado, para privilegiar o instável e o relativo em detrimento do absoluto e do eterno. Sua metodologia fundamental consiste na decupagem, na concepção da arquitetura como linguagem dotada de valores simbólicos e emotivos que deveriam ser transmitidos a todas as camadas da sociedade. (FABRIS, 1993, p. 134)

Para Pesavento (1996, 38-39) o aburguesamento e a consolidação de uma nova ordem social trouxeram em seu bojo novos valores, critérios, exigências, que impuseram uma redefinição do solo urbano e de sua ocupação pelos indivíduos. Agora objeto de planejamento, as ruas devem expressar a diferenciação social que subjaz à ordem burguesa. Fabris (1993, p. 136) lembra que os lemas do Brasil republicano eram progresso, indústria, capital, modernização; e neste processo as paisagens urbanas foram se transformando de modo a representar uma noção de prosperidade que obliterou contrastes e conflitos. “As transformações urbanas que presidem a estruturação da ordem burguesa são criadoras de uma nova sociedade, mais moderna e agitada, sem dúvida, do que aquela que acabava de ser suplantada” (PESAVENTO, 1996, p. 64).

A luz elétrica mudou as condições da casa e da cidade; a produção industrial em série tornou acessíveis produtos até então bastante caros, incrementando sua importação – produtos como o vidro plano, registros, torneiras, louças de banho – e modificando o modo de vida dos habitantes da cidade (PESAVENTO, 1996, p. 12). E ainda que tenha sido um movimento partido obviamente das elites econômicas, a espetacularização das ruas atingiu a sociedade como um todo. Mesmo as camadas menos abastadas buscavam representar-se por meio da arquitetura de suas casas, "qualificando as fachadas de suas habitações com detalhes decorativos" (FABRIS, 1993, p. 138). Como afirmou Pesavento (1996, p. 64), "A rua é um local de passagem, sem dúvida, mas também de encontro e de troca. É um espaço de prazer e uma vitrine imensa e viva, que se contrapõe aos objetos imóveis das vitrinas das lojas."

Edificações estruturalmente simples, mas permeadas de detalhes decorativos em suas fachadas, "sintetizavam as aspirações de prestígio e ascensão social de seus habitantes e a vontade de contribuir, na medida do possível, à qualificação e ao embelezamento da cidade" (FABRIS, 1993, p. 139). Nas palavras de Sandra Pesavento (1996, p. 64), nesse momento "Olhar e ser visto é a regra do jogo."

> trata-se de criar uma imagem social substitutiva que, se bem que fortemente distanciada da verdade social, constitui uma realidade destinada a confirmar não mais o conjunto da sociedade, mas os novos beneficiários do sistema: a ascendente burguesia urbana. (Chantal Gerogel, op. cit.) É para ela, principal ator do espetáculo da rua, que esta se transforma. Parques, jardins, calçamento, boa luz, segurança? Lojas com vitrines iluminadas, cafés com espelhos, cinemas e teatros? O palco está armado para que a burguesia desempenhe a performance desejada. (PESAVENTO, 1996, p. 64)

Em 1911 o intendente Firmino de Paula Filho afirmou que a Praça da Independência – que veio a chamar-se Praça General Firmino de Paula – era o "ponto principal" da cidade (Fig. 13), e claro está que esta área foi pouco a pouco se transformando no exemplo material do progresso e desenvolvimento da cidade. Em 1914 inaugurou-se finalmente o imponente Palacete Municipal (Fig. 13 E); no mesmo período de sua construção o então intendente construiu sua própria casa no lado oposto da praça, à esquina da Avenida Venâncio Aires e da Rua Mariz e Barros (Fig. 13 F). Neste período e em anos seguintes, esta parcela da paisagem urbana nos arredores da praça, tornou-se uma zona importante do centro da cidade.

Figura 13 – Praça General Firmino de Paula (Independência) e arredores nas primeiras décadas do século XX.

A) Cartão postal representando o centro da Praça General Firmino no início do século XX, vista a partir do Palacete da Intendência, ao fundo estão indicados o Teatro Carlos Gomes e, mais atrás, a estação ferroviária; B) Cartão postal representando a esquina das avenidas General Osório e Venâncio Aires no início do século XX. A edificação da esquina ainda existe, tendo uso comercial; C) Mesma esquina, mostrando a continuidade da Avenida General Osório em sentido oeste, 1927. No canto direito da imagem, o casarão da família Gay; D) Avenida Venâncio Aires no trecho em frente à Praça General Firmino, está indicado o prédio que viria abrigar a Rodoviária e, ao fundo, a casa do Intendente Vidal do Pilar, foto posterior a 1912; E) Palacete Municipal, inaugurado em 1914 e ainda hoje Prefeitura Municipal, foto sem data; F) Residência do então Intendente Firmino de Paula Filho, construída em paralelo à Intendência, ainda hoje de uso residencial, 1912; G) Casarão da Família Veríssimo de Azevedo, 1914, a foto da década de 70 mostra o casarão em estado de abandono. Hoje dividido internamente, tem uso comercial; H) Vista da Avenida General Osório a partir da praça, em sentido leste, 1917. Está indicada na foto a casa de Erico Veríssimo, hoje Museu Erico Veríssimo, tombado pelo IPHAE; I) Esquina das atuais Avenida Venâncio Aires e Rua Mariz e Barros. À esquerda casa do intendente Firmino de Paula, à direita prédio residencial ainda existente, hoje comércio; J) Banco do Commércio, inaugurado em 1920, na esquina da atual Pinheiro Machado e General Osório. Ainda em pé, de uso comercial. Foto sem data; K) Banco da Província, instalado em frente ao Banco do Commércio (onde hoje está a agência do banco Santander) já na década de 30, foto sem data; L) Banco Pelotense, construído na esquina da Pinheiro Machado com a Mariz e Barros (hoje agência do Banrisul). Foto sem data.

Fonte: ROEBER, 2011.

Ampliando a já importante área nobre que desde o princípio fora a Rua do Commércio, a região da atual Praça General Firmino viu desenvolver-se nas primeiras décadas dos novecentos o projeto de uma cidade bela, cujo progresso econômico, social e cultural estava expresso nas fachadas decoradas, nas ruas calçadas, no paisagismo da praça. Segundo Carvalho (1998, p. 29)

> A busca de uma modernidade urbana obedece, em geral, a duas prerrogativas: de um lado, torna-se necessário que se reestruture o espaço das cidades de forma a definir os locais específicos para cada atividade, isto é, ocorre uma série de intervenções nos desenhos urbanos das principais cidades brasileiras no sentido de desobstruir os caminhos tortuosos herdados da configuração urbana tradicional.

Considerando que o traçado urbano pouco mudou desde seu estabelecimento, ao menos na atual zona central, não parece ter havido grandes problemas com relação às vielas, becos, e caminhos tortuosos, uma vez que desde o princípio a vila da Cruz Alta configurou-se em uma malha de ruas retas, paralelas e perpendiculares. A redefinição dos espaços de atividade, por sua vez, está demonstrada pela organização da atividade comercial na Rua do Commércio e na concentração de instituições bancárias e administrativas no entorno da praça da Independência.

“A rua era o cartão de visitas de uma cidade moderna, embora as idéias – imagens sobre elas e seus personagens – não correspondessem no todo com as condições concretas do social” (PESAVENTO, 1996, p. 81). Considerando que a atual General Osório foi uma das principais vias de entrada da cidade, além da proximidade com a estação ferroviária, parece obvio pensar que a crescente monumentalidade no entorno da Praça da Independência foi parte de um processo de auto-representação da cidade como uma cidade moderna, em desenvolvimento. “As principais artérias da cidade ostentavam todas as melhorias urbanas da civilização e [...] as casas do comércio, os bancos e as indústrias demonstravam a pujança dos negócios e dos melhoramentos materiais” (Ibidem, p. 39).

A administração seguinte, do engenheiro Pedro Paulo Schoenemann, deu continuidade ao processo de modernização da cidade. Segundo Prudêncio Rocha (1980, p. 135) ele remodelou praças e alargou passeios, obedecendo às modernas

concepções urbanísticas, reconstruiu a delegacia e cadeia, que adquiriu então as feições que ainda hoje se mantém no prédio, e continuou o processo no qual Cruz Alta “convertia-se numa autêntica metrópole em miniatura” (Idem). No ano de 1919, assim estava configurada a malha urbana do município.

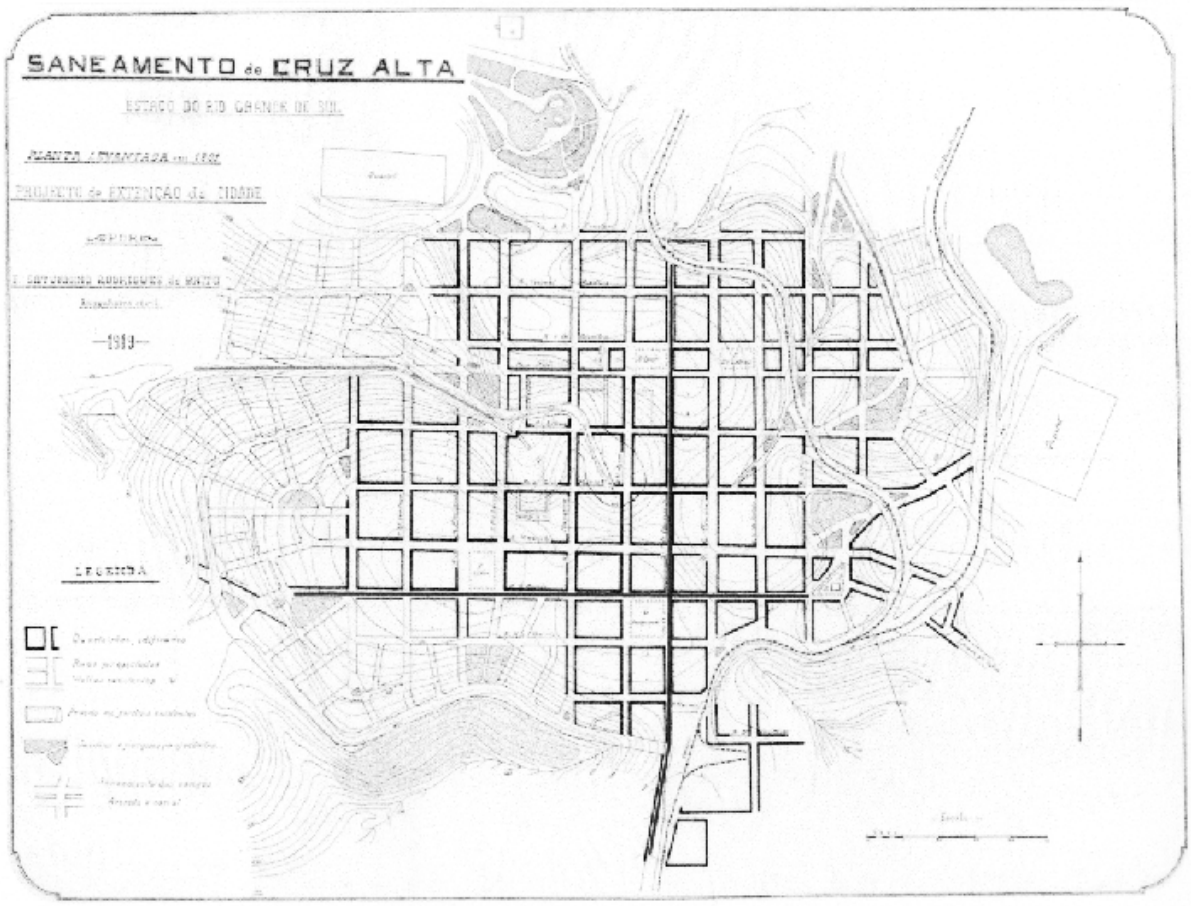

Figura 14 – Projeto de Extensão da Cidade, 1919.

Planta da cidade de Cruz Alta com proposta de extensão da malha urbana.

Fonte: Museu e Arquivo Histórico Municipal de Cruz Alta.

Novamente estão em destaque as ruas Pinheiro Machado e General Osório como eixos perpendiculares da planta, cruzando-se na Praça Firmino de Paula. Em relação à planta anterior, nestes dezenove anos a malha manteve-se mais ou menos na mesma configuração, sugerindo então que os grandes vazios da planta de 1900 foram aos poucos sendo preenchidos, ainda que esta não represente as edificações. Destaco para esta planta a presença do trecho de ferrovia que ainda hoje corta parte do centro da cidade, e não aparece na planta de anterior. Sendo o traçado escuro a malha de então, a planta propõe a expansão da cidade principalmente nos extremos

oeste e sul, enquanto a leste propõe quadras até o trecho da ferrovia que contornava a cidade por fora. As plantas recentes, porém, indicam que por algum motivo tal projeto não foi executado, e a cidade cresceu de maneira diferente.

Em 1920, 27.170 pessoas viviam na zona rural do município. Destes, 9.000 habitavam a zona urbana (FEE, 1981, p. 127). Toda área do atual centro continuou em desenvolvimento; na Rua Pinheiro Machado, suas paralelas e transversais, velhas edificações foram reformadas e novos prédios construídos. A Rua do General Osório viu a incipiente verticalização e diversificação da arquitetura no entorno da Praça da Independência, e a Capoeira pontuou-se de residências de boas e abastadas famílias na região da Praça 15 de Novembro. Constituiu-se uma paisagem urbana de avenidas calçadas e canteiros arborizados, de lojas, cafés e clubes, onde as casas assobradadas ou de porão alto – com seus adornos, balcões e peitoris – começavam a quebrar o ritmo monótono das portas e janelas retas térreas.

Figura 15 – Imagens do centro no início dos novecentos.

A) Avenida General Câmara em direção sul, a partir da esquina com a Rua João Manoel, hoje agência do banco Itaú, sem data; B) Avenida General Câmara, agora vista para o norte a partir das proximidades da esquina com a Avenida General Osório, foto de 1935; C) Casa da Família Fernandes de Carvalho na Pinheiro Machado, cuja data de construção atribuída é anterior a 1912. Ainda hoje é uma residência; D) Casa comercial na esquina das ruas Pinheiro Machado e Andrade Neves, ainda em uso comercial e grandes alterações na fachada. Foto de 1935; E) Casa comercial na Rua Pinheiro Machado, entre a Praça General Firmino de Paula e a estação ferroviária, ainda em uso comercial. Foto de 1935; F) Casa comercial na esquina das avenidas General Osório e General Câmara, ainda em uso comercial. Foto de 1935.

Fonte: ROEBER, 2011.

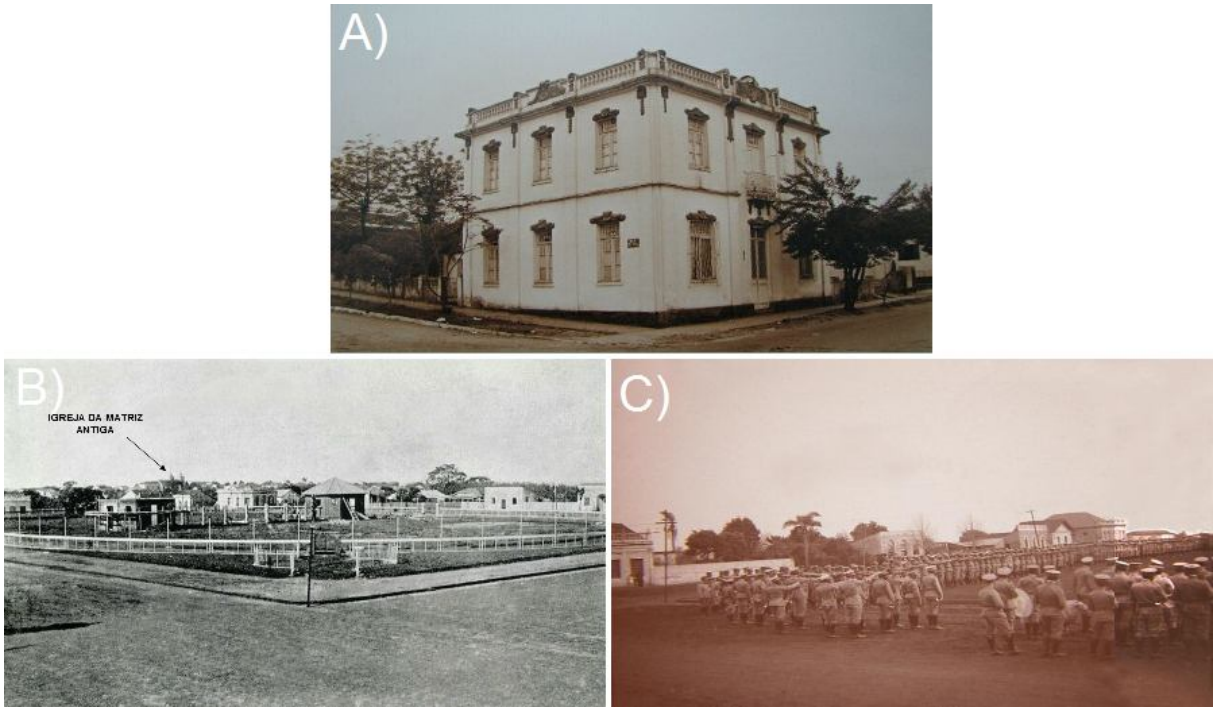

Figura 16 – Áreas fora do centro.

A) Casa Viéceli, construída em 1926 nas proximidades da Lagoa do Cemitério, cujo nome vem das proximidades com o Cemitério Municipal; B) e C) Praça do Ginásio Municipal em fotos do início do século XX. Vistas a partir da esquina da atual Avenida General Osório e Rua Marechal Floriano Peixoto. Ambas as fotos demonstram a incipiente ocupação do entorno da praça no atual bairro São José, e a primeira ainda indica com uma seta as torres da Igreja Matriz, vistas a quase 800 m de distância.

Fonte: ROEBER, 2011.

Obviamente aqueles que dispunham do poder econômico construíram casas cujas características denotavam sua condição material, manifesta na altura das casas assobradadas e de porão alto, nos balcões e na estética rebuscada e por vezes exagerada das arquiteturas. O aumento da altura destas casas está associado, segundo Thiesen (1999, p. 95), à busca pela privacidade, ao afastamento do nível da rua e da “gentalha” que por ela circulava. Dois exemplares ainda existentes são a casa da família Fernandes de Carvalho (Fig. 15 C), ainda hoje uma residência, e a casa da família Veríssimo de Azevedo (Fig. 14 G), hoje compartida em lojas e uma boate.

É interessante lembrar também, como o faz Thiesen (1999, p. 191-192), que muitas vezes se efetuou a reforma de fachadas de casas ainda do século XIX, quando técnicas modernas e ornamentos associados à arquitetura neoclássica e ao ecletismo foram acrescentados, sem necessariamente modificar a estrutura interna, ainda essencialmente colonial. Produzidas ao gosto do cliente, calcadas na idéia de

que a habitação deveria expressar materialmente sua condição, as novas edificações do século XX diversificaram as formas da paisagem cruz-altense.

Esta tentativa de afirmação socioeconômica e de distanciamento da rua pela própria materialidade da construção se justifica porque, como lembrou Pesavento (1996, p. 64), nesse novo imaginário urbano que se institui não são apenas as pessoas bem vestidas e de boa família que vivem a “flanar” pelas ruas. Pelo contrário, “a rua é do povo, onde se misturam operários, professores, caixeiros de loja, bancários, negociantes, e... porque não dizer, vagabundos, desocupados e larápios” (Idem). Assim, a crescente heterogeneidade da paisagem urbana reflete a heterogeneidade de pessoas, de experiências, que compartilharam as ruas e os lugares da cidade neste período.

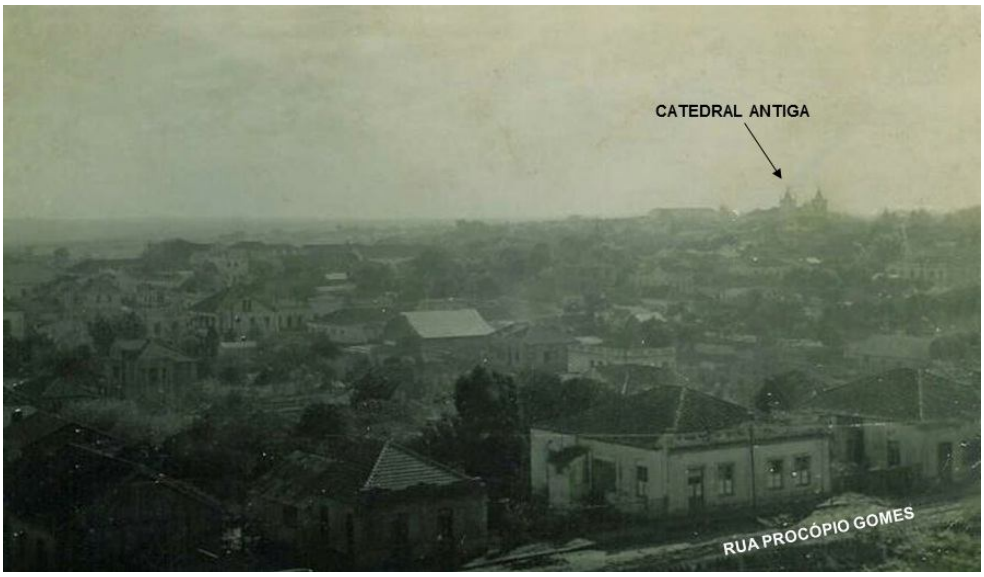

Figura 17 – A cidade vista da periferia, início do século XX.

A foto mostra uma parcela da paisagem urbana vista a partir de um ponto nas proximidades da Rua Procópio Gomes (paralela à Pinheiro Machado que cruza boa parte da cidade, desde o atual bairro São Miguel até o bairro Ferroviário), no extremo leste da cidade. Em destaque a Igreja Matriz.

Fonte: ROEBER, 2011.

Em *Solo de clarineta*, Erico Veríssimo (1980, p. 187-188) escreveu suas memórias da Cruz Alta em que viveu:

> Cabe aqui uma pergunta. Como era Cruz Alta em 1926? Ora, era uma cidade sem rios nem lagoas, plantada em cima dum coxilhão, a quase quinhentos metros acima do nível do mar e dotada de bons ares. Podia-se dizer que seu eixo era a Rua do Comércio, que começava na frente da estação ferroviária e, indo de praça a praça, chegava até umas ruelas baixas e esbarrondadas, onde terminava. De lá avistavam-se as suaves

> coxilhas em derredor, com seus capões azulados e suas estradas e barrancos, que mais pareciam talhos – ora dum vermelho de sangue de boi, ora dum amarelo-alaranjado – abertos naquelas terras vestidas dum verde vivo e lírico. Umas três ou quatro ruas paralelas ou transversais à do Comércio tinham certa importância. Na sua maioria não estavam pavimentadas de paralelepípedos, de sorte que quando sopravam ventos erguia-se do solo [...] uma poeira avermelhada que deixava, muros casas e caras um tanto encardidos.

É interessante notar que as fotografias apresentam uma imagem de progresso que contrasta com as impressões de Verissimo, e de fato limitava-se a uma zona do centro da cidade; a zona nobre, do comércio e dos prédios públicos, onde viviam as famílias mais abastadas. Erico Veríssimo não foi um entusiasta de sua cidade natal. O comércio, conforme lembra o romancista, era medíocre, uma vez que se tratava de um "município agropastoril relativamente pobre, sem grandes estâncias dignas de nota" (Idem), ainda que as referências e fotografias demonstrem uma variedade considerável de casas comerciais neste início dos oitocentos. A "indústria? Pequena e sem importância" (Ibidem, p. 189). Por fim, no que se refere à imagem da cidade constituída pelo espetáculo cotidiano na rua, o escritor discorre: "A arquitetura? Incaracterística. Sejamos francos: feia" (Ibidem, p. 190).

Detenho-me neste ponto. A partir do levantamento de fontes bibliográficas tentei compreender como se formou a pequena vila do Divino Espírito Santo da Cruz Alta e como se desenvolveu espacialmente, desde a pequena comunidade ainda mais rural que urbana surgida ao largo de uma rua, depois emergente centro regional em fins do século XIX, à cidade que entrou os novecentos. A falta de referências e de pesquisas dificulta levantar a continuidade do processo de expansão da cidade, uma vez que a história do século XX foi ainda pouco contemplada, e quando o foi, os temas debatidos pouco ou nada se aproximam dos objetivos de minha pesquisa. Continuar a traçar a expansão da malha urbana necessitaria de uma extensa pesquisa documental que não caberia no tempo definido para o desenvolvimento deste trabalho.

Claro está que a narrativa resultante de minha pesquisa adquire no máximo o valor de uma grande e superficial hipótese, uma vez que há ainda toda uma história da paisagem urbana de Cruz Alta a ser escrita em seus pormenores, bem como toda uma gama de possibilidades de pesquisa histórica ou arqueológica nos mais diferentes lugares desta cidade. Mas ainda que seja uma revisão parcial, buscar o conhecimento histórico é de fundamental importância para a avaliação do

potencial arqueológico do município, uma vez que permite que se definam espacial e temporalmente a ocupação de diferentes parcelas do solo urbano. Além do mais, a pesquisa histórica evidencia as lacunas historiográficas que podem vir a ser preenchidas pelo conhecimento produzido pela arqueologia (OLIVEIRA, 2005, p. 90).

Assumindo então, com Oliveira (2005, p. 90), “a arqueologia como forma especial de acesso aos ‘arquivos do solo’, nos quais se encontram vestígios das transformações ocorridas na cidade e do cotidiano dos diversos grupos que habitaram esse território”, me utilizo da própria construção histórica e narrativa que produzi como um modelo para localizar espacialmente tais contextos, de modo a pensar as possibilidades de uma arqueologia da cidade de Cruz Alta.

3 Propostas para uma arqueologia da cidade de Cruz Alta

3.1 Quanto ao fazer arqueológico na cidade

Antes de tudo, creio, faz-se necessário elucidar algumas questões quanto ao fazer arqueológico em um contexto urbanizado. Delimitar espacialmente um sítio arqueológico depende dos objetos e marcos teórico-metodológicos de cada pesquisa, mas em geral os limites espaciais de um sítio se dão pela amplitude de dispersão da cultura material vinculada a este. No meio urbano, contudo, tal tarefa torna-se mais complexa; as ruas e as divisões dos lotes atuais podem não corresponder às de períodos anteriores, e um depósito associado a uma única unidade doméstica do século XIX pode estar disperso em uma área que hoje corresponde a dois ou mais lotes diferentes, o que implicaria em diferentes proprietários a tratar e diferentes estados do registro arqueológico, considerando que a partir de sua divisão estes lotes têm histórias distintas de ocupação e reocupação, diferentes estratigrafias e graus de preservação. Além disso, a cidade está em constante crescimento e transformação e qualquer tentativa de delimitação resultará sempre no congelamento conceitual de uma realidade dinâmica.

Casas, prédios, ruas, praças e passeios podem em conjunto ser entendidos como “um imenso depósito arqueológico totalmente perturbado, onde inúmeros artefatos sofreram processos diversos de reciclagem” (THIESEN, 1999, p. 31-32). Na cidade o arqueólogo depara-se com um sítio em contínua ocupação e reocupação, onde os depósitos se sobrepõem, se mesclam ou se destroem rapidamente. Um sítio onde não se pode escavar à vontade; onde o asfalto, a

calçada, o muro ou a casa vizinha impõem-se enquanto limites ao arqueólogo. É sem dúvida um campo com suas especificidades.

A arqueologia urbana, segundo Daniel Schávelzon (1992, p. 27-28) refere-se ao

> quehacer arqueológico en la ciudad actual, lo cual no implica una arqueología diferente sino la existencia real del uso de instrumental técnico distinto y, a veces, de metodologías impuestas por el excavar dentro o entre arquitecturas interconectadas.

A definição de Schávelzon estabelece um critério que define o campo de acordo com as condições específicas de escavação que o contexto urbano oferece. Para ele não é uma arqueologia necessariamente diferente, portanto, mas uma arqueologia realizada em um contexto específico, de arquiteturas interconectadas, onde os atuais limites dos lotes e logradouros, e a própria arquitetura das casas, se impõem ao arqueólogo e lhe exigem que trabalhe em meio ao asfalto e ao concreto. Claro está que para Schávelzon a arqueologia urbana não difere das demais arqueologias senão pelo instrumental técnico e as condições de escavação inerentes ao espaço urbano. Outras perspectivas, porém, reconhecem a cidade como um ambiente cujas especificidades merecem maior atenção quando olhada sob uma perspectiva arqueológica.

Em seu estudo, Oliveira (2005) optou por identificar a cidade como um contexto complexo e distinto, que exige do arqueólogo métodos e marcos teóricos específicos, partindo “do estado atual do espaço urbano, realizando uma análise regressiva própria do estudo da longa duração” (OLIVEIRA, 2005, p. 35), ou seja, partir da cidade tal qual se apresenta hoje, problematizando o processo histórico de sua formação. Em sua análise o autor optou por usar o conceito de cidade-sítio desenvolvido por Edward Staski, que definiu a arqueologia urbana como “o estudo das relações entre cultura material, comportamento humano e cognição em um cenário urbano” (apud OLIVEIRA, 2005, p. 35). Partindo desta definição, não se trata apenas de uma arqueologia realizada em meio urbano, mas uma arqueologia que considere as idiossincrasias da vida na urbe; uma arqueologia que reconheça que a história e as particularidades da vida material dos habitantes da cidade produzem um registro arqueológico distinto, que exige metodologias próprias não apenas na

escavação, mas no tratamento e interpretação dos dados. Nesta perspectiva há uma clara diferença entre uma arqueologia *na* cidade e uma arqueologia *da* cidade.

> No primeiro caso, os sítios são considerados isoladamente, sendo a cidade apreciada como ambiente no qual estão inseridos, o que abarcaria, além de sítios de ocupação histórica, os de pré-histórica. No segundo, a cidade passa a ser considerada ambiente e objeto da pesquisa, onde as manifestações arqueológicas são tratadas como componentes de um sistema amplo e integrado. (TOCCHETTO & THIESEN, 2007, p. 178)

Argumento aqui com os autores que defendem uma arqueologia da cidade, em que ela é compreendida como uma entidade onde os diferentes contextos arqueológicos estão interligados, “porque a cidade é um corpo com uma espacialidade expressa por uma rede intrincada de manifestações tangíveis e onde se desenvolvem vários processos e fenômenos sociais” (TOCCHETTO, 2010, p. 16). Mais que um mero cenário, a cidade é também personagem, uma vez que seus habitantes não apenas vivem nela, mas através dela (Idem). E se a arqueologia urbana permite “recuperar os ‘arquivos que encerram [...] a história, ameaçada, das cidades’” (TOCCHETTO & THIESEN, 2007, p. 179), meu objetivo aqui é mapear áreas relevantes arqueologicamente e discutir como a perspectiva da arqueologia da paisagem pode ser útil para o estudo e gestão dos bens arqueológicos.

Estes “arquivos” da história da cidade de Cruz Alta começaram a ser formados em 1821 e desde então, no curso destes quase duzentos anos de história, estes arquivos seguem em constante formação/destruição; cada nova edificação e transformação na paisagem urbana gera a formação de novos depósitos e camadas estratigráficas, umas vezes sobrepondo-se às camadas anteriores, outras vezes as destruindo. Há, contudo, uma área considerável da zona urbana que apresenta possibilidades de presença de vestígios arqueológicos, “passíveis de estudo e geradores de novas possibilidades para a história da cidade e de seus habitantes” (OLIVEIRA, 2005, p. 4)

Estes arquivos podem ser das mais diversas naturezas, uma vez que a cidade “pressupõe a pluralidade de experiências, de costumes e de tradições em termos ocupacionais, étnicos, religiosos, políticos, entre outros, que coexistem de forma harmoniosa ou conflitiva” (TOCCHETTO, 2010, p. 16). Aí reside o principal valor de uma arqueologia da cidade, pensando em termos de produção de narrativas históricas e discursos identitários: essa pluralidade de experiências – que pode ser

refletida numa pluralidade de vestígios e registros arqueológicos – pode dar conta da história e da memória de outros personagens além daqueles que marcaram a paisagem urbana com suas casas e sobrados.

> El descubrimiento de objetos que representan a cada etapa de la ocupación de la ciudad, permite acceder a un conjunto de información que a través de otras formas del quehacer histórico sería casi imposible. Si la arqueología es, por definición, la interpretación del pasado y sus procesos de cambio a través de los restos materiales de la cultura y de su depositación física en el tiempo, se hace evidente que lo que podemos lograr es una lectura del proceso de cambio y transformación de la sociedad que ocupó ese sitio. Esto significa que los objetos mismos por un lado, y la relación que se establece entre éstos y la arquitectura, por otro, dan una visión del pasado que de hecho difiere de otras lecturas de esa misma historia. Y esto vale la pena detallarlo aunque sea en parte: en nuestro medio la historia tradicional ha sido del tipo documental, es decir que entendía la historia a través de los documentos escritos. […] No hace falta decir que esa historia se ocupó por mucho tiempo de los grandes sucesos político-militares dejando de lado otros temas que sólo en los últimos años han tomado mayor interés, como las historias sociales, económicas, obreras, urbanas, del trabajo y otras. Asimismo, salvo la historia del arte, las historias por especialidades-medicina, ingeniería, la ciudad misma, etc. – con las formas materiales de la cultura, y si bien en eso se parece a las historias del arte y de la arquitectura, sólo acepta los objetos en función de los contextos en los cuales se encuentran y son excavados. Es decir que las colecciones que se hallan en los museos son sólo referencias importantes pero no son el objeto mismo de estudio. (SCHÁVELZON, 1992, p. 18-19)

Ainda que esteja falando de um contexto completamente distinto – Buenos Aires, Argentina – Schávelzon faz algumas observações demasiado relevantes. Em primeiro lugar, argumenta que o fazer arqueológico permite a coleta e interpretação de fontes e informações que diferem em grande medida das fontes documentais e escritas, e assim, é uma forma de corroborar ou contrapor interpretações e construções historiográficas. Em segundo lugar, o arqueólogo e arquiteto argentino destaca a importância do contexto. Saber em que contexto foram encontrados e quais as correlações espaciais entre artefatos e estruturas é de fundamental importância à pesquisa arqueológica – estes contextos podem ser atribuídos a diferentes épocas e níveis sociais, a distintos lugares na cidade, evidenciar diferentes usos e atividades (SCHÁVELZON, 1992, p. 19-20) – e por isso a preocupação em preservar os contextos arqueológicos, ou pelo menos em garantir seu estudo antes que novas intervenções descaracterizem e descontextualizem estes registros materiais.

Oliveira (2005, p. 37) baseou-se em Galinié e Royo para afirmar que a cidade “é o resultado de um processo de longa duração, constituída de camadas,

onde os vestígios são mais ou menos abundantes conforme as fases de desenvolvimento ou recesso urbano". Este processo de formação em camadas permite que a cidade seja compreendida como uma "construção estratificada, que deve ser lida da mesma forma como lemos uma estratigrafia numa escavação: interpretando as sucessivas camadas de História ali depositadas, sob o solo e sobre o solo" (TOCCHETTO & THIESEN, 2007, p. 176).

Oliveira (2005, p. 36) afirmou tratar-se de um "grande avanço teórico perceber que não se pode estudar a cidade simplesmente como uma grande coleção de sítios discretos, devendo esta ser entendida como uma entidade orgânica no tempo e no espaço". Há porém uma diversidade de perspectivas que assumem a vida social como uma grande rede de relações e conexões de caráter espacial. Segundo Thiesen (1999, p. 11)

> [...] o conceito de cidade-sítio, em si, não dá conta do problema de pensar o sítio-arqueológico-cidade como objeto a ser compreendido. É preciso, para além disto, situar a problemática da pesquisa na própria questão urbana. Isto significa ver a cidade para além de um cenário onde diferentes fenômenos se desenrolam, e tentar compreender a influência que uma cidade pode exercer nesses fenômenos. Isto não quer dizer tomar a cidade como se ela fosse causa última e única do que ocorre aí: cidade, por si só, não tem poder de criar ou gerar mudanças sociais e culturais. Significa, de forma diversa, considerar a importância que o processo de urbanização tem em muitos aspectos da vida social e tomar a cidade como algo a ser compreendido sob uma perspectiva histórica, vendo-a como parte de uma sociedade mais ampla, observando as influências que diferentes cidades, situadas em determinado tempo e determinado local, podem exercer sobre a sociedade ali estabelecida.

Nesta perspectiva a autora destaca também a cidade como personagem fundamental; sua organização espacial e as atividades aí desenvolvidas implicam práticas sociais e culturas materiais que diferem dos sítios alheios à vida urbana, e que se relacionam a processos globais de expansão da modernização e do capitalismo de mercado, um processo ainda vivo e pulsante na nossa própria sociedade. Mas ainda que seja uma experiência global, esse processo ocorreu dentro de contextos específicos, em momentos determinados, resultando em histórias que são únicas. "No lugar se vive, se realiza o cotidiano e é aí que ganha expressão mundial. O mundial que existe no local, redefine seu conteúdo, sem todavia anularem-se as particularidades" (CARLOS, 1996, p. 15).

Em outras palavras, ainda que seja parte de uma gigantesca rede de relações, cada sítio, cada cidade, resulta de uma experiência histórica e social única.

Ao afirmar que o conceito de cidade-sítio não dá conta da compreensão desta entidade que é a cidade-sítio arqueológico, Thiesen (1999, p. 25) utilizou-se do conceito de paisagem, o que para ela "implica em pensar a relação entre sujeito que faz e objeto que é feito". Outro aspecto importante deste conceito é a sua compreensão enquanto um "resultado histórico acumulado" (SANTOS, 2002, p. 107). A paisagem é transtemporal, transversal (Idem), formada por uma conjunção de processos que se desenrolam em diferentes momentos, mas que se mesclam e se sobrepõem.

Martin Hall (2006), ao argumentar que a metáfora como forma de simplificar e categorizar é parte da pesquisa arqueológica, afirmou que "the metaphor of the 'layer' captures something of the accumulating palimpsest of meanings"[37] (HALL, 2006, p. 204). Assim, para tentar compor uma narrativa que me permitisse representar essa paisagem transtemporal, histórica, gerada no movimento (INGOLD, 2000, p. 520), a transformei em uma história e um mapa. Com vistas a representar o processo diacrônico de desenvolvimento da ocupação urbana, apropriei-me da analogia de Tocchetto e Thiesen (2007), que caracterizam a cidade como uma construção estratificada.

3.2 Uma estratigrafia do centro de Cruz Alta

Para o arqueólogo a estratificação arqueológica representa o ciclo do tempo, uma vez que sua formação se dá pela repetição de processos de deposição ou degradação, independente do conteúdo cultural que cada estrato possa apresentar (HARRIS, 1991, p. 68). Esta estratificação se compõe, "en resumen, de depósitos e interfácies" (Ibidem, p. 71), sendo as interfaces as superfícies de cada estrato e seu ponto de contato com o estrato seguinte.

Arqueologicamente a análise estratigráfica é fundamental para "situar las unidades de estratificación, los estratos y los elementos en su orden secuencial relativo" (Ibidem, p. 63). Para os meus objetivos, penso que a proposição de uma estratigrafia produz um modelo para a localização, dispersão e ordenação dos

[37] T. A.: "a metáfora da 'camada' captura algo dos palimpsestos de significados acumulados".

depósitos arqueológicos da cidade de Cruz Alta. Tal modelo é satisfatório (ainda que simplista) no sentido de demonstrar espacialmente o processo temporal de expansão da malha urbana e também pode ser útil na projeção de estudos mais localizados e no desenvolvimento de ações de preservação dos bens arqueológicos no subsolo urbano. Esta análise produzirá uma carta, um mapa de diversos períodos da cidade. O mapa representa então a análise deposicional dos estratos correspondentes ao tempo em investigação.

Para produzir o mapa tornei as descrições do primeiro traçado e as plantas posteriores as interfaces desta estratigrafia da cidade. Sobrepondo à malha urbana atual as descrições, dados e plantas históricas, identifico áreas de relevância arqueológica, ponderando também algumas possibilidades para o seu estudo e sugerindo seu potencial para o campo do patrimônio. Um dos objetivos é, a partir das referências históricas, inferir o tipo de registro arqueológico presente nestas áreas, tarefa dificultada pela quase inexistência de conhecimento arqueológico prévio da cidade, de modo que a inferência baseia-se diretamente em contextos análogos e na própria lógica do pensar arqueológico. Assim, produzi minha própria estratigrafia da cidade, como um modelo cujo resultado final funciona como uma carta arqueológica.

O mapeamento de áreas com potencial arqueológico permite localizar estes lugares históricos sobrepostos pela paisagem contemporânea, estabelecer relações espaciais entre eles, identificar o período e os usos de determinados lugares, e assim definir critérios de seleção, proteção e valorização dos bens arqueológicos. Perguntados quanto ao que exatamente queriam proteger, Schávelzon e Silveira (2004, p. 66) responderam da seguinte maneira no projeto desenvolvido na capital federal argentina:

> entendemos a la arqueología como el estudio de los procesos socio-culturales del pasado (pasado que acaba hoy, no en fechas lejanas) a través de los contextos materiales; en el caso de la arqueología histórica se suman a las fuentes de datos la historia documental y la iconografía en todas sus formas. Asumiendo esta definición se hace evidente que las preguntas que pueden surgir y a las cuales se debe contestar son ilimitadas. Pese a eso es posible observar que las preguntas que se hagan, en su inmensa mayoría, necesitan contextos en que:
> 1) se haya preservado cultura material de cualquier (y de toda) índole
> 2) que cuanto mayor sea la profundidad y continuidad cronológica que tengan esos sitios, es mejor, no porque lo más antiguo sea necesariamente más importante sino porque nos da un mayor potencial para hacer preguntas y contestarlas, lo usemos o no. En forma simple: un lote ocupado

> como vivienda durante 250 años tiene mayor potencial que uno ocupado los últimos 50 años; esto no implica una valoración –que lo más viejo sea más importante- sino una medida, un gradiente, de potencialidad.
> 3) también es probable que lo que busquemos necesite muestreos en sitios diversos, es decir lugares en que se hicieron actividades industriales, de esparcimiento, agrícolas, ganaderas, comerciales, quema o depósito de basura, administrativas, habitacionales y de otros tipos por lo que cuanto más variada sea la muestra mejor es.

Assumo-a como uma boa resposta porque sintetiza em termos pragmáticos tudo aquilo ao qual a discussão a seguir se refere. Em primeiro lugar os arqueólogos se posicionam em um campo determinado pelas fontes de estudo, materiais, documentais, iconográficas, da arqueologia histórica, deixando claro que sua ênfase está na história e na materialidade da cidade em si, ainda que esta possa conter vestígios de ocupações anteriores. Em uma acepção ampla dos critérios apresentados pelos autores, a cultura material de toda e qualquer índole, do passado distante ao presente, pode ser objeto de estudo arqueológico; cada elemento material, ou mesmo a cidade inteira em sua unidade. Oliveira (2005, p. 28-29) lembrou também a inutilidade de estabelecer critérios absolutos de significação, uma vez que a arqueologia, seus métodos, objetos e objetivos, cambiam à medida que a ciência se amplia e se transforma, e concluiu que “todo recurso arqueológico deve ser considerado como de relevância até que se prove o contrário” (Ibidem, p. 29).

Obviamente do ponto da gestão patrimonial urbana, tal acepção é absolutamente inviável: a proteção total implicaria o engessamento do crescimento e da transformação da paisagem urbana, e é preciso selecionar. Na inviabilidade de uma proteção total, sigo a premissa defendida por Schávelzon e Silveira (2004, p. 72) de que é necessário preservar o mais antigo não por ser mais relevante, senão por ser um registro mais discreto e escasso. Ao revisar a historiografia da cidade de Cruz Alta a partir de sua fundação e estabelecimento detive-me nas primeiras décadas do século XX, demarcadas como um importante período de modernização da cidade. Evitei avançar à história do século XX aos dias de hoje pela quase inexistência de bibliografia e pela necessidade prática de estabelecer espacialmente uma área de maior relevância – maior, insisto, porque de registro mais antigo e mais ameaçado.

Para o plano de potencial arqueológico da cidade de Buenos Aires, Schávelzon e Silveira (2004, p. 78-79) identificaram como variáveis relevantes 1) a

informação histórica – profundidade cronológica, usos e história do sítio e seu entorno; 2) a informação topográfica; 3) a informação arquitetônica e 4) a informação contextual – relação dos lotes/sítios com seu entorno mediato e imediato. Tais variáveis implicam o inventário de cada lote, destacando-o como unidade básica de estudo arqueológico em ambientes urbanos (Ibidem, p. 80).

Oliveira (2005, p. 174-175) destacou que o potencial arqueológico de cada lote está relacionado ao tipo de construção nele instalada, e ao grau de impacto que esta causa em subsolo. Em seus critérios de classificação o arqueólogo estabeleceu que edificações de quatro ou mais pavimentos, e aquelas com subsolo, apresentam possibilidades restritas de desenvolvimento de pesquisa arqueológica, ao passo que as edificações com um ou dois pavimentos são consideradas extremamente relevantes arqueologicamente. Os prédios com três pavimentos, por fim, foram considerados de potencial intermediário, tendo em conta que, quanto mais antigos, maiores as possibilidades de estudo arqueológico.

> [...] as edificações que apresentam maior impacto no solo, são aquelas que possuem menos risco de serem destruídas, pois além de mais recentes (as edificações de maior porte são, na rua maioria, posteriores à década de 1920), seus índices construtivos foram bem aproveitados. Ao contrário, quanto menor uma casa maior é a possibilidade de ser vendida e demolida, dando espaço a construção de novos prédios. (OLIVEIRA, 2005, p. 173)

Uma vez que as casas mais antigas são em geral de pequeno porte, estas estão entre as mais ameaçadas de demolição, o que incorre também em perturbação do registro arqueológico justamente nos lotes de maior potencial. Contudo o município de Cruz Alta não conta ainda com um mapeamento completo dos lotes urbanos em arquivo digital.[38] Sem uma base cartográfica para mapear os lotes urbanos, optei por definir áreas amplas, limitando assim uma parcela da área urbana que pode no futuro ser alvo de um inventário mais localizado, lote a lote. Conforme mencionei anteriormente, a cartografia histórica foi a base na qual estabeleci os estratos e os lugares. Tendo em vista que a pesquisa historiográfica que desenvolvi avançou cronologicamente até a década de 1920 e a última planta

[38] Conforme informação dada pela arquiteta e urbanista Josiane Pillar Hinning, da Comissão de Patrimônio Histórico e do Núcleo de Planejamento Urbano e Ambiental – Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. Os mapas desenvolvidos aqui têm por base os mapas da zona urbana disponibilizados no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental, e não contém os lotes urbanos, tampouco dados topográficos, impossibilitando o uso destas duas informações na pesquisa.

analisada data de 1919, os dados apresentados na carta obviamente referem-se a este período.

A estratigrafia que proponho está composta por três estratos. O primeiro está delimitado pelas descrições do primeiro traçado, de 1825, e pela planta de 1881, denotando um intervalo de 56 anos. Este é o estrato que comporta maior profundidade temporal, porém de um período do qual se tem menos informações sobre o desenvolvimento espacial da cidade, bem como uma provável menor quantidade de evidências arqueológicas. O segundo estrato parte da planta de 1881 até a de 1900, em um intervalo de 19 anos, assim como o estrato seguinte, que inicia em 1900 e encerra pela planta de 1919. Nestes dois estratos há um controle maior, como dois níveis artificiais; as camadas são menos “espessas” ao passo que se referem a um período de adensamento da ocupação urbana, para o qual há uma quantidade maior de dados históricos.

3.2.1 Primeiro estrato: 1825-1881

Não há planta ou mapa que represente graficamente o primeiro traçado da vila da Cruz Alta, mas as referências apresentam alguns dados que permitem algumas inferências. A ordenação para a demarcação determina como ponto de partida a capela, que de acordo com Cavalari (2001, p. 23) estaria localizada na metade oeste da atual praça da matriz. A partir dela, marcados em rumos norte-sul e leste-oeste, se traçaram as primeiras ruas. Hemetério Velloso da Silveira (1979, p. 275) afirmou que Vidal do Pilar havia demarcado três ruas em sentido norte-sul e quatro ruas em sentido leste-oeste. Cavalari (2004, p. 95) mencionou a formação de uma trilha nos fundos da igreja, que viria a receber o nome de Rua da Igreja, hoje Avenida Venâncio Aires, de modo que as três ruas restantes neste sentido corresponderiam às ruas Pinheiro Machado, General Câmara e Voluntários da Pátria. Em sentido leste-oeste, o pesquisador identifica como primeiras ruas as atuais Coronel Pilar, João Manoel e Andrade Neves. A área mais densamente povoada seria então o entorno da praça e a então Rua da Olaria, hoje Pinheiro Machado, até as proximidades da atual Avenida Presidente Vargas.

Ressalvo que o fato de que não pude estabelecer com clareza o comprimento exato das primeiras ruas e quadras, pois o fato de ter havido um lapso de tempo entre a ordem e a demarcação gera dúvidas. Cavalari (2004) constatou que a área demarcada no ano de 1825 foi um retângulo, e não um quadro, conforme ordenado, e talvez outras mudanças possam ter escapado à minha pesquisa. Ao analisar a planta de 1881 verifiquei que o traçado das ruas é basicamente o mesmo da malha atual na área onde começou a ocupação da vila, de modo que optei por identificar as primeiras ruas traçadas com base nas atuais.

Assim, estabeleci um polígono limitado pelas ruas Coronel Martins e Voluntários da Pátria, e avenidas Venâncio Aires e Presidente Vargas, com um prolongamento em sentido oeste entre as ruas Duque de Caxias e Coronel Pillar para englobar também a parcela que corresponderia ao cemitério. Cavalari (2005, p. 155) fez menção ao sepultamento dos escravos em uma área nos fundos do cemitério, nas proximidades do que hoje é o Núcleo Estadual de Ensino a Jovens e Adultos (NEEJA), e nesta área estabeleci seu limite oeste, tendo as ruas atuais como limites sul e norte. Não encontrei, contudo, referências ao tamanho exato da área destinado ao campo santo. Este polígono de aproximadamente 285.000 metros quadrados, abrangendo as primeiras ruas traçadas e a área sugerida para o cemitério, corresponde então a uma primeira interface, marcando o início de uma ocupação pensada em termos urbanos. Um estrato onde estão os remanescentes materiais do início da ocupação da vila em suas primeiras décadas.

É difícil traçar exatamente o início da ocupação histórica da área central da cidade: os primeiros sesmeiros chegaram à região ainda no início dos oitocentos, em uma ocupação esparsa e pouco densa. No ano de 1821 já havia na área um núcleo de povoamento, aquele que deu origem à carta tida como documento fundacional da cidade, mas não há referências espaciais para localizá-lo. Claro está, porém, que em 1825, após mudança e retorno de assentamento, ruas, quadras e lotes foram definitivamente demarcados. A partir daí esta parcela da paisagem urbana sem dúvida viu o gérmen de uma cidade.

Neste primeiro momento destaca-se como um lugar importante o centro físico da vila, a praça hoje chamada Erico Veríssimo ou mais popularmente, da Matriz. Lá foi erguida a primeira capela (CAVALARI, 2001, p. 23). Aston (2002, p. 50) lembra que “each church represents perhaps the most important local focal place

for any settlement”[39], assertiva que certamente se aplica ao contexto. Ainda que tenha sido uma construção simples, a capela carregava consigo um importante papel de coesão social à comunidade nascente. A necessidade de construí-la reuniu os moradores, o que demonstra sua posição central na vida comunitária, porque os primeiros habitantes não podiam prescindir dos sacramentos, da presença do cura, da catequização e moralização de seus filhos.

Na praça tiveram lugar festejos religiosos, atos políticos e a execução de criminosos (ver DARONCO, 2006). Ponto destacado da área, no alto de uma colina, tinha imediatamente a sua frente a primeira Câmara Municipal e o sobrado de seu primeiro presidente, Vidal do Pilar. Seu entorno também foi ocupado desde os primeiros anos por gente cujo nome e habitação não pareceram tão dignos de nota.

Praças e parques são caracterizados como de elevado potencial arqueológico por Oliveira (2005, p. 168), uma vez que apresentam, em geral, alto grau de preservação dos estratos em subsolo. É plausível pensar nesta como uma área com grande possibilidade de presença de vestígios não apenas da capela, mas de um sem-número de práticas que tiveram lugar na praça ao longo do tempo, e sua própria história de construções e remodelações. Com relação ao entorno, assim como em todo o centro o que se verifica é um palimpsesto de diferentes temporalidades, do casario histórico a grandes edifícios contemporâneos.

A atual Rua Pinheiro Machado também é uma área importante arqueologicamente no que se refere a este período. Desde a área da praça da matriz, onde foi erguido o sobrado de Vidal do Pilar – na esquina com a rua Duque de Caxias, ocupada hoje por um grande edifício de apartamentos – e a primeira câmara à sua esquerda, a ocupação desta rua estendeu-se esparsamente até as proximidades da Presidente Vargas, mas Cavalari também mencionou a edificação de construções nas ruas paralelas, de modo que é difícil estabelecer um limite claro para a área mais densamente ocupada. Contudo descrições de anos posteriores, como a de Luiz Oliveira Bello em 1856, indicam que naquele momento a vila contava “com umas cem casas, quase todas em uma só rua e um único sobrado” (CAVALARI, 2004, p. 127-128), e o mapa de 1881 confirma a Rua do Commércio como a mais densamente ocupada.

---

[39] T. A.: “cada igreja representa talvez o mais importante lugar focal local para qualquer assentamento”.

Ainda que pouco se saiba sobre os primeiros anos de vida material do povoado, as referências sugerem uma paisagem ainda rural, de construções rústicas, onde desde o princípio uma grande gama de atores sociais conviveu. Sendo esta uma zona central na cidade, quase nada resta de elementos arquitetônicos, com exceção do prédio construído em 1826 para abrigar a delegacia[40]. Contudo o prédio foi reconstruído e reformado repetidas vezes, e ainda que sua platibanda ostente a data de 1826, não é de fato o mesmo prédio. Trata-se, de qualquer maneira, de um prédio histórico de dois pavimentos, implicando, segundo os critérios de Oliveira (2005) outra área de potencial arqueológico alto.

É importante considerar que se nos primeiros anos a vida na vila era ainda eminentemente rural, sua cultura material provavelmente fosse relativamente simples. Os materiais construtivos eram produzidos localmente, e as primeiras edificações realizadas pelos próprios moradores ou seus escravos, quando os possuía. Considerando que à época da fundação da vila mal chegava ao Rio de Janeiro a corte portuguesa, e que as consequente abertura dos portos e inundação de produtos industrializados no mercado brasileiro ainda estava por vir, parece correto inferir para os primeiros anos uma grande quantidade de produtos produzidos localmente ou regionalmente, em especial os de uso cotidiano, mesmo porque é clara na historiografia a constante necessidade de ampliar e melhorar os caminhos que ligavam Cruz Alta aos demais núcleos de povoamento da região, denotando a longa e difícil viagem a que estavam sujeitos pessoas e produtos.

Claro está um evidente desenvolvimento espacial da cidade, principalmente na segunda metade do século XIX. À medida que Cruz Alta torna-se uma cidade importante no noroeste da província, aumenta sua população e desenvolve o comércio, e pouco a pouco a paisagem vai sendo tomada pela arquitetura citadina (DARONCO, 2006, p. 94). Crescendo a cidade, cresceu também sua igreja. Como parte deste processo, no ano de 1865 transfere-se o cemitério para um ponto mais ao norte, então afastado do núcleo urbano e – ainda que a bibliografia não faça referência – uma óbvia remodelação da praça; neste mesmo ano foi demolido o sobrado de Vidal do Pilar (ROCHA, 1980, p. 66), e em 1873 é finalmente inaugurada a imponente Igreja Matriz, não mais no interior da praça, mas recuada 30 metros para oeste, cruzando ao outro lado da rua da igreja.

[40] Hoje Centro Municipal de Economia Solidária, na esquina das ruas Cel Pillar e General Câmara.

Cavalari (2004, p. 140-41) defendeu que após o término da guerra do Paraguai o município emergiu como um centro regional importante, de comércio diversificado, onde se vendia “desde o simples aguardente, até camarões; roupas comuns e as sofisticadas peças da moda parisiense” (Idem). Edificações cada vez mais sólidas, ruas calçadas, o comércio em desenvolvimento, trazendo novos produtos, novas práticas, gerando distintas culturas materiais e distintos usos dos espaços. Ampliando-se a Rua do Commércio em sentido sul, uma nova praça foi construída, e em 1881 a malha urbana aparece relativamente maior. Contudo a imagem desta planta ainda é a de uma pequena povoação, com uma única rua como eixo central e uma ocupação ainda rarefeita. E ainda que esteja claro o desenvolvimento do comércio e a expansão da população, nos anos finais deste estrato apenas vislumbrava-se a notável expansão espacial e as profundas transformações da paisagem urbana que aconteceram a partir dos últimos anos dos oitocentos.

3.2.2 Segundo estrato: 1881-1900

A planta de 1881 torna evidente a expansão da malha urbana em um período de pouco mais de meio século. Apresenta a Rua Pinheiro Machado como um eixo central, com duas ruas paralelas para cada lado, até a Avenida Barão do Rio Branco, em sentido oeste, e a Voluntários da Pátria para o leste. Além destas ruas, há pequenas quadras demarcadas, de tamanhos irregulares e menores. Optei então por demarcar um polígono com uma área de pouco mais de 780.000 metros quadrados, englobando a área traçada em 1825, e incorporando ainda uma quadra da Avenida Benjamin Constant, entre as avenidas Barão do Rio Branco e Venâncio Aires, até a Rua Coronel Martins, para abranger depois um trecho entre as ruas General Felipe Portinho e Barão do Rio Branco – a oeste - e Procópio Gomes – a leste –, para encerrar ao sul na Rua Domingos Veríssimo.

A área razoavelmente maior denota o desenvolvimento econômico e demográfico da cidade, que a esta altura representava já um centro de envergadura regional, apontando a expansão da malha principalmente rumo ao sul, que neste período principiava a urbanizar-se - Cavalari (2001, p. 23), afirmou que ainda em

1889 a Praça Firmino de Paula (à época da Independência) era apenas um “campo aberto formado por quase dois quarteirões”, estendendo-se até a atual Rua Mariz e Barros.

Conforme representa a planta de 1881, a grande maioria das edificações ainda estava na rua principal, atual Rua Pinheiro Machado, ao longo de toda a sua extensão e nos dois lados da rua, até cruzar a Av. General Osório. No restante, verifica-se um pequeno conglomerado na Rua Duque de Caxias, no trecho entre a Av. Venâncio Aires e a Rua General Câmara, nas proximidades da Praça da Matriz, ainda zona nobre da cidade, e a incipiente ocupação da quadra imediatamente a leste da Praça da Independência, conformada pelas atuais Av. General Osório e ruas Pinheiro Machado, General Câmara e Mariz e Barros, onde ainda hoje um importante conjunto arquitetônico permanece. De resto, apenas pequenos pontos esparsos em quadras quase vazias de construções.

A então Rua do Commércio tornou-se ao longo dos oitocentos o eixo comercial e econômico da cidade. Ao que indicam as referências, foi nela principalmente, mas também em suas paralelas e transversais próximas, que diferentes produtos e serviços passaram a ser oferecidos à medida que pouco a pouco a paisagem urbana e social do município tornava-se cada vez mais heterogênea. Rua principal da cidade, abrigou principalmente as casas das famílias abastadas, suas lojas, clubes, cafés. Em sua descrição Evaristo Castro (1887, p. 72-73) falou de uma cidade com comércio diversificado, duas fábricas e três praças.

Aston (2002, p. 46) considera os lugares de comércio também enquanto lugares focais por seu papel na distribuição e movimentação de bens na paisagem. No que se refere ao contexto local, com a ligação ferroviária e o desenvolvimento econômico a atividade comercial no centro expandiu-se, e a partir dos produtos vendidos nas casas comerciais as idéias e práticas modernas pouco a pouco se inserem na vida cotidiana da vila de origem rural. É em fins dos oitocentos que uma burguesia urbana se consolida na cidade, e passa a apropriar-se das idéias e práticas européias, dos produtos industrializados que inundavam o mercado brasileiro desde meados do século (TOCCHETTO, 2010, p. 168-169) e que demarcavam as diferenças econômicas e sociais.

Na arquitetura das casas e na apropriação de objetos e práticas “civilizados”, o final do século XIX viu distinguirem-se cada vez mais as materialidades de ricos e pobres, ao mesmo tempo em que se diferenciavam definitivamente as paisagens

urbanas e rurais. A partir do fim do século XIX a paisagem material e social torna-se definitivamente aquela da vida na cidade, da rua como espetáculo e da fachada como discurso (PESAVENTO, 1996), da cidade como espaço público de sociabilidade e de expressão.

No processo de urbanização, diversificaram-se as experiências e as comunidades; estancieiros e agricultores, comerciantes e trabalhadores das fábricas, pobres e libertos, conviveram e interagiram em diferentes lugares da cidade ao longo de sua história. Ao mesmo tempo o desenvolvimento do comércio levou a uma óbvia diversificação da cultura material, de uso doméstico ou de trabalho. À medida que o próprio processo de expansão do capitalismo e da industrialização penetra na vida material da Cruz Alta, é possível inferir uma crescente diversificação dos produtos de uso cotidiano dentro do ambiente doméstico, novos instrumentos nas fábricas e manufaturas – selarias, sapatarias, ferrarias. Claro está, porém, que o acesso e os usos dados aos bens materiais industrializados variaram enormemente, por fatores econômicos, sociais, étnicos. A arqueologia urbana pode dar conta da compreensão destas diferenças.

Comparando as duas plantas (Fig. 18) é possível ter uma noção do desenvolvimento da ocupação urbana no final dos oitocentos. Num primeiro olhar salta aos olhos a regularidade das quadras em 1900. Na planta de 1881 a malha aparece composta de retângulos de dimensões irregulares e, a leste da Rua do Commércio, quadras cortadas em polígonos de formas e dimensões variadas. Certamente na época de produção da segunda planta a malha deve ter sido regularizada, contudo as quadras quadradas representadas nesta planta não condizem com a realidade. A planta de 1881 também apresenta erros de proporção na sua representação, mas os traçados das quadras centrais se aproximam dos atuais.

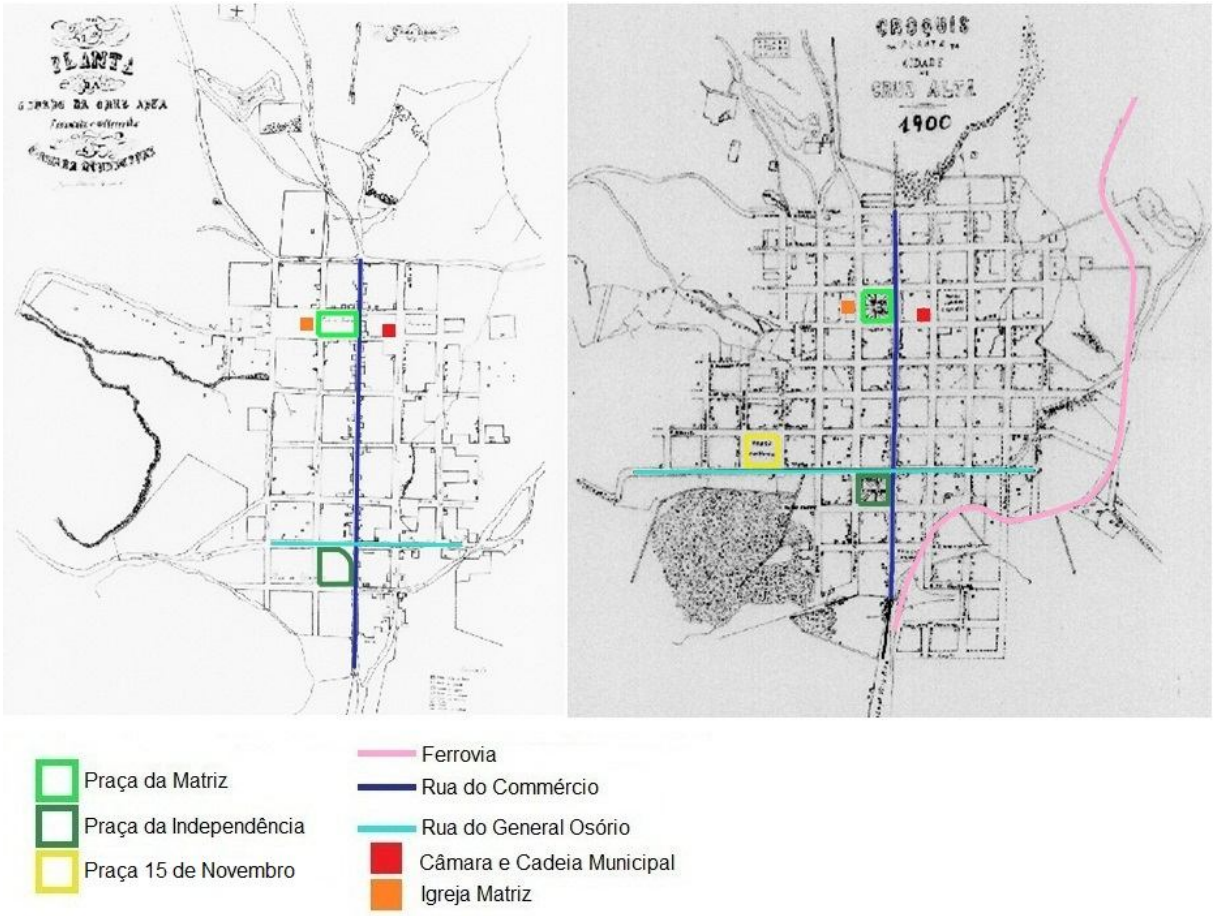

Figura 18 – Cartografia da cidade – 1881-1900.

Plantas da cidade de Cruz Alta em 1881 (à esquerda) e 1900 (à direita), evidenciando a notável expansão urbana neste período de 19 anos. Se na primeira a ocupação concentra-se quase que unicamente na Rua do Commércio, a segunda demonstra a expansão da malha e o adensamento da ocupação de áreas periféricas, onde se destaca principalmente a densa ocupação da região da Praça 15 de Novembro, hoje Praça do Ginásio Municipal. As plantas foram fornecidas pelo Arquivo Histórico do Município já em formato digital, de baixa resolução, o que dificulta sobremaneira a visualização das plantas.

Fonte: Museu e Arquivo Histórico Municipal de Cruz Alta.

Com relação à ocupação urbana é notável a expansão do povoamento, concentrado exclusivamente na Rua do Commércio em 1881, e disperso por quase toda a malha em 1900. Novas quadras foram demarcadas e densamente ocupadas no extremo noroeste da malha (Fig. 19 A); no extremo leste as novas ruas traçadas retificaram o traçado urbano nas atuais Avenida Voluntários da Pátria e Rua Procópio Gomes, na área onde principia o atual bairro São Miguel (Fig. 19 B). A Rua do General Osório foi ampliada em sentido oeste, e a área do atual bairro São José aparece densamente ocupada (Fig. 19 C). Ao sul começava a tomar forma o bairro Ferroviário nas proximidades da estação (Fig. 19 D)

As referências historiográficas indicam que ainda antes de 1881 havia iniciado a ocupação do Barro Preto e da Capoeira, que Cavalari (2004, p. 172) localizou na região dos atuais bairros São Miguel e São José, respectivamente. A ocupação destas áreas se deu inicialmente por ex-escravos e por migrantes pobres a partir da década de sessenta dos oitocentos, em virtude de um processo de migração do campo relacionado à Lei de Terras e ao aumento da população de ex-escravos - em 1870, ¼ da população da vila era de pretos e pardos livres (ARAÚJO, 2008, p. 260). Uma vez que as ruas centrais estavam já ocupadas pelo comércio e pelas propriedades das famílias mais tradicionais e abastadas, foi nestas duas áreas periféricas que esta população se estabeleceu.

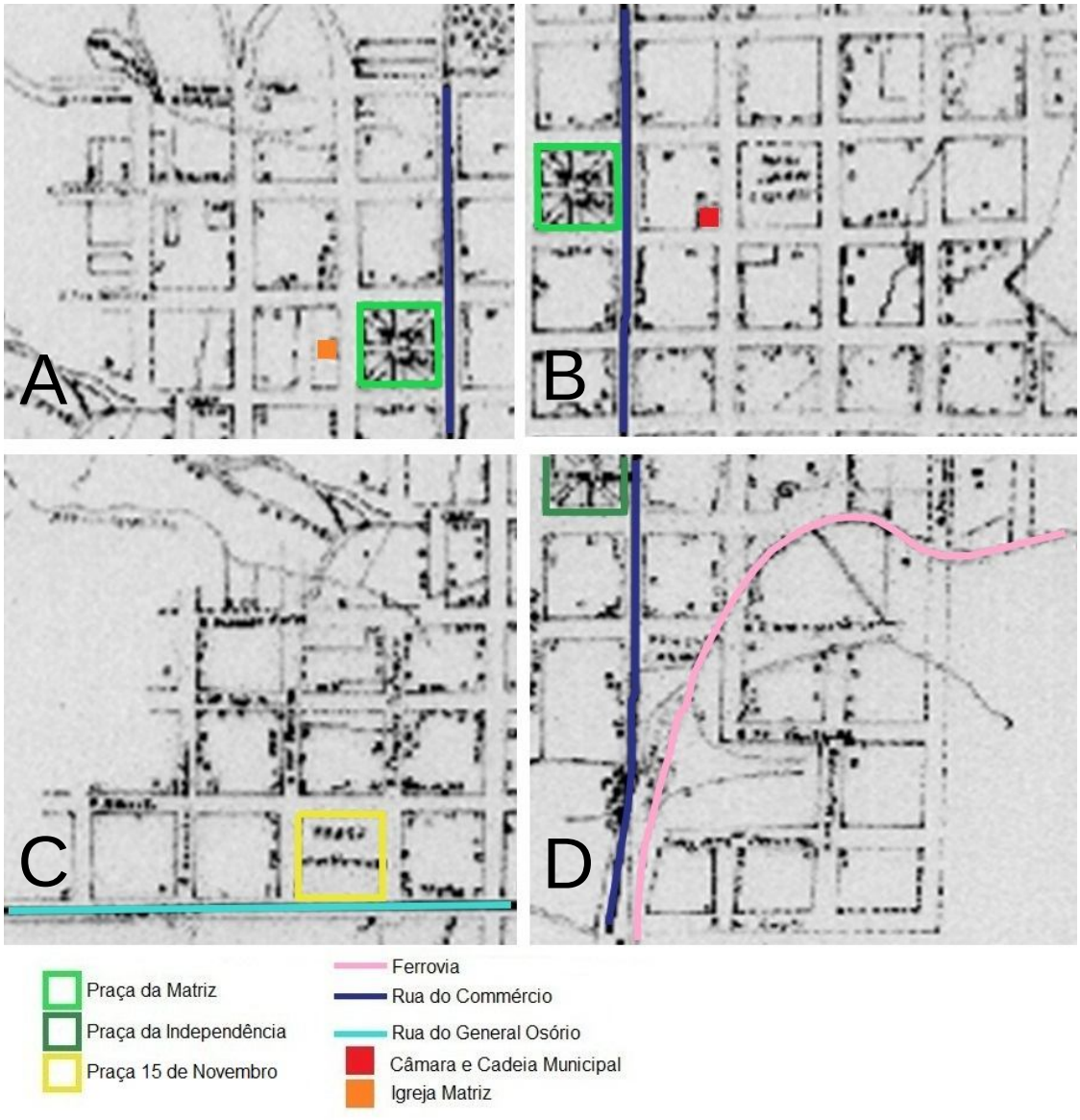

Figura 19 – Detalhes da planta de 1900.

A cidade se expande e a ocupação adensa-se no noroeste (A) e no leste (B) do centro. Adensam-se também as áreas do bairro São José (C) e o início do bairro Ferroviário no extremo sul (D).

Fonte: Museu e Arquivo Histórico Municipal de Cruz Alta.

Ao que sugerem as referências e afirmam muitos remanescentes arquitetônicos, já em 1900 a área da Praça 15 de Novembro começava a ser ocupada também por edificações de maior porte e expressão arquitetônica, indicando uma ressignificação desta zona, talvez ocorrida em associação à emergência da área da Praça da Independência e da Rua do General Osório como lugares importante da paisagem nas primeiras décadas dos novecentos.

No extremo norte, fora da malha de então, estão identificados o cemitério, transferido para a área em 1865 e a lagoa à qual foi associado (Fig. 20). Na planta de 1881 aparece um retângulo demarcado e neste uma concentração de pontos em sua porção sudeste. A digitalização das plantas está em baixa qualidade, a legenda é ininteligível, e não é possível afirmar o que representam. Na planta de 1900 dois pontos indicam prováveis edificações entre a lagoa e o caminho para o cemitério. Em 1919 a malha ainda não alcançara a lagoa, mas na área já se projetava a urbanização; edificações como a Casa Viecéli, a Ferraria Cachoeira e a Montanha de Ouro indicam a ocupação da zona na década de 1920. Na malha atual, entre o Cemitério Municipal e a Avenida Benjamin Constant, a lagoa do cemitério deu lugar ao aterro, às ruas e residências.

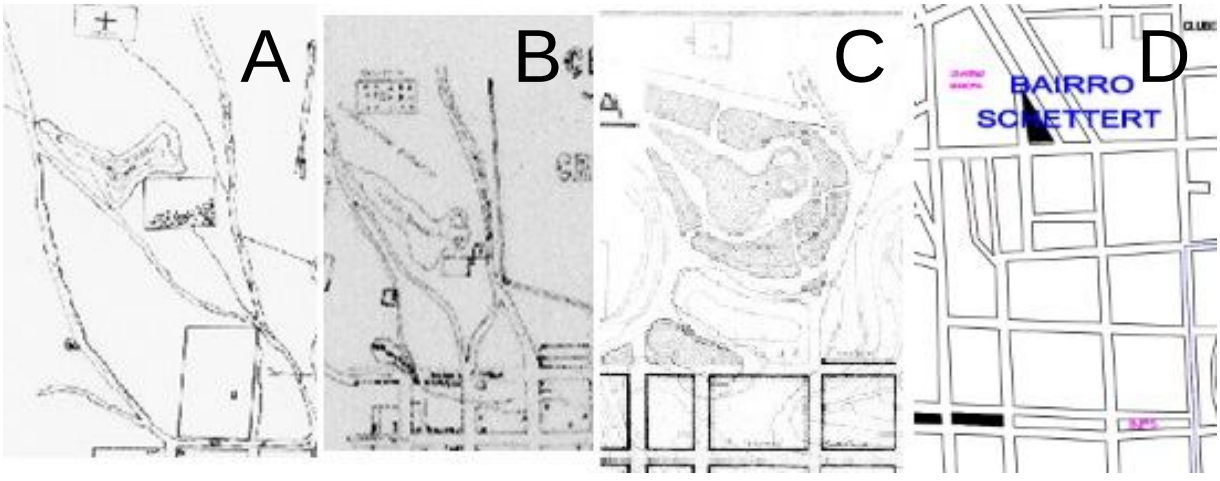

Figura 20 – Cartografia da lagoa do cemitério.

A área da Lagoa do Cemitério em 1881 (A) e em 1900 (B), ainda não incorporada à malha urbana; em 1919 (C) a área consta no projeto de expansão da cidade. A malha atual (D) sobrepôs totalmente a área.

Fonte: A), B) e C): Museu e Arquivo Histórico Municipal de Cruz Alta. D): PDDUA, 2007, Anexo 2B.

A bibliografia sugere que nos anos finais do século XIX a paisagem urbana era ainda a de casas simples, “sem obras de arte”, como disse Hemetério da Silveira (1979, p. 267). Mas a construção da linha férrea e a definitiva ligação do município com o resto do mundo alavancou a expansão populacional e o próprio processo de modernização da cidade, na medida em que a população crescente implicava em novas formas de organização e regulamentação dos usos dos espaços públicos e privados, e o desenvolvimento de novos sistemas de saneamento e iluminação que demandavam as idéias de então acerca da higiene pública nas cidades. De fato o processo de modernização da cidade de Cruz Alta vai acontecer nas primeiras décadas dos novecentos.

3.2.3 Terceiro estrato: 1900-1919

Ao analisar estas duas plantas é preciso considerar que, diferente das anteriores, a planta de 1919 foi produzida com um objetivo distinto, e não representa as edificações, impossibilitando uma comparação quanto à densidade de ocupação como realizada para o estrato anterior. Ao analisá-la, desconsiderei as áreas com projeto de expansão e demarquei apenas a área de traçado escuro, pois que a planta atual indica que a malha não cresceu conforme este projeto. Comparando as duas (Fig. 21) nota-se que o crescimento urbano foi pequeno, constando de fato em apenas algumas quadras, e como maior alteração na paisagem urbana neste período destaca-se a construção do trecho ferroviário que ainda hoje corta a porção leste do centro.

O traçado das ruas permanece fundamentalmente o mesmo, e a diferença de tamanho das quadras paralelas à Praça da Matriz condiz com o já citado erro de representação da planta de 1900, uma vez que a planta de 1881, bem como a atual, apresentam a mesma configuração, de quadra retangular em sentido oeste-leste.

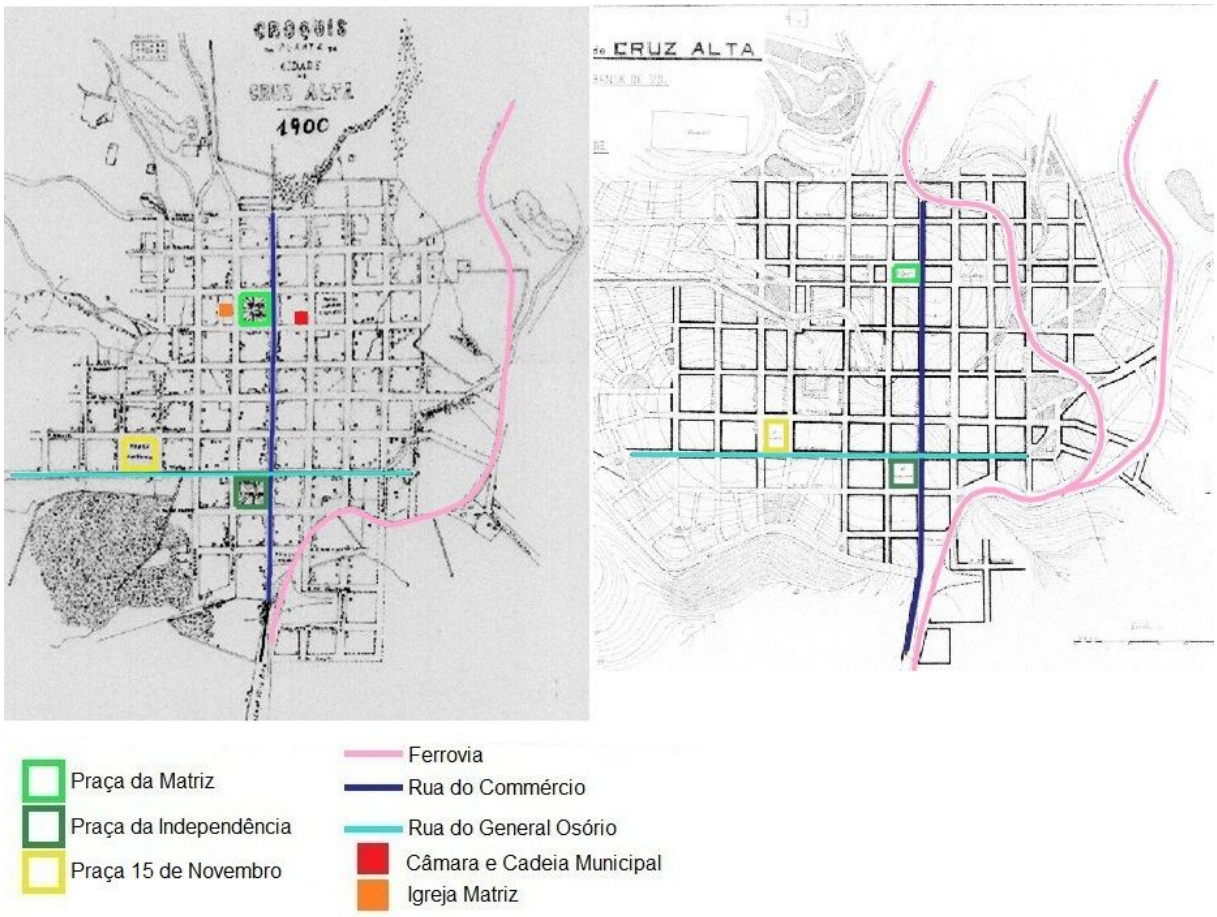

Figura 21 – Cartografia da cidade – 1900-1919.

Plantas da cidade de Cruz Alta em 1900 (à esquerda) e em 1919 (à direita). Esta última não representa as edificações, impossibilitando uma análise quando ao adensamento da ocupação urbana neste intervalo.

Fonte: Museu e Arquivo Histórico Municipal de Cruz Alta.

Segundo sugeriu Ticco (2004, p. 133), houve um período de estagnação na primeira década do século XX, o que só teria sido alterado quando inicia a administração Firmino de Paula Filho a partir de 1909. Seguindo a lógica progressista do Partido Republicano, Firmino de Paula Filho foi quem deu os primeiros passos no sentido de modernizar a cidade de Cruz Alta. Desde anos anteriores a higiene pública era já questão importante, e objeto de críticas de parte da população, e as obras públicas de saneamento e o estabelecimento de serviços de remoção de lixo e materiais fecais apontam para o desenvolvimento da preocupação com a higienização da cidade. Durante a administração Firmino de Paula ainda foi instalada a luz elétrica em todo o perímetro urbano, e estabelecidas as primeiras ligações telefônicas.

A descrição que fez Hemetério da Silveira (1979) para os primeiros anos dos novecentos indica que apesar dos remanescentes arquitetônicos denotarem uma imagem de grande progresso material, a maioria das habitações ainda utilizava técnicas construtivas simples – “arcaicas”, disse Silveira (1979, p. 267). Tal assertiva é extremamente interessante quando contrastada com as fotos das zonas centrais da cidade, onde a arquitetura torna-se cada vez mais monumental.

Dentre os lugares destacados na historiografia do período pareceu-me importante salientar o status adquirido pela área nos arredores da atual Praça Firmino de Paula, então Praça da Independência. Em 1911 o Intendente referiu-se à área como ponto principal da cidade, e foi em seu entorno que escolheu o sítio do Palacete Municipal, inaugurado em 1914, e de sua própria residência. A partir da inauguração da estação ferroviária o entorno da praça desenvolveu o seu comércio, oferecendo também serviços como restaurantes e hotéis.

Nos termos de Aston (2002) a Praça da Independência pode ser considerada um lugar focal para este período. Nas primeiras décadas do século XX, além do Palacete Municipal vão instalaram-se no entorno da praça instituições bancárias e – como ocorreu também na Rua do Commércio e de forma incipiente na região da Praça da Bandeira – começaram a aparecer as primeiras casas assobradadas e de porão alto, sugerindo o alto poder econômico daqueles que optaram por habitar estas áreas. No lado oposto ao do Palacete Municipal foi construído o primeiro teatro da cidade, obviamente um reduto das elites locais, assim como a loja maçônica, ainda em funcionamento na Avenida Venâncio Aires, a poucos metros da praça.

É relevante notar que a maior parte das referências históricas concentra-se no século XIX, e à medida que avanço cronologicamente nos novecentos a história torna-se mais econômica, e as referências ao espaço urbano e ao desenvolvimento da urbanização são cada vez mais escassas. Somando-se a isso a falta de uma planta que represente as edificações, torna-se difícil traçar com certeza as transformações urbanas neste período e as áreas mais relevantes arqueologicamente. A malha praticamente não aumentou neste ínterim, mesmo porque a planta de 1900 indica ainda grandes vazios que – é a conclusão mais óbvia – devem ter sido ocupados ao longo destes dezenove anos.

Definidos estes três estratos, a estratigrafia resultante não é a de um perfil vertical, mas a sobreposição horizontal de áreas delimitadas espacialmente pelas

plantas. Tais áreas, demarcando a amplitude espacial da ocupação urbana no ano de produção de cada um dos mapas, indicam a localização destas ocupações sobre um mapa atual da cidade. A partir disso são identificadas áreas relevantes em termos arqueológicos, representadas graficamente por meio de uma carta arqueológica.

3.2.4 A carta arqueológica do centro da cidade de Cruz Alta

Uma carta arqueológica cumpre a função de localizar e identificar os recursos arqueológicos não visíveis, aqueles que permanecem nos subsolos, dentro da atual malha urbana da cidade. Oliveira (2005, p. 6) afirmou que o objetivo principal das cartas arqueológicas é “apresentar o estado dos depósitos arqueológicos nos subsolos das cidades” e destacou também tais cartas como instrumento básico na gestão patrimonial dos bens arqueológicos. Contudo, embora destaque alguns lugares de maior potencial, ressalvo que nas áreas definidas como de interesse arqueológico não apresento a condição dos depósitos, apenas localizo as áreas de ocupação histórica, uma vez que não realizei um inventário lote a lote. De qualquer modo a Carta de Potencial Arqueológico de Porto Alegre, desenvolvida por Alberto Oliveira (2005), serviu de base para a definição dos elementos a serem mapeados e representados.

Com os dados históricos e cartográficos sobrepostos à malha atual foi possível estabelecer três estratos arqueológicos, as plantas marcando o ponto de contato e distinção, a interface dos estratos. A analogia estratigráfica, ainda que tenha um caráter vertical por natureza, quando posta sobre um mapa gerou a sobreposição horizontal de polígonos correspondentes às áreas ocupadas por cada uma das plantas históricas analisadas. Assim, as quadras estão distintas em quatro cores: a área inicialmente demarcada em 1825 na porção central, em laranja claro; esta é abarcada por uma segunda área, em laranja escuro, correspondente à malha de 1881; a terceira área, em marrom, refere-se à planta de 1900; por fim, no extremo oeste do mapa, uma pequena área em cinza, correspondente à pequena expansão da malha entre 1900 e 1919. Para fins de identificação na carta, chamá-las-ei a partir de agora Áreas 1, 2, 3 e 4, respectivamente, lembrando que as áreas se

sobrepõem, a 2 contendo a 1, a 3 contendo as duas anteriores, a 4 abarcando todas.

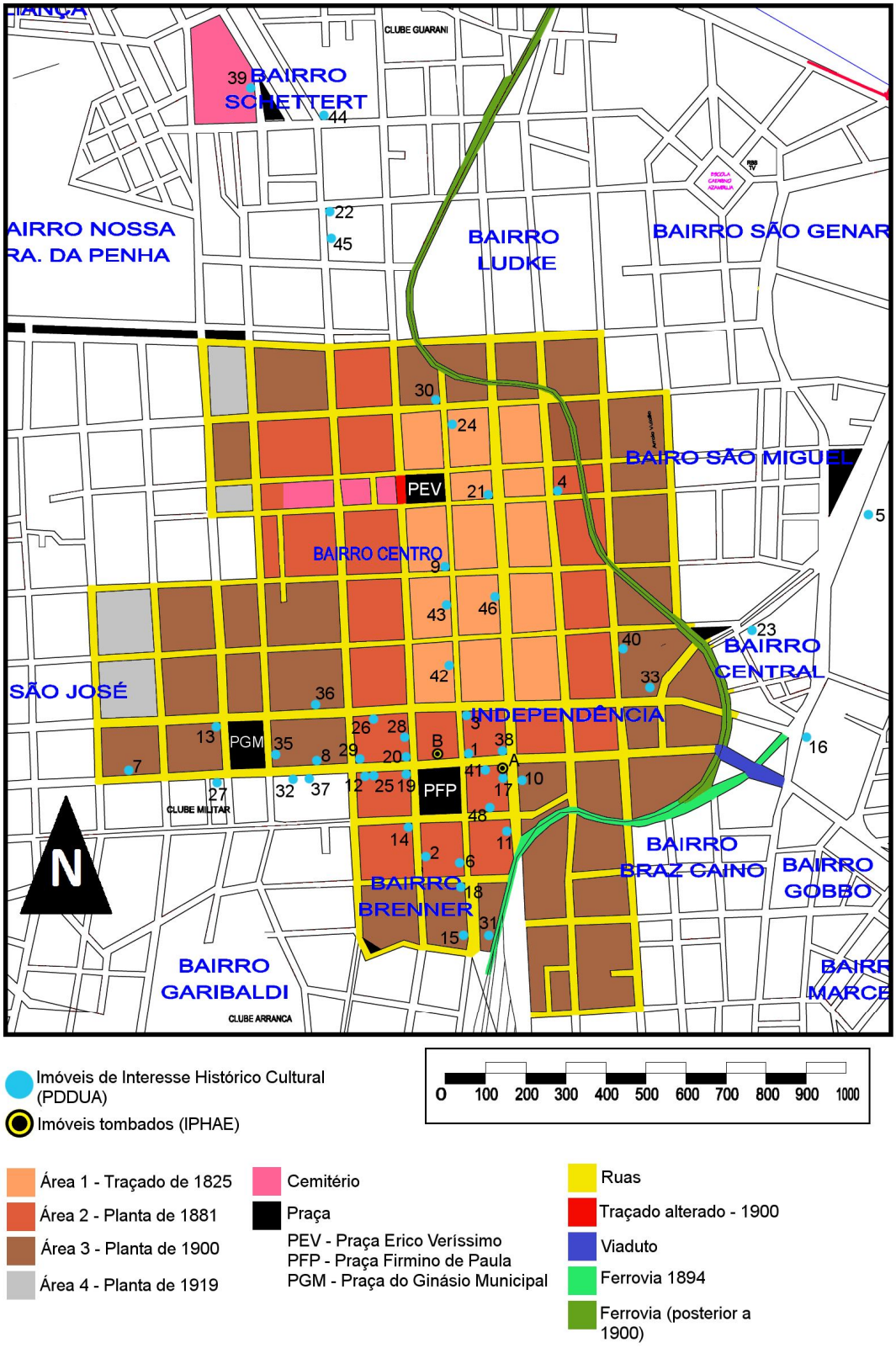

Figura 22 – Carta Arqueológica do centro da cidade de Cruz Alta.

Carta produzida com base no Mapa do Perímetro Urbano do município, Anexo 2B do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental.

Fonte: PDDUA, 2007, modificado pelo autor.

-Áreas:

Pela lógica estratigráfica a área 1 é aquela que apresenta uma maior amplitude temporal em termos de registro arqueológico – do princípio do século XIX ao presente. A área 2 marca o crescimento a partir de meados do século XIX, e ainda que a planta indique que as casas concentravam-se na atual Pinheiro Machado e proximidades, é preciso considerar a ocupação, no último quartel do século, das áreas periféricas. A área 3 refere-se ao desenvolvimento econômico e demográfico do final do século XIX e primeiras décadas do século XX, refletido em uma ocupação mais efetiva da área urbana. A área 4 cumpre o papel de interface final, marcando os limites da malha em 1919 e da estratigrafia proposta.

A definição de tais áreas diz respeito fundamentalmente aos vestígios arqueológicos em subsolo. Claro está, porém, que aquilo que está abaixo do solo é parte da paisagem, parte do processo histórico no qual a superfície é apenas a configuração mais recente. Nesse sentido as edificações são também importantes do ponto de vista arqueológico. Oliveira (2005, p. 171) argumentou que as edificações devem ser compreendidas como um artefato, componente da cultura material de determinado grupo em determinado momento, e diferente da perspectiva arquitetônica, em arqueologia não é a originalidade preservada que impera, mas o reconhecimento das transformações físicas do prédio como parte de mudanças mais amplas na sociedade, novas técnicas construtivas, novas formas de sociabilidade, novas dinâmicas sociais.

A arqueologia da arquitetura foi definida por Zarankin (2001, p. 52) como “uma corrente de pesquisa que abarca todos aqueles trabalhos direcionados ao estudo da arquitetura de um ponto de vista arqueológico”, tratando-a portanto enquanto materialidade vinculada a práticas e intenções de seus construtores e ocupantes, e nessa perspectiva qualquer edificação, de qualquer tempo, pode ser analisada e interpretada em termos arqueológicos. No que se refere a períodos históricos, as possibilidades de pesquisa aumentam de acordo com o grau de preservação de cada edificação. Tudo depende em última instância dos objetivos e

marcos teóricos do pesquisador e o ideal nestes casos é obviamente um estudo interdisciplinar envolvendo arqueólogos e arquitetos.

Os pontos localizados na carta correspondem aos dois edifícios tombados pelo IPHAE (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado) – a saber, o Museu Erico Veríssimo e a Prefeitura Municipal, identificados pelas letras A e B respectivamente –, e 46[41] edificações listadas na Tabela de Prédios de Interesse Histórico Cultural do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (2007), as quais identifico pelo número atribuído às mesmas na tabela que consta na lei municipal. Pelo mesmo sistema identifico as fotos dos imóveis no Apêndice A desta dissertação. Estes bens, por sua condição de edifícios históricos tornados ou em processo de tornar-se patrimônio, com restrições já estabelecidas quanto a alterações na casa e no terreno, apresentam alto potencial arqueológico.

É notável que a grande maioria das edificações levantadas pelo município esteja nas proximidades da Praça Firmino de Paula e na continuidade da Avenida General Osório áreas de ocupação tardia nos oitocentos. Entre as seis edificações na área 1, apenas a de número 21 (Antiga Delegacia) corresponde aos princípios da ocupação da vila, embora o prédio tenha passado por diferentes reformas e ampliações posteriores. As demais edificações nesta área são de fato posteriores ao período analisado aqui. Para a área 2, somam-se mais 20 edificações, 19 delas a no máximo uma quadra da Praça Firmino de Paula. A área 4 soma 15 edificações, em sua maioria na Avenida General Osório e proximidades.

Há por fim sete imóveis fora da área levantada. O Cemitério Municipal (39), o quartel do 29º Grupo de Artilharia de Campanha (5), a Casa Moradini (16) foram estabelecidos durante o período analisado, porém em áreas então afastadas da malha urbana. As edificações 22 e 23 datam de 1926 e 1930 respectivamente, mas as áreas em que se localizam não constavam como urbanizadas na planta de 1919. Às edificações 44 e 45 não foram atribuídas datas pelo Plano Diretor, embora certamente estejam relacionadas a esta expansão nas décadas de 20 e 30, quando parece ter sido formado o prolongamento da Avenida Barão do Rio Branco em direção ao Cemitério Municipal.

[41] Na tabela constam 47 imóveis, sendo o de número 34 o prédio da estação de tratamento de água da Corsan, datado de 1930. Este não aparece na carta por estar localizado em um ponto bastante distante da área mapeada, em uma zona ainda rural no momento de sua construção.

Existe, porém, uma quantidade muito maior de edificações do período em discussão, em diferentes graus de alteração na arquitetura e nos usos. Se por um lado a concentração de imóveis inventariados destaca a relevância do conjunto arquitetônico do entorno da Praça General Firmino, ela não representa a única área do centro com um conjunto importante de remanescentes arquitetônicos. Há ainda, particularmente na área 1, uma grande quantidade de remanescentes dos séculos XIX e XX, nas proximidades da Praça Erico Veríssimo e principalmente na Rua Pinheiro Machado. Entre estes, muitos mantém os traços arquitetônicos originais, e sua não inclusão na Tabela de Prédios de Interesse Histórico Cultural gera dúvida quanto aos critérios de seleção. A grande maioria destes imóveis, contudo, foi modificada e transformada; as fachadas tornadas vitrines e cobertas por letreiros, as casas divididas em duas, três ou mais lojas. Assumo de antemão que a maioria delas foi unidade doméstica, muitas das quais tornadas casas comerciais posteriormente.

Figura 23 – Exemplares de edificações históricas na Rua Pinheiro Machado.

É interessante notar os diversos graus de alteração no casario urbano em Cruz Alta. Na foto superior à esquerda, duas edificações em excelente estado de preservação, não incluídas na tabela de imóveis de interesse histórico cultural. Na foto superior à direita, edificação dividida em duas lojas na esquina das ruas Pinheiro Machado e Andrade Neves. Abaixo à esquerda outro conjunto de casas transformadas em lojas. É interessante destacar que a platibanda do prédio que hoje abriga a loja Manlec esteve por anos escondida atrás de um letreiro. Na foto do canto inferior direito, o prédio que nas primeiras décadas do século XX foi a Pharmácia Central, de Erico Veríssimo, hoje bastante modificado e compartimentado.

Fonte: Acervo do autor.

Fernanda Tocchetto (2010, p. 19) destacou o potencial interpretativo das unidades domésticas, uma vez que estas podem ser compreendidas como meio material de realização das práticas cotidianas e das relações familiares. “O domicílio [...] se sobrepõe à família” (Idem). Para a arqueóloga,

> Os estudos nos sítios arqueológicos históricos urbanos devem abordar a unidade doméstica como uma estrutura em que diferentes testemunhos estão relacionados (como habitação, poço, cisterna, lixeira, muro, etc.), além dos espaços considerados área de serviço, pátio, quintal, jardim, etc., enquanto uma unidade de assentamento, incluindo os elementos fixos e semifixos, no caso os objetos que foram descartados originando os depósitos de lixo nos pátios das casas. Esta unidade de assentamento, por sua vez, está integrada ao ambiente circundante que se relaciona à cidade e a sua periferia. (TOCCHETTO, 2010, p. 20)

Muito mais que a edificação, portanto, aqui se destaca a unidade doméstica como um conjunto composto pela própria arquitetura e pelos depósitos arqueológicos formados pelo descarte do lixo resultante das práticas cotidianas (lembremos que a coleta de lixo foi instituída na cidade apenas a partir de 1910). Isso denota que mesmo quando alteradas e descaracterizadas em sua arquitetura, as habitações históricas apresentam um importante potencial de estudo arqueológico em seus terrenos. O mapeamento das áreas de potencial arqueológico permite estabelecer áreas de maior relevância e, dentro destas, é possível utilizar os critérios apresentados por Oliveira (2005) para classificar as edificações de acordo com o grau de perturbação do subsolo e assim inferir o potencial arqueológico em cada lote, definindo assim os contextos passíveis de estudo.

Ainda sobre a questão do lixo, o autor destaca os depósitos coletivos como um registro típico dos sítios urbanos. “Eles ocorrem por que há uma tendência dos cidadãos de jogar o lixo em locais onde outros já o fizeram” (OLIVEIRA, 2005, p. 153) e seu volume e dimensão dependem do tamanho da população, da densidade da ocupação urbana e do período de tempo em que foi utilizada. Contudo, as referências consultadas não indicaram lugares de descarte coletivo de lixo, questão que talvez somente a arqueologia possa responder.

É importante também levar em consideração dentro destas áreas arqueológicas os lotes sem edificação, que não correspondem a vazios urbanos, mas a lotes em que prédios anteriores foram demolidos para dar lugar a

estacionamentos ou outras atividades que não demandem edificações, ou simplesmente não foram reocupados, tornando-se terrenos baldios. Para Oliveira (2005, p. 170), “As possibilidades de trabalho nestes locais são grandes, variando conforme o tipo de edificação demolida e as transformações as quais o terreno ficou sujeito, como as terraplanagens, por exemplo.” De todo modo, pelas possibilidades de acesso o arqueólogo atribui grande potencial arqueológico aos lotes nesta condição.

- Praças:

Dentro da área mapeada estão destacas três praças, a da Matriz ou Erico Veríssimo, dentro da área 1, a Praça Firmino de Paula, ao sul da Rua Pinheiro Machado, na área 2, e a Praça do Ginásio Municipal, a oeste da Avenida General Osório, localizada na área 3. Alberto Oliveira (2005, p. 168) defende que as áreas de lazer representadas por parques, praças e jardins possuem alto grau de preservação do solo, sendo portanto relevantes arqueologicamente.

A Praça da Matriz destaca-se por ter abrigado a capela em sua porção oeste, de modo que aparece como área especialmente relevante. Espaço público de importância comunitária e de ampla circulação por toda a história da cidade, lugar de diferentes práticas sociais e religiosas, a praça pode ser objeto privilegiado para uma compreensão da dinâmica social desde os primeiros anos da vila. A Praça Firmino de Paula remete à expansão da malha para o sul a partir de meados dos oitocentos. Foi tornada lugar importante na passagem dos séculos dezenove e vinte; seu entorno ocupado pelo poder municipal, políticos, bancos e famílias abastadas, a três quadras da estação ferroviária. Ambas as praças não contêm elementos construídos de grande impacto no subsolo, apresentando alto potencial arqueológico.

A terceira praça, formada em uma área que desde os anos 1860 vinha sendo ocupada por trabalhadores pobres, aparece pela primeira vez na planta de 1900, período no qual famílias abastadas começam também a habitar seus arredores. É a que apresenta menor potencial arqueológico, em virtude da presença do Ginásio Municipal – construído entre 1967 e 1968 (MEMORIAL DO ESPORTE EM CRUZ ALTA, 2011) – em seu centro. A construção de grande porte, com alto grau de perturbação do subsolo, implica em um baixo potencial para esta área.

- Cemitérios:

Há duas áreas marcadas em rosa, correspondentes aos dois cemitérios identificados na historiografia. O primeiro corresponde à ocupação da área 1 e marca os limites do cemitério estabelecido nos fundos da capela. As possibilidades de estudo na área são limitadas: sobre a porção leste deste cemitério foram construídas duas catedrais – a de 1873 e a atual, da década de 1940 – mas entre edificações de grande e médio porte, há ainda na área lotes de alto potencial arqueológico, não apenas no que se refere ao cemitério, mas também às unidades domésticas ali estabelecidas no decorrer do desenvolvimento urbano.

A segunda área em rosa corresponde ao novo cemitério (Fig. 24), estabelecido em 1865 quando a área anterior deu lugar a primeira matriz. Tal área ainda compreende o Cemitério Municipal e apresenta alto potencial arqueológico. Segundo Oliveira (2005, p. 155) a arqueologia em cemitérios fornece dados sobre doenças e epidemias, gestos e práticas funerárias do passado. Pelos vestígios ósseos é possível apreender uma série de marcas que correspondem a um pouco da história do indivíduo: as patologias a que esteve sujeito, sua dieta, suas condições de vida.

O trabalho exemplar da arqueóloga Tania Andrade Lima (1994) sobre a representação da morte nos cemitérios oitocentistas do Rio de Janeiro demonstra o potencial interpretativo deste artefato.

> [...] vistos enquanto sítios arqueológicos, os cemitérios constituem um domínio excepcional para a observação e análise, a partir da cultura material, de fenômenos de dinâmica cultural e mudança social. Uma vez erigidas, as sepulturas (e todo o aparato que as acompanha) permanecem, na sua quase totalidade, em suas primitivas posições, sem que ocorram alterações significativas no contexto original. Isto propicia uma configuração ímpar para a investigação arqueológica, pelas excelentes possibilidades que oferece, em termos de controle dos dados. (LIMA, 1994, p. 87-88)

Assim como a própria cidade, a relevância arqueológica do cemitério não reside apenas no subsolo. Tania Andrade Lima (Ibidem, p. 88) destacou a facilidade em datar os jazigos, uma vez que as lápides apresentam as datas de nascimento e falecimento, e pela sua própria estrutura física, na medida em que os elementos gráficos e iconográficos, escritos e adornos, podem ser analisados em sua variabilidade tipológica e estilística ao longo do tempo, evidenciando cronologias, contextos econômicos, sociais, religiosos, enfim. Tais fatores caracterizam o

cemitério como um campo importante para a pesquisa arqueológica e histórica.[42] Porém, como lembrou Oliveira (2005, p. 155), “a pesquisa arqueológica de restos humanos deve ser envolvida em profundo respeito às culturas relacionadas e envolve um grande comprometimento ético por parte dos pesquisadores.”

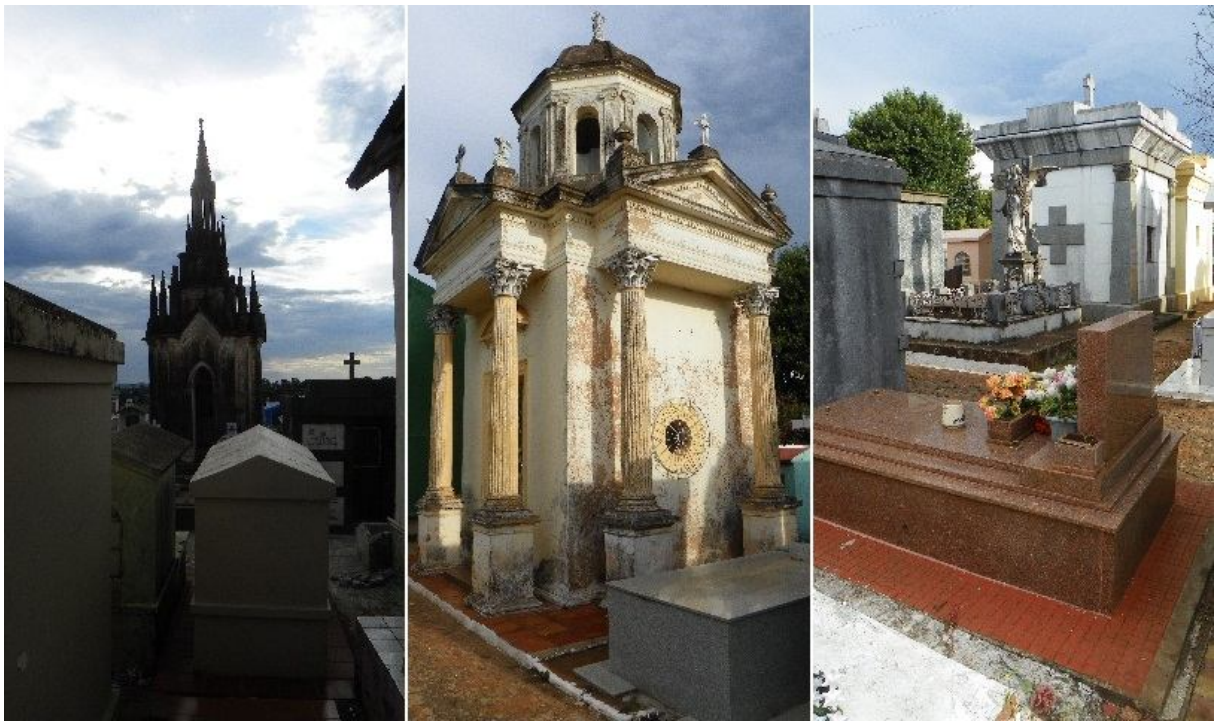

Figura 24 – Cemitério Municipal.

Fonte: Acervo do autor.

- Ruas:

Em amarelo identifiquei na carta as ruas, sobre as quais repousa um potencial arqueológico muitas vezes insuspeitado. A comparação das plantas históricas demonstrou que o traçado das ruas da área analisada teve pouca alteração, sendo a única substancial no trecho da Avenida Venâncio Aires entre a Catedral e a Praça da Matriz, que na planta de 1881 aparece com um largo que intercepta a rua por toda a quadra. Na planta seguinte a praça aparece reduzida ao tamanho das quadras adjacentes, abrindo caminho para a continuidade da rua. Ainda que modificações posteriores não façam parte do mapa, a malha atual

[42] Parte da área do Cemitério Municipal, correspondente ao Cemitério Israelita, foi objeto de estudo da historiadora Beatriz Mânica (2003), que afirmou o cemitério como uma fonte privilegiada para a produção de conhecimento etno-histórico e para a discussão da dinâmica econômica e social deste grupo na história do município.

mantém o mesmo traçado em toda a área, de modo que é seguro afirmar que as ruas marcadas na carta têm sido as mesmas desde seu traçado inicial.

De acordo com Oliveira (2005, p. 168) as ruas mantêm-se sem grandes perturbações no subsolo, garantindo um potencial arqueológico considerado por ele de médio a alto. Como fator de perturbação o arqueólogo identifica as obras de infraestrutura urbana, porém são estas mesmas obras que oportunizam intervenções arqueológicas, na medida em que o asfalto e o calçamento são entraves à escavação arqueológica (Ibidem, p. 151), e apenas quando estes são rompidos é possível acessar os subsolos dos logradouros públicos.

Além dos vestígios característicos à arqueologia histórica urbana, a rua aparece como fonte privilegiada para o estudo da cidade quando se compreendem as próprias obras de infraestrutura – as do passado – como elementos arqueológicos (Idem). Abaixo do asfalto contemporâneo estão aterros, calçamentos anteriores, redes de canalização, que remetem ao próprio processo de urbanização. Ainda segundo Oliveira (2005, p. 151-152),

> as ruas têm oferecido, de modo geral, baixo potencial de possuir vestígios móveis, como louças, vidros, etc. A probabilidade maior está em encontrar-se encanamentos e antigos pisos. Deparar-se, em uma intervenção, com canalizações de esgoto, água, energia elétrica, gás, entre outras, é inerente ao trabalho arqueológico nas ruas, pois é uma característica do meio urbano. Os encanamentos fazem parte da cidade tanto quanto as praças, os prédios e as calçadas. Ignorá-los ou entende-los como perturbações é um equívoco, pois eles são parte do registro arqueológico. Observar as diversas canalizações pode elucidar algumas questões, inclusive, no reconhecimento de padrões usados na instalação desses serviços, apontando áreas onde eles não se encontrem. Desta forma, torna-se importante registrar as suas características, orientação, localização, dimensões, etc. As canalizações devem ser percebidas como partes da infra-estrutura ligada à organização da sociedade urbana. As instalações de esgoto cloacal, por exemplo, estão relacionadas, entre outras, com mudanças nas preocupações de higiene e sanitarização da cidade, que resultaram em alterações no cotidiano doméstico, com a extinção dos cubos de materiais fecais, dos urinóis, e com a instalação de banheiros. (OLIVEIRA, 2005, p. 151-152)

Tal forma de pensar a rua é inerente a qualquer abordagem que compreenda a cidade como uma construção relacional, do ponto de vista social e também do espacial. Para o autor “as análises dos aterros são fundamentais para o entendimento da dinâmica das transformações do espaço urbano e a formação da paisagem urbana atual” (Ibidem, p. 152). Identificar os aterros, a origem dos sedimentos, quando como e porque foram feitos é fundamental para uma

compreensão da história da cidade e para uma leitura correta das estratigrafias arqueológicas, na medida em que os artefatos misturados ao sedimento de um aterro podem gerar confusão nas cronologias relativas dos estratos.

A carta apresenta uma série de dados que demonstram a complexidade de pensar arqueologicamente a cidade, na medida em que se trata de um sítio arqueológico de grandes dimensões, conformado por uma infinidade de grupos, práticas e interesses, e que resulta em um mosaico de arquiteturas, de casas térreas a grandes edifícios, onde a cultura material de diferentes momentos se mistura e faz coetâneas as diversas temporalidades que encerra a paisagem urbana. Oliveira (2005) buscou o conceito de cidade-sítio para dar conta da complexidade do contexto, e Thiesen (1999) optou por tratar a cidade enquanto uma paisagem, uma vez que este conceito dá conta da íntima relação entre pessoas e coisas, entre o cidadão e a cidade. Concordando com Thiesen acerca do potencial do conceito, gostaria de pontuar brevemente de que se trata a abordagem da arqueologia da paisagem e qual a sua relevância para a continuidade de estudos arqueológicos na área urbana de Cruz Alta, uma vez que o campo abre possibilidades também para pensar em termos patrimoniais.

3.3 Uma paisagem arqueológica para Cruz Alta

Todo o debate da arqueologia urbana enquanto uma arqueologia *na* cidade ou uma arqueologia *da* cidade reside nas distintas compreensões acerca das relações espaciais que se desenvolvem em um ambiente urbano. Reconhecer uma cidade enquanto uma grande unidade, seja tratando-a como uma cidade-sítio ou como uma paisagem, implica admitir que os lugares onde as coisas estão são importantes dentro de uma rede maior de lugares e relações; que pode haver diferentes usos e culturas materiais em distintas áreas da cidade que se relacionam à vida urbana em geral.

Nesta pesquisa, a dimensão espacial é absolutamente fundamental. Ao longo do texto me referi constantemente à paisagem urbana, porque o conceito pareceu mais adequado. Há, em primeiro lugar, uma distinção entre a idéia de espaço e a de paisagem: “Space is usually defined as a natural science concept, the

physical setting within which everything occurs. It is modeled in mathematics and physics as Euclidean, topological, and infinite."[43] (PREUCEL & MESKELL, 2007, p. 215). Para Pauls (2006, p. 66) "*space* refers to those areas that have little meaning for the beholder"[44], o que sugere portanto que falar de espaço remete a uma condição absoluta, deslocada do humano e do social.

Para o geógrafo Milton Santos (2002, p. 103-104), o espaço é uma construção horizontal, presente, onde as formas cumprem, no momento atual, uma função atual. A paisagem, por outro lado, é transtemporal, uma construção transversal, "um resultado histórico acumulado" (SANTOS, 2002, p. 107) onde as diferentes formas materiais, produtos da ação humana em diferentes momentos históricos, coexistem e adquirem novos significados.

Segundo Emma Blake (2007, p. 233-234), a idéia de paisagem, tal como usada atualmente nas arqueologias de cunho interpretativo, deriva de um movimento intelectual que ela denomina "the spatial turn"[45]. Este movimento resultou do desenvolvimento do pós-modernismo na academia, caracterizado por uma crise de representação e pela mudança de foco para questões relacionadas à experiência, construtivismo e subjetividade. Marcada pela emergência da geografia humanística nos anos 70, apenas no começo da década de 1980 esta perspectiva começou a ser incorporada pela arqueologia.

No centro deste movimento, cuja origem remete aos escritos de Henri Lefebvre e Michel Foucault no final dos anos 60 e início dos 70, está o reconhecimento do espaço como uma força geradora, como formador de processos sociais, identidades e ações. Desta "virada espacial" veio a constatação de que o espaço, bem como os artefatos portáteis, tem papel importante na formação e expressão de identidades (BLAKE, 2007, p. 234). É a partir desta virada espacial que o conceito de paisagem adquire importância na pesquisa social.

O ponto chave desta virada espacial é a passagem de um espaço absoluto, matemático, mero palco da ação humana, para uma paisagem relacional, simbólica, histórica e social, ao mesmo tempo produto e produtora das pessoas e grupos que a

---

[43] T. A.: "Espaço é usualmente definido como um conceito das ciências naturais, o cenário físico dentro do qual tudo ocorre. É modelado na matemática e na física como Euclidiano, topológico e infinito."

[44] T. A.: "*Espaço* refere-se àquelas áreas que têm pouco significado para o espectador".

[45] T. A.: "a virada espacial".

habitam; "setting and narrative"[46] (BRANTON, 2009, p. 52). Para Layton e Ucko (1999, p. 15) a crescente popularização do conceito de paisagem parece coincidir com um desejo de "povoar" o passado, em contraponto a pesquisas que produziram muitas vezes um passado inumano, ao dar ênfase em tecnologias e metodologias científicas rígidas como meio para atingir uma suposta objetividade. Para Bender (apud TILLEY, 2006, p. 7)

> 'Landscape' is . . . 'the world out there' as understood, experienced, and engaged with through human consciousness and active involvement. Thus it is a subjective notion, and being subjective and open to many understandings it is volatile. The same place at the same moment will be experienced differently by different people; the same place, at different moments, will be experienced differently by the same person; the same person may even, at a given moment, hold conflicting feelings about a place. When, in addition, one considers the variable effects of historical and cultural particularity, the permutations on how people interact with place and landscape are almost unending, and the possibilities for disagreement about, and contest over, landscape are equally so.[47]

Longe de esgotar o conceito, a definição de Barbara Bender serve como uma introdução à discussão. Branton (2009, p. 52) chamou o conceito de paisagem de escorregadio, à medida que é redefinido a cada pesquisa e por ser em sua essência um conceito subjetivo. De qualquer modo, ela destaca, apesar das particularidades todas as diferentes concepções de paisagem descrevem relações espaciais entre seres humanos e seu entorno físico. Para Branton (2009, p. 51), "Landscape archaeology is a framework for modeling the ways that people in the past conceptualized, organized, and manipulated their environments and the ways that those places have shaped their occupants' behavior and identities.[48]" A dimensão desta paisagem depende da escala de análise, dos problemas levantados, dos objetivos da pesquisa; paisagens alternativas podem emergir de diferentes processos históricos, de interesses em conflito (Idem).

---

[46] T. A.: "cenário e narrativa".

[47] T. A.: "'Paisagem' é . . . 'o mundo lá fora' como é entendido, experienciado, e engajado através da consciência humana e envolvimento ativo. Assim, é uma noção subjetiva, e sendo subjetiva e aberta a muitos entendimentos, é volátil. O mesmo lugar no mesmo momento pode ser experienciado diferentemente por pessoas diferentes; o mesmo lugar, em diferentes momentos, será experienciado diferentemente pela mesma pessoa; uma mesma pessoa pode até, em um dado momento, ter sentimentos conflituosos sobre um lugar. Quando, além disso, se considera os efeitos variáveis da particularidade histórica e cultural, as permutações sobre como pessoas interagem com lugar e paisagem são quase infinitas, e as possibilidades de desacordo e contestação sobre a paisagem igualmente o são."

[48] T. A.: "Arqueologia da paisagem é um quadro de referência para modelar os meios nos quais pessoas no passado conceituaram, organizaram e manipularam seus meio-ambientes e os meios nos quais esses lugares formaram o comportamento e as identidades de seus ocupantes."

Isso porque, claro está, “Landscapes are essentially social, not physical, constructions. […] involves the application of value systems to the categorization, appreciation, negotiation and understanding of the spaces”[49] (DARVILL, 1999, p. 109). Isso implica que experiências sociais e culturais particulares refletem em diferentes caminhos e experiências da paisagem, distintas representações e significados atribuídos aos lugares. Sintetizando, por fim, seu argumento, Darvill (1999, p. 110), afirma a paisagem como “the socially constituted structure or web of values, categories and understandings that is imposed by a society on its surroundings at any one time - the very context of social existence.”[50]

Segundo Ingold (2000, p. 520) a paisagem não pode ser tratada como um objeto a ser entendido. Assim como a música, ela se forma pelo movimento, embora este movimento se perceba congelado em um meio sólido; aquilo que os arqueólogos costumam chamar cultura material. Nas palavras de Inglis (apud INGOLD, 2000, p. 520) “a landscape is the most solid appearance in which a history can declare itself.”[51] O material dá presença física, tamanho, dimensão, cor, à história; dá permanência ao passado. E diante de todo o debate aqui proposta torna-se óbvio afirmar que a história de Cruz Alta está expressa materialmente em sua paisagem.

Tim Ingold (2000, p. 510), ao falar da temporalidade da paisagem, destacou dois pressupostos fundamentais: “First, human life is a process that involves the passage of time. Second, this life-process is also the process of formation of the landscapes in which people have lived”[52]. Com suas palavras, reforça a relação inerente entre pessoas e paisagem, e os elementos materiais dessa paisagem como local e narrativa das vidas destas pessoas; Concluindo seu argumento ele afirma que, “the landscape is constituted as an enduring record of – and testimony to — the

[49] T. A.: “Paisagens são construções essencialmente sociais, não físicas. [...] envolvem a aplicação de sistemas de valores para a categorização, apreciação, negociação e entendimento dos espaços.”
[50] T. A.: “a estrutura ou teia de valores, categorias e entendimentos constituídos socialmente que são impostos por uma sociedade em seu entorno em qualquer momento – o próprio contexto da existência social.”
[51] T. A.: “uma paisagem é a aparência mais sólida na qual uma história pode declarar a si mesma.”
[52] T. A.: “Primeiro,a vida humana é um processo que envolve a passagem do tempo. Segundo, esse processo/vida é também o processo de formação da paisagem onde as pessoas viveram.”

lives and works of past generations who have dwelt within it, and in so doing, have left there something of themselves" [53] (Idem).

Pensar a paisagem de Cruz Alta nestes termos é, portanto, atribuir a ela um sentido histórico e social, reconhecendo-a enquanto um processo. "A paisagem, ao mesmo tempo em que é produto da história, reproduz a história, mostra a concepção que o homem teve de diversas atividades e necessidades, exprime, portanto, as características próprias dos homens que a criaram" (VIEIRA, 2008, p. 123). Enquanto "resultado histórico acumulado" e "síntese, sempre provisória e sempre renovada, das contradições e da dialética social" (SANTOS, 2002, p. 107-108), a paisagem urbana carrega em si o movimento da história, tangível nas edificações, ruas, praças da cidade; nos pequenos objetos de todo dia descartados e soterrados nos pátios; nos postes, fios e canalizações de esgoto, enfim. Os elementos materiais da paisagem urbana são produto de ação e deliberação humanas, e por isso podem contar uma parte importante da história destas pessoas, desta cidade.

Branton (2009, p. 55) destaca a utilidade dos enfoques de paisagem para arqueólogos históricos nos estudos dos reflexos materiais de relações de poder. Estas relações estariam manifestas, segundo a autora, no diferente acesso a recursos e na manipulação do ambiente construído. Pauls (2006, p. 66) destacou as possibilidades do estudo envolvendo o papel do espaço nas relações de poder, uma vez que "'putting someone in their place' is literally the goal of much domestic, commercial, and civic architecture"[54] (idem). Porém, como lembra Branton (2009, p. 56), "Frequently, subordinated groups manipulate their spaces in order to create private places where activities may occur outside of the view of the powerful".[55] Esta problemática tem se desenvolvido com força no que se refere a estudos de espacialidade das relações de poder em arqueologia histórica (BRANTON, 2009, p. 56).

Darvill (1999, p. 11), destaca como um elemento importante da produção de paisagens a "ação social". Em uma acepção simples, o arqueólogo entende a ação como tentativa de causar ou prevenir mudanças no mundo (Idem), e segundo ele é a

[53] T. A.: "a paisagem é constituída como um registro – e um testemunho – duradouro das vidas e trabalhos de gerações passadas que a habitaram, e que fazendo isso, deixaram lá algo de si mesmas".
[54] T. A.: "'colocar alguém em seu lugar' é literalmente a meta de boa parte da arquitetura doméstica, comercial e civil."
[55] T. A.: "Frequentemente, grupos subordinados manipulam seus espaços para criar lugares privados onde atividades podem ocorrer fora das vistas dos mais poderosos".

questão da intencionalidade que diferencia a ação social do conceito de comportamento (behaviour), de cunho mais normativo; “with social action intentionality is prescribed within socially defined boundaries. Thus actions involve society rather than individuals alone simply because no one can stand free of social relations”[56] (DARVILL, 1999, p. 111). A paisagem é uma construção sempre social e histórica, e nos elementos materiais desta estão implicadas intencionalidades, ideologias, visões de mundo, daqueles que a produziram e nela viveram ou vivem. Darvill (1999, p. 111) também deixa claro que a realização da ação social é identificada arqueologicamente enquanto cultura material.

Miller (2005, p. 5) defende o uso do termo “cultura material” para designar o objeto de estudo da arqueologia porque, segundo ele, o conceito implica reconhecer que “much of what we are exists not through our consciousness or body, but as an exterior environment that habituates and prompts us.”[57] E a partir deste argumento deixa claro que em sua forma de ver, a materialidade não é apenas mero reflexo da ação humana, mas tem papel ativo na definição de papéis e identidades sociais. Nesse sentido a cultura material torna-se parte fundamental da auto definição e auto representação individuais e coletivas, no passado e no presente.

Slavoj Žižek (2008, p. 31) recorreu à semântica para argumentar que a diferença entre os substantivos sujeito e objeto pode ser expressa pelo significado dos verbos correspondentes, sujeitar e objetar, e afirma que “em seu aspecto mais radical, o objeto é *aquilo que objeta*, aquilo que perturba o funcionamento tranqüilo das coisas” (Idem). Isso denota que a materialidade que nos cerca pode ter um papel ativo nas relações sociais; ela constrange e habilita (MILLER, 2005, p. 5) o comportamento e a circulação das pessoas; estabelece práticas e caminhos definidos pelo próprio caráter físico de objetos e lugares. Quanto ao sujeito, Foucault (1988, p. 7) já havia destacado que ambos os sentidos que a palavra pode adquirir – sujeito no sentido de submetido ao outro através de controle ou dependência; e sujeito atrelado à identidade através da consciência e do conhecimento de si – sugerem uma forma de poder que subjuga e submete.

---

[56] T. A.: “com ação social a intencionalidade é prescrita em limites definidos socialmente. Assim ações envolvem a sociedade mais que indivíduos sozinhos simplesmente porque ninguém está livre das relações sociais”.

[57] T. A.: “muito do que somos existe não através de nossa consciência ou corpo, mas como um meio externo que nos habitua e nos induz.”

Porém não se trata de uma mera inversão da velha dicotomia sujeito ativo/objeto passivo. Daniel Miller (2005, p. 4) remete-se a Ervin Goffman para argumentar que "much of our behavior is cued by expectations which are determined by the frames that constitute the context of action."[58] Toda ação está inscrita, portanto, em um campo de possibilidades oferecido pelos contextos culturais, sociais, econômicos, e obviamente também pela paisagem que a rodeia. A partir das possibilidades oferecidas por estes contextos, atuamos com base em interesses e necessidades próprias, em geral de acordo com as práticas e comportamentos apreendidos socialmente através do meio social e material que nos cerca, processo que Bourdieu (2007) analisa pelo conceito de *habitus*.

Rowlands (2005) revisou um largo corpo de escritos em tecnologia cultural que corroboram a idéia de que "making and doing constitutes both persons and things"[59] (INGOLD, 2000; LEMONNIER, 1993; LEROI-GOURHAN, 1993 apud ROWLANDS, 2005, p. 74). Ao refletir sobre a materialidade e sua relação com indivíduos e coletividades, é inevitável retornar ao pensamento materialista de Marx. Na introdução de seu volume sobre a materialidade, Miller (2005, p. 17-18) afirma que

> Here we are trying to recognize persons' materiality in order to prevent their reification into a subject, a thing purified of objects. But under the lens provided us by Marx this takes on a particular nuance. For Marx, the proletariat under capitalism was reduced to a mere thing, stripped of its personhood. But this was *not* based on a dualist separation-subjects with personhood and objects with materiality. Quite the contrary. For Marx, the dialectical philosopher, the workers lost their humanity precisely because what was denied them was their material being as people who made themselves through their own labor, in their transformation of nature. Under capitalism nature itself was alienated as private property. So in dialectical thought, proper materialism is one that recognizes the irreducible relation of culture, which through production (I would add consumption) creates persons in and through their materiality. Capitalism splits culture and person apart into commodities separated from their intrinsic person-making capacities, and the illusion of pure humanism outside of materiality. For Marx, materialism is an acknowledgment of the consequences of materiality. […] The colonial powers took upon themselves the ownership of most of the world as property, such that persons and things now existed differentially. […] Some people had access to this acknowledged materiality and thus to themselves; others were alienated from both. They were estranged from their own materiality and thus rendered insubstantial.[60]

---

[58] T. A.: "muito do nosso comportamento é norteado por expectativas que são determinadas pelos quadros que constituem o contexto da ação."

[59] T. A.: "fazer e atuar constitui pessoas e coisas".

[60] T.A.: "Aqui tentamos reconhecer a materialidade das pessoas para prevenir sua reificação em um sujeito, uma coisa purificada de objetos. Mas sob as lentes fornecidas por Marx isso assume uma

A leitura que o antropólogo faz do materialismo histórico de Marx parece adequada para os termos da pesquisa que proponho. Em primeiro lugar a idéia de negar um sujeito purificado de objetos destaca a essencialidade da relação entre os homens e a cultura material que produzem e utilizam. Numa lógica dialética, a cultura material produzida pelo homem tem, em retorno, papel essencial na definição de quem ele é. Para Daniel Miller (2005, p. 6) um trabalho fundamental para conformar esta perspectiva foi *Outline of a Theory of Practice* de Pierre Bourdieu, que demonstrou que "the same ability of objects to implicitly condition human actors becomes the primary means by which people are socialized as social beings"[61], afirmando que cada grupo social tem parâmetros subjacentes com os quais as crianças começam a apreender o mundo, uma ordem que elas assumem e esperam em qualquer nova situação que encontrem.

Sabemos que móveis devem ficar na sala e que móveis devem ficar na cozinha, pois sabemos o que se faz em cada cômodo. Pelas experiências familiares e sociais, sabemos como as pessoas com as quais nos relacionamos organizam estes espaços, e assim sabemos como uma sala e uma cozinha devem ser. Em um sentido mais amplo, "The stance to materiality also remains the driving force behind humanity's attempts to transform the world in order to make it accord with beliefs as to how the world should be"[62] (MILLER, 2005, p. 2).

O mundo material que nos rodeia está, portanto, impregnado pela ação e intencionalidade humana. Ao pensar esta perspectiva para o município de Cruz Alta,

---

nuance particular. Para Marx, o proletariado sob o capitalismo estava reduzido a uma mera coisa, alijada de sua personalidade. Mas isso *não* estava baseado em uma separação dualista entre sujeitos com personalidade e objetos com materialidade. Pelo contrário. Para Marx, o filósofo dialético, os trabalhadores perderam sua humanidade precisamente porque o que lhes foi negado foi seu ser material enquanto pessoas que fazem a si mesmas através de seu próprio trabalho, de sua transformação da natureza. Sob o capitalismo a natureza mesma foi alienada como propriedade privada. Então em um pensamento dialético, materialismo adequado é aquele que reconhece a irredutível relação da cultura, que através da produção (eu adicionaria consumo) cria pessoas em e através de sua materialidade. Capitalismo separa cultura e pessoa em mercadorias separadas de suas capacidades intrínsecas de fazer pessoas, e a ilusão de um puro humanismo fora da materialidade. Para Marx, materialismo é um reconhecimento das consequências da materialidade. [...] Os poderes coloniais tomaram para si a posse de boa parte do mundo como propriedade de tal forma que pessoas e coisas agora existem diferencialmente. [...] Algumas pessoas tinham acesso a esta materialidade reconhecida e, assim, a si mesmas; outras foram alienadas de ambos. Elas foram afastadas de sua materialidade e assim tornadas insubstanciais".

[61] T. A.: "a mesma habilidade dos objetos de implicitamente condicionar atores humanos se torna o meio primário pelo qual pessoas são socializadas enquanto seres sociais".

[62] T. A.: "A postura para a materialidade também permanece a força motriz por trás das tentativas da humanidade de transformar o mundo de modo a fazê-lo de acordo com as crenças de como o mundo deveria ser."

sugiro que a materialidade da paisagem urbana, em suas casas, edifícios, ruas, praças e objetos está marcada pelos diferentes processos históricos e sociais que tiveram lugar nestes espaços. Miller (2005), ao reconhecer que "We cannot know who we are, or become what we are, except by looking in a material mirror, which is the historical world created by those who lived before us."[63], remeteu-se a Hegel para chamar este processo de "objetificação" (Ibidem, p. 8).

> Everything that we create has, by virtue of that act, the potential both to appear, and to become, alien to us. We may not recognize our creations as those of history or ourselves. They may take on their own interest and trajectory. A social order, such as a hierarchy, may come to us as immutable and one that situates us as oppressed. It does not appear to have been created by people; it is experienced as sui generis. Even a dream may be attributed to some other agency and literally "haunt" us. But once we appreciate that these things are created in history or in imaginations, we can start to understand the very process which accounts for our own specificity, and this understanding changes us into a new kind of person, one who can potentially act upon that understanding. […] In objectification all we have is a process in time by which the very act of creating form creates consciousness or capacity such as skill and thereby transforms both form and the self-consciousness of that which has consciousness, or the capacity of that which now has skill.[64] (MILLER, 2005, p. 8-9)

Aqui a influência do pensamento de Bourdieu (1977 apud MILLER, 2005; BOURDIEU, 2007) fica evidente. Qualquer pessoa nasce em um contexto social já instituído, e aprende a ser quem é de acordo com as possibilidades que este contexto oferece. É a partir destas ordens sociais, que são também espaciais e materiais, que práticas, comportamentos e formas de ser no mundo são reproduzidas. O que o conceito de objetificação faz é reconhecer que os objetos produzidos pelos homens têm também o potencial de produzi-los enquanto seres sociais. Segundo Andrew Jones (2007, p. 36-37) o processo no qual pessoas e coisas fazem-se mutuamente é relacional; é a partir das relações que constituem

---

[63] T. A.: "Não podemos saber quem somos, ou nos tornar o que somos, exceto olhando no espelho material, que é o mundo histórico criado por aqueles que viveram antes de nós."

[64] T.A.: "Tudo que criamos tem, em virtude deste ato, o potencial de aparecer ou se tornar estranho para nós. Podemos não reconhecer nossas criações como aquelas da história ou como nós mesmos. Elas podem seguir por seus próprios interesses e trajetórias. Uma ordem social, tal como uma hierarquia, pode nos parecer imutável e algo que nos situa como oprimidos. Não parece ter sido criada por pessoas; é experienciada como algo *sui generis*. Mesmo um sonho pode ser atribuído a alguma outra agência e literalmente nos "assombrar". Mas uma vez que reconhecemos que estas são criadas na história ou na imaginação, podemos começar a entender os processos que contam para nossa própria especificidade, e este entendimento nos transforma em um novo tipo de pessoa, uma que pode potencialmente agir sobre esse entendimento. [...] Na objetificação tudo que temos é um processo no tempo no qual o próprio ato de criar formas cria consciência ou capacidade, como habilidades, e assim transforma tanto a forma quanto a autoconsciência daquele que tem consciência, ou a capacidade daquele que agora tem habilidade."

que coisas e pessoas adquirem seu caráter, em um processo histórico contínuo. É pela prática – momento em que pessoas e coisas atuam em conjunto – que se definem os usos e funções dos objetos e, ao mesmo tempo, quem é aquele que os utiliza.

Posso dizer que sou estudante se, entre outras coisas, tenho e uso livros, cadernos e canetas; porque frequento aulas em uma instituição de ensino que é também um prédio, um objeto. O uso destes objetos tem papel ativo e fundamental na minha identificação enquanto estudante, na medida em que manifesta materialmente a prática de estudar, ler os livros, escrever nos cadernos e frequentar as aulas, que é o que me permite, em última instância, me identificar como um estudante.

De acordo com Miller (2005, p. 11), "Where material forms have consequences for people that are autonomous from human agency, they may be said to possess the agency that causes these effects."[65] Outro conceito a ser destacado no trabalho do antropólogo é, portanto, o conceito de "agency". Para Renfrew & Bahn (2005, p. 2) o conceito, tal como utilizado aqui, deriva da idéia de "práxis" de Marx, onde a ação humana no mundo produz consequências físicas externas e também forma o ator, e foi desenvolvido em trabalhos de pensadores pós-estruturalistas como Giddens e Bourdieu. Segundo os autores, um dos pressupostos do conceito é que humanos nascem em um mundo de estruturas significantes. "In acting, we not only carry out a particular action which we intend, but also reinforce and perpetuate these structures in ourselves and the social relations we act within"[66] (RENFREW & BAHN, 2005, p. 3). A seguir, ambos sintetizam os elementos fundamentais ao conceito em quatro pontos:

> 1 humans reproduce their being and their social relations through everyday practices;
> 2 practices take place in material conditions and through material culture;
> 3 practices happen within historical settings inherited from the past, including cultural beliefs, attitudes and habits; thus actors possess values which both help them to act and constrain their actions;

[65] T.A.: "Onde formas materiais têm consequências nas pessoas, que são autônomas da agência humana, pode-se dizer que elas possuem a agência que causa estes efeitos."
[66] T.A.: "Agindo, nós não apenas realizamos uma ação em particular que pretendemos, mas também reforçamos e perpetuamos estas estruturas em nós mesmos e nas relações sociais em que agimos."

> 4 in action, humans do not simply reproduce their material conditions, inherited structures of meaning, and historical consciousness, but change, reinterpret and redefine them as well.[67] (RENFREW & BAHN, 2005, p. 3-4)

Esta síntese retoma a influência do trabalho de Bourdieu e, no que concerne a arqueologia, evidencia o caráter material e histórico da reprodução social pelas práticas cotidianas. Além disso, demonstra que embora a discussão gire em torno da atribuição de um papel ativo à materialidade que nos cerca, tal conceito não reduz o homem a um mero joguete da cultura material, mas que dentro de seus próprios sistemas de significado e especificidades históricas e culturais o homem apropria-se das condições materiais as quais está sujeito, reinterpretando-as e transformando-as. Para Hodder (2000, p. 22) o entendimento de que a cultura material é ativa surgiu das críticas aos modelos teóricos que veem os sistemas sociais como povoados de atores que respondem previsivelmente aos eventos e produzem cultura material como mero subproduto destas respostas. Segundo ele, em seu uso atual na arqueologia o conceito de agência denota "the power to act"[68] (idem).

Este poder de agir, antes atribuído apenas ao homem, tem sido base dos argumentos de antropólogos e arqueólogos que defendem o caráter ativo dos objetos, em uma constituição mútua de homens e coisas. Jones (2007, p. 34-35) cita Latour para afirmar que pessoas e coisas *sempre* agem em conjunto, defendendo ainda que "materiality should be treated as a quality of *relationships* rather than a quality of things"[69] (Ibidem, p. 36).

> We are not simply saying that people make things and in turn are made by them, in which action shifts from one place to another; in the first instance people act on things, and in the second instance things act on people, and so on, in a cyclical manner. Instead, action or practice is interstitial to people and things; each is held together in and through action. Things provide people with the capacity to act and through action things and people endure. Things make people exist, and people make things exist.[70] (Ibidem, p. 37)

---

[67] T. A.: "1 humanos reproduzem seu ser e suas relações sociais através das práticas cotidianas; 2 práticas têm lugar em condições materiais e através da cultura material; 3 práticas acontecem em configurações históricas herdadas do passado, incluindo crenças, atitudes e hábitos culturais; assim atores possuem valores que podem tanto ajudá-los a agir quanto restringir suas ações; 4 em ação, humanos não simplesmente reproduzem suas condições materiais, estruturas herdadas de significado, e consciência histórica, mas as mudam, reinterpretam e redefinem."

[68] T. A.: "o poder de agir."

[69] T. A.: "materialidade deveria ser tratada mais como uma qualidade de *relações* do que como uma qualidade de coisas."

[70] T. A.: "Nós não estamos simplesmente dizendo que pessoas fazem coisas e em retorno são feitas por elas, onde a ação muda de um lugar para outro; em uma primeira instância pessoas agem nas coisas, e em uma segunda instância coisas agem nas pessoas, e assim por diante, em uma maneira

Miller (2005, p. 20) comunga da opinião de que “power is, among other things, a property of materiality.”[71] A espacialidade e a materialidade da cidade expressam relações de poder, produtos de contextos históricos específicos. Ainda de acordo com Miller (2005, p. 16), a monumentalidade está na linha de frente das tentativas humanas de controlar diferentes graus de materialidade. “With monuments some things seem more material than others, and their very massivity and gravity becomes their source of power.”[72] (idem). Exemplos claros emergem de um olhar arqueológico para Cruz Alta, no casario histórico, nos prédios públicos, também nos grandes edifícios residenciais que em anos recentes vêm verticalizando cada vez mais a paisagem da cidade. Edifícios que pela dimensão ou pela arquitetura “pesam” mais que outros, impõem-se ao olhar e tornam-se mais evidentes, perduram.

Associado ao conceito de paisagem está o de lugar, que segundo Branton (2009, p. 52), “emphasizes the human component of space and ‘opens up the possibility of focused work rather than abstract, decontextualized spatial analyses.’”[73] Para a autora o lugar refere-se à tendência de atribuir diferentes significados culturais e sociais a locais discretos espacialmente, e o termo diz respeito não apenas ao local físico de uma determinada atividade, mas também a toda a miríade de comportamentos que ali têm lugar ou que se relacionam com o local de alguma forma.

Mas assim como o conceito de paisagem, o conceito de lugar implica multivocalidade, ou seja, que diferentes indivíduos e grupos representam e vivenciam os lugares de maneira distinta (Idem). E se a paisagem é um conceito abstrato, subjetivo, o lugar adquire um caráter extremamente localizado e material, “trata-se de onde as coisas estão, ou, dito de outra forma, daqueles locais cuja materialidade torna-os unidades arqueologicamente identificáveis pelos seus

---

cíclica. Ao invés disso, ação ou prática são intersticiais a pessoas e coisas; cada um se realiza em conjunto na e através da ação. Coisas provêm as pessoas da capacidade de agir e através da ação coisas e pessoas perduram. Coisas fazem pessoas existir, e pessoas fazem coisas existir.”

[71] T. A.: “poder é, entre outras coisas, uma propriedade da materialidade.”

[72] T.A.: “Com monumentos, algumas coisas parecem mais materiais que outras, e sua própria massividade e gravidade se tornam sua fonte de poder.”

[73] T. A.: “enfatiza o componente humano do espaço e ‘abre a possibilidade de trabalho mais focado que análises espaciais abstratas, descontextualizadas.’”

vestígios no solo. Pode ser uma casa, uma rua, uma praça, uma lixeira coletiva." (THIESEN, 1999, p. 27)

Por fim,

> […] it should be clear in looking at any landscape that some places are, or have been, more important than others. Today we see this in terms of which places have the shops, local school, or perhaps the parish church. By implication, we are suggesting that there is a hierarchy of places, or similarly that a particular place has a certain status in the local community.[74] (ASTON, 2002, p. 44)

Essa hierarquia de lugares, obviamente, está ligada a uma hierarquia de práticas sociais e também a uma hierarquia de pessoas, constatação tanto mais importante quanto mais diversos são a comunidade, os usos e representações destes lugares. Esta hierarquia é também uma construção social, coletiva, que se sustenta e se reproduz na própria prática cotidiana. Claro está porém que os critérios de uma hierarquização dos lugares dependerão enormemente de quem os representa.

A revisão historiográfica apresentada no capítulo anterior evidencia diversas relações que podem ser entendidas nos termos aqui debatidos. Relações de poder e hierarquização dos lugares são características inerentes a uma paisagem complexa como a urbana, e uma série de possibilidades de análise emerge da revisão historiográfica, na medida em que são evidentes ao longo da história local a relevância social de determinados lugares. As praças, o cemitério, a Rua do Comércio, enfim, foram lugares que a história me permitiu encontrar como relevantes, mas a arqueologia pode produzir conhecimento acerca dos diferentes usos que estes espaços tiveram, dos diferentes grupos que usaram e atuaram nestes espaços, das distintas culturas materiais sobre e sob o solo.

O processo de modernização urbana não chegou igualitariamente a todos, mas deu-se inicialmente nas áreas centrais da cidade, favorecendo segmentos privilegiados da comunidade local; aqueles que em última instância detinham poder político para efetuar tais transformações e o prestígio e reconhecimento social para merecê-las. A expansão e o planejamento da urbanização envolveram questões de

[74] T. A.: "[…] deve estar claro ao olhar para qualquer paisagem que alguns lugares são, ou foram, mais importantes que outros. Hoje vemos isso em termos de quais lugares tem lojas, escola local, ou talvez a igreja da paróquia. Por implicação, estamos sugerindo que existe uma hierarquia dos lugares, ou similarmente que um lugar particular tem um certo status na comunidade local."

segurança e controle social, higienização e saneamento públicos; consistem em modelos e projetos de cidade e de cidadão, expressos nas arquiteturas e planos urbanos, no controle e distribuição dos espaços e fluxos; interesses políticos e ideológicos, enfim, pessoas vivendo e compartilhando os lugares da cidade, utilizando-se dos diferentes espaços e deixando lá as marcas de sua presença. Marcas que, mais do que apenas a história de Cruz Alta, falam da história do processo mundial de modernização; a história da própria sociedade contemporânea (ORSER, 1996).

Rowlands (2005, p. 80) ressalta também as hierarquias da materialidade, pois que a o acesso diferenciado aos bens materiais implica que alguns podem se tornar mais materiais que outros, na medida em que se expressam materialmente em uma diversidade maior de objetos ou em uma arquitetura mais destacada e monumental. Poder econômico e prestígio social têm na materialidade um aspecto importante. As características materiais de uma edificação podem ser entendidas como resultado da condição socioeconômica de seu proprietário, e ao mesmo tempo um signo que representa socialmente este proprietário, que produz um discurso que pode ser lido pelo transeunte que passa e tem sua atenção desviada às características materiais do edifício, aos seus ornamentos, à sua dimensão.

Uma casa não é apenas uma casa, mas a casa de alguém, e por isso é também intencionalidade e discurso social expresso materialmente na paisagem urbana. Quanto maior o poder econômico, maior a possibilidade de representar-se materialmente pela acumulação de bens de consumo ou pela massividade física e arquitetônica de uma edificação. Grupos subalternos, cujos bens materiais em geral não reproduzem o mesmo apelo estético e econômico, tendem a ter sua materialidade suprimida mais rapidamente na dinâmica urbana. É neste sentido que assumo o argumento do autor de que as hierarquias da materialidade fazem com que alguns pareçam mais materiais que outros. Tal assertiva tem especial importância no que se refere ao patrimônio.

A arqueologia da paisagem é caracterizada por Bender (apud BRANTON, 2009, p. 52) como uma “cacophony of voices and landscapes”[75], denotando o seu caráter multivocal – carrega e comunica significados diferentes a pessoas diferentes – e multilocal – paisagens e lugares se sobrepõem e se mesclam. A autora ainda

[75] T. A.: “cacofonia de vozes e paisagens”.

destaca como um ponto inerente à arqueologia da paisagem “an emphasis on the creation of memory and the meaning of significant places for identity formation”[76] (Branton, 2009, p. 54). Corroborando esta perspectiva, Martin Hall (2006, p. 189) afirma que “Urban landscapes are both expressions of identity, and a means of shaping the relationships between those who inhabit them”.[77]

A história de Cruz Alta demonstra uma miríade de atores sociais – estancieiros, pequenos produtores, comerciantes, índios, escravos, libertos, migrantes, enfim, que por sua presença e interferência material – a ação social, conforme Darvill (1999) – produziram uma paisagem que pode revelar muito de suas vidas cotidianas, suas relações sociais, étnicas, espaciais, enfim. Ao propor uma carta arqueológica para o centro de Cruz Alta procurei identificar e mapear áreas que podem fornecer fontes importantes para o estudo e compreensão destas outras formas de viver na cidade, outros usos dos espaços, e as dinâmicas sociais entre diferentes grupos convivendo no meio urbano. A cultura material pode contar um pouco mais da vida cotidiana e familiar tanto das famílias abastadas que se perpetuaram na paisagem urbana por meio de suas casas quanto daquelas cuja história não foi digna de nota e cuja casa não sobreviveu ao tempo ou não pareceu tão importante a ponto de necessitar algum tipo de proteção ou preservação.

Uma das principais críticas ao conceito de paisagem tal como desenvolvido contemporaneamente em arqueologia reside na extrema subjetividade a que se refere, uma vez que, apesar da diversidade de abordagens, remarca sempre o fato de que pessoas produzem representações e idéias distintas acerca dos lugares, representações estas que dependem de variáveis étnicas, culturais, sociais e, claro, individuais. Penso, contudo, que é exatamente pela multiplicidade de experiências a que se refere que o conceito tem especial uso para pensar arqueologicamente um objeto tal como a cidade, que “pressupõe a pluralidade de experiências, de costumes e de tradições em termos ocupacionais, étnicos, religiosos, políticos, entre outros, que coexistem de forma harmoniosa ou conflitiva” (Cf. VELHO, 2002, apud TOCCHETTO, 2010, p. 16).

Ao falar de uma paisagem urbana, apenas utilizo outro caminho para falar de uma arqueologia *da* cidade, que a reconheça como um “corpo com uma

[76] T. A.: “uma ênfase na criação de memória e o significado de lugares importantes para a formação de identidades”.
[77] T. A.: “Paisagens urbanas são expressões de identidade, e meios de formar as relações entre aqueles que a habitam”.

espacialidade expressa por uma rede intrincada de manifestações tangíveis e onde se desenvolvem vários processos e fenômenos sociais" (TOCCHETTO, 2010, p. 16), ao mesmo tempo em que a reconhece como um fenômeno temporal e histórico, uma construção estratificada, que pode ser lida como uma estratigrafia arqueológica (TOCCHETTO e THIESEN, 2007, p. 176). Nesta perspectiva a cidade

> É uma entidade dinâmica e complexa, que se revela na diversidade das formas e relações socioculturais, configurando-se enquanto lugar e veículo das expressões e representações dos diferentes grupos humanos que nela vivem. Estes grupos são responsáveis pela conformação de diferentes ambiências e pela atribuição de significados aos espaços vividos. (TOCCHETTO, 2010, p. 16)

A arqueóloga argumenta por uma abordagem interpretativa da cidade, que parta do princípio de que "as diferentes manifestações arqueológicas são inter-relacionadas ao processo dinâmico que constitui a vida urbana, são componentes de um todo mais amplo e interconectado" (Ibidem, p. 17). Neste sentido, pensar o processo histórico de produção e transformação da paisagem urbana, os elementos e grupos sociais e as relações de poder envolvidas na hierarquização dos espaços e regulação de seus usos pode fornecer novas possibilidades para entender as relações sociais que tiveram lugar no município ontem e hoje.

Para relembrar esta relação entre passado e presente sob o ponto de vista da arqueologia histórica, cabe lembrar brevemente alguns debates teóricos quanto à definição do campo e seus objetos de estudo. De acordo com Charles Orser (1996, p. 23) a arqueologia histórica tem sido definida basicamente de três formas: "as the study of a time period, as research method, and as the study of the modern world".[78] E embora as três estejam à sua maneira corretas, o autor destaca que somente a última delas demonstra o poder deste campo. Como base das duas primeiras está a divisão entre culturas letradas e iletradas, que marca a diferença de método entre as arqueologias pré-histórica (cujas únicas fontes são as materiais) e histórica (que dispõe de uma maior variedade de fontes), definindo um campo que se subdivide em diferentes arqueologias: clássica, medieval, pós-medieval, etc. A arqueologia histórica, nesta perspectiva, se define pelo estudo de um período de tempo específico ou pelo uso de distintas fontes além da cultura material.

[78] T. A.: "como o estudo de um período de tempo, como um método de pesquisa, e como o estudo do mundo moderno".

Nenhuma das duas definições está errada, e de fato referem-se a dois fundamentos deste campo. Contudo, Orser (1996, p. 25) destaca que "Both of the above definitions […] are a bit deceptive. Both appear to be unrestrictive – almost unstructured – and seem to permit the widest possible perception of historical archaeology."[79] Falando desde a América, onde as subdivisões européias do campo sequer fazem sentido, o autor (Ibidem, p. 27) defende que a arqueologia histórica, "though it uses many different sources of information and focuses on a literate past, is actually the study of the world in which we now live."[80] Assim, ele traça uma importante ligação entre o passado arqueológico e o presente.

> I propose that historical archaeologists should not be interested in all literate cultures, but only those that inhabited a time I broadly term "modern times." In this sense, I do view historical archaeology to be the study of a time period. This period began sometime around 1492 and extends until today, as I write these lines and as you read them. But historical archaeology as I see it is not simply exist in the world, floating above living men and women, waiting to be plucked down as needed. And they did not depend on literacy, though it was a definite aid to each. The haunts pervaded modern life, changing the way people interacted with one another in complex, multifaceted ways. Real people in the past created and enacted colonialism, Eurocentrism, capitalism, and modernity through their interactions with other living, breathing men and women.[81] (ORSER, 1996, p. 27-28)

A arqueologia histórica, nesta forma de ver as coisas "is about a process rather than an era or a condition"[82] (HALL & SILLIMAN, 2006, p. 2), e este processo é o de formação da nossa própria sociedade, da nossa forma de pensar e viver no mundo, enfim, a sociedade que toma forma a partir da expansão dos impérios coloniais europeus, do desenvolvimento do capitalismo e a emergência da modernidade.

---

[79] T. A.: "Ambas as definições acima [...] são um pouco enganosas. Ambas parecem ser irrestritas – quase desestruturadas – e permitem a mais amplas percepção possível de arqueologia histórica."

[80] T. A.: "embora use muitas fontes de informação diferentes e foque em um passado literato, é na verdade o estudo do mundo no qual vivemos agora."

[81] T. A.: "Eu proponho que arqueólogos históricos não deveriam estar interessados em todas as culturas literatas, mas apenas aquelas que habitam um tempo que eu amplamente chamo 'tempos modernos.' Neste sentido, eu vejo a arqueologia histórica como o estudo de um período de tempo. Este período começa em algum momento perto de 1492 e se estende até hoje, enquanto eu escrevo estas linhas e você as lê. Mas a arqueologia histórica como eu a vejo não existe simplesmente no mundo, flutuando sobre homens e mulheres, aguardando ser puxada para baixo quando necessário. E elas [as culturas] não dependem da literatura, embora esta tenha sido definitivamente uma ajuda a cada uma. As assombrações permeiam a vida moderna, mudando o modo pelo qual pessoas interagem umas com as outras em modos complexos, multifacetados. Pessoas reais no passado criaram e desempenharam colonialismo, Eurocentrismo, capitalismo e modernidade através de suas interações com outros homens e mulheres vivos."

[82] T. A.: "é sobre um processo, mais que uma era ou uma condição".

Mark Leone (1995), por sua vez, enfatizando o caráter político da disciplina arqueológica, advoga por uma arqueologia histórica do capitalismo, assumindo – com base em Habermas e Lukács – que compreender o capitalismo pode ser uma forma de mudá-lo (Ibidem, p. 263). Esta perspectiva implica um fundamental diálogo com a sociedade contemporânea pois, como afirma o autor, "archaeological data can have value, not only for professionals, but for people whose identity and class positions are affected by what archaeologists do and think about the past"[83] (Idem). Aqui o arqueólogo destaca a carga ideológica e política inerente à produção científica acerca do passado.

Para ele um dos principais objetivos da arqueologia histórica é dar voz aos desprezados, nomes aos anônimos, e de acordo com o autor tal objetivo corrige injustiças, afinal os esquecidos não o foram por um erro (LEONE, 2009, p. 162). "One basis for historical archaeology is the correction of injustice and behind that is the anger that such an injustice has existed and continues"[84] (Idem). A maior relevância da arqueologia histórica reside, portanto, dar voz, nome, existência material, àqueles que por diferentes motivos foram apenas tangenciados ou simplesmente ignorados nas narrativas históricas e, desse modo, tiveram negadas sua continuidade no tempo histórico, tornando-se aparentemente irrelevantes para a história presente.

Nesta constante preocupação em relacionar o passado com o presente reside a conjunção do debate teórico da arqueologia contemporânea com os temas do patrimônio, da constituição de memórias e identidades sociais com base em referentes do passado, suposta herança de nossos antepassados. Contudo tal herança, conforme constituída no município, não dá conta da expressão das múltiplas manifestações étnicas e culturais, das diferentes coletividades que viveram e fizeram a cidade de Cruz Alta. O patrimônio cruz-altense até o momento constitui um passado imobiliário, em que apenas à arquitetura foi dada a oportunidade de expressar a história da cidade. Assim, o passado aparece simples e harmônico como uma fachada de porta e janela, sem conflitos, sem vida.

---

[83] T. A.: "dados arqueológicos podem ter valor, não apenas para os profissionais, mas para pessoas cujas identidades e posições de classe são afetadas pelo que os arqueólogos fazem e pensam sobre o passado".

[84] T. A.: "Uma base para arqueologia histórica é a correção da injustiça e por trás disso, a raiva por tal injustiça ter existido e continuar".

Para Hall e Silliman (2006, p. 2-3) a arqueologia histórica permite encontrar o papel destas histórias esquecidas no mundo contemporâneo “as public memories and heritage that are sometimes forgotten, sometimes memorialized, sometimes distorted, but always mobilized of a multitude of purposes”[85] (Idem). O patrimônio é sempre associado a “políticas de identidade” (FRIEDMAN, 1992; TILLEY, 2006), porém Dominique Poulot (2008) deixa claro que esta associação não é imediata, simplesmente constatada; e sim criada e assumida, inventada e construída socialmente (PRATS, 1988). O patrimônio volta-se para os elementos do passado para selecionar e constituir representações sobre esse passado. No momento em que um bem ou um lugar são imbuídos com o valor de patrimônio, não lhes é mais permitido simplesmente ser ou vir a ser; passa ser necessário planejamento, manutenção, vigilância e reconstrução (TILLEY, 2006, p. 14).

> Fostering a sense of landscape and place requires its deliberated re-presentation. The development of such a sense of place may occur at a range of spatial scales from the village or town or city, or areas of that city, to regions and nations or even in relation to supranational entities such as Europe. What kinds of landscape and place we produce, and want, are inextricably bound up with the politics of identity, for ideas about both relate to whom we want to live with and whom we want to exclude, who belongs and who does not, to issues of class, ethnicity, gender and sexuality (Olwig and Kastrup, 1997).[86] (Ibidem, p. 14-15)

Nos termos de Tilley a relação entre paisagem e patrimônio torna-se mais evidente. A ordenação dos espaços é também ordenação de relações entre pessoas (HILLIER & HANSON *apud* ORSER, 1996, p. 136), observação que vale tanto para a disposição dos cômodos de uma casa quanto para a organização da malha urbana de uma cidade; e a regulamentação das transformações da paisagem urbana que realizam as ações patrimoniais é igualmente ordenação e seleção dos elementos do passado que devem permanecer na paisagem presente. É, portanto, ordenação também das memórias da cidade, daqueles fragmentos do passado cuja memória se deseja perpetuada.

---

[85] T. A.: “como memórias públicas e patrimônio que são às vezes esquecidos, às vezes lembrados, às vezes distorcidos, mas sempre mobilizados para uma multiplicidade de propósitos.”

[86] T. A.: “Promover um sentido de paisagem e lugar requer sua deliberada re-presentação. O desenvolvimento de tal senso de lugar pode ocorrer em uma gama de escalas espaciais, da aldeia, vila ou cidade, ou áreas da cidade, para regiões e nações ou mesmo em relação a entidades supranacionais como a Europa. Quais tipos de paisagem e lugar nós produzimos e queremos está inextricavelmente ligado às políticas de identidade, a ideias sobre com quem queremos viver e quem queremos excluir, quem pertence e quem não, a questões de classe, etnicidade, gênero e sexualidade (Olwig e Kastrup, 1997).”

Porém se a associação do patrimônio com as identidades é construída e constituída sempre no presente, é possível olhar este processo de outra forma. A globalização e a emergência de uma sociedade cada vez mais multicultural tornam hoje a idéia de uma identidade sempre fixa e imutável cada vez mais obsoleta. Para Tilley (2006, p. 10) “In modernity identities are no longer ascribed but are instead achieved. Questions of identity become then, questions about states of mind and bodily enactment in the world.”[87] Antes tidas como herdadas, identidades são, de fato, “something that may be chosen, constructed and manipulated”[88] (Idem).

Tilley (2006, p. 13-14) argumenta que ao pensarmos em identidades sociais ou culturais, tendemos a localizá-las, imaginá-las em um lugar específico. O patrimônio cultural do município se propõe a representar a identidade de seus cidadãos; demonstrar pelas narrativas históricas e bens patrimoniais porque o cruz-altense é único, diferente dos demais. Porque nem todas as cidades surgiram de pousos de tropeiros, nem todas as cidades tiveram participação ativa nas revoluções e conflitos gaúchos, nem todas as cidades têm heróis e vultos históricos importantes. Cruz Alta sim.

Contudo, o reconhecimento, estudo e valorização dos bens arqueológicos pode colaborar na produção de outras narrativas além destas dos grandes eventos e personagens ilustres; a cultura material escondida nos subterrâneos urbanos pode trazer à tona outros segmentos da sociedade cruz-altense; a histórica e – como enfatiza a perspectiva que assumo aqui – a presente. Lynn Meskell (2002b, p. 284) afirmou que em campos como a arqueologia histórica ou arqueologias de tempos recentes os achados arqueológicos têm relevância sociopolítica, uma vez que podem ser reapropriados por diferentes grupos e segmentos sociais que não se veem refletidos nas políticas patrimoniais atuais.

Mark Leone (1995) defende o envolvimento da ciência arqueológica com as políticas de identidade contemporâneas, lembrando que as pessoas e grupos esquecidos não foram deixados de fora das representações oficiais do passado por engano. Para ele “it is the politics of class that accounts for the absence of immigrants, children, women, slaves, and free African Americans in the models of

[87] T. A.: “Na modernidade identidades não são mais atribuídas mas alcançadas. Questões de identidade se tornam, então, questões sobre estados da mente e desempenho corporal no mundo”.
[88] T. A.: “algo que pode ser escolhido, construído e manipulado”.

social behavior that are created through historical narratives"[89] (LEONE, 1995, p. 251). O reconhecimento do caráter arqueológico de Cruz Alta é um passo relevante a dar no sentido de abrir espaço à lembrança de outros personagens da história cruz-altense.

E se a identidade é hoje algo que se pode escolher e manipular, como afirmou Tilley (2006, p. 10), um patrimônio que reconheça também no passado a multiculturalidade e a diversidade pode gerar um espelho mais eficiente, onde a diversidade de cruz-altenses das mais variadas origens étnicas e sociais possa efetivamente se ver e se identificar. Muito já foi feito para lembrar as grandes personalidades da história local. Seus nomes figuram em escolas, ruas e praças; seu poder econômico e prestígio social estão manifestos materialmente em casas térreas e assobradadas que sobrevivem, em grande parte, graças às políticas patrimoniais. Mas há ainda uma infinidade de personagens a serem lembrados, personagens que permanecem, como disse James Deetz (1996), "in small things forgotten".[90]

[89] T. A.: "são as políticas de classe que contam para a ausência de imigrantes, crianças, mulheres, escravos e afro-americanos livres nos modelos de comportamento social que são criados pelas narrativas históricas".
[90] T. A.: "esquecidos nas pequenas coisas".

Considerações finais

Bem, desde o princípio destaquei algumas ausências, esquecimentos muitas vezes deliberados, da historiografia e das representações do passado da cidade de Cruz Alta. Tal história tem sido a dos tropeiros, dos estancieiros, dos políticos. No primeiro capítulo procurei discutir brevemente o que foi produzido até então sobre a história local. Desta análise emergiu a consciência de que o passado de Cruz Alta, tal como difundido localmente, apresenta ainda um forte caráter elitista, onde a história política e econômica predomina, e os vultos históricos são os únicos dignos de nota. Os índios, "bugres selvagens" tidos como um problema a ser suprimido pelos "heróicos tropeiros", desaparecem da história de Cruz Alta logo em seus primeiros tempos; os cativos, embora tenham sido objeto de relevantes investigações acadêmicas, são na produção local basicamente dados estatísticos, nunca sujeitos. A história de Cruz Alta raramente é a dos pobres, do banal e do cotidiano.

No segundo capítulo usei tais fontes para traçar uma história da paisagem urbana, desde a primeira demarcação de uma malha, em 1825, até as primeiras décadas do século XX, e tal revisão apenas reforçou as convicções apresentadas no primeiro capítulo. Em sua fundação estão destacados seus pioneiros, seus nomes e – especialmente em Cavalari (2004) – genealogias, mas além destes, pouco se sabe sobre os demais habitantes da vila neste primeiro período. À margem das estâncias, um sem número de pequenos agricultores criadores e extratores ocupou também a região desde princípios dos oitocentos, e foi também parte da vida social do pequeno povoamento. Na medida em que a cidade cresce, as periferias são mencionadas, mas nunca discutidas em profundidade. Mesmo as fotografias,

fundamentais para uma compreensão da paisagem urbana, representam em sua maioria as áreas centrais da cidade, a zona do comércio e das famílias abastadas.

A narrativa resultante desta revisão bibliográfica acaba por ser igualmente elitista e limitada a uma perspectiva. As descrições de época são publicações de intelectuais e políticos locais, como Evaristo de Castro (1887) e Hemetério da Silveira (1979), que obviamente viveram e descreveram a cidade a partir de suas próprias convicções e posições sociais; e o mesmo se pode dizer de Erico Veríssimo (1980). Certamente um trabalhador pobre, um cativo ou um pequeno produtor rural destacariam outros elementos, representariam diferentemente a paisagem urbana, mas estes não deixaram suas impressões, e se deixaram, estas ainda não foram consideradas. Mas constatar estas lacunas não invalida a pesquisa, pelo contrário, serve para reforçar o argumento quanto ao potencial dos estudos da cultura material para enriquecer a história local.

Assumo a perspectiva de que "by creating and modifying a landscape of natural and built forms, groups construct a setting that gives concrete, permanent expression to relationships and identities"[91] (Hendon 2000, 50 *apud* JONES, 2007, p. 37). Neste sentido todo elemento da paisagem urbana, seja ele um prédio ou um artefato portátil qualquer, expressa identidades e discursos sociais, refere-se àquele que o produziu ou o utilizou, e ao contexto histórico e social que possibilitou tal interação homem/objeto.

O processo de produção da paisagem urbana de Cruz Alta está materializado em suas ruas e casas. Caminhar pela cidade e ver casas e prédios dos séculos XIX, XX e XXI coexistindo lado a lado é perceber a cada momento a dinâmica histórica e social que teve e tem lugar nesta paisagem. Tudo depende do olhar, da maneira pela qual cada um percebe e racionaliza a paisagem. Memórias individuais podem emergir do engajamento com a paisagem e com os lugares: a casa onde cresci, a praça onde costumava brincar quando criança, o caminho que percorria de casa à escola, enfim. Conhecer a cidade é identificar-se com ela; saber quais os melhores caminhos para chegar onde preciso, em que lugar posso encontrar o produto que procuro.

Segundo Ingold (2000, p. 511)

---

[91] T. A.: "criando e modificando uma paisagem de formas naturais e construídas, grupos constroem configurações que dão expressão concreta, permanente, a relações e identidades."

> To perceive the landscape is therefore to carry out an act of remembrance, and remembering is not so much a matter of calling up an internal image, stored in the mind, as of engaging perceptually with an environment that is itself pregnant with the past.[92]

O patrimônio da cidade consiste de casario histórico, exemplares arquitetônicos que, em sua maioria, são obra das mesmas elites destacadas na história local. O que procurei deixar claro com os autores nos quais me referenciei é que esta seleção parte de interesses, de vontades, e não é por acaso, tampouco reflete uma única verdade histórica. Mais do que o verdadeiro passado, a história de Cruz Alta, como qualquer outra, é antes de tudo, escolhida por aqueles que a escreveram e que a reproduziram. Na medida em que colabora nesta mesma lógica apresentando um passado congelado em casas, onde a diversidade cultural e social não aparece, onde os sujeitos não são lembrados, o patrimônio reforça a noção de um passado sem conflito. E ao passo que apenas alguns elementos são selecionados e preservados, toda uma gama de bens passíveis de patrimonialização vai sendo destruída pela dinâmica urbana, e as histórias e pessoas a quem se referiam são pouco a pouco apagadas, de forma irreversível.

Sim, a paisagem está impregnada pelo passado, e as políticas patrimoniais funcionam enquanto uma forma de controle quanto à qual passado deve impregnar a paisagem. Aquilo que é selecionado é protegido e perdura; aquilo que não é, se perde. E assim, aqueles que já não aparecem nos livros, também não aparecem nos museus; não são patrimônio de ninguém. Privados de sua substância material, apenas eventualmente presentes nos discursos históricos, tais personagens são reduzidos em sua importância e por fim torna-se natural pensar que a história que nos contaram é a verdadeira, e que só os estancieiros e políticos tiveram algum valor. Afinal suas casas estão aí até hoje, atestando sua grandeza.

Fundamental para esta pesquisa é entender a relação da paisagem com as memórias que se constituem pelo patrimônio, e principalmente como estas memórias não são neutras, mas direcionadas e manipuladas pelos mais diferentes objetivos. E se é possível falar de uma memória da cidade, uma representação do passado do município criada e difundida pelo poder público – entre outras instâncias de poder, como o econômico –, é pela via do patrimônio que esta memória se

---

92 T. A.: “Perceber a paisagem é portanto levar a cabo um ato de memoração, e lembrar não é tanto uma questão de evocar uma imagem interna, armazenada na mente, mas de engajar-se perceptivamente com um ambiente que é em si impregnado pelo passado.”

constitui. Mesmo para aquele que pouco conhece as narrativas históricas sobre a cidade, os bens selecionados e preservados, os monumentos históricos, os nomes atribuídos a ruas, praças ou escolas, funcionam como suportes para a memória que se quer preservada. Isso implica que o passado é escolhido, e se mudamos os critérios, podemos produzir passados distintos.

Determinada forma de pensar o patrimônio – o que é e o que não é –, os critérios de seleção e os bens selecionados postulam uma representação do passado, que é reconhecida e aceita socialmente. Sabemos que o casario histórico é nosso patrimônio, porque assim nos foi dito, porque o processo de constituição da idéia de patrimônio nos precede e nos é dado como natural; e o passado que ele representa, como o verdadeiro. Os imóveis tombados e listados são de óbvia relevância em termos históricos e arquitetônicos, são parte do processo histórico local e da memória da cidade; mas há mais, há outras casas, há um imenso depósito arqueológico abaixo da superfície, onde certamente restaram testemunhos do cotidiano, do trabalho, da vida e da morte de uma infinidade de cruz-altenses.

Minha proposta aqui foi apontar alguns lugares onde há possibilidades de encontrar elementos materiais ainda ignorados pelas políticas patrimoniais, e que podem contar muito mais sobre o passado da cidade, e sobre quem foram e quem são seus habitantes. Para isso, me propus a olhar para a cidade de Cruz Alta como um grande sítio arqueológico, e pensando nestes termos realizei uma estratigrafia, ainda que metafórica, deste sítio, para projetar possibilidades de se fazer arqueologia em suas áreas de ocupação mais antiga. É importante deixar claro que o estudo que desenvolvi dá ênfase à cidade em si, e por isso falo de uma arqueologia *da* cidade. Embora tenha apontado aqui as lacunas concernentes às ocupações pré-históricas da área, e já tenham sido identificados vestígios líticos na parcela urbana do município[93], não abordei as potencialidades em termos de sítios pré-históricos.

No terceiro capítulo sobrepus as diferentes plantas produzidas no período em questão à cidade tal como se apresenta hoje, e assim localizei espacialmente as áreas de ocupação histórica, apontando então onde é possível começar a procurar algumas respostas para as lacunas identificadas. Ao sobrepor as plantas em uma analogia estratigráfica têm-se uma noção mais clara da dimensão e do momento em

[93] Durante o já mencionado período de atividade do NArq – UNICRUZ.

que cada área foi ocupada, e assim torna-se mais fácil definir que áreas são mais relevantes em termos de amplitude temporal do registro arqueológico. E com base nos marcos teóricos aqui propostos sugeri algumas potencialidades interpretativas da cultura material histórica urbana.

Em todas as áreas demarcadas, com exceção à do segundo cemitério, parece óbvio pensar que a ocupação se deu principalmente por unidades domésticas, algumas das quais tornadas também casas comerciais. Considerando a amplitude das áreas arqueológicas e a profundidade temporal – sendo a área 4 a de menor profundidade e a área 1 a de maior, à medida que abarca todo o período em análise – sob o solo urbano repousa um grande potencial para um maior conhecimento da vida cotidiana de ricos e pobres, pretos, brancos ou pardos, desde os primeiros habitantes da vila. Para Fernanda Tocchetto (2010, p. 25)

> A cultura material que compõe os contextos arqueológicos das unidades domésticas [...] informa sobre atitudes, valores, modos de vida, e sua interpretação caminha na direção de seu papel simbólico na conformação de limites sociais, divisões culturais e posições na estrutura social (Lima, 1999) de homens e mulheres dos grupos domésticos. Informa sobre a conformação a normas sociais, a condutas compartilhadas e aceitas como certas, mas também sobre a ação dos indivíduos, sua participação ativa na condução de sua vida cotidiana, suas intenções e consciência prática. A cultura material deve ser decodificada, e as práticas, interpretadas, para revelar seus possíveis significados no contexto da sociedade brasileira oitocentista. Soma-se a isso o fato de que os ambientes, em que os sítios domésticos estão assentados, e seus traços arquitetônicos e paisagísticos, são os restos das expressões materiais dos seus habitantes no passado, de como percebiam a si mesmos e se afirmavam como grupo num mundo físico e social (Gibb, 1996). As unidades habitacionais são os espaços onde se podem perceber as diferentes maneiras de apropriação dos discursos, concretizadas nas práticas cotidianas construídas e observadas na própria materialidade da vida doméstica.

Dessa maneira, destacar a unidade doméstica como um objeto importante de estudo é reconhecer a possibilidade de, por meio dos testemunhos materiais de práticas cotidianas, reconhecer os cruz-altenses do passado enquanto sujeitos, e traçar uma história de pessoas reais, vivendo vidas reais. É no âmbito do trivial, do contínuo – e não no dos eventos singulares – que a história e a paisagem são feitos. Mas a arqueologia das unidades domésticas fala não apenas do cotidiano e do familiar, mas das práticas de consumo, dos bens oferecidos pelo mercado local e das maneiras nas quais as pessoas se apropriaram e utilizaram estes bens; pode falar das relações entre senhores e escravos, ricos e pobres, dos distintos usos dos espaços e da cultura material por uns e por outros.

Pensando em termos dos estratos propostos, é possível compreender as transformações da sociedade, da economia, do comércio local na longa duração. A área 1, de ocupação mais antiga, é especialmente relevante porque pode apresentar um quadro estratigráfico de toda a ocupação urbana, desde o seu princípio até os dias de hoje. Porém não pode ser a única área a ser considerada, pois que se tornou ao longo do século XIX lugar das elites locais. É necessário então levar em consideração a expansão da malha, e não apenas o centro, mas as áreas de ocupação periférica, onde sim, será possível encontrar distintas experiências sociais e culturais, e uma diversidade maior de registros arqueológicos para trazer à tona aqueles que por um motivo ou outro ainda não foram contemplados na história e na memória de Cruz Alta.

E se a casa é o domínio do privado, as ruas e praças compõem um espaço igualmente privilegiado para pesquisas arqueológicas porque dão conta dos territórios públicos, ao mesmo tempo de todos e de ninguém, onde gente de todo tipo convive e se mistura; As praças foram e são lugar das mais diferentes práticas sociais, religiosas, políticas, enfim, práticas que muitas vezes deixam testemunhos materiais. As ruas são elementos importantes para uma arqueologia da cidade em si, dos calçamentos e passeios, das obras de saneamento e higiene pública, e revelam um pouco sobre os modelos de cidade e de sociedade de uma época, e sobre como pensaram e atuaram seus governantes.

O cemitério, à sua mórbida maneira, é também expressão material de aspectos fundamentais de uma sociedade. Trata do simbólico, do religioso, do emocional, e também do econômico do social e do cultural. Em sua infinidade de jazigos das mais distintas tipologias e filiações religiosas, desde 1865 até o presente, o Cemitério Municipal traça um retrato importante da sociedade cruz-altense. Quanto ao primeiro cemitério, também demarcado na carta arqueológica, estudos mais localizados são necessários para determinar suas potencialidades, uma vez que a área vem desde a transferência de sítio sendo ocupada por residências, sem mencionar as duas catedrais construídas posteriormente.

Enfim, estas são apenas algumas possibilidades abertas por esta pesquisa, e estão longe de serem as únicas possíveis. De qualquer modo demonstram o enorme potencial arqueológico da cidade de Cruz Alta. Claro está que o estabelecimento de áreas de interesse arqueológico não é suficiente, uma vez que a história estratigráfica acontece no espaço do lote, e cada um apresenta distinto

potencial para pesquisas arqueológicas. Mas o estabelecimento destas áreas fornece um pontapé inicial, evidenciando áreas arqueológicas amplas, mas delimitadas espacialmente, nas quais é possível definir os lotes de maior potencial arqueológico (para as quais são especialmente relevantes os critérios de classificação das edificações desenvolvido por Alberto Oliveira [2005]).

Contudo identificar áreas arqueológicas por si não garante em nada seu estudo, valorização e preservação. Schávelzon e Silveira (2004, p. 44) destacaram como uma das formas de atuar na cidade a “arqueología municipal com objetivos predeterminados”, que são “los trabajos que realiza el municipio de la ciudad con objetivos muy específicos dentro del patrimonio cultural, y del cual participa la arqueología” (Ibidem, p. 48). É pela via do patrimônio, ao nível das políticas públicas municipais, que se pode trabalhar no sentido de valorizar e fazer conhecer a arqueologia de Cruz Alta. Os bens arqueológicos estão citados na lei que compõe o Plano Diretor, mas é preciso criar mecanismos legais que garantam o estudo arqueológico dos subsolos urbanos em áreas relevantes.

Para concretizar isso, entretanto, há um longo caminho, que perpassa interesses políticos e científicos. Nicole Branton (2009, p. 57) destaca a articulação dos discursos patrimoniais com a arqueologia:

> The discourse of heritage articulates with archaeology for two reasons. First, academic interest in the archaeology of history (as opposed to prehistory, which is more widely identified with an ethnographic ‘‘other’’) is intrinsically linked to colonialism and modern political interests; it is the archaeology of ‘‘us’’ (Ireland, 2003:62–63). Second, the conflict over interpretation of contested places is essentially a conflict over the meaning and the use of material culture. This contested material culture may be the artifacts interpreted at sites, the physical environment of sites, or memorials themselves, along with the interpretation provided for visitors’ consumption. Historical archaeologists often struggle with this situation and search for ways of mitigating the privileging effect of memorials. Leone (1978:193) summarizes, ‘‘History may be the commonly agreed-on lie but, for that common agreement to be sustained and realized in individuals, they must see it for themselves.’’ The physical immediacy and seeming neutrality of artifacts can be dangerous, especially when presented in a museum case. As Leone suggests, context is critical to combating the misuse of historical archaeological data for political ends, as is the fair presentation of unflattering information and alternate narratives of historical events. Heritage archaeology is primarily concerned with unpacking the multiple meanings of memorials and presenting the context from which places draw their power. Heritage archaeology draws attention to the ways that memorials legitimize particular interpretation of the past and encourage the forgetting of

> competing interpretations (Shackel, 2001a); therefore, heritage is always in some way about power.[94]

Assim como Leone (1995) e Tilley (2006), a arqueóloga destaca o caráter político da arqueologia histórica, e as relações de poder que envolvem o processo de seleção da história que deve ser contada, dos personagens que devem ser lembrados, etc. Porque nem todos podem escolher, e é preciso considerar de onde fala aquele que produz a história e que seleciona os patrimônios. Aqui a relevância política reside no fato de que é necessária a criação de uma infra-estrutura que possibilite a realização de uma arqueologia da cidade; uma infra-estrutura que ainda não existe no município.

Não há atualmente na cidade instituições acadêmicas com linhas ou laboratórios de pesquisa em arqueologia, tampouco há arqueólogos no quadro funcional da prefeitura, o que seria essencial para a constituição de um projeto de arqueologia urbana. A Comissão de Patrimônio Histórico atua em caráter consultivo, e não como um órgão efetivo da Secretaria de Planejamento Urbano e Ambiental. Desse modo, há que se ampliar a ação das políticas de patrimônio do município, entendidas aqui também como políticas de identidade (FRIEDMAN, 1992; TILLEY, 2006). E para isso é necessária vontade política de alterar as ações do patrimônio, de dar visibilidade a outras manifestações do passado. Branton (2009, p. 57) lembra que o patrimônio fala de memórias e histórias oficiais e por isso privilegia certos

---

[94] T. A.: "O discurso do patrimônio se articula com a arqueologia por duas razões. Primeiro, o interesse acadêmico na arqueologia da história (oposta à pré-história, que é mais amplamente identificada com um "outro" etnográfico) é intrinsicamente ligado ao colonialismo e a interesses políticos modernos; é a arqueologia de "nós" (Ireland, 2003:62-63). Segundo, o conflito sobre a interpretação de lugares contestados é essencialmente um conflito sobre o significado e o uso da cultura material. Esta cultura material contestada pode ser os artefatos interpretados em sítios, ou o entorno físico de sítios, ou memoriais mesmos, bem como a interpretação fornecida para o consumo de visitantes. Arqueólogos históricos frequentemente lutam com esta situação e buscam meios de mitigar o privilégio efetuado pelos memoriais. Leone (1978:193) resume, 'História pode ser uma mentira comumente aceita mas, para esse acordo comum se sustentar e realizar em indivíduos, eles precisam ver por eles mesmos.' A imediatez física e aparente neutralidade dos artefatos pode ser perigosa, especialmente quando apresentada em uma prateleira de museu. Como sugere Leone, contexto é crítico para o combate do mal uso de dados arqueológicos históricos para fins políticos, como na justa apresentação de informação insultuosa e narrativas alternativas de eventos históricos. Arqueologia do patrimônio está primariamente preocupada em desvelar dos múltiplos significados dos memoriais e em apresentar o contexto no qual os se desenha o poder dos lugares. Arqueologia do patrimônio dirige atenção aos meios nos quais os memoriais legitimam interpretações particulares do passado e encorajam o esquecimento de interpretações concorrentes (Shackel, 2001a); dessa forma, patrimônio é sempre em algum modo sobre poder."

discursos, em detrimento de grupos sociais de menos poder. Por fim, ela afirma que "Construction of a memorial is never a politically neutral event"[95] (Idem).

Alberto Oliveira (2005, p. 38-39) disse que a arqueologia no âmbito urbano põe o arqueólogo em uma condição de proximidade com os cidadãos, de modo que a reflexão sobre a prática arqueológica e a repercussão social do conhecimento que ela produz é inescapável ao profissional que atua no campo da memória e do patrimônio. Em virtude da baixa visibilidade dos recursos arqueológicos, estes tem sido pouco explorados enquanto suportes da memória das cidades, e esse é o caso no município de Cruz Alta. Conforme destaca o autor (Idem), os ambientes urbanos "com suas características de multiplicidade, tanto de atores como de cenários, de alta concentração humana e uma das formas mais complexas de ambiente transformado culturalmente, resulta em grandes possibilidades para a arqueologia." Foi o que tentei demonstrar neste trabalho.

[95] T. A.: "Construção de um memorial nunca é um evento politicamente neutro".

Referências

ABREU, Regina. Patrimônio Cultural: Tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane Felipe (Orgs.). **Antropologia e Patrimônio Cultural. Diálogos e Desafios Contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007.

ARANTES, Antônio A. O Patrimônio Cultural e seus usos: a dimensão urbana. **Habitus**, Goiânia, v. 4, n. 1, jan./jun. 2006, pp. 445-435.

ARAÚJO, Thiago Leitão de. **Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila da Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

ASTON, Michael. **Interpreting the Landscape: Landscape Archaeology and Local History**. London & New York: Routledge, 2002.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BLAKE, Emma. Space, Spatiality, and Archaeology. In: MESKELL, Lynn & PREUCEL, Robert W. (Eds.). **A Companion to Social Archaeology**. Oxford: Blackwell Publishing, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRANTON, Nicole. Landscape Approaches in Historical Archaeology: The Archaeology of Places. In: MAJEWSKI, Teresita & GAIMSTER, David (Eds.). **International Handbook of Historical Archaeology**. New York: Springer, 2009.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CALI, Plácido. **Políticas municipais de gestão do patrimônio arqueológico**. Tese de Doutorado MAE/USP. São Paulo: MAE/USP, 2005.

CANDAU, Joël. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 1, n. 1, dez. 2009/mar. 2010.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Lugar no/do Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARVALHO, Haroldo L. **Elementos para o estudo da Urbanização brasileira**. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

CASTRO, Evaristo Affonso de. **Notícia descriptiva da região missioneira na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: comprehendendo os municípios de Cruz Alta, São Martinho, Palmeira, Passo Fundo, Soledade, Santo Ângelo, São Luiz, Boqueirão, São Borja, São Francisco de Assis, São Vicente e Itaquy**. Cruz Alta: Typographia do Commercial, 1887.

CAVALARI, Rossano Viero. **O Ninho dos Pica-Paus: Cruz Alta na Revolução Federalista de 1893**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2001.

_____. **A Gênese da Cruz Alta**. Cruz Alta: UNICRUZ, 2004.

_____. **Os Olhos do General: Por que Firmino de Paula foi um dos homens mais temidos de seu tempo?** Porto Alegre: Martins Livreiro, 2007.

CESAR, Guilhermino. **Origens da economia gaúcha (o boi e o poder)**. Porto Alegre: IEL/Corag, 2005.

CHRISTILLINO, Cristiano Luis. **Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação da política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)**. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2010.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2006.

DARONCO, Leandro Jorge. **À Sombra da Cruz: trabalho e resistência servil no noroeste do Rio Grande do Sul – segundo os processos criminais (1840-1888)**. Passo Fundo: Ed. UPF, 2006.

DARVILL, Timothy. The historic environment, historic landscapes, and space-time-action models in landscape archaeology. In: UCKO, PeterJ. & LAYTON, Robert (Eds.). **The Archaeology and Anthropology of Landscape**. London and New York: Routledge, 1999.

DEETZ, James. **In small things forgotten. An archaeology of early American life**. New York: Anchor Books, 1996.

DIÁRIO SERRANO. A história contada através da arquitetura. **Diário Serrano**. Geral, p. 4. Cruz Alta, 5 dez. 2010.

ENDERE, María Luz. **Arqueología y Legislación en Argentina: cómo proteger el patrimonio arqueológico**. Olavarría: INCUAPA/Universidad Nacional del Centro de la Província de Buenos Aires, 2000.

FABRIS, Annateresa. Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, USP, 1993. pp. 131-143.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803-1950**. Porto Alegre: FEE/Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1981.

FERREIRA, Lúcio Menezes. Patrimônio arqueológico, Pós-colonialismo e leis de repatriação. In: FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra C. A.; RAMBELLI, Gilson (Orgs.). **Patrimônio Cultural e Ambiental: questões legais e conceituais**. São Paulo: Annablume/Fapesp, Campinas: Nepam, 2009.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Patrimônio: discutindo alguns conceitos. **Diálogos**, DHI/PPG/UEM, vol. 10, n. 3, 2006.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

FOUCAULT, Michel. El sujeto y el poder. **Revista Mexicana de Sociología**. Vol. 50, Nº 3. Universidad Nacional Autónoma de Mexico, Jul./Set. 1988.

FRIEDMAN, Jonathan. The past in the future: History and the politics of identity. **American Anthropologist**, New Series, Vol. 94, No. 4, Dec., 1992, pp. 837-859.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HALL, Martin. Identity, Memory and Countermemory: The Archaeology of an Urban Landscape. **Journal of Material Culture**. Vol 11 (1/2): 189-209. London, Thousand Oaks, CA and New Delhi: SAGE Publications, 2006.

HALL, Martin & SILLIMAN, Stephen W. Introduction: Archaeology of the modern world. In: HALL, Martin & SILLIMAN, Stephen W. (Eds.). **Historical Archaeology**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

HARRIS, Edward C. **Principios de estratigrafía arqueológica**. Barcelona: Editorial Crítica, 1991.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia Historia**, vol. 22, nº 36, Belo Horizonte, Jul./Dez., 2006, pp.261-273.

HODDER, Ian. Agency and individuals in long-term processes. In: DOBRES, Marcia-Anne & ROBB, John E. (Eds.). **Agency in Archaeology**. London and New Tork: Routledge, 2000.

INGOLD, Tim. The Temporality of Landscape. In: THOMAS, Julian (Ed.). **Interpretive Archaeology**. London/New York: Leicester University Press, 2000.

JONES, Andrew. **Memory and Material Culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

KOCH JÚNIOR, Paulo Roberto. **O sistema de ordenação do espaço em Cruz Alta: um estudo de Arqueologia da Paisagem**. Trabalho de Conclusão de Curso. Cruz Alta: UNICRUZ, 2007.

LAYTON, Robert & UCKO, Peter J. Introduction: gazing on the landscape and encountering the environment. In: UCKO, Peter J. & LAYTON, Robert (Eds.). **The Archaeology and Anthropology of Landscape**. London and New York: Routledge, 1999.

LEONE, Mark P. A historical archaeology of Capitalism. **American Anthropologist**, New Series. Vol. 97, No. 2, Jun., 1995, pp. 251-268.

_____. Making Historical Archaeology Postcolonial. In: MAJEWSKI, Teresita & GAIMSTER, David (Eds.). **International Handbook of Historical Archaeology**. New York: Springer, 2009.

LIMA, Tania Andrade. De morcegos e caveiras a cruzes e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo e identidade e mobilidade sociais). **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Ser. V. 2 p. 87-150 jan./dez. 1994.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. In: Trabalhos da Memória, **Projeto História** 17, São Paulo, nov/1998, pp. 63-201.

LUCAS, Gavin. Forgetting the past. **Anthropology Today**, Vol. 13, No. 1, Feb., 1997, pp. 8-14.

MÂNICA, Beatriz Augusta. Análise do impacto socioeconômico e cultural através do Cemitério Municipal de Cruz Alta, RS: Cemitério Israelita e um painel da etnia judaica local. **Revista História UNICRUZ**. Cruz Alta. N.4 v. 1 p. 33- 42, 2003.

MEIRELLES, Ione Tereza Luft. **Para que a história do tempo não se perca no vento: Presença e lugar do negro na Mui Leal Aldeia do Divino Espírito Santo da Cruz Alta 1820-1890**. Dissertação de Mestrado PPGH/PUCRS. Porto Alegre: PUCRS, 2002.

MEMORIAL DO ESPORTE EM CRUZ ALTA. **1968: Ano de inauguração do Ginásio Municipal de Esportes em Cruz Alta**. Disponível em: http://memorialdoesporte.blogspot.com/2011/04/1968-ano-de-inauguracao-do-ginasio.html. Acesso em: 15 nov. 2011.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MESKELL, Lynn. Negative Heritage and Past Mastering in Archaeology. **Anthropological Quarterly**, Vol. 75, No. 3, Summer, 2002, pp. 557-574.

_____. The intersections of identity and politics in archaeology. **Annual Review of Anthropology**, Vol. 31, 2002, pp. 279-301.

MILLER, Daniel. Materiality: An Introduction. In: MILLER, Daniel (Ed.). **Materiality**. Durhan and London: Duke University Press, 2005.

MOURA, Fabrício Renner de. **Avante, vamos para a luta: cotidiano e militância dos trabalhadores ferroviários da cidade de Cruz Alta (1958-1964)**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PPGH/PUCRS, 2007.

NASCIMENTO, José Antonio Moraes do. **Derrubando florestas, plantando povoados: A intervenção do poder público no processo de apropriação da terra no norte do Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PPGH/PUCRS, 2007.

NEIS, Rubem. O índio na mestiçagem rio-grandense. In: **O Índio no Rio Grande do Sul: Perspectivas**. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Biênio da Colonização e Imigração. Comissão Executiva de Homenagem ao Índio, 1975.

OLIVEIRA, Alberto Tavares. **Um Estudo em Arqueologia Urbana: A Carta de Potencial Arqueológico do Centro Histórico de Porto Alegre**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PPGH/PUCRS, 2005.

ORSER, Charles E. **A Historical Archaeology of the Modern World**. New York and London: Plenun Press, 1996.

PAULS, Elizabeth P. The Place of Space: Architecture, Landscape, and Social Life. In: HALL, Martin & SILLIMAN, Stephen W. (Eds.). **Historical Archaeology**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

PDDUA – **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – Lei complementar nº 0040 de 3 de setembro de 2007**. Cruz Alta, RS. Disponível em: http://www.cruzalta.rs.gov.br/portal1/municipio/download.asp?idMun=100143114&idGrupo=11515. Acesso em: 10 jun. 2009.

PELEGRINI, Sandra C. A. A gestão do patrimônio cultural imaterial brasileiro na contemporaneidade. **História**. N. 27, v. 2. São Paulo, 2008.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O cotidiano da república**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1990.

_____. **O espetáculo da rua**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1996.

_____. **Os pobres da cidade: vida e trabalho – 1880-1920**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, vol. 2, n. 3, Rio de Janeiro, 1989.

POULOT, Dominique. Um ecossistema do patrimônio. In: CARVALHO, Claudia S. Rodrigues de; GRANATO, Marcus; BEZERRA, Rafael Zamorano; BENCHETRIT, Sarah Fassa (Orgs.). **Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008.

POZZEBON, Maria Catharina. **O caminho das tropas e a formação de Cruz Alta**. Dissertação de Mestrado PPGH/PUCRS. Porto Alegre, 2001.

PRATS, Llorenç. El concepto de patrimonio cultural. **Política y Sociedad**. 27. p. 63-76. Madrid, 1998.

PREUCEL, Robert W. & MESKELL, Lynn. Part III – Places. In: MESKELL, Lynn & PREUCEL, Robert W. (Eds.). **A Companion to Social Archaeology**. Oxford: Blackwell Publishing, 2007.

RAHMEIER, Clarissa Sanfelice. A terra como cultura material: poder e status na sociedade gaúcha oitocentista. **Revista de História da Arte e Arqueologia**. N. 10. p. 5-15. Jul./Dez. 2008.

RENFREW, Colin & BAHN, Paul (Eds.). **Archaeology. The Key Concepts**. London and New York: Routledge, 2005.

RICOEUR, Paul. Narrative time. **Critical Inquiry**, Vol. 7, No. 1, Autumn, 1980, pp. 169-190.

ROCHA, Prudêncio. **A História de Cruz Alta**. 2ª ed. Cruz Alta: Empresa Gráfica Mercúrio Ltda, 1980.

ROEBER, Alfredo. **Projeto Nossa Velha Nova Cruz Alta**. Disponível em: http://www.unimedplanaltocentralrs.com.br/cruz-alta/ Acesso em: 22 jun. 2011.

ROSA, Isaltina Vidal do Pilar. **Cruz Alta. Histórias que fazem a história da cidade do Divino Espírito Santo da Cruz Alta**. Rio de Janeiro: Tipo Editor, 1981.

ROTMAN, Mónica; CASTELLS, Alícia Norma González de. Patrimônio e Cultura: Processos de Politização, Mercantilização e Construção de identidades. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane Felipe (Orgs.). **Antropologia e Patrimônio Cultural. Diálogos e Desafios Contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007.

ROWLANDS, Michael. A Materialist Approach to Materiality. In: MILLER, Daniel (Ed.). **Materiality**. Durhan and London: Duke University Press, 2005.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SCHÁVELZON, Daniel. **La Arqueología Urbana en la Argentina**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1992.

SCHÁVELZON, Daniel & SILVEIRA, Mario. **Plano del Potencial Arqueológico de Buenos Aires**. Marco Teórico y Metodológico. Buenos Aires: Centro de Arqueología Urbana – Instituto de Arte Americano – Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo/CONICET/Instituto Histórico – Secretaria de la Cultura – Gobierno de la Ciudad, 2004.

SILVEIRA, Hemeterio José Velloso da. **As Missões Orientais e seus antigos domínios**. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1979.

SITE OFICIAL DE CRUZ ALTA. Histórico. Disponível em: http://www.cruzalta.rs.gov.br/portal1/municipio/historia.asp?idMun=100143114 Acesso em: 26 jan. 2011.

THIESEN, Beatriz Valladão. **As paisagens da cidade: arqueologia da área central da Porto Alegre do século XIX**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PPGH/PUCRS, 1999.

TICCO, Ivanir Cunha. Uma história politico/militar: Cruz Alta uma referência desde o século XVII. **Revista História Unicruz**. Cruz Alta. N.4 v. 1 p. 129- 136, 2003.

TILLEY, Christopher. Identity, Place, Landscape and Heritage. **Journal of Material Culture**. Vol. 11(1/2): 7–32. London, Thousand Oaks, CA and New Delhi: SAGE Publications, 2006.

TOCCHETTO, Fernanda Bordin. **Fica dentro ou joga fora? Sobre práticas cotidianas na Porto Alegre moderna oitocentista**. São Leopoldo: Oikos, 2010.

TOCCHETO, Fernanda; THIESEN, Beatriz. A memória fora de nós. A preservação do patrimônio arqueológico em áreas urbanas. In: LIMA, Tânia Andrade (Org.).

Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. Nº 33. Brasília: IPHAN, 2007.

TORNATORE, Jean-Louis. Patrimônio, memória, tradição, etc: discussão de algumas situações francesas da relação com o passado. **Revista Memória em Rede**, v. 1, n. 1, Pelotas, dez. 2009/mar. 2010.

TORRONTEGUY, Teófilo Otoni Vasconcelos. **As origens da pobreza no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto/Instituto Estadual do Livro, 1994.

TRIGGER, Bruce. **História do pensamento arqueológico**. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

VERISSIMO, Erico. **O tempo e o vento. O continente I**. 42ª ed. São Paulo: Globo, 2000.

_____. **Solo de Clarineta**. Tomo I. Porto Alegre: Editora Globo, 1980.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

VIEIRA, Sidney Gonçalves. Paisagem, Patrimônio e Memória urbana: a materialização da sociedade nas formas construídas. In: MICHELON, Francisca Ferreira & TAVARES, Francine Silveira (Orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios sobre a diversidade cultural**. Pelotas: Editora da UFPel, 2008.

WACQUANT, Löic. Notas para esclarecer a noção de habitus. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**. v. 6, n. 16. Abril, 2007.

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ZARANKIN, Andres. **Paredes que domesticam: Arqueologia da arquitetura escolar capitalista. O caso de Buenos Aires**. Tese de Doutorado. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2001.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

ŽIŽEK, Slavoj. **A visão em paralaxe**. São Paulo: Boitempo, 2008.

Fontes primárias

Biblioteca Pública Municipal

Jornal **Echo da Serra**, 29 de maio de 1904.

Jornal **Cruz Alta**, 4 de Agosto de 1910.

Museu e Arquivo Histórico Municipal de Cruz Alta

Planta da cidade de Cruz Alta, 1881.

Planta da cidade de Cruz Alta, 1900.

Projeto de extensão da cidade, 1919.

Relatório apresentado ao Conselho Municipal da Cruz Alta em sua reunião ordinária de 1º de Novembro de 1911.

Apêndices

Apêndice A – Imóveis tombados e de interesse histórico-cultural

A) Museu Erico Veríssimo (na esquina), fins do século XIX; B) Prefeitura Municipal, 1914.

1) Banco do Comércio, 1920; 2) Casa Abreu Silva, 1929; 3) Casa Bueno, 1884; 4) Casa Antônio Audino, 1910; 5) Quartel 29º GAC, 1909; 6) Aita & Irmãos, 1922.

7) Casa Campos, 1904; 8) Casa Cemim, anterior a 1955; 9) Casa Diniz Dias, 1933; 10) Casa Dumoncel, 1941; 11) Casa Edler, 1927; 12) Casa Spellet, 1930; 13) Casa Ferreira, anterior a 1912; 14) Casa Firmino de Paula Filho, anterior a 1928.

15) Casa Frutuoso Brenner, 1920; 16) Casa Moradini, 1900; 17) Casa Rocha Montenegro, anterior a 1921; 18) Casa Rocha, anterior a 1925; 19) Prédio comercial, anterior a 1922; 20) Casa Veríssimo de Azevedo, 1914; 21) Antiga Delegacia, 1826; 22) Casa Viéceli, 1926.

23) Casa Wagner, 1930; 24) Colégio Franciscano Santíssima Trindade, 1929; 25) Solar Brandão, 1925; 26) União Operária, 1906; 27) Quartel AD-3, 1922; 28) Loja Maçônica Harmonia, 1906; 29) Igreja Metodista, 1924; 30) Prédio Comercial, 1922.

31) Estação Ferroviária, 1894; 32) Antigo Colégio Rio Branco, 1915; 33) Corsan, 1918; 35) Casa Veríssimo de Azambuja, anterior a 1934; 36) Prédio residencial, sem data; 37) Prédio residencial, sem data; 38) Prédio comercial, sem data; 39) Cemitério Municipal, 1865.

40) Escola Gabriel Alvaro de Miranda (antigo Ginásio Cristo Redentor), 1931; 41) Prédio residencial, sem data; 42) Antigo Fórum, sem data; 43) Clube do Comércio, 1934; 44) Montanha de Ouro, sem data; 45) Ferraria Cachoeira, sem data; 46) Prédio residencial, sem data; 47) Casa Maria Zenkner, 1940.